

Maio de 2018

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-economico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)
13. [Investimentos Chineses em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No

âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Crise tirou emprego a 100.000 angolanos desde finais de 2014	7
1.2 Número de crianças de rua cresce na capital angolana	8
1.3 Consumo das famílias foi o motor do crescimento mais do que triplicando em seis anos	9
2. MICROFINANÇAS	11
2.1 Inclusão domina estratégia pública do sector financeiro	11
2.2 Micro empresas estão activas no mercado das tecnologias	11
2.3 Mais de 40 mil cidadãos aderiram ao programa bankita em 2017	13
2.4 A armadilha do crédito	14
2.5 Crédito salário aberto para os professores	14
3. MERCADO INFORMAL	15
3.1 Cem mil pessoas exercem actividade informal na capital	15
3.2 Kupapatas circulam sem documentação	15
3.3 Governador de Luanda apela cadastramento dos vendedores	16
3.4 Vendedores abandonam novo mercado no Lubango	16
3.5 Polícia fiscaliza trabalho de taxistas de Luanda	18
3.6 Vendedores Informais ganham novo mercado	19
3.7 Talhos em situação ilegal proliferam na periferia	19
3.8 Vendedoras ambulantes adoptam novos métodos de venda	20
3.9 ANATA quer acabar com o vandalismo nas paragens de táxi	21
3.10 Os excessos da fiscalização	22
3.11 Associação de taxistas é contra manifestação	23
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	24
4.1 Burocracia dificulta à administração de Moçâmedes acesso ao dinheiro do OGE	24
4.2 Estado encaixa 18% da receita fiscal não petrolífera prevista no OGE 2018	24
4.3 OGE de 2019 já está na forja	25
4.4 Executivo aprova elaboração do Orçamento Geral de 2019	25
4.5 Fatias da Educação e da Saúde no OGE duplicam até 2022	26
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	28
5.1 Angola e Cabo Verde assinam acordo no domínio autárquico	28
5.2 Implementação gradual recebe apoio das igrejas	29
5.3 MPLA prepara quadros para o poder autárquico	29
5.4 Autarquias são prioridades na actual reforma do Estado	30
5.5 MPLA tem a obrigação de vencer autárquicas	30
5.6 Autarquias Locais: Passos firmes para o futuro	31
5.7 Estratégia sobre autarquias foi apresentada no Bengo	33
5.8 “O sucesso da descentralização em Angola depende do desenho”	34
5.9 Governo exorta a criar associação das autarquias	35
5.10 As autarquias e as finanças públicas	35
5.11 Autarquias e as expectativas	37

5.12	Legislador constituinte confundiu os conceitos ao proclamar o gradualismo como princípio e não regra	38
5.13	Adão de Almeida, desmente informações sobre selecção de municípios para as autarquias	40
5.14	CASA-CE promove conferência sobre autarquias locais	40
5.15	Descentralização do Estado exige uma reforma profunda	40
5.16	Gradualismo geográfico agrava assimetrias regionais	41
5.17	MPLA reitera gradualismo na criação das autarquias	42
5.18	Descentralização e Diversificação da economia	43
5.19	Gradualismo geográfico	45
5.20	Ministro da Administração do Território e Reforma de Estado não reage a convite e evita debate público	45
5.21	Parlamento define critérios de selecção dos municípios para autarquias	46
5.22	UNITA antecipa-se nas propostas do Poder Local	47
5.23	Executivo apresenta pacote legislativo sobre as autarquias	48
5.24	UNITA exige rigor aos militantes	49
5.25	Autarquias locais em todo território nacional só em 2035	49
5.26	Campanha para as autarquias sem financiamento público	50
5.27	Autarquias no foco do debate nacional	51
5.28	O que está em causa com as autarquias	52
5.29	APN ameaça não participar nas eleições autárquicas sem financiamento	52
5.30	Autarquias dão sinal de “copy & paste” do modelo moçambicano	53
5.31	Autarquias e o presente envenenado	54
5.32	UNITA quer novo registo	55
5.33	Imposto Predial Urbano e Taxa de Circulação vão financiar autarquias	55
5.34	Proposta de lei sobre autarquias vão à discussão em Junho	56
5.35	Proposta para a implementação das autarquias - Executivo exclui 153 municípios e abre caminho apenas para 11	57
5.36	UNITA no Huambo acusa governo de forjar eleições autárquicas	58
5.37	UNITA quer novo registo	58
5.38	Autarquias começam em 55 municípios	59
5.39	Eleições autárquicas juntam religiosos em Luanda	60
5.40	PRS discorda do princípio do gradualismo geográfico	60
5.41	FNLA já tem programa para eleições autárquicas	61
5.42	Fórum sobre autarquias na Universidade Católica	61
5.43	MPLA encoraja mulheres a concorrer nas eleições autárquicas	62
5.44	Auscultação pública sobre autarquias locais inicia em Junho	62
5.45	Capacidade de receitas dita selecção de municípios	62
5.46	Gradualismo funcional combate assimetrias	63
5.47	Militantes foram esclarecidos sobre o processo autárquico	63

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

65

6.1	FRACA ADESÃO AOS PASSES ENTRE KILAMBA E BAIXA	65
6.2	Exigida transparência na venda de residências	65
6.3	Juventude do Bengo exige centralidade	66
6.4	PGR instaura processo contra o general Kopelica	67
6.5	Programa habitacional consome Kz2,9 triliões	67
6.6	Governadora promete entregar residências	68
6.7	Metade dos inquilinos nunca pagou renda	69
6.8	A armadilha do crédito	69
6.9	Moradores começaram a ser transferidos ontem	70
6.10	Casas só são vendidas em 2019 apesar de prontas há dois anos	70
6.11	Ex-moradores do Golfe já vivem com dignidade	71
6.12	Urbanização recebe primeiros moradores do prédio "Treme-Treme"	72
6.13	Vítimas do «camartelo demolidor» queixam-se de perseguições	72
6.14	Imposto Predial Urbano e Taxa de Circulação vão financiar autarquias	72

6.15	Termina o drama dos moradores do prédio «Treme- Treme»	73
6.16	Ex-moradores da Ilha do Cabo “atirados” ao abandono	74

7. TERRA 77

7.1	Moradores das casas demolidas na Zona Verde pedem justiça	77
7.2	Moradores rejeitam transferência para zona do Fortim em Cacuaco	78
7.3	Populares acusam Administração de favorecer cidadã portuguesa	79
7.4	“O Ex. PGR adquiriu o terreno para construir um condomínio”	79
7.5	Administrador Municipal do Lubango acusado de vender terrenos do Estado	81
7.6	Novos Lotes para província	82
7.7	Chefe de Estado criou comissão interministerial	83
7.8	Criada Comissão Interministerial para rever Lei das Expropriações	83
7.9	Zenu apoderou-se do terreno da maternidade em proveito próprio	84
7.10	Encerra hoje o processo de retirada dos moradores	84
7.11	Ex-moradores do Golfe já vivem com dignidade	85
7.12	Burocracia na concessão de terras afecta o desenvolvimento da Jamba	86
7.13	Kamgamba não admite que se maltrate o povo	86
7.14	Administração violou medidas administrativas	90
7.15	Declarações revelam «favorecimento» na aquisição do terreno da acusação de ex-PG	90
7.16	Vítimas do «camartelo demolidor” queixam-se de perseguições	91
7.17	Termina o drama dos moradores do prédio «Treme- Treme»	92
7.18	Ex-moradores da Ilha do Cabo “atirados” ao abandono	92
7.19	Mais de duas mil famílias aguardam por realojamento em Luanda	94
7.20	Terreno de escola vendido ilegalmente	95

8. SERVIÇOS BÁSICOS 97

8.1	Urinóis públicos suspensos há 3 anos por falta de pagamento	97
8.2	Lixos e causadores	97
8.3	Falta de saneamento aumenta degradação	98
8.4	Aposta no Saneamento Básico	98
8.5	Casos de Malária sobem 4,1 % em Luanda	99
8.6	Moradores do distrito 11 de Novembro querem melhorias	100
8.7	Avarias deixam zonas de Luanda sem água	100
8.8	Novas tarifas de água já no próximo mês	101
8.9	Reposto do abastecimento de água em zonas afectadas de Luanda	102
8.10	População pede maior responsabilidade dos governantes	102
8.11	Menongue acolhe centro para pesquisa e estudos	103
8.12	Milhares de habitantes passam a ter água potável	104
8.13	População beneficia de mais água potável	105
8.14	Camucuio e Bibala registam escassez de energia e água	105
8.15	Municípios beneficiam de mais água potável	106
8.16	Famílias querem reforço no abastecimento de água	106

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA 108

9.1	A criminalidade ameaça todos	108
9.2	Violência doméstica ainda com números alarmantes	108
9.3	Violência doméstica aumenta em Cabinda	109
9.4	As moças prendadas	110
9.5	Violência doméstica ainda com números alarmantes	111
9.6	Angola quer melhor inserção social da mulher	112

10. AMBIENTE	114	
10.1	Peso da exploração florestal é insignificante para o orçamento	114
10.2	Combate contra ravinas virado para o Moxico e Luanda	115
10.3	Degradação de ponte divide o bairro em dois	116
10.4	«Lagoa da morte» atemoriza moradores do sector 1	116
10.5	Cinco bairros do Soyo continuam inundados	117
10.6	Inundação e cheiro de cevada afugentam moradores	118
10.7	Ravinas progridem nos arredores da Caála	119
11. MIGRAÇÃO	120	
12. EXPLORAÇÃO MINEIRA	121	
13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	122	
13.1	Especialistas no exterior elogiam prática de marxismo como chave para sucesso da China no desenvolvimento	122
13.2	Mais de metade da dívida ao estrangeiro é à China, a quem cada angolano já deve 754 USD	122
13.3	Corrupto chinês condenado a prisão perpétua	123
13.4	Obras de Chinês não duram	124

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Crise tirou emprego a 100.000 angolanos desde finais de 2014

Jornal O PAÍS

02 De Maio de 2018

Cerca de 100.000 trabalhadores angolanos perderam o emprego desde finais de 2014, devido à crise económica que o país atravessa, segundo estimativa avançada à Lusa pelo secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos - Confederação Sindical (UNTA-CS), Manuel Viagem, citado pela Lusa.

A “desaceleração” da economia angolana desde 2014, devido à quebra na cotação internacional do barril de petróleo, que garante mais de 95% das exportações angolanas, concorreu em grande medida para perda de postos de trabalho em todo país, admitiu o sindicalista.

“Na conjuntura económica que o país está a viver, assistimos a uma cada vez maior perda de postos de trabalho. Entre 2014 e 2018 foram já perdidos cerca de 100.000 empregos nos vários sectores da economia, com maior incidência para a construção”, explicou Manuel Viagem, sobre as preocupações da UNTA-CS para as comemorações, deste ano, do dia do Trabalhador.

Para o sindicalista, o quadro actual do trabalhador angolano “não satisfaz”, sendo “marcado por uma grande precariedade social”, apontando, por exemplo, a perda do poder de compra do salário mínimo nacional como um dos principais problemas.

Face à inflação anual a dois dígitos, desde 2015, acrescenta que o actual salário mínimo nacional, acrescenta, cobre apenas 24% do que custa a cesta básica: “Portanto, estamos diante de uma precariedade bastante acentuada e ainda é agravada com o facto de termos os órgãos da administração dá justiça laboral em funcionamento débil”.

“Estamos a falar aqui de uma Inspeção-Geral do Trabalho que não é actuante e uma sala de Tribunal do Trabalho que é extremamente morosa na resolução dos conflitos que são chamados a dirimir”, adiantou.

De acordo ainda com o secretário-geral da maior e mais antiga confederação sindical angolana, a entrada em vigor da nova Lei Geral do Trabalho de 2015 veio trazer “grandes instabilidades ao emprego”, uma vez que o diploma legal “protege em grande medida o empregador, deixando o empregado em situação de vulnerabilidade”.

“Aquilo que se esperava que viesse trazer à estabilidade do emprego está-se a revelar absolutamente o contrário. Agora, as entidades empregadoras entraram para um processo de celebração de contrato a prazo, faz com que aquilo que seria a contagem de tempo de serviço (...), com o andar da carruagem, poderá não se concretizar tal como o legislador previa”, explicou.

Manuel Viagem apontou também como outra grande preocupação sindical a recente decisão do Ministério das Finanças de Angola, de suspender salários de cerca de 64.000 funcionários públicos alegadamente em situação irregular no processo de redacastamento em curso.

“O que de facto é uma flagrante violação dos direitos desses funcionários, porque salários só têm dois momentos nos termos da lei para serem congelados. Pelo que consideramos esta uma grave situação de violação dos direitos”, lamentou.

Por isso, argumentou, o 1º de Maio de 2018 vai ser “um dia de protesto”, pois “não há sinais que nos indiquem que durante o ano o quadro do trabalhador possa melhorar”, situação que nos deixa “bastante preocupados”. “Pelo menos, as medidas que temos visto a serem tomadas pelo Estado nada indicam que o quadro melhore rapidamente. Por isso, o que poderá acontecer é um agravamento da situação que será aliado a um movimento de grande contestação do ponto de vista laboral”, atirou.

Ainda assim, o secretário-geral da UNTA apela à “firmeza e competência profissional” dos trabalhadores: “Porque a nossa maior preocupação é a estabilidade do emprego, e é daí que se obtêm rendimentos com os quais as famílias tentam satisfazer as suas necessidades básicas. Por isso temos de continuar empenhados a oferecer a nossa competência”.

Para as celebrações do Dia Internacional do Trabalhador, a UNTA agendou actos públicos de massas em todas as províncias do país.

1.2 Número de crianças de rua cresce na capital angolana

Jornal de Angola

9 De Maio de 2018

Texto: Manuela Gomes

O aumento do número de crianças de e na rua na província de Luanda é resultante da desestruturação de várias famílias, afirmou, ontem, a vice-governadora para a Área Social e Política quando discursava no XXI Conselho Provincial da Família.

Ana Paula Correia Victor falou, além do aumento do número de crianças de e na rua, de outros factores que contribuem para a desestruturação das famílias, como a falta de acesso ao sistema de ensino e aprendizagem e de sustento, a degradação dos valores morais, cívicos, culturais e espirituais e a violência doméstica.

A vice-governadora da província de Luanda declarou que hoje existe uma dinâmica na transformação do paradigma familiar, com o aumento do número de famílias nucleares, resultante de situações que considerou "menos boas", sendo uma delas a morte dos progenitores.

" (. . .) Filhos mais velhos acabam por cuidar dos mais novos, famílias lideradas por mulheres ou apenas por homens e até mesmo outras lideradas por irmãos", acentuou a vice-governadora.

Ana Paula Correia Victor elogiou as famílias que tudo fazem para cuidar e educar os filhos para que sejam, amanhã, cidadãos responsáveis e úteis à sociedade.

"Estas famílias têm à cabeça pais que não se despem das suas responsabilidades e conseguem criar filhos que os têm como modelo", declarou Ana Paula Correia Victor, para quem "muitas vezes abrem mão de seus próprios interesses a favor do interesse maior, que é a coesão familiar e a preservação de laços e amor fraternal".

O pastor da Igreja Metodista Central, Adilson de Almeida, convidado para abordar o tema "Pesquisa, resgate e preservação dos valores morais cívicos, éticos e culturais patrióticos", afirmou que a fraca capacidade financeira e o elevado custo de vida fazem com que "muitos chefes de família não prestem a devida atenção aos filhos".

No seu entender, o desemprego, a crise e a pobreza contribuem significativamente para a desestruturação das famílias. O pastor alertou para o crescimento, de "forma silenciosa", da pornografia e do homossexualismo.

Adilson de Almeida defendeu a existência de uma "contraposição" com o objectivo de orientar as pessoas para não se associarem à cultura que não têm nada a ver com hábitos e costumes dos angolanos. "A igreja deve servir sempre para aconselhar, orar e instruir aquelas pessoas que vivem com certas dificuldades espirituais e ajudá-las a encontrarem o caminho certo", acentuou o pastor. Adilson de Almeida deu ênfase à necessidade de haver um maior estímulo à economia e à criação de oportunidades para que muitas acções hoje adoptadas pelo Estado possam ser assumidas pelos cidadãos.

"O Estado regula e supervisiona, mas é preciso que se crie uma cultura de cidadania e promoção do próprio cidadão para que ele também possa gerir", defendeu o religioso, para quem "o Estado não pode continuar a ser empresário". O Estado, acrescentou, tem de dar oportunidade às pessoas e criar condições para o fomento do auto-emprego como fonte de sustento familiar.

O pastor da Igreja Metodista reconheceu que existem famílias que estão bem e com uma vivência saudável, pelo que, no seu entender, o Executivo e a sociedade devem ajudá-las a servirem de referência.

Comunidade e a escola

Agostinho Silva Neto, do Gabinete Provincial de Luanda da Educação, abordou o tema "Relação família, comunidade e escola", defendendo o envolvimento de toda a comunidade para o funcionamento da instituição.

"A escola não se faz sozinha, mas sim com a sociedade", afirmou Agostinho Silva Neto, que defendeu o envolvimento de todas as famílias na vida escolar dos filhos. No seu entender, as famílias, sobretudo os pais e encarregados de educação, devem envolver-se mais com a escola e interagir com os professores.

O responsável reconheceu haver famílias presentes e que procuram saber da vida escolar dos seus educandos, mas lamentou a ausência de alguns pais quando são convocados. "Toma-se difícil trabalhar com uma criança quando não temos conhecimento da sua realidade familiar, daí a importância do contacto directo com os pais", acentuou Agostinho Silva Neto, que apelou aos pais para entrarem sempre em contacto com a escola, no âmbito da estratégia "Uma escola amiga da sociedade".

A reunião foi realizada em tomo da necessidade de valorização da família e resgate de valores, na perspectiva do reforço das competências familiares.

1.3 Consumo das famílias foi o motor do crescimento mais do que triplicando em seis anos

Jornal Expansão

18 De Maio de 2018

Texto: Martins Chambassuco

O consumo das famílias angolanas mais do que triplicou em seis anos, saindo de 2,8 biliões Kz em 2010 para 9,3 biliões em 2016, afirmando-se como o principal motor do crescimento do período, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE).

O peso do consumo das famílias no produto interno bruto (PIB) a preços de mercado, na óptica da despesa, aumentou 20,2 pontos percentuais, de 35,8% para 56% enquanto todos os outros componentes fizeram o caminho inverso: o consumo público caiu 3,1 pp, de 17% para 13,9%, a formação bruta de capital fixo ou investimento emagreceu 1 pp, de 28,2% para 27,2%, e as exportações líquidas, exportações menos importações, deram um trambolhão de 16,1 pp, de 19% para 2,9%. Ver infografia nas páginas 4 e 5.

O aumento do consumo foi acompanhado de uma quebra da poupança que passou de 34,8% do PIB em 2010, para apenas 24,5% em 2016.

A poupança deixou assim de ser suficiente para financiar o investimento. Em 2010, o investimento, medido pela formação bruta de capital fixo (FBCF) representou 28,2% do PIB a preços correntes, abaixo dos referidos 34,8% da poupança. Feitas as contas, chegamos a uma capacidade de financiamento equivalente a 6,6% do PIE.

Em 2016, a situação inverteu-se e o País passou a ter necessidades de financiamento de 2,7% do PIB, diferença entre uma poupança de 24,5% do PIB e uma taxa de investimento de 26,2% do PIE.

O forte recuo das exportações líquidas na sequência da queda do preço do petróleo é a principal justificação do mau desempenho da economia nos últimos anos.

Falando na apresentação dos números oficiais do PIB, o chefe de divisão das Contas Nacionais do INE, José Kalenji, lembrou que, depois de atingir um pico de crescimento de 8,5% em 2012, o ritmo de crescimento do PIE não só desacelerou como caiu mesmo em terreno negativo, com -2,6%, em 2016, e -2,1%, em 2017, o pior desempenho em 20 anos.

É preciso recuar aos anos 90 para encontrar um recuo do PIE. Com o reinício da guerra depois das eleições de 1992, a economia angolana registou três recessões consecutivas: em 1993 com um crescimento negativo de 4,7%, em 1994, com -4,5% e em 1995, com -2,5%. Até 2016 não houve mais recessões.

Os dados divulgados pelo INE confirmam a manchete da edição do Expansão de 4 de Maio segundo a qual o instituto iria desmentir o Governo ao dar duas recessões. As últimas estimativas do Ministério da Economia e do Planeamento apontam para crescimentos de 0,1%, em 2016, e de 0,9%, em 2017.

O discurso oficial do Executivo sempre desdramatizou a queda da economia na sequência do trambolhão do petróleo a partir do Junho de 2014, optando por assinalar que a economia apenas havia perdido "pujança".

Em Abril de 2017, o então ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, chegou mesmo a proibir a divulgação das CN do quarto trimestre de 2016 trimestrais alegadamente por ter encontrado problemas na metodologia, de acordo com uma fonte do Expansão que pediu para não ser identificada.

Segundo a fonte, o MinPlan questionou perante o Conselho Nacional de Estatística a qualidade dos dados, dando como exemplo as revisões efectuadas pelo INE de um período para outro "com oscilações substanciais". Se os dados fossem publicados, o INE seria "mal visto", concluiu.

Para a fonte do Expansão a verdadeira razão para o congelamento teria sido outra, nomeadamente o receio de que os dados económicos negativos não fossem bem recebidos pelo Governo e pelo partido MPLA face à proximidade das eleições.

As contas do INE que passam a ser os números oficiais do PIB angolano revelam uma taxa de crescimento de 2,8% entre 2010 e 2017, abaixo do crescimento média anual de 2,8% entre 2010 e 2017, abaixo do crescimento da população avaliado em pouco mais de 3% ao ano.

O resultado da economia crescer abaixo da população é o empobrecimento dos angolanos.

Depois de ter atingido um pico de 705,4 mil Kz em 2013, o PIE por habitante a preços correntes recuou para 553 mil Kz em 2014 e 522,9 mil Kz em 2015.

Em 2016, o PIE per capita voltou a subir, cifrou-se em 601,7 mil Kz, mas continua baixo dos 670,2 mil Kz de 2012.

Na óptica do rendimento, a composição do PIE manteve-se praticamente constante com o peso da remuneração dos empregados a aumentar 1,4 pp, de 22,4% para 23,8%, enquanto afatia dos lucros das empresas diminuiu 0,7 pp, de 75% para 74,3%.

Em termos sectoriais, assistiu-se a uma ligeira redução do peso do sector petrolífero no valor acrescentado bruto (VAB) a preços constantes de 2002, que passou de 44,3% em 2010, para 40,7%. O comércio e a construção reforçaram as suas posições como o segundo e terceiro sectores mais importantes da economia. O comércio viu a sua fatia no VAB aumentar de 11,3% para 13%, enquanto a construção engordou de 7,9% para 10,7%.

Angolanos ficaram 15% mais pobres no quadriénio entre 2012 e 2016

O Produto Interno Bruto (PIE) per capital caiu 15%, de 2012 a 2016, revelam os dados definitivos das Contas Nacionais Anuais, publicadas, na última sexta-feira pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

De acordo com as contas do Expansão, o PIE per capital saiu dos 705,4 mil Kz em 2012, para os 601,7 mil Kz em finais de 2016, revelando uma quebra de 15%. Os 705,4 mil Kz representam o pico da riqueza por habitante em Angola, desde que há registo.

Olhando para os indicadores macroeconómicos, o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, disse que com a economia em recessão a melhor percepção da realidade do País é olhar para a riqueza por habitante.

O patrão dos industriais explica que com o crescimento da população acima do crescimento da economia é evidente que numa conta lógica o PIE per capital tinha de baixar. Para o empresário, a solução para aumentar o PIB e sair da recessão passa por maior produtividade e competitividade nas empresas, porque de outra forma, o PIB per capital continuará a cair.

Apesar da queda, segundo a análise de José Severino, é preciso olhar para os serviços sociais do País.

"Temos grandes debilidades na educação e saúde, neste sentido há países com rendimento per capital mais baixo, mas com um nível de vida melhor", afirma, defendendo o reequilíbrio do Orçamento Geral do Estado porque "é preciso distribuir melhor a riqueza".

Evitar o excessivo endividamento externo é outra preocupação apontada pelo presidente da AIA, que defende que o Estado deve assegurar o bom desempenho das empresas porque se não houverá melhoria nos indicadores macroeconómicos.

O investigador da Universidade Católica, Francisco Paulo, defende uma banca comercial mais próxima das empresas para que os empresários realizem investimentos e aumentem a competitividade.

Francisco sublinha que a queda do indicador do PIE per capital angolano é um bom indicador do aumento da pobreza nos últimos anos.

"Uma coisa é certa, enquanto a economia se mantiver em recessão, a pobreza vai aumentar, porque em termos médios, a população cresce e o PIB recua", refere. A queda deste indicador revela que a riqueza produzida não está a crescer, porque o crescimento económico continua a crescer a uma taxa inferior à do crescimento da população.

O investigador do CEIC aponta como solução a implementação de políticas adequadas à realidade social, notando que é possível inverter o quadro actual com o aumento da produtividade e competitividade das empresas, através de programas de financiamento empresarial.

"A banca comercial deve estar ao serviço das empresas privadas e gerar mais emprego", afirmou Francisco Paulo.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Inclusão domina estratégia pública do sector financeiro

Jornal de Economia e Finanças

04 De Maio de 2018

Texto: Isaque Lourenço

A concretização de um sector financeiro estável, de maior inclusão e o desenvolvimento do mercado de capitais e do sector de seguros são premissas capazes de garantir as metas que o Executivo angolano previu para 2018-2022 no seu Plano Nacional de Desenvolvimento.

Conforme previstas na Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro para esse quadriénio, as medidas conjuntas do Ministério das Finanças (MINFIN) e Banco Nacional de Angola (BNA), arroladas na estratégia adoptada e que são continuidade das metas trazidas do ciclo 2013-2017, prevêem a implementação de sete medidas capazes de assegurar a eficiência da política macroeconómica voltada às finanças públicas, tributação, banca, seguros, fundos de pensões e mercado de capitais.

Tais sete (7) premissas fazem parte dos objectivos do Plano Nacional de Inclusão Financeira (PNIF), os quais são parte da estratégia de política financeira do Governo adoptada no PND para 2018 - 2022 recentemente aprovado pelo Governo em Conselho de Ministros.

Entre tais medidas, cujo impacto espera-se que deem continuidade ao processo de revalorização da moeda nacional face as pressões que vinha sofrendo na paridade com as divisas, processo iniciado com a implementação do regime cambial flutuante, pretende-se concretizar os seguintes resultados:

1. Contribuir para a eficiência e solidez do sistema financeiro, para a redução das desigualdades sociais e para a promoção do desenvolvimento económico;
2. Actuar de forma a garantir que a oferta de serviços financeiros seja a mais adequada às necessidades da economia e da população;
3. Garantir que todos os cidadãos tenham educação, competência e informação suficiente para a tomada de decisão sobre serviços e produtos financeiros de forma consciente;
4. Expandir o acesso da população aos produtos e serviços financeiros, especialmente em zonas rurais;

5. Promover a literacia financeira para a correcta administração dos recursos pessoais dos cidadãos;

6. Promover a protecção dos consumidores;

7. Identificar lacunas sobre matérias ligadas à protecção do investidor e do consumidor e desenvolvimento de propostas para a redução ou eliminação destas lacunas.

Neste momento, está já em curso a Pesquisa da Capacidade e Inclusão Financeira, numa parceria com o Banco Mundial, que consiste num diagnóstico, que tem por objectivo melhor informar o BNA e as outras instituições reguladoras do sector financeiro sobre os modelos de educação financeira, bem como sobre a determinação de objectivos quantificáveis.

2.2 Micro empresas estão activas no mercado das tecnologias

Jornal de Angola

8 De Maio de 2018

Texto: Natacha Roberto

Aplicativos inteligentes que aproximam o consumidor dos produtos, serviços e sistemas que facilitam as actividades diárias foram preparados ou são desenvolvidos por quatro microempresas de jovens empreendedores ligados à Incubadora de Tecnologias de Informação e Comunicação (IIC) do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

O Jornal de Angola apurou que a Nearby Solution, incubada há um ano, desenvolve sistemas baseados na investigação, criando conteúdos tecnológicos nas áreas da energia renovável, interatividade digital, saúde, educação e engenharia.

A empresa dedica-se também ao desenvolvimento de competências, fornecendo aos clientes soluções melhoradas em resultado da parceria que mantém com um fabricante de tecnologias do Reino Unido. "Criámos softwares através dos seus produtos e fizemos uma integração de acordo com um sistema que se adapta ao nosso mercado", disse.

O gestor de empresa criou um aplicativo digital denominado "Nearby DigitalBank" que ajuda o cliente bancário a preencher o formulário digital para abertura de contas.

"Num quiosque, o cliente tem acesso a um menu numa tela de 35 polegadas, onde escolhe a opção para preencher o formulário digital", explicou o gestor.

Segundo Melquisedeke Sacuca, o cliente tem acesso às informações do banco e consegue visualizar as taxas de câmbio e todos os produtos oferecidos pelas instituições bancárias e afins. Para o director da Nearby Solution, o produto vai imprimir mais dinâmica, celeridade e conforto no processo de abertura de contas e reduzir o tempo que se perde nos balcões para preencher o formulário.

A empresa, segundo o gestor, possui um conceito diferente de prestar serviços, promovendo a transformação digital em vários sectores de actividade. "O nosso lema é trazer projectos de micro empresas que causem grande impacto na sociedade", disse Melquisedeke Sacuca.

Na sua opinião, as pequenas empresas angolanas devem investir na investigação e competência para fazer a diferença, senão as estrangeiras vão continuar a liderar o mercado angolano.

Numa segunda operação, a empresa leva a cabo um projecto denominado "Rede Liga Angola", com o qual pretende resgatar, pela transformação digital, as cabines telefónicas existentes no país, com a introdução de várias tecnologias e softwares. "As cabines telefónicas vão ganhar novos espaços e telas tácteis com venda de publicidade, proporcionando aos cidadãos mais segurança no seu manuseio", anunciou.

"Todas as telas de cabines telefónicas vão passar publicidade em simultâneo para garantir maior cobertura e divulgação de um determinado tipo de produto", explicou Melquisedeke Sacuca.

O projecto foi criado em 2016 e tem a aprovação da Angola Telecom, que já autorizou o levantamento das cabines telefónicas ainda implantadas depois de anos de inactividade.

A Nearby Solution opera há três anos e conta com 12 trabalhadores. Em 2016, a empresa facturou 30 milhões de kwanzas em receita anual. Este ano, perspectiva aumentar as receitas e o número de quadros com o recrutamento de novos trabalhadores.

Estética vira aplicativo

A Charme by Mulheres, implantada no mercado há três anos, desenvolve o aplicativo móvel Charme, com sistema de GPS, o qual ajuda o cliente a ter acesso ao especialista em estética que estiver mais próximo da sua residência, um dispositivo que está em fase de testes e entra em funcionamento na terceira semana do mês em curso.

O aplicativo permite o registo de especialistas nas áreas de estética, maquilhagem, empregadas

domésticas e culinária, de acordo com informações prestadas pelo assessor comercial da empresa, João Miguel.

A responsável administrativa da Charme by Mulheres, Rosenayde Gomes, explicou que a empresa iniciou a actividade há três anos, com um portal online denominado Mulheres, onde são divulgados eventos. "Fazíamos cobertura de eventos e as empresas pagavam para publicitar os seus produtos no portal", lembrou, notando que, por estes serviços, alcançava uma facturação mensal de 200 a 500 mil kwanzas.

Hoje, a companhia transformou a operação em formação em estética e gastronomia e a facturação cresceu na ordem dos três a quatro milhões de kwanzas. "Temos uma equipa de 50 pessoas que trabalham directamente na gestão dos centros de formação, formadores profissionais de limpeza e compras", informou a assistente administrativa.

Rosenayde Gomes avançou que os especialistas formados nos centros de estética são certificados e podem ser incluídos no aplicativo.

Melhores preços

O responsável da BMC – Novas Tecnologias, Casimiro Tavares, desenvolve um portal denominado "Melhor Preço Angola", baseado na divulgação online de tabelas de preços de produtos comercializados em vários estabelecimentos comerciais. "O meu portal visa ajudar o consumidor a escolher o melhor preço dos produtos comercializados nos estabelecimentos", afirmou.

Casimiro Tavares adiantou que o portal compara os preços dos produtos de cesta básica e uma gama de material encontrado nos grandes supermercados. "Neste momento, estamos em fase de concretização de contratos para poder começar a publicar os produtos comercializados pelos supermercados", disse.

A empresa BMC - Novas Tecnologias promove o marketing digital, administra redes sociais de empresas e cria conteúdos. No início da actividade, a empresa obtinha cerca de 150 mil kwanzas em pagamentos, mas, com os negócios concretizados, a soma duplicou para 300 mil, com perspectiva de aumentar para mais de um milhão, revelou Casimiro Tavares.

Concursos inibem

Muitas empresas que anseiam conquistar o mercado com a prestação de serviços sentem-se inibidas pelos

requisitos exigidos nos concursos públicos. A empresa Work Station é um dos exemplos.

O gestor de recursos humanos da empresa, Fula Nguvulo, informou que, para contratar negócios, a companhia recorre muitas vezes aos concursos públicos que pedem requisitos que acabam por se afigurar como grandes empecilhos para as microempresas.

O responsável contou que, para se candidatar a um concurso promovido por um banco, a empresa tinha de pagar 50 mil kwanzas relativos aos cadernos de encargo. "Retirar das receitas 50 mil kwanzas é muito dispendioso para uma microempresa. Até onde se sabe, os encargos não se pagam, mas esta condição impediu-nos, à partida, de participar no concurso", sublinhou.

A empresa, incubada há três anos pelo INAPEM, efectua a manutenção de máquinas electrónicas como computadores, impressoras, instala softwares e realiza a montagem de câmaras de segurança.

Segundo o gestor de recursos humanos, a empresa presta serviços de tecnologias e quer alargar as suas actividades para segurança privada e comercialização de material tecnológico.

A Work Station, que está implantada desde 2016, tem prestado serviços para grandes empresas na instalação de redes e gestão de postos de abastecimento de combustível. Os números apontam para o crescimento ao longo dos últimos três anos, com os postos de trabalho a passarem de 3 para 17 e a facturação de 200 para 500 mil kwanzas por mês.

Fula Nguvulo informou que a empresa se consolidou no mercado angolano com o apoio do INAPEM e os seus parceiros, na criação de projectos viáveis e planos de negócios sustentáveis.

Incubadoras virtuais

O gestor da Incubadora de Tecnologias de Informação do INAPEM, Alexandre Manuel, informou que este serviço orienta duas empresas virtuais que não possuem espaço físico, mas têm acesso às acções de formação e às consultorias.

Alexandre Manuel explicou ao Jornal de Angola que a incubadora de empresas criou uma página no Facebook e está disponível no WhatsApp, onde fornece informações sobre as oportunidades de negócios e participação em eventos.

O gestor da incubadora avançou que uma das empresas virtuais está localizada na província do Namibe e é denominada 02-2M, vocacionada para

apoiar escolas nas comunidades com material escolar e formação em tecnologias de informação.

"A empresa, formada por jovens, está a ministrar cursos de informática na óptica do utilizador e outros serviços ligados às tecnologias de informação junto das populações que vivem distantes do centro administrativo da província", disse aquele responsável.

2.3 Mais de 40 mil cidadãos aderiram ao programa bankita em 2017

Jornal O PAÍS

13 De Maio de 2018

Os números foram revelados, Sexta-feira, 11, em Mbanza Kongo, pelo técnico da área de acompanhamento da supervisão comportamental da região norte do Banco Nacional de Angola (BNA), Augusto Alfredo Chinzego.

Segundo o responsável, que dissertava em palestra o tema "Direitos e deveres do consumidor de produtos financeiros bancários e inclusão de finanças e o seu impacto no desenvolvimento do país", o ano de 2016 foi o mais registados 15 mil e 290 novos beneficiários nas duas regiões do país.

Explicou que muitos desses clientes evoluíram de conta "bankita" para poupanças à ordem ou contas normais, com direitos aos serviços bancários garantidos aos consumidores, além das obrigações a que são também sujeitos.

Destacou o direito do consumidor à qualidade dos bens e serviços proporcionados, à informação e esclarecimento, à garantia dos seus produtos e à protecção na relação do seu consumo.

A qualidade dos serviços prestados, a protecção de dados pessoais, o atendimento prioritário às reclamações são, entre outros, os direitos que o cidadão deve conhecer para os fazer valer no acesso aos serviços financeiros, segundo a fonte.

A necessidade de fornecer dados reais às instituições bancárias é um dos deveres que o consumidor deve observar perante a entidade bancária, aconselhando-se, para a necessidade da denúncia às instituições competentes quando os direitos estejam a ser violados.

A palestra, inserida no programa do BNA que visa educar financeiramente os cidadãos, prevê encontros semelhantes a serem realizados também no mercado fronteiriço do Luvo (Mbanza Kongo), onde se espera

promover uma campanha de abertura de contas bankita.

Actividades do género serão extensivas aos municípios do Tomboco e Nzeto, ainda este mês, devendo chegar ao Soyo, em Junho próximo.

A abertura da conta bankita em qualquer banco comercial é feita com 100 Kwanzas e é geralmente para cidadãos nacionais de baixa renda. Pode evoluir para uma conta convencional ou normal desde que o cliente complete até 100 mil Kwanzas de poupança.

2.4 A armadilha do crédito

Jornal O PAÍS

15 De Maio de 2018

Texto: Venceslau Costa

Prezado director,

Durante muitos anos, os créditos eram apenas concedidos em dólares.

Alguns cidadãos pediram crédito aos bancos, e foilhes concedido em dólares.

Os que ainda persistem são essencialmente créditos à habitação. As taxas rondam, estranhamente, os 10% num contexto em que a “depreciação” é em relação ao Kwanza e não ao contrário. Como se justifica uma taxa tão alta, para uma moeda tão forte como o Dólar?

Mas isso não é o mais grave. Deu-se início ao processo de desvalorização da economia, os salários que eram pagos em dólares ou com referência ao dólar deixaram de o ser. Quem ganhava por exemplo 3 mil dólares, o equivalente em kwanzas a 300.000,00 kwanzas, pediu créditos onde podia pagar até cerca 35% de taxa de esforço ou seja 1050,00 USD ou 105.000,00 kwanzas. Com o remanescente o cidadão e sua família conseguiam gerir os 195.000,00 kwanzas que restavam após pagamento da prestação de crédito.

Os créditos eram normalmente para cerca de 15 anos. E foram concedidos até sensivelmente 2010/2012.

Desvalorizaram a economia, retiraram a referência a dólares nos salários, mão não desindexaram os créditos. Hoje, só para ter uma ideia, o salário continua a ser o mesmo, ou seja 300 mil kwanzas, mas os 1050 USD ou são cerca de 250.000,00 kwanzas.

Como viver e pagar o crédito nestas condições.

Se a taxa de esforço, ou seja, o desconto máximo que se podia efectuar para que não houvesse aflição para o cliente na altura de pagar o crédito, porquê que agora os valores sobem para valores in comportáveis.

Os bancos gabam-se de terem atingido lucros fabulosos, milhões e milhões de dólares mas a custa do pobre cidadão que sem culpa pediu um crédito que lhe foi dado em dólares. O kwanza perde valor um pouco mais todas as semanas. Não tarda a prestação é superior ao salário.

Será que ninguém vê? Será que a AADIC não vê? Será que o INADEC não vê? Será que o BNA não vê isso? Sinceramente meus senhores...!

Haja respeito pelas pessoas.

2.5 Crédito salário aberto para os professores

Jornal de Angola

19 De Maio de 2018

Texto: Paulo Mulaça

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Ministério da Educação assinaram ontem, em Luanda, um protocolo pelo qual a instituição financeira aceita conceder crédito garantido por salário aos professores do primeiro ciclo do ensino primário.

O documento foi subscrito pela directora de Qualidade do BPC e a dos Recursos Humanos do Ministério da Educação, Sandra Jardim e Laudimira de Sousa, e marca a retoma dos empréstimos projectados para professores, o que aconteceu pela primeira vez em 2016. O presidente do conselho de administração do BPC, Alcides Safeca, que participou na assinatura do protocolo ao lado da ministra da Educação, Cândida Teixeira, declarou que a assinatura de protocolos com as instituições tutelares constitui o novo modelo adoptado pelo banco para conceder crédito garantido por salário.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Cem mil pessoas exercem actividade informal na capital

Jornal de Angola
01 De Maio de 2018
Texto: Ana Paulo

Dados provisórios dão conta que a província de Luanda tem cerca de 100 mil pessoas a exercerem o comércio informal. O Ministério do Comércio acredita que esse número seja muito inferior, tendo em conta a densidade populacional da capital angolana.

Os participantes ao encontro de reflexão sobre a Uniformização dos Procedimento do Licenciamento Comercial e Industrial, promovido ontem pelo Governo Provincial de Luanda, recomendaram que seja acelerada a reformulação da “Lei das Actividades Comerciais” - Decreto Presidencial nº 193/17, de 23 de Agosto, para a redução da prática do informalismo mercantil no mercado angolano.

Em linhas gerais, o encontro de ontem debruçou-se sobre a uniformização dos procedimentos do licenciamento comercial e industrial, a formalização da pequena actividade comercial e de serviços, a disponibilidade e oferta de matéria-prima para laboração das panificadoras e o alargamento da base tributária na província de Luanda.

O director provincial do Comércio, José Moreno, garantiu que o licenciamento da actividade comercial está a ser cumprido conforme previsto na lei, ainda que, do ponto de vista de organização, “não esteja bem”.

Referiu que ainda há muita desorganização e atropelos à lei, fundamentalmente no que diz respeito aos mercados informais, que proliferam por toda a cidade em terraços, passeios e passadeiras aéreas”. As administrações municipais devem construir as respectivas estruturas, para se regular a venda ambulante e permitir que a me 'ma não seja feita em locais impróprios. Além disso, a administrações municipais devem ainda estabelecer um programa de formação contínua aos fiscais e inspectores, para se desencadear uma acção de sensibilização aos comerciantes' assim como devem ser estabelecidos prazos aos vendedores.

Por se constatar que existem comerciantes que expõem produtos fora das instalações, foi recomendado que, dentro das instalações, os estabelecimentos comerciais montem espaços apropriados para exposição. As administrações municipais e distritais foram orientadas a controlar os comerciantes que insistem em vender os produtos no passeio.

No âmbito da descentralização das actividades dos órgãos do Poder Local do Estado, o Ministério do Comércio deve transferir para os municípios quadros da Inspeção Nacional.

“O mercado deve ser feito com regra e as pessoas que exercem tal actividade devem estar devidamente licenciadas para que possam contribuir não só para os benefícios que o negócio traz, mas também para se honrar com as obrigações fiscais inerentes”, referiu José Moreno.

Ao intervir no encontro, o governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, disse que uma das tarefas que tem sido desenvolvida com urgência é a formalização do exercício da actividade económica e comercial informal.

O governador apelou às administrações para se empenharem no cadastramento e na sensibilização dos vendedores na rua.

3.2 Kupapatas circulam sem documentação

Jornal de Angola
01 De Maio de 2018
Texto: Domingos Caluçipa

Centenas de moto-taxistas ("Kupapatas") voltaram a circular nas principais artérias da cidade de Ondjiva sem capacetes, em desobediência ao aviso da Polícia de Trânsito. "Tanto os "Kupapatas" como os passageiros que eles transportam não usam capacetes muitos não têm documentação. Portanto, a Polícia já não vai tolerar mais, até porque já fez um grande trabalho de esclarecimento e sensibilização junto destes indivíduos", disse o porta-voz do Comando Provincial da Polícia, intendente Nicolau Tuvecalela.

"Reconhecemos que se trata do meio de transporte usado por grande parte da população local, por isso exige prudência na condução e o uso do capacete. Mas, devido aos crescentes atropelamentos, temos de pôr ordem sem mais contemplações", frisou. O Comando Provincial da Polícia reuniu -se recentemente com os "Kupapatas" em Ondjiva para abordar este problema. Na ocasião, os moto-taxistas

disseram que encontram grandes dificuldades para tratar da licença de táxi e da legalização das motas devido ao excesso de burocracia.

3.3 Governador de Luanda apela cadastramento dos vendedores

Jornal de Economia e Finanças
04 De Maio de 2018
Texto: Pedro Peterson

Os administradores municipais, comunais e presidente da Comissão Administrativa de Luanda foram orientados esta segunda-feira, pelo governador provincial Adriano Mendes de Carvalho, a sensibilizarem e cadastrarem os vendedores ambulantes, para uma melhor organização comercial.

A orientação foi transmitida no Governo Provincial, quando o seu titular procedia a abertura de um seminário sobre "Os pressupostos para uniformizar procedimentos da actividade do licenciamento comercial e industrial, bem como a problemática da produção e comercialização do pão", Segundo o governador é necessário que os comerciantes informais passem a formais, na actividade económica, para melhor organização dos seus negócios e a criação, sem burocracia, de micro e pequenas empresas.

O responsável disse ser urgente a moralização do comércio e da pequena actividade industrial da prestação de serviços, fazendo com que os trabalhos de Inspeção e Fiscalização na sua actuação tenham sempre presente o primado da legalidade, ética e decoro. Apelou para a necessidade de maior interacção entre os diferentes actores públicos e privados, do sector do Comércio, serviços e Indústria, cultivando o espírito e a cultura da troca de experiências entre si. Adriano Mendes de Carvalho augura que, com este encontro, se uniformizem os critérios para o licenciamento industrial e comercial, para a formalização da produção e venda dos produtos básicos, incluindo o pão. Participaram do encontro, entre outras individualidades, vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda para o Sector Económico, administradores municipais adjuntos para Área, Económica, directores do Comércio, chefes de Departamento do Comércio e Indústria e responsáveis do Ministério do Comércio.

3.4 Vendedores abandonam novo mercado no Lubango

Jornal de Angola
9 De Maio de 2018
Texto: Arão Martins

A ausência de peixe seco e milho, indicados como produtos tradicionais do antigo mercado informal "João de Almeida", é dos motivos do regresso dos vendedores que haviam sido transferidos, em 2014, para o mercado do Rio Nangombe, arredores da cidade do Lubango, província da Huíla.

Tarde de quarta-feira. O mercado do "João de Almeida" regista uma enchente. A azáfama de venda e atendimento ao cliente é permanente, apesar da sua transferência ter sido efectuada em 2014. No mercado vende-se de tudo um pouco, desde bens alimentares, medicamentos, madeira, chapas de zinco, material de construção civil, roupa usada, acessórios de motorizadas, viaturas, bicicletas e outros bens.

Com rapidez e com aflição, própria de ter um parente doente, Cafufle apresenta a receita médica, de um parente internado no Hospital Central do Lubango, Doutor António Agostinho Neto, por estar a padecer de malária.

O complexo B e outros medicamentos anti-malária fazem parte da receita que é imediatamente atendida pelo vendedor identificado apenas por Paulo, como disse à reportagem do Jornal de Angola no local. Abel Malaquias, 30 anos, solicita, embora com ausência de uma receita médica, uma bisnaga denominada Ketaconazol, para curar fungos.

A procura dos medicamentos no local justifica-se pelo preço que é praticado, comparativamente às farmácias as existentes na cidade do Lubango. "Aqui tem tudo. Só temos que ter cuidado por causa dos agentes da ordem, que expulsam os vendedores, para irem ao mercado novo", disse Abel Malaquias.

Reclamação dos vendedores

A falta de energia eléctrica, a existência de ravinas no interior do mercado e dos pontecos na estrada que dá acesso ao mercado do Rio Nangombe, na Quilemba, são outros motivos de constrangimentos apontados pelos vendedores, que regressaram em massa ao antigo mercado informal do "João de Almeida".

O regresso massivo de vendedores ao antigo mercado motivou o governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, e o administrador municipal do Lubango, Francisco Barros, auscultarem os vendedores.

João Joaquim é vendedor de acessórios de viaturas no mercado "João de Almeida". A estrada que desemboca no mercado do Rio angombe geograficamente não dá acesso a outros municípios, cidades, o que retrai a venda.

José Elias, outro vendedor de roupa usada, reconhece que está no mercado inapropriado. "Sabemos que o "João de Almeida" é um mercado inapropriado, mas retomamos por causa do custo de vida e por forma a garantir o sustento das famílias. Pedimos aos governantes para melhor enquadramento dos vendedores, porque carecem de tudo", disse.

Rosa Candanda, vendadora de fardo no antigo mercado, confessa que, depois de ser transferida para o mercado do Rio Nangombe, o negócio ficou retraído.

"Quando me mudei ao novo mercado tinha como fundo do negócio 70 milkwanzas. Com a fraca procura dos compradores, regressei com 15.000 kwanzas, disse, acrescentando que o plano de investir na agricultura no município de Caluquembe, que lhe viu nascer, está adiado", lamentou.

No João de Almeida, tendo em conta a sua localização, é fácil receber compradores dos municípios do norte da Huíla como Caconda, Caluquembe, Chicomba, Matala, Chipindo e até das províncias do Huambo, Bié, Luanda e outros, à procura de alho, cenoura, repolho, peixe seco, milho e outros alimentos.

Os vendedores do "João de Almeida" tinham os tradicionais clientes, o que é diferente no novo mercado, como lamentaram. "No ex - mercado, apesar das dificuldades, chegamos à conclusão de que os compradores que vêm do município da Matala, Chibia, Huambo, Namibe e Luanda encontram-nos sempre, o que é diferente na Quilemba", comparou.

António Calete, vendedor de roupa usada, disse que muitos comerciantes que vendiam fardo na antiga praça do "João de Almeida", quando foram transferidos para o mercado do Rio Nangombe levaram entre 100 a 500 mil kwanzas e voltaram com dinheiro de vender tomate, por falta de clientes. "Muitas pessoas que vendiam no contentor voltaram a vender tomate, porque faliram. O Governo Provincial da Huíla tem que nos dar tempo, até que a

centralidade da Quilemba receba os moradores que vão ser os potenciais clientes do mercado do Rio Nangombe", referiu.

Acrescentou: "Compramos a cenoura e alho nas hortas distantes e quando chegamos, o negócio decaiu e decidimos voltar ao antigo mercado para recuperar o fundo perdido". Os clientes do Rio angombe só querem peixe sardinha, tuba e não compram alho e cenoura porque já cultivam. Encontro dificuldades, daí o nosso regresso ao "João de Almeida", Temos necessidades e não temos onde ir". Queremos vender numa área onde os carros chegam e recebemos clientes de Luanda, Zaire, Malanje, Cuando Cubango, entre outros, para comprar os nossos produtos, que é o alho, cenoura, tomate e outros", indicou.

Vitorino Capoko, vendedor de roupa usada no mercado do Rio Nangombe, explica que as dificuldades dos vendedores do novo mercado e do antigo são semelhantes; "Se os que vieram do mercado João de Almeida regressaram com 15 mil kwanzas, os que estão no Rio Nangombe não têm nada".

Muitos vendedores voltaram por falta das infra-estruturas planificadas na actual área onde funcionou o mercado "João de Almeida". Acrescentou que o mercado do Rio Nangome carece de infra-estruturas como agências bancárias, serviços veterinários e outros.

"Solicitamos que haja melhor estudo para que a distribuição de produtos tenha sucesso". Temos família por sustentar e toma difícil investir em algo e não esperar rendimento. Isto é que faz com que muitos vendedores regressem ao antigo mercado "João de Almeida", indicou.

Nova alternativa

O mercado do Rio Nangombe, no Lubango, foi criado para albergar os vendedores "desalojados" do mercado "João de Almeida" e tem capacidade para 5.079 bancadas e equipamentos, destes, apenas 252 bancadas estão ocupadas. Estão ainda ocupadas as famosas áreas "Paga já" com seis contentores de 20 pés, duas bancadas de venda de fardo e 65 de material eléctrico, alfaiates, electrodomésticos, talhos e barracas de comes e bebes.

Estão ainda ocupadas, no mercado do Rio Nangombe, bancadas de venda de material agrícola, de peças diversas, venda de bebidas a retalho, barbearias e bens industriais diversos, de mobília, parque de estacionamento de viaturas, ervanárias, matadouros de gado bovino, caprino e farmácias. O

mercado do Rio Nangombe está situado na comuna da Quilemba e dispõe ainda de um posto de saúde em obras e farmácia. O administrador do Lubango, Francisco Barros, disse que, apesar das condições aí criadas, o novo mercado do Rio Nangombe tem 4.820 bancadas desocupadas e os seus vendedores insistem em comercializar os seus produtos no antigo mercado do "João de Almeida".

O Governo Provincial, como disse o administrador, projectou, para a área onde funcionou o antigo mercado do "João Almeida", a construção de casas sociais, hospital, campo de futebol, escolas, posto policial e outros serviços sociais.

Em 2017, referiu, a Administração Municipal do Lubango fez a catalogação de todos os vendedores dos mercados informais em funcionamento na cidade do Lubango, muitos deles já têm passes com o tipo de produtos que comercializam.

A acção, garantiu, vai continuar a ser desenvolvida, para criar as condições de acomodação de todos os vendedores ambulantes.

Desencorajar a prática

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, alertou para os perigos que existem em os vendedores insistirem vender no antigo mercado do "João de Almeida". Sem medo de errar, o governante garantiu que estão criadas todas as condições de segurança, de higiene, saúde, o que é diferente no Rio Nangombe.

Adiantou que se vai repor a nova rota para dinamizar o negócio. "O que se pretende é transformar o mercado informal para formal. O governo está a criar condições para que os pequenos negociantes continuem a crescer, para criarem também emprego", disse.

A perspectiva de crescimento do novo mercado do Rio Nangombe consta do plano de crescimento da cidade do Lubango. "Surgiu a centralidade que, numa primeira fase, vai albergar mais de 50 mil pessoas. O mercado está situado na direcção da zona urbanística da Tchavola, Kuawa, o que vai proporcionar crescimento da cidade", referiu, com uma certa satisfação.

No terreno do antigo mercado vão ser construídas infraestruturas sociais e os vendedores que abandonaram as suas áreas de venda podem perder o espaço a título definitivo. Alertou que a proliferação de mercados desencoraja também os visitantes, muitos deles funcionando em locais impróprios.

3.5 Polícia fiscaliza trabalho de taxistas de Luanda

Jornal de Angola

13 De Maio de 2018

Uma operação de fiscalização à actividade de taxista vai ser realizada a partir de amanhã em grande escala, na província de Luanda, pela Unidade de Trânsito, anunciou ontem o comandante da instituição policial.

O superintendente-chefe Roque Silva explicou que a actividade é realizada em toda a extensão da província de Luanda e justificou a acção pelo facto de existir motoristas e viaturas a exercer a actividade ilegalmente.

Afirmou que na actividade de fiscalização serão apreendidas viaturas que circulam sem os documentos necessários e detidos os condutores com cartas de condução não averbada à actividade.

Roque Silva avançou que a operação vai durar o tempo necessário até que se reponha a normalidade nas estradas.

O oficial da Polícia Nacional esclareceu que a intenção da operação não é combater a circulação dos táxis, mas a de fiscalizar e limitar a actividade dos ilegais, pois são responsáveis por muitos acidentes, alguns dos quais com resultados fatais.

Acidentes no Dande

Um total de 19 pessoas morreram entre Janeiro e Março deste ano, no município do Dande, província do Bengo, em consequência de 47 acidentes de viação, 25 dos quais foram casos de choques entre veículos e motociclos registados em vários pontos da localidade.

Num encontro realizado na sexta-feira com os mototaxistas, o comandante municipal da Polícia Nacional do Dande, superintendente Dionísio Panduleni, sensibilizou -os para o cumprimento rigoroso das regras do Código de Estrada.

O comandante municipal reiterou a necessidade e importância do uso do capacete por ser este o equipamento que os protege em caso de acidentes. Por isso, a partir de amanhã, as motocicletas que forem apanhadas a conduzir sem capacete, serão multados.

3.6 Vendedores Informais ganham novo mercado

Jornal de Angola

14 De Maio de 2018

Um novo mercado, denominado "Doieta", foi inaugurado, na semana passada, no município do Cazenga, para albergar mil e 500 vendedores, que efectuem a venda de produtos em espaços impróprios. O projecto de iniciativa privada permitiu a criação de 50 postos de emprego directo e mil indirectos. Eduardo Martins Geraldo, responsável do mercado anunciou que estão a receber os primeiros clientes.

O espaço que acolhe o mercado "Doieta" estava subaproveitado. A iniciativa da abertura do empreendimento partiu de Eduardo Martins Geraldo, com o apoio do Executivo, no âmbito do programa de protecção social.

3.7 Talhos em situação ilegal proliferam na periferia

Jornal de Angola

18 De Maio de 2018

Texto: César Esteves

Talhos improvisados em lugares sem o mínimo de condições de higiene são cada vez mais em maior número em Luanda, muitos deles explorados por estrangeiros.

As carnes, além de serem conservadas em lugares impróprios e sem a temperatura desejável, são penduradas em ganchos enferrujados.

As paredes não há nenhum documento que autoriza a actividade. Apenas uma tabela de preços.

A Samba, onde estão uns tantos, o Jornal de Angola tentou conversar com o responsável de um dos talhos ali instalado, mas sem sucesso.

“Não vou falar. Vai só”, disse o responsável de um estabelecimento que fica no Antigo Controlo, a poucos metros da esquadra da Polícia Nacional da Carimba, socorrendo-se de um português de difícil pronúncia.

Dirigimo-nos a um outro estabelecimento, localizado nos arredores do Prédio do Café, no bairro Rocha Pinto. O responsável aceitou falar, mas sem imagem.

Disse que já desenvolve a actividade há muito tempo. Indagado sobre o local onde compra as carnes que comercializa, não aponta nenhum matadouro, como

era de esperar. “Compramos o boi e abatemo-lo”, declarou.

Sobre a autorização para desenvolver as actividades, o comerciante disse não saber nada sobre a questão, pois argumentou não ser o dono do talho. “Eu sou apenas funcionário”, frisou.

Inocente dos riscos que correm, ao consumir as carnes ali vendidas, a população adere em massa. “A carne abatida localmente é mais saudável que a importada”, justificou uma senhora, que aguardava pela sua vez para ser atendida.

Sem conhecer as consequências que o consumo desta carne pode causar à saúde, a curto ou médio prazo, a cidadã disse que compra sempre a carne naquele lugar, desde que abriu.

“Antes comprava a carne importada no mercado, mas, desde que esse talho surgiu, passei a comprar aqui”, salientou.

Serviços de veterinária Contactado pelo Jornal de Angola, João de Carvalho, chefe de Departamento Provincial dos Serviços Veterinários de Luanda, disse não estar informado sobre o surgimento dessa rede de talhos improvisados na cidade capital, mas prometeu desenvolver acções para saber o que se está a passar.

João de Carvalho acrescentou que nenhum desses cidadãos solicitou junto dos Serviços de Veterinária licença para explorar a actividade. “Não tenho conhecimento de nenhum pedido de licença, por parte desses cidadãos, para exploração desse negócio”, declarou.

Apesar de as evidências indicarem que eles estão a exercer a actividade de forma ilegal, João de Carvalho prometeu deslocar -se com uma equipa ao terreno para saber quem os autorizou a exercer a actividade.

Em caso de se confirmar que não dispõem de autorização, João de Carvalho disse que a medida passa pelo encerramento dos estabelecimentos com apreensão de todos os produtos.

“O que eles estão a fazer é um atentado à saúde pública”, salientou.

João de Carvalho esclareceu que ninguém deve comercializar produtos de origem animal, sem que antes lhes seja passado um certificado higieno-sanitário, documento que atesta que o estabelecimento, seja peixaria, talho, leitaria ou posto frigorífico está habilitado a desenvolver a actividade de retalhista.

Além deste documento, o chefe de Departamento Provincial dos Serviços Veterinários de Luanda disse que os estabelecimentos devem ter, também, o certificado de salubridade, que lhes permite comercializar os produtos de origem animal.

João de Carvalho informou que nenhum animal deve ser abatido para o consumo humano fora dos locais oficiais, como matadouros, porque nestes lugares eles são antes inspeccionados pelos técnicos dos serviços de veterinária.

“Há animais portadores de doenças transmissíveis ao homem, como a tuberculose”, alertou.

O Instituto de Serviços de Veterinária (ISV) é a instituição que regula a actividade pecuária em todo o país, no que concerne à importação, produção de animais, sanidade animal, tráfego de animais de uma província para a outra e a saúde pública veterinária, como os casos de doenças de animais transmitidas ao homem.

O objectivo da instituição é a defesa sanitária do país, em termos de sanidade animal.

3.8 Vendedoras ambulantes adoptam novos métodos de venda

Jornal Visão

18 De Maio de 2018

Texto: Emiliano Caxala

Joana António, vendedora ambulante naquela circunscrição do município de Viana, disse que em função do tempo de trabalho, já se acostumaram as corridas dos fiscais e preferem vender na rua porque não são obrigados a pagar qualquer ficha como acontece nos mercados. "Nos mercados, vendendo ou não temos que dar 150 kwanzas caso contrário levam o nosso negócio": explicou, garantindo que no interior do mercado o negócio não anda. "Por causa disso estamos a vender nas ruas e nas pontes" sublinhou, apesar de estar consciente dos riscos que correm a vender nestes locais.

Ainda assim, diz-se feliz pelo facto de não pagar qualquer taxa diária cobrada nos mercados mesmo quando não há clientes, ao contrário do que acontece nas pedonais e na rua Maria José da Silva é outra vendedora que aceitou falar à nossa reportagem. Tal como a sua colega a preferência de vender na rua surge na medida em que não precisam pagar fichas e pelo número de clientes que ali acorrem. "Nos mercados infelizmente há dias que não vendemos nada, tudo porque os clientes já não entram para comprar com frequência, já que estão sempre com

pressa" contou, para depois denunciar que muitas vezes para conseguirem um lugar nos mercados são obrigadas a fazer uma espécie de contrato "e custa em média 10 mil kwanzas", o que na sua opinião é muito.

Eduardo Fernando, administrador do Distrito da Estalagem em entrevista ao Jornal Visão à respeito, disse que o comércio informal já passou a ser uma actividade diária que as pessoas têm para poderem sobreviver face as condições de vida e a situação que o país atravessa. "Milhares de pessoas sobrevivem da compra e venda de alguns produtos, por um lado, por outro, a existência do reduzido número de mercados conduz a essa situação, embora há a salientar também uma certa indisciplina das nossas mães" explicou, para depois dizer que o facto de elas terem o comércio como fonte de rendimento, leva-as a não acatarem alguns princípios básicos, como é o caso, de vender em locais adequados.

Este responsável, garantiu que não podem parar com a venda, mas há uma necessidade enorme de ensinar as senhoras que a venda em locais apropriados é a medida acertada que elas podem fazer, já que evitam as doenças decorrentes da colocação lixo e a segurança das próprias vendedoras e dos seus clientes. "A venda nas ruas, em pedonais e nas paragens de táxis é uma situação que ainda nos preocupa bastante, por e facto, seguindo as orientações do senhor Governador provincial, Dr. Adriano Mendes de Carvalho e do senhor administrador municipal Viana, Dr. André Soma, já estamos a preparar algumas acções práticas, para tentar estancar a venda ambulante no nosso distrito": garantiu, para depois acrescentar que é uma preocupação que deve ser encarada com algum cuidado e cautela para não ferir os direitos dos cidadãos, sem que elas também esqueçam que "onde termina o meu direito, começa o direito do outro":

"A título de exemplo, temos mercados vazios, como é o caso da praça do km 12-A. Ali, temos dezenas de bancadas vazias que precisam de preenchidas por estas vendedoras que preferem a rua as pedonais aos mercados queixou -se, sublinhando que é uma situação que deve ser combatida. "Elas queixam-se que não vendem, mas os mercados estão em zonas de fácil acesso para facilitar as pessoas que por lá se dirijam": aclarou.

3.9 ANATA quer acabar com o vandalismo nas paragens de táxi

Jornal 24 Horas

24 De Maio de 2018

Texto: Inácio Cândido

A direcção da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA) queixa-se dos constantes "actos de vandalismo" protagonizados pelos lotadores de táxis, jovens que obrigam os passageiros a entrarem em viaturas que os próprios escolhem. A estes juntam-se também diversos delinquentes.

A informação foi avançada pelo presidente da ANATA, Geraldo Wanga. O fenómeno, que afecta este tipo de transporte público informal, não é recente e, ao fim de alguns meses de polémica, aquela associação decidiu avançar com uma campanha de sensibilização para tentar demover estes jovens destes comportamentos e de cobranças ilícitas.

"As reclamações são de taxistas, mas também de passageiros. É de facto um trabalho ilegal e quando actuam de forma coerciva pior ainda. Quando não são obedecidos, promovem actos de vandalismo, partem vidros de viaturas. Estes 'lotadores' não passam de jovens que, por falta de emprego, logo ao amanhecer, marcam presença nas paragens de táxi, com o propósito de persuadir passageiros para determinado táxi e cobram uma taxa que pode variar entre 50 a 200 kwanzas por cada viatura, dependendo da sua lotação e do destino".

Segundo Geraldo Wanga, a campanha de sensibilização arrancou no final de Abril e pretende fazer com que os 'lotadores' terminem com esta prática "de forma voluntária", sob pena de a associação solicitar a intervenção da polícia, para repor a legalidade.

"A falta de regulamento ou de um estatuto que venha reger essa actividade está na base da desordem que se verifica nas paragens de táxi", disse. Continuando, referiu que não vai ser pretensão da ANATA "expulsá-los simplesmente das paragens, mas apenas repor a ordem, porque sabemos que daí conseguem alguma coisa para sustentarem as suas famílias. Aliás, temos já o aval dos nossos associados no sentido de podermos incluí-los na nossa actividade de forma ordeira, obedecendo a um regulamento que estamos a elaborar", adiantou.

Segundo o dirigente, "depois todos os 'lotadores' das paragens que quiserem continuar com o exercício dessa actividade deverão dirigir-se à associação para terem conhecimento do regulamento preparado".

Um regulamento no qual deverão constar "os deveres e obrigações do 'lotador', que será ainda portador de um colete "com o respetivo nome e número de cadastro", listagem que "também será partilhada com a polícia, para controlar a sua actuação".

Aquele responsável disse que é urgente o controlo dos 'lotadores' nas paragens de táxi, porque grande parte dos mesmos "são altamente perigosos e infiltram-se na actividade para encobrirem as suas reais pretensões.

"Porque de dia estão nas paragens e de noite são assaltantes. São sim altamente perigosos e são mesmo um caso de polícia, nós tivemos registo de três mortes em 2016, mataram pessoas à luz do dia nas paragens de São Paulo e da Cuca", disse.

Aquela associação controla actualmente pelo país cerca de 24.000 associados, sendo que a maioria actua na Província de Luanda, num total de 18.500 profissionais, entre taxistas e cobradores. A nossa equipa de reportagem foi ao encontro dos 'lotadores' da paragem da vila de Cacuaco, na sua maioria jovens desempregados, que admitiram alguns excessos na sua actuação, mas ao mesmo tempo congratulam-se com a pretensão da ANATA, em colocar ordem na actividade.

Para o jovem Bernardo António, de 17 anos de idade, que está a oito meses ao serviço de lotar táxis, garantiu que actua "com civismo", porque é daí que consegue "alguma coisa para o sustento". Tem existido casos de confusão nas paragens, "mas nós aqui temos bom comportamento", assegurou, contando que por dia chega a fazer mais de 1.000 kwanzas.

Por sua vez, Paulo da Silva, de 24 anos, trabalha como 'lotador' desde 2017 e diz já ter assistido a cenas de agressões a cobradores dos táxis, protagonizados pelos seus "colegas" nas paragens onde já trabalhou. "Só acontece confusão quando o cobrador não colabora. Todo o mundo sabe que o 'lotador' recebe sempre alguma coisa dependendo da capacidade da viatura, então quando não pagam o valor completo acontece muitas vezes confusões, mas isso não é boa coisa" afirmou.

Para aquele 'lotador, uma melhor organização da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola "é bem-vinda" e "vai facilitar" o trabalho. "Nós não somos gatunos, temos família e estamos aqui a lutar pela vida porque não temos emprego".

3.10 Os excessos da fiscalização

Jornal A República

25 De Maio de 2018

Texto: Luís Neto Kiambatald

No dia 28 de Abril passado, assistimos no cemitério da Santana a uma cena infeliz e caricata, protagonizada pela Fiscalização que está ligada ao Governo Provincial de Luanda.

Naquele dia, as 9h e 30min, celebrava-se os 100 anos desde o nascimento do nosso pai, e, naturalmente, por ser uma data simbólica, fomos prestar homenagem à aquele ente querido que já nos deixou.

Assim, também os nossos Irmãos nos acompanharam, sendo tios, cunhados, sobrinhos, netos, amigos e demais conhecidos, renderam-lhe a devida homenagem.

Às tantas, e de repente, apareceu um jeep da Fiscalização do Governo Provincial, que se infiltrou no cemitério, para perseguir um grupo das chamadas kinguilas. Estas senhoras entraram também em pânico no cemitério, e passaram desordenadamente pelas campas, o que nos proporcionou um triste acontecimento.

Dada a velocidade com que entraram os agentes da Fiscalização, criou-se uma situação nunca vista; parecia um filme de coboyada num ataque surpresa. Estiveram presentes mais ou menos 100 pessoas que assistiram aquele episódio lamentável.

Mais tarde, telefonei ao Governador da Província de Luanda mas, todas as tentativas tornaram-se infrutíferas; insisti, mas disseram-me que Sua Excia estaria de visita a Portugal.

Dia seguinte, falei com as senhoras que também tinham presenciado aquela confusão. Elas disseram-me que era frequente a Fiscalização agir daquela forma, para recolher os produtos apreendidos, para depois, servirem-se deles para o seu consumo. Disseram ainda, que perto da Tourada têm uma Esquadra, e que os agentes não tinham ido trabalhar, “por vergonha” pelo ocorrido na véspera.

Aquela incursão no cemitério é uma violação porque desde então, mesmo na antiguidade, o homem medieval estava consciente em respeitar os bens espirituais daqueles lugares santos como Cemitérios, Igrejas, Templos, Mesquitas e outros locais outros de culto.

A religião profunda e sincera tem ensinado os rituais e todas as manifestações externas de culto. Havia até juramentos para se evitarem situações antecipadas,

que só antropófagos, os incivilizados é que permitem violar, assaltar, destruir, e profanar lugares santos.

Há factos religiosos, económicos, sociais para que esses lugares santos não sejam “maltratados e abusados” como o fez a Fiscalização.

Os nossos mortos devem repousar eternamente em Paz, e por isso, entregamos este abuso à protecção Divina que saberá fazer justiça devida pelo acto cometido.

Só Deus, que excede toda compreensão humana poderá perdoar tamanho vilipêndio. Só a fé em Cristo poderá salvar estes pecadores. O pior dos castigos é a excomunhão que separa os fiéis dos ímpios. Há uma premente falta de Autoridade no nosso País, onde cada um faz o que quer!!! Não se respeitam até os mortos!!! Não brinquem com coisas sérias!

AS VENDAS A PORTA DO CEMITÉRIOS

Tem-se visto, sobretudo à saída dos funerais, cidadãos que ousadamente realizam vendas ambulantes, mesmo as portas desses lugares santos.

É uma vergonha aquilo que se vê é que não existe qualquer autoridade que impeça. que tais procedimentos continuem. Acha-se tudo normal!!!

Vende-se tudo, desde acepipes, cervejas, gasosas, gelados, doces e toda espécie de bujingangas que aparecem. E todo o lixo mantém-se, como aliás em quase toda baixa de Luanda...

Tem de haver bancadas apropriadas para venda de flores, e não aquelas “tendas improvisadas e desajeitadas”.

DISPUTAM-SE TRUMUNOS AO LADO DO CEMITÉRIO

Também a prática de football é verificadas, sobretudo e principalmente ao lado do cemitério da Santana. No outro tempo, os miúdos e certos adultos não iam aos cemitérios. Uns tinham receio porque “podiam ser medidos”. Hoje, esses valores dizem que estão ultrapassados. Saltam os muros, fazem-se judiarias lá dentro dos cemitérios, partindo vasos, cruces, e demais ornamentos. É um pandemónio que se vê nos nossos campos santos.

OS ENGRAXADORES COABITAM COM OS JARDINS DESPREZADOS

Os engraxadores com aquelas latas também aparecem a saída dos funerais. Os jardins quase que não existem dando lugar ao lixo que continua presente.

Esta é a nossa realidade. Senhor Governador, como amigo, tome medidas o mais urgente possível.

3.11 Associação de taxistas é contra manifestação

Jornal de Angola

25 De Maio de 2018

Associação de Taxistas de Luanda (ATL) pediu, ontem, aos taxistas para desistirem da ideia de organizar, nos próximos dias, uma manifestação contra a fiscalização da Unidade de Trânsito de Luanda.

O pedido foi feito pelo secretário-geral da associação, Leonardo Lopes, que, em declarações à Angop, disse esperar que cada taxista tenha consciência das suas responsabilidades e respeite a lei.

Leonardo Lopes manifestou o seu "total apoio" ao trabalho das autoridades policiais e explicou que os taxistas foram informados, desde o princípio do ano, da realização da operação, daí ter havido "muito tempo" para a legalização da actividade de táxi.

O comandante da Unidade de Trânsito de Luanda, superintendente Roque Silva, garantiu que a operação "vai durar o tempo que for necessário, até que se reponha a normalidade nas estradas".

O oficial superior esclareceu que a intenção da operação não é "o combate à circulação de táxis, mas sim a fiscalização, um trabalho que" está a ser feito de acordo com a lei".

"Vamos continuar a limitar a circulação dos taxistas ilegais, por serem responsáveis por muitos acidentes, alguns dos quais fatais", acentuou Roque Silva.

O comandante da Unidade de Trânsito de Luanda assegurou que estão a ser retiradas de circulação as viaturas sem documentos para o exercício da actividade de táxi e também condutores com carta de condução não averbada à actividade.

A Polícia calcula que, em Luanda, circulem mais de 20 mil táxis.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Burocracia dificulta à administração de Moçâmedes acesso ao dinheiro do OGE

Jornal O PAÍS

05 De Maio de 2018

Texto: Neusa Filipe

A informação foi avançada ontem, a O PAÍS pela deputa da UNITA Amélia Judith, quando fazia o balanço da visita de constatação efectuada por parlamentares do 'Galo Negro' que trabalham desde o dia 2 na província do Namibe.

A responsável que chefia a referida delegação avançou que alguns projectos na sede do município de Moçâmedes encontram-se paralisados por falta de verbas, como é o caso da Escola 4 de Março, cujas obras tiveram início em 2011, mas que até ao momento não foram concluídas, o que, conseqüentemente, leva as crianças a assistirem as aulas numa escola feita de chapas.

Segundo a deputada, a Administração local justifica o atraso das obras alegando que, em termos de execução orçamental para a conclusão da referida escola, há apenas a disponibilidade das despesas correntes, não havendo ainda nenhuma disponibilidade para as despesas de capital. "Isso significa dizer que o OGE aprovado há quase cinco meses ainda não se faz sentir, as administrações não têm a liquidez para dar continuidade aos projectos nele inscritos", disse a deputada.

Reclamações recorrentes no sector da saúde

A parlamentar avançou que das visitas efectuadas, a hospitais e centros de saúde locais, apesar de o corpo clínico ter garantido a existência de condições para os cuidados primários, a população contactada continua a queixar-se das mesmas dificuldades: falta de medicamentos e de material gastável

Município do Tômbua

No município do Tômbua, a deputada engrandeceu as melhorias registadas nas empresas pesqueiras, designadamente a empregabilidade de jovens,

maioritariamente nacionais, a trabalharem nesta circunscrição.

Entretanto, esse grupo de trabalhadores queixa-se da falta de seguro de saúde, dada a natureza do trabalho que fazem, e que pode resultar em contágio de doenças infecciosas, como a tuberculose.

Penitenciária

Os parlamentares visitaram ainda a comarca do Namibe, tendo constatado a existência de muitos reclusos que, apesar de terem já cumprido as suas penas, estão sem previsão de soltura, uma preocupação que a deputada garantiu levar às autoridades.

A delegação de parlamentares que regressa hoje à capital Luanda, interagiu na tarde de ontem com os cidadãos namibenses, em torno da temática das eleições autárquicas, tendo a responsável referido, na ocasião, que para a UNITA, o gradualismo das autarquias deve seguir um ponto de vista funcional, "e não geográfico, como o estabelecido na Constituição".

4.2 Estado encaixa 18% da receita fiscal não petrolífera prevista no OGE 2018

Jornal Expansão

11 De Maio de 2018

Texto: Martins Chambassuco

O fisco arrecadou, no primeiro trimestre de 2018, 300 mil milhões Kz, correspondendo a 18% da receita fiscal não petrolífera prevista no Orçamento Geral de Estado (OGE) para todo o ano 2018.

Durante o período em referência, de acordo com o administrador da Administração Geral Tributária (AGT), Gerson dos Santos, que falava, nesta quinta-feira, à margem de um seminário sobre tributação, as receitas fiscais mensais rondaram os 100 mil milhões Kz e até final do ano estará perto dos 1,7 biliões Kz previstos no OGE 2018.

Gerson dos Santos foi categórico em dizer que não haverá amnistia fiscal como tem sido reclamado por associações empresariais, nem mesmo abrandamento de multas aos contribuintes faltosos, atendendo ao quadro macroeconómico actual do País. O administrador adiantou que, se fosse instituída uma amnistia fiscal, o Estado não teria como suportar as despesas com os salários da função pública.

Gerson dos Santos reconheceu que, em muitos casos, as dificuldades das empresas resultam do abrandamento da despesa pública, pois o Estado ainda tem o papel de principal cliente de muitas instituições privadas.

Por outro lado, o presidente do conselho de administração da Sistec, Rui Santos, presente no encontro, referiu que a actual legislação fiscal deveria ser ajustada à realidade do País para que as empresas consigam sobreviver.

O empresário defende ainda maior disseminação da legislação, para que todos conheçam os seus direitos e obrigações, e garante que as multas são um dos maiores constrangimentos da actividade empresarial num país em que 70% da economia é informal e apenas 30% dos agentes económicos são tributados.

4.3 OGE de 2019 já está na forja

Jornal Economia

18 De Maio de 2018

As instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício de 2019 foram aprovadas, ontem, na sessão Ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros. O diploma, aprovado durante a 5ª reunião deste órgão auxiliar do Presidente da República, contém regras de que se servirão os gestores dos recursos públicos em 2019, refere o comunicado final do encontro.

Segundo o comunicado, no diploma foram tidos em conta as contribuições dos deputados à Assembleia Nacional, aquando da discussão do OGE e a intenção do Executivo de ter um Orçamento Geral do Estado participativo.

No âmbito da reforma tributária, a sessão aprovou as linhas mestres para a implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) no país.

O mesmo consubstancia fundamentalmente na definição do modelo e do cronograma de implementação do IVA, na criação da instituição encarregue da sua gestão estratégica e da supervisão, inspecção e controlo das fraudes, com base no cruzamento de informações nos sistemas informáticos tributários.

A reunião, com orientação do Presidente da República, João Lourenço, apreciou o Relatório do OGE do primeiro trimestre de 2018 sobre o balanço orçamental e financeiro, as operações da dívida interna e externa realizadas, as variações das demonstrações patrimoniais no período, bem como o fluxo financeiro dos fundos autónomos.

A sessão analisou também um memorando sobre o processo de implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, recentemente aprovado que será operacionalizado através de planos anuais de desenvolvimento nacional.

O Plano Nacional de Desenvolvimento tem natureza operativa com objectivos, programas e acções concretas, metas físicas e financeiras anuais e trimestrais, indicadores de desempenho de cada projecto, bem como as unidades responsáveis pela execução, controlo, acompanhamento e avaliação das acções.

Actividade bancária

No domínio da actividade bancária foi apreciado o Relatório de Contas do ano 2016 do Banco Nacional de Angola (BNA), documento que contém a estrutura do BNA no período em referência, influenciadas pelo desempenho da economia internacional que foi caracterizado pelo abrandamento do crescimento económico mundial.

Foi ainda analisado o relatório do Banco Central sobre a inflação durante o primeiro trimestre de 2018, documento elaborado com base nos principais índices de preços na economia, nomeadamente o Índice do Consumidor Nacional e de Luanda, bem como no comportamento dos mercados financeiros de referência para Angola.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros tem como incumbência tratar da agenda macroeconómica do Executivo e assegurar a condução da gestão macroeconómica em harmonia com os objectivos e as prioridades económicas do Programa de Governação do Presidente da República.

4.4 Executivo aprova elaboração do Orçamento Geral de 2019

Jornal O PAÍS

18 De Maio de 2018

Aprovado durante a 5ª reunião deste órgão auxiliar do Presidente da República, o diploma contém regras que servirão para ajudar os gestores dos recursos públicos em 2019, refere o comunicado final da reunião.

Segundo o comunicado, no diploma foram tidos em conta as contribuições dos deputados à Assembleia Nacional, aquando da discussão do OGE, e a pretensão do Executivo de ter um Orçamento Geral do Estado participativo.

No âmbito da reforma tributária a sessão aprovou as linhas mestras para a implementação no país do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

O mesmo se consubstancia fundamentalmente na definição do modelo e do cronograma de implementação do IVA, na criação da instituição encarregada pela sua gestão estratégica e na supervisão, inspecção e controle das fraudes, com base no cruzamento de informações nos sistemas informáticos tributários.

A reunião, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, também apreciou o Relatório do OGE do primeiro trimestre de 2018 sobre o balanço orçamental e financeiro, as operações das dívidas interna e externa realizadas, as variações das demonstrações patrimoniais no período, bem como o fluxo financeiro dos fundos autónomos.

A sessão analisou também um memorando sobre o processo de implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, recentemente aprovado, que será operacionalizado através de planos anuais de desenvolvimento nacional.

O Plano Nacional de Desenvolvimento reveste-se de natureza operativa, com objectivos, programas e acções concretas, metas físicas e financeiras anuais e trimestrais, indicadores de desempenho de cada projecto, bem como as unidades responsáveis pela execução, controlo, acompanhamento e avaliação das acções.

No domínio da actividade bancária, foi apreciado o Relatório de Contas do ano 2016 do Banco Nacional de Angola (BNA), documento que contém a estrutura do BNA no período em referência, influenciadas pelo desempenho da economia internacional que foi caracterizado pelo abrandamento do crescimento económico mundial.

Foi ainda analisado o relatório do Banco Central sobre a inflação durante o primeiro trimestre de 2018, documento elaborado com base nos principais índices de preços na economia, nomeadamente o Índice do Consumidor Nacional e de Luanda, bem como no comportamento dos mercados financeiros de referência para Angola.

4.5 Fatias da Educação e da Saúde no OGE duplicam até 2022

Jornal Expansão

25 De Maio de 2018

Texto: Martins Chambassuco

O Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 (PDN) prevê um aumento gradual da dotação orçamental para Educação e Saúde, que deverão representar, em conjunto, 35% da despesa total do Orçamento Geral do Estado (OGE) dentro de cinco anos. Por outro lado, prevê uma redução para metade do que é gasto anualmente em Defesa.

De acordo com o PDN, a que o Expansão teve acesso, até 2022 será atribuída “maior prioridade à dimensão social de desenvolvimento”, com a despesa para a Educação a subir de 12,4% em 2018 para 20% em 2022 do total da despesa no OGE, bem como uma subida de 6,6 pontos percentuais na área da Saúde, de 8,4% actualmente para 15% no final da legislatura.

Por outro lado, serão reduzidos os valores atribuídos à Defesa, que sai de 12% para 6%, à Ordem e Segurança, de 9,4% para 7%, bem como dos Serviços Públicos Gerais cuja dotação passa de 18,9% para 6,3%.

As percentagens avançadas pelo Governo excluem das despesas totais as despesas com as operações com a dívida pública ou serviço da dívida pública, isto é as amortizações e os juros, o que inflaciona o peso dos diferentes sectores.

Uma prática que começou a ser adoptada em 2016 e continuou em 2017 e 2018. No OGE 2018, o Governo referiu que as despesas sociais pesam 42,4% do orçamento. Chegou a essa percentagem excluindo os juros e as amortizações das despesas totais.

Esta percentagem apresenta-se inflacionada quando comparada com a obtida utilizando a metodologia do Fundo Monetário Internacional (FMI) que exclui as amortizações da dívida pública, mas inclui os juros. Refeitas as contas com os critérios do Fundo, as despesas sociais caem para 35% das despesas totais.

As fatias das diferentes funções do Estado no OGE podem ainda ser calculadas de acordo com uma terceira metodologia que inclui nas despesas totais a totalidade do serviço da dívida. De acordo com este critério utilizado pela UNICEF, acrónimo de Agência das ações Unidas para a Infância, o peso das despesas sociais não ultrapassa os 20,2%.

Como referido, esta metodologia foi utilizada pelo Governo até ao OGE 2015, passando a partir de 2016 a adoptar o método em que não é incluída a dívida pública, garantindo, desta forma, maior peso dos sectores sociais nos orçamentos.

Aplicando as percentagens previstas para 2022 ao OGE 2018, neste ano a Educação teria um orçamento de 922 mil milhões Kz e a Saúde de 691,9 mil milhões Kz. De facto, o OGE 2018 prevê 559,6 mil milhões Kz para a Educação e de 388,5 mil milhões Kz para a Saúde.

Se for efectivada a subida da despesa em Educação e Saúde, Angola vê a dotação orçamental destas áreas entrar nos padrões internacionais. No denominado Compromisso de Dakar, assinado em 2000, ficou acordado entre vários países que os gastos com educação deviam ser da ordem dos 20% das despesas públicas totais. Em 2001, em Abuja, Nigéria, acordou-se que à Saúde deveria ser alocada uma fatia de 15%.

Como referido anteriormente, no OGE 2018, a Educação tem um peso de 12,1% nas despesas totais sem dívida pública, enquanto a fatia da Saúde não ultrapassa os 8,4%.

O PDN 2018-2022, é um documento que constitui o segundo instrumento de planeamento de médio prazo na sequência do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, foi aprovado em finais de Abril passado.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Angola e Cabo Verde assinam acordo no domínio autárquico

Jornal de Angola

01 De Maio de 2018

Texto: João Dias

Angola e Cabo Verde assinaram ontem, em Luanda, no Palácio Presidencial, um acordo de cooperação no domínio da administração autárquica, que contempla a formação de quadros, troca de experiência e intercâmbio institucional.

Da parte angolana assinou o ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, e da cabo-verdeana, o homologo, Luís Filipe Tavares. O acto de assinatura realizou -se depois do encontro entre o Chefe de Estado angolano, João Lourenço, e o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, no quadro da visita oficial que efectua a Angola desde dia 28, que termina hoje. As conversações ao mais alto nível entre as duas delegações foram lideradas pelos respectivos Chefes de Governo.

Ao proceder à leitura do processo verbal que resulta da visita do chefe de governo de Cabo Verde, o ministro angolano das Relações Exteriores, Manuel Augusto, lembrou que durante as conversações, os Primeiros-Ministros dos dois países reafirmaram o propósito de consolidar e aprofundar a histórica relação entre os dois países e elevá-la a um patamar assente em bases que sustentem uma parceria estratégica diversificada com realce para o diálogo político permanente e na cooperação económica e empresarial mutuamente vantajosa.

Os dois Chefes de Governo passaram em revista assuntos de interesse bilateral e multilateral. No domínio da cooperação político-diplomática, as partes concordaram em reactivar o mecanismo da Comissão Mista de Parceria Bilateral, a ter lugar de dois em dois anos e alternadamente nos dois países, com base num formato mais pragmático e orientado para resultados.

Neste plano, pretende-se a promoção de visitas mútuas a nível ministerial e técnico nos mais diversos sectores e domínios central, municipal, empresarial, académico e da sociedade civil.

Além disso, deseja-se estreitar o diálogo e incentivar o apoio mútuo na área da diplomacia multilateral, envolvendo iniciativas e candidaturas em sede do sistema das ações Unidas, da União Africana, da CPLP e do Fórum PALOP, além de constituir equipas técnicas de peritos com objectivo de rever e adaptar os instrumentos jurídicos já existentes entre ambas as partes.

Cooperação económica

No plano da cooperação económico-empresarial e tendo em perspectiva a integração de ambas as economias nos mercados regional e global, as conversações incidiram sobre a importância de se institucionalizar o diálogo entre as agências de investimento e exportações, com vista a incentivar uma maior dinâmica de parcerias e de negócios, envolvendo as empresas dos dois países.

Neste contexto, concordou -se na vinda a Angola do Vice Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Olavo Correia, à frente de uma equipa técnica e empresarial, em visita de trabalho em data a acordar através dos canais diplomáticos. A nível do comércio, os dois países entendem ser necessário continuar a trabalhar no sentido de se encontrar um entendimento reciprocamente vantajoso e que permita a reabertura de linhas regulares aéreas e marítimas entre os dois países, numa altura em que as companhias de bandeira de Angola e Cabo Verde acordaram no desenvolvimento de estudos para a implementação de uma parceria estratégica, mutuamente vantajosa.

O que se quer, de acordo com o processo verbal, é a exploração conjunta dos destinos com início ainda no decorrer deste ano. As partes reafirmaram o empenho mútuo no desenvolvimento do projecto Quibala. Neste sentido, Cabo Verde informou que estão em curso estudos necessários à sua concretização, em conformidade com a legislação.

No quadro da cooperação técnico-institucional, Angola e Cabo Verde pretendem também dar continuidade à dinâmica de cooperação nas mais diversas áreas e sectores, com realce para a administração autárquica, defesa, protecção e reinserção social.

5.2 Implementação gradual recebe apoio das igrejas

Jornal de Angola

01 De Maio de 2018

Texto: Adelina Inácio

Líderes religiosos de diversas denominações foram ontem unânimes em defender o gradualismo como a melhor medida para a implementação das autarquias no país. Os religiosos, que defenderam este posicionamento durante um encontro com o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, entendem, também, que o processo de atribuição de autonomia aos municípios deve ser feito de modo progressivo.

Para o apóstolo Victor Segunda, da União das Igrejas do Espírito Santo em Angola, a implementação gradual das autarquias é a melhor medida adoptada pelo Executivo.

Victor Segunda espera que o pacote legislativo que será discutido na Assembleia Nacional seja também apresentado às igrejas para darem o seu contributo aos diplomas.

D. Afonso Nunes, da Igreja Tocoísta, saudou a iniciativa do Executivo em abordar com os líderes religiosos o tema sobre as autarquias. O bispo tocoísta afirmou que a estratégia apresentada pelo Executivo para a implementação das autarquias “é boa”, mas que, se deve melhorar a forma como o gradualismo será implementado.

A ideia, segundo D. Afonso Nunes, é que não haja diferenças entre os municípios na implementação das autarquias. “Nesta fase do gradualismo é preciso que se crie as condições para que nesta fase de capacitação e transferência de competências se tenha em mente que quando os outros municípios ascenderem a esta categoria haja menos diferença em termos de desenvolvimento e implementação dos serviços básicos”, defendeu.

O padre católico Celestino Epalanga garantiu que a Igreja Católica, através da Comissão de Justiça e Paz, vai desenvolver em todo o país formações e seminários sobre o processo das autarquias. “Vamos explicar aos fiéis o que as autarquias significam para o país”, disse.

André Soares, bispo da Igreja Anglicana em Angola, alertou sobre a falta de quadros qualificados nos municípios para se candidatarem para as eleições autárquicas. André Soares questionou sobre o estabelecimento de parcerias externas ou internas para ajudar o desenvolvimento dos municípios. O

ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, apresentou aos religiosos a estratégia do Executivo para a implementação das autarquias e reafirmou que as mesmas vão ser implementadas de modo faseado, permitindo definir um conjunto de acções e medidas que precisam de ser desenvolvidas neste domínio.

O Executivo, disse, vai reforçar o espaço de intervenção dos municípios do país, atribuindo mais competências, autonomia na gestão pública a nível local, intervenção no processo de arrecadação de receitas a nível local. “Os municípios vão passar a tomar as suas próprias decisões de modo autónomo, gerindo as suas finanças, os seus serviços básicos como saúde, educação, saneamento básico entre outros”, esclareceu.

Adão de Almeida afastou a ideia de que os municípios onde vão existir autarquias são mais desenvolvidos do que onde não serão implementados e justificou que as dinâmicas dos municípios são sempre diferentes independentemente de ser ou não autarquias. “Não é ter autarquias ou não ter autarquias que traz crescimento equilibrado e desenvolvimento necessário”, disse, esclarecendo que autarquias é um modelo de governação e não uma forma de resolver todos os problemas.

Adão de Almeida acrescentou que o objectivo fundamental não é apenas a implementação das autarquias, mas sim serviços públicos que funcionem para que o cidadão sinta melhorias na sua condição de vida. “O processo das autarquias deve ser conduzido de modo tranquilo e responsável. Autarquias não são só eleições, mas o mais importante é o município ser autónomo”, concluiu.

O secretário de Estado da Cultura, João Constantino, disse que o Executivo conta com a parceria das igrejas para esclarecer os cidadãos sobre a implementação das autarquias locais.

5.3 MPLA prepara quadros para o poder autárquico

Jornal de Angola

01 De Maio de 2018

Texto: António Capitão

O MPLA está a seleccionar de entre os seus quadros e dirigentes, figuras de consenso e com qualificações políticas e académicas capazes de serem o suporte para as estratégias nas próximas eleições autárquicas, previstas para 2020.

De acordo com o primeiro - secretário provincial, Pinda Simão, a realização das eleições autárquicas exigem do partido mais dinamismo na acção política e social, sublinhou que para a concretização desta matéria é necessário que “os meses que ainda restam neste ano, sejam devidamente aproveitados para a selecção e formação de quadros locais capazes de representarem dignamente o MPLA nas regiões autárquicas”.

O político exortou aos militantes mais acompanhamento e apoio na materialização de projectos e programas, que conduzam ao cumprimento das promessas eleitorais do partido, contidas no programa de governação para o quinquénio 2018- 2022, assim como continuar a valorizar as potencialidades económicas e culturais da província.

Pinda Simão disse que a organização do processo e a realização das eleições autárquicas não são tarefas fáceis, dada a real situação económico - financeira que o país atravessa, que está a interferir na concretização de vários projectos sociais.

Das acções concebidas pela direcção central do MPLA, para este ano, Pinda Simão referiu que no Uíge decorrem acções que visam a promoção e orientação da análise e reflexão sobre a vida interna do partido e a sua melhor inserção na sociedade.

5.4 Autarquias são prioridades na actual reforma do Estado

Jornal de Economia e Finanças
04 De Maio de 2018

As próximas eleições autárquicas previstas para o ano de 2020 no país serão a maior reforma do aparelho da Administração Pública após a independência, considerou, recentemente, o ministro da administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida.

O ministro fez essa consideração, no encontro com as comissões de moradores da província de Luanda, realizado no pavilhão da Cidadela Desportiva, localizado no distrito urbano do Rangel, com o objectivo de esclarecer sobre as próximas eleições autárquicas.

Adão de Almeida disse que a profundidade da reforma e das alterações que irão fazer, permite concluir que estamos perante a maior reforma da administração local e até da pública em geral, desde a existência de Angola como Estado independente.

Explicou ainda que o país tem um percurso de um Estado com uma carga crescente de centralização, fruto do processo histórico e do período que se viveu, em que a administração estava apenas num terço do território nacional, em que todos esses elementos motivaram um agigantamento do aparelho do Estado e centralização considerável que levou até aos dias de hoje. Agora, disse, com essa reforma que vai ser profunda, vão alterar vários parâmetros do modo da governação que é feita hoje e da sua organização, onde irão introduzir um modelo novo e totalmente diferente do anterior.

Adão de Almeida acrescentou também que as autarquias são uma realidade nova que as pessoas ainda não compreenderam e outras interpretaram mal, por isso é que estão a realizar encontros de esclarecimentos para tirar todas as dúvidas da população. O ministro esclareceu igualmente que neste momento não existe nenhum município escolhido, apenas estão a preparar a lei sobre os critérios de selecção, para serem submetidos à discussão para depois apresentar à Assembleia Nacional para aprovação e seguir para a fase de escolha. Por seu turno, o governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, em breves palavras defendeu a introdução das autarquias de forma gradual, para não darem passos em falso nesta fase em que se pretende atribuir maior autonomia aos municípios.

Adriano Mendes de Carvalho disse que com a realização das autarquias o poder local estará mais reforçado e lançadas as bases para maior intervenção dos autarcas na resolução dos problemas dos moradores. Para a sua efectivação, disseram, é necessário alocar recursos adequados e proporcionais aos mesmos para que os órgãos locais desempenhem com propriedade as suas competências e valorizar nesta fase a promoção do diálogo a fim de se identificar os pontos referentes às competências que devem ser repartidas, aos recursos a atribuir e, principalmente, o caminho para tornar realidade essa expectativa.

5.5 MPLA tem a obrigação de vencer autárquicas

Jornal de Angola
05 De Maio de 2018

Texto: Luísa Victoriano

O primeiro secretário do Comité provincial de Malanje do MPLA, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", aponta os anos de 2018 e 2019 como de grandes desafios, devido a necessidade que há-de

vencer as eleições autárquicas em 2020, para que se cumpram as promessas eleitorais feitas em 2017.

O dirigente, que discursava na cerimónia de abertura da quarta reunião ordinária do comité provincial de Malanje, afirmou que o MPLA, sendo um partido dinâmico e a força política que mais tem marcado a história do país, tem a obrigação de vencer as eleições autárquicas no maior número de municípios possíveis.

Para que tal seja um facto, o político defende o envolvimento dos membros do partido, trabalhando junto da população, com a realização de campanhas de esclarecimento sobre o processo das autarquias e as suas vantagens.

Kwata Kanawa é de opinião que a informação sobre as eleições autárquicas seja passada aos militantes, simpatizantes e amigos, para conhecerem a sua importância e informar a necessidade da sua implementação de forma gradual. O gradualismo, considerou, "é o método mais seguro e cuidadoso para o desenvolvimento local."

Durante a reunião, são analisados e aprovados os relatórios de actividades da Comissão Executiva do partido e da Comissão de Disciplina e Auditoria referentes ao ano passado, do Orçamento Geral do Estado da província, além de informações sobre a estratégia e plano comunicacional do MPLA sobre as autarquias.

Os participantes da reunião do Comité Provincial do MPLA foram ainda informados sobre as celebrações do 4 de Abril, a quinta sessão ordinária do comité central e a segunda reunião metodológica nacional e provincial sobre a organização do trabalho do partido.

Lunda-Norte

O segundo secretário provincial do MPLA na Lunda-Sul exortou os militantes a estarem mais envolvidos nas tarefas com vista à realização das eleições autárquicas, previstas para 2020. Cassongo João da Cruz considerou que só assim o partido no poder poderá vencer as autárquicas em todos os municípios que vierem a ser seleccionados para a implementação gradual das autarquias.

"O envolvimento de todos, independentemente da sua área ou comité, é crucial porque está em causa a melhoria das condições de vida das populações, através de vários partidos e pessoas singulares na gestão de cada jurisdição", disse Cassongo da Cruz, durante a sessão de abertura do seminário sobre a realização das eleições autárquicas, que acontecem pela primeira vez no país em 2020. A acção

formativa, promovida pelo Comité Provincial da Lunda-Sul do MPLA, é dirigida aos militantes dos municípios de Saurimo e de Cacolo.

Cassongo da Cruz defendeu, igualmente, que os quadros e militantes do partido no poder percebam e ajudem a elucidar os simpatizantes e amigos do MPLA sobre os objectivos pelos quais o partido defende a implementação "gradual das autarquias" e suas vantagens. "A implementação das autarquias de forma gradual, ao nível territorial, vai funcionar como uma experiência realista, considerando o estado actual dos nossos municípios", disse o político.

O MPLA na Lunda-Sul agendou vários programas que visam formar e informar as populações sobre a implementação das autarquias no país, com vista a preparar melhor os seus militantes a nível dos quatro municípios que compõem a província.

5.6 Autarquias Locais: Passos firmes para o futuro

Jornal O PAIS

06 De Maio de 2018

A o abordar a questão das Autarquias Locais em encontros programados ara o efeito, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado recorre amiúde ao mesmo exemplo. Ele conta uma história cujo protagonista é um filho desejoso de constituir família, anseio, entretanto, condicionado pela absoluta dependência financeira daquele face aos progenitores. "De que adianta casar-se, se vai continuar a pedir dinheiro aos pais para se sustentar", comenta o governante, que logo questiona: "este filho já está preparado para casar?", para, em resposta, ouvir da plateia um estrondoso e unísono "não!".

Recorrendo à sua experiência de professor universitário, Adão de Almeida procura exemplos capazes de o ajudar a explicar, com linguagem mais simples possível, os contornos do processo de implementação das Autarquias Locais.

O cenário descrito acima reporta ao dia 11 de Abril de 2018 numa mediateca em Luanda, onde se reuniram centenas de jovens, dos mais variados estratos sociais, para ouvir o ministro sobre a dimensão gigantesca de uma palavra antiga, mas apenas agora comum no léxico político e jurídico de Angola: autarquias.

O exemplo do filho dependente e desejoso de casar está a servir como uma luva para levar os cidadãos a entender a natureza da expressão bem longe da complexa nomenclatura técnica que encerra. Tem

sido assim nos vários encontros preliminares organizados pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT) e que, a seu tempo, vão estender-se por todo o país, cumprindo uma recomendação, nesse sentido, feita pelo Conselho da República, reunido a 26 de Março, último.

Conforme explica o ministro, a implementação das Autarquias pressupõe descentralização. Ou seja, decorre de uma opção estratégica do Estado angolano no sentido de dotar os municípios de liberdade suficiente para produzirem e gerirem as suas receitas. O que, por si, implica necessariamente substancial diminuição da interferência da administração central em tal exercício de gestão.

Trata-se, na verdade, de uma jogada ousada das autoridades angolanas, fortemente apostadas em dotar de autonomia de gestão os municípios, optando por um modelo deveras diferente do actual. Hoje por hoje, os municípios são geridos por administradores nomeados pelo poder central na base de um regime de Administração Local que requer interferência directa do Estado. Alterando-se este sistema, os municípios transformam-se em autarquias locais. Essencialmente, eles passam a assumir a responsabilidade pela gestão do seu próprio destino, elegendo quem o vai administrar.

Longe de uma decisão momentânea, a opção pela reconversão dos municípios em Autarquias Locais é um imperativo constitucional. Nos encontros de auscultação, o ministro Adão de Almeida tem explicado que, embora a Constituição determine que Angola seja um Estado unitário, defende, ao mesmo tempo, o princípio de autonomia dos órgãos do poder local, assim como advoga a descentralização e a desconcentração administrativas.

A defesa destes princípios soa, em boa verdade, como a manifestação da crença do Estado angolano de que a autonomia, a desconcentração e a descentralização garantem um estreitar das relações entre os governantes e os governados, além de permitirem, com toda a clareza, uma gestão administrativa mais eficiente. "Porque uma coisa é gerir os municípios a partir dos municípios, tomando contacto com os seus problemas mais prementes, outra bem diferente é tomar as decisões que lhe respeitam (ao município) a partir da sede da administração central", explicou Adão de Almeida no encontro com os jovens de Luanda.

Mesmo a Lei Constitucional de 1992, conforme a explicação do ministro, já defendia os princípios da autonomia, da desconcentração e da descentralização. Porém, o contexto histórico do país, marcado,

primeiro, por um forte conflito armado, depois, pela necessidade de reconciliação nacional e, por conseguinte, pela busca de estabilidade política e económica, ditou que apenas agora se esteja em condições de começar o processo para a institucionalização "cautelosa", para usar a expressão de Adão de Almeida, das Autarquias Locais em Angola

É um trabalho árduo enfatizou o governante, a propósito da tarefa cuja execução foi confiada ao MAT, instituição que, a 26 de Abril de 2018, levou à aprovação do Plano Estratégico para a Implementação das Autarquias Locais ao Conselho de Ministros.

As três fases do processo

O Plano Estratégico que o MAT fez aprovar no Conselho de Ministros constitui uma espécie de mapa orientador das acções conducentes à institucionalização das Autarquias Locais. Está subdividido em três fases interligadas entre si para o alcance do objectivo ora definido pelo Estado. A primeira fase, já em execução, corresponde ao reforço da desconcentração administrativa. Aqui, o poder central começa a transferir, para os municípios, competências que mantinha concentradas em si. Do mesmo modo, projecta a transferência de parte substancial da mão-de-obra da função pública para as administrações municipais, orientando, por outro lado, a aprovação dos Planos de Desenvolvimento Municipal.

Esta etapa inclui a implementação de várias disposições legais já existentes em Angola, de importância transcendental para o cabal exercício do poder local. Entre elas constam a Lei sobre a Comunicação da Fixação e Alteração de Residência, para que se tenha controlo da população habitante nos municípios; a Lei das Comissões de Moradores, para melhor organizar o exercício da cidadania; a Lei sobre a Toponímia, que estabelece a designação exacta das circunscrições geográficas.

Encontra ainda amparo nesta fase a aprovação de uma nova estratégia para o Registo Eleitoral, tornando-o mais preciso quanto ao município de residência dos cidadãos com capacidade eleitoral.

Esta corresponde, com efeito, à fase mais delicada de todo o processo preparatório de institucionalização das Autarquias Locais, fundindo-se nela aspectos de natureza técnica e administrativa. Ao nível técnico, procura-se alinhar diferentes dispositivos legais para adequá-los à realidade própria das Autarquias Locais, seja no domínio da gestão financeira ou da

identificação, controlo da mobilidade e fixação dos cidadãos.

Administrativamente, requer-se, aqui, a dotação patrimonial, o levantamento de recursos fundiários mas, sobretudo, a contratação, capacitação e enquadramento de recursos humanos capacitados para os múltiplos desafios decorrentes do processo.

Este manancial de acções faz-se ainda mais necessário tendo em conta as características actuais dos 164 municípios angolanos.

Técnicos do MAT elaboraram um exaustivo diagnóstico que os levou a constatar aquilo que, afinal, já se sabia: uma grossa maioria dos municípios não dispõe das condições preliminares para que possam ser reconvertidos em Autarquias Locais de modo sustentável.

Ou seja, para muitos deles faltam aspectos como recursos humanos qualificados, infra-estruturas e, no que é substancialmente importante, capacidade de arrecadação de receitas.

"É como o filho que anseia casar-se sem estar preparado para o efeito", lembra Adão de Almeida, a propósito do exemplo que tem usado nas suas apresentações sobre as Autarquias Locais. "Precisa de ter capacidade para se sustentar sem recorrer permanentemente ao bolso dos pais", acrescentou, enfatizando que "caso contrário, não há autonomia".

A essência da contradição entre a necessidade de institucionalizar as autarquias locais e a realidade local angolana justifica, na perspectiva do governante, as opções adoptadas e enquadradas na etapa posterior do processo.

5.7 Estratégia sobre autarquias foi apresentada no Bengo

Jornal de Angola

06 De Maio de 2018

Texto: Alfredo Ferreira

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, apresentou ontem, em Caxito, província do Bengo, a estratégia de implementação das autarquias a nível nacional.

Adão de Almeida, que respondeu a várias questões sobre o processo autárquico, feitas por cidadãos da província, disse que a estratégia de implementação das autarquias foi aprovada pelo Executivo, e faz todo sentido que o cidadão perceba o que o governo quer.

"É uma estratégia definida pelo Executivo e faz todo sentido que o cidadão perceba o que o governo quer, como e quando pretende fazer, para se dar o passo necessário e assim melhorar a vida dos cidadãos", frisou.

Segundo Adão de Almeida, o exercício de esclarecimento foi positivo a todos os títulos e conseguiu-se alguns contributos importantes dos cidadãos da região.

O ministro informou que o Processo de esclarecimento vai prosseguir em outras províncias, para as pessoas perceberem o que se está a fazer, mas também permitir o envolvimento de todos os cidadãos no debate público.

Neste momento, frisou, nenhum município foi escolhido para o processo de implementação das autarquias, o que vai ser feito na última fase, que é da competência da Assembleia Nacional, de acordo com o estipulado na Constituição da República.

"Vamos propor à Assembleia Nacional para definição dos critérios e depois passar para fase seguinte, que é de selecção dos municípios que vão fazer parte da primeira etapa do processo", informou Adão de Almeida.

O ministro esclareceu que a selecção dos municípios deve obedecer as regras objetivas que a lei vai impor, para que tudo possa sair conforme foi planeado.

A governadora do Bengo, Mara Quiosa, defendeu a necessidade da realização das autarquias locais de forma faseada, tendo em conta a realidade actual de cada município.

Segundo Mara Quiosa, é importante neste particular (gradualismo) as pessoas serem mais coerentes e assumir que o país e a província do Bengo, em particular, não está em condições de implementar as autarquias locais imediatamente em todos os municípios.

As autarquias, acrescentou, passam pela criação de condições a nível dos municípios, nomeadamente em termos de recursos humanos, financeiros e das infra-estruturas, tendo sublinhado que o governo da província vai continuar a promover encontros do género a nível de todos os municípios e comunas.

A governadora ficou satisfeita pela forma como decorreu o encontro, que considerou bastante interactivo.

Para a criação das primeiras autarquias locais, em 2020, o Executivo prevê redefinir o modelo e proceder à actualização do registo eleitoral, para

garantir que cada cidadão vote no município da sua residência, bem como reestruturar o modelo de organização e gestão das finanças públicas, para garantir a plena realização das finanças locais.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado disse recentemente que será adaptado o modelo de arrecadação de receita dos municípios, considerando as diferenças e o potencial de cada um.

A estrutura orgânica dos municípios também será reestruturada, para a tornar mais de acordo com o que poderá ser no futuro.

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado vai ainda transferir mais competências para os municípios, para que estejam preparados para exercerem, no futuro, as suas competências de modo autónomo.

Para Adão de Almeida, a tarefa de implementação das autarquias locais será a maior reforma da governação local desde a independência nacional.

5.8 “O sucesso da descentralização em Angola depende do desenho”

Jornal O PAÍS

10 De Maio de 2018

Texto: Miguel José

O especialista em governação e gestão pública Eduardo Lisboa declarou que a descentralização em Angola tem de ser vista como um imperativo político nacional, não em si mesmo, mas também como um imperativo político da União Africana (UA), no quadro da concertação e integração dos Estados membros.

Dissertando perante uma plateia constituída por entidades da administração do Estado, académicos e membros da sociedade civil, Eduardo Lisboa expôs a necessidade de o Estado estabelecer um paradigma de descentralização para Angola que vá a contento da maioria da população, no sentido de evitar situações como as que ocorreram em África, cujos modelos adoptados por muitos Estados africanos se tornaram em fracasso político, refletido na pobreza extrema das populações locais, motivado pela manutenção da dependência dos órgãos do poder local em relação ao poder central, no concernente aos recursos financeiros.

Desde logo, segundo sustentou, a descentralização não é um objectivo em si mesmo, e a questão não se limita em ter autarquias apenas por ter, mas, sim,

como desenhá-la, como conformá-la, e, em última instância, que modelo de descentralização adoptar. Porém, no seu entender, o sucesso da descentralização em Angola dependerá em grande medida do modo como for desenhado. “Todos nós angolanos enquanto políticos, diplomatas, funcionários públicos, religiosos, enfim, devemos todos colaborar, dar a nossa contribuição no desenho e na conformação daquilo que será tido e visto como o modelo de descentralização de Angola”, advogou.

Ora, como forma de persuadir os participantes a perceberem a importância da descentralização e os seus desafios, no plano das autarquias, a dado passo da dissertação, o também assessor do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, parafraseou o Presidente Agostinho Neto quando dizia: “Para que este processo não seja apenas para uma elite de políticos, uma elite de diplomatas, mas um acto em que todo o povo participe”. Contudo, fez lembrar aos presentes que a descentralização se enquadra no processo político maior saído do 11 de Novembro de 1975, quando os angolanos decidiram, de per si, escolher o próprio caminho.

“Pensar Global e Agir Local”

Eduardo Lisboa defendeu a ideia com base na essência da sua pesquisa, entre a visão política da UA e a de Angola, em matéria da descentralização, que a abordagem sobre “A Concentração e Integração na Agenda da Descentralização em África; a Estratégia de Angola no Contributo das Políticas Públicas de Desenvolvimento Local, ser um tema que se enquadra na actual tendência mundial, que dá corpo ao célebre lema: “Pensar Global e Agir Local”.

Defendeu que no actual contexto político internacional, quer as políticas públicas, quer os quadros jurídicos, são mais eficazes e melhor realizáveis se estiverem alinhados às grandes agendas internacionais, designados por 'Instrumentos de Concertação e de Integração'. Segundo Eduardo Lisboa, tendo em conta o foco da sua pesquisa ser local, permitiu-lhe perceber a visão política da UA, sem descurar a visão política de Angola e a visão política mundial, tal como espelhou. “A nível mundial: 'Pensar Global e Agir Local'; a nível da União Africana: 'O Estados Devem Ser Construídos a Partir das Respectivas Localidades; a nível de Angola: “A Vida Faz-se nos Municípios”.

Por isso, na perspectiva do especialista em governação e gestão pública, sendo que a partir do ano 2000 a maioria dos Estados africanos adoptou a descentralização como política social no quadro das reformas de Estado, inclusive alguns deles, em respeito aos seus paradigmas de democracia,

incluiram o poder local nas suas respectivas constituições, a nível da UA deviam existir 'Instrumentos de Concertação e de Integração' que permitissem a evolução harmoniosa dos Estados africanos em matéria de descentralização.

5.9 Governo exorta a criar associação das autarquias

Jornal de Angola

10 De Maio de 2018

Texto: Venâncio Victor

O Governo angolano deve, no âmbito da legislação autárquica, começar já a acautelar a possibilidade da existência de uma Associação das Autarquias Locais, disse, na terça-feira, em Malanje, o assessor do Gabinete de Intercâmbio do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado.

Ao dissertar numa palestra sobre "A Concentração e Integração na Agenda da Descentralização em África, Estratégias de Angola no Contributo das Políticas Públicas de Desenvolvimento Local", Eduardo Lisboa lembrou que a existência de uma Associação das Autarquias Locais foi uma das recomendações dos fóruns da União Africana em que Angola participou.

Numa altura em que o país se prepara para a implementação das autarquias, o prelector disse que se deve incluir no pacote da legislação a possibilidade da existência das autoridades locais. Mestre em Governação e Gestão Pública, Eduardo Lisboa considerou como um imperativo o Estado angolano ratificar a Carta Africana sobre os Valores e Princípios de Descentralização, Governação e Desenvolvimento Local. "Estamos à espera da implementação das autarquias e faz sentido que o Estado angolano ratifique esta carta para poder absorver os valores e princípios da mesma".

Durante a palestra, promovida pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, o palestrante destacou a estratégia de Angola no contributo para as políticas públicas de desenvolvimento local. Estas políticas, sublinhou, resumem-se em quatro pilares que têm a ver com os fundamentos da descentralização, governação e desenvolvimento local, o então Plano Estratégico de Desconcentração e Descentralização Administrativa, de 2012, o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território, bem como a transferência de competências e atribuições dos órgãos centrais para os locais. Ao intervir no para o Sector Técnico e Infra estrutura Gabriel Pontes,

destacou a importância do encontro no processo de preparada implementação das autarquias.

O gradualismo geográfico é o melhor modelo para aplicar na primeira experiência de autarquias em Angola, ter em conta o actual contexto que o país vive, afirmou ontem o secretário para a Informação e Propaganda do comité provincial do MPLA no Cuanza-Sul.

Do ponto de vista do MPLA, segundo Adérito George Capiango, as autarquias devem ser implementadas de forma gradual, para se cumprir todos os requisitos e procedimentos que a futura poderá exigir.

Numa palestra sobre as autarquias o político explicou que o Executivo indicou 2020 como o ano para a realização das eleições autárquicas e está a definir estratégias e as linhas de força que 'orientar e permitir o andamento do processo, de forma a não atropelar o que está definido na Constituição.

O modelo escolhido pelo MPLA, disse indica quais as tarefas dos autarcas, que áreas o mesmo vai trabalhar, para não haver choque de responsabilidades, e os municípios inicialmente abrangidos terão um estatuto próprio na gestão autónoma do património, dos recursos financeiros administrativos e humanos.

Na abertura, o secretário do comité municipal do MPLA no Sumbe, George dos Santos Boavida, disse que o objectivo é educar e sensibilizar a população os militantes sobre os desafios que partido tem relativamente à realização das primeiras autarquias locais no país.

5.10 As autarquias e as finanças públicas

Jornal Expansão

11 De Maio de 2018

Texto: Eduardo Katalahary

As autarquias estão a ser criadas na maior parte dos países do mundo, incluindo na região da SADC. Porém, as razões para esta iniciativa variam de país para país. Assim sendo, podemos destacar alguns pontos substanciais que impulsionam a efectivação das autarquias, tais como, a mudança estratégica do papel do Estado; O fracasso do mecanismo de planeamento centralizado; As pressões políticas ou sociais; A necessidade de tornar o poder político mais próximo das populações; E a participação directa do cidadão na vida interna do município.

Independentemente do motivo da autarquização, esta iniciativa dá origem a inúmeros desafios, especialmente para um País como Angola, em que a sua génese de gestão pública foi centralizada, - desafios em termos de concepção de estruturas administrativas e geográficas, realização das autarquias de forma gradual ou não, repartição de recursos financeiros e partilha de poder entre diferentes níveis de governos subnacionais, incluindo o poder tradicional.

Portanto, para se enfrentar estes desafios, recomenda-se uma autarquia confeccionada em Angola, por angolanos e para os angolanos, no sentido de ser um processo avisado seguro e prudente, pese embora possamos adquirir experiências de outros países. Assim sendo, este processo não deve ser concentrado nos juristas, deve sim auscultar outras áreas do saber.

Na verdade e em rigor, para os economistas, as autarquias enfatizam um objectivo fundamental: desenvolvimento de todas as pessoas e a pessoa toda. Deste modo, as autarquias carregam consigo características subjacentes ligadas à transferência de competências, em termos de gestão de meios e recursos financeiros, do governo central para as administrações locais, mudança no sistema fiscal, com transferência de centros de receitas e subsídios para os municípios descentralizados.

Em alguns casos, a autoridade central pode delegar responsabilidade ao governo local, porque este tem melhores informações sobre as preferências e as necessidades das populações. Adicionalmente, um outro factor fundamental repousa no facto de existirem gastos públicos feitos por uma autarquia com externalidades que podem beneficiar as jurisdições vizinhas e ou o país, como um todo, eliminando assim as assimetrias regionais e respondendo ao princípio geral de solidariedade nacional.

Em termos gerais, uma autarquia, no seu verdadeiro sentido, deve ter principalmente uma independência administrativa e financeira. Os municípios regidos por uma autarquia devem assegurar que haja dotação orçamental suficiente para pagar as suas despesas planeadas. Assim, existem várias fontes de receitas que podem ser usadas pelas autarquias para financiar as suas despesas.

A ciência económica elege como principal fonte de receitas para investimento de capital, os financiamentos externos. Estes apenas devem ser usados para financiar grandes projectos (bens públicos reprodutivos).

Por outro lado, existe o financiamento interno. Neste caso, o governo central constitui um Fundo de Desenvolvimento de Capital, que realiza empréstimos aos municípios. Importa realçar que as suas taxas de juros devem ser menores do que as praticadas pelos financiamentos externos.

Adicionalmente, as autarquias podem usar os impostos como fonte de financiamento para a manutenção de estradas, canalização de água e distribuição de energia e outros serviços públicos. Destes impostos, importa destacar o Imposto Predial Urbano (IPU) ou taxas de propriedade, imposto industrial às pequenas e médias empresas, as licenças de exploração ou comercial.

Parcerias Público-Privadas são outra forma de financiamento, onde os custos de capital podem ser pagos por meio de parcerias entre o sector privado e o governo local. Neste processo, o governo local deve prestar atenção especial aos termos de referência no sentido de proteger os interesses das populações.

Por fim, observa-se os subsídios do governo central. Cada autarquia pode solicitar subsídios para o desenvolvimento de bens e serviços públicos. O governo central transfere subsídios aos governos municipais ou autárquicos para diversos fins.

Salvo opinião contrária, pode-se caracterizar os subsídios em condicionados e não-condicionados. Os primeiros são aqueles que dependem das prioridades apresentadas pela autoridade central, por exemplo, o governo central pode requerer ao governo municipal que aplique a dotação orçamental num determinado programa alinhada com o plano nacional.

Já os segundos são aqueles que dependem das prioridades eleitas pela autoridade local, e podem ser ligados e não ligados. Os ligados consubstanciam-se num acordo tácito pré-estabelecido entre a autoridade central e o governo local em partilhar os gastos públicos. Os não ligados, os programas são de total responsabilidade da autarquia.

Posto isso, a pergunta que não se quer calar, realização das autarquias de forma gradual ou total? Há uma franja da sociedade que defende a realização das autarquias de forma gradual, enquanto outra defende de forma efectiva a sua realização em todo território nacional. Todavia, sugere-se uma terceira via, a realização das autarquias em todo território nacional, mas de forma reversível; isto quer dizer que, num primeiro momento, realiza-se as eleições autárquicas em todos os municípios, com a prerrogativa de que, se durante o mandato, o orçamento proposto pelo governo local depender em mais de 60% dos subsídios da autoridade central, este

último tem o direito de resgatar a autarquia para sua alçada.

Contudo, mais do que diluir a discussão das autarquias no conceito político (eleições), deixa-se a terreiro algumas questões fundamentais que devem merecer especial atenção por parte das autoridades:

- 1) O quanto o governo central será flexível em gastos com subsídios aos governos locais (autarquias)?
- 2) Como serão distribuídos os subsídios e como serão fiscalizado os gastos dos mesmos?; E
- 3) Até que ponto as autarquias podem incorrer a dívida pública, quer externa ou interna?

5.11 Autarquias e as expectativas

Novo Jornal

11 De Maio de 2018

Texto: Sérgio Calundugo

Há quem acredite que, uma vez instauradas as autarquias locais, a forma de exercício do poder em todo território nacional será caracterizada automaticamente pela eficiência, transparência, participação cívica e cumprimento da lei. Outros chegam mesmo a afirmar que todas as autoridades se sentirão obrigadas a utilizar todos os recursos disponíveis a favor do desenvolvimento económico e social local somente lá onde existirem autarquias.

Pois bem. Não quero ser pessimista, mas não acredito que problemas caracterizados pela falta de responsabilidade e prestação de contas de alguns administradores municipais, falta de transparência, falta de quadros capazes e comprometidos com a comunidade e ausência de respeito pela lei venham a ficar automaticamente resolvidos simplesmente porque foram instaladas autarquias nestes municípios.

Para mim, não basta ser-se uma autarquia. É preciso ter condições mínimas para que se possa funcionar como tal, com o máximo e nunca com o mínimo de autonomia e independência das instâncias provinciais e centrais de governação.

Compreendo e aceito o facto de que, por razões claramente políticas e partidárias (segundo o meu entender), o debate se tenha centrado quase que exclusivamente na questão do gradualismo. Mas é preciso perceber que há muito mais assuntos em discussão do que a ideia de se estar contra ou a favor da implementação das autarquias de forma gradual.

Por exemplo, talvez pelo seu conteúdo claramente político, a noção de autarquia pode ter significados

que são completamente diversos entre os vários actores políticos e sociais do país e, naturalmente, isto acaba por se reflectir no debate que vamos tendo, pois que não partimos todos do mesmo conceito.

Se, por um lado, algumas pessoas, ainda que com ligeiras diferenças, elegam como principal justificação para a implementação das autarquias de forma gradual a capacidade do Estado de as implementar de uma só vez e os custos que se impõem, outros elegem questões relacionadas com a democracia e o direito que todos os cidadãos têm de votar nas eleições autárquicas para que estas sejam implementadas em todo o território nacional a partir de 2020.

Sinto que continua a existir muito pouco diálogo entre as duas perspectivas, limitando-se as partes a apelar a um "cepticismo doentio" em relação à proposta contrária ou a uma "fé cega" em relação à proposta própria sem, contudo, apresentar ideias concretas e bem definidas em relação ao que estão a propor.

É preciso perceber que há muito mais assuntos em discussão do que a ideia de se estar contra ou a favor da implementação das autarquias de forma gradual. Por exemplo, ambas as perspectivas deveriam esforçar-se por explicar e argumentar com base em factos reais se a instauração das autarquias locais de forma gradual ou em todos os municípios de uma só vez' poderá vir a condicionar uma correcta gestão dos assuntos locais e por que razão.

Quem me garante que os vícios e problemas identificados agora não venham a ocorrer simplesmente porque se instaurou uma autarquia num dado município? Por que razão a gestão correcta dos assuntos locais não se pode verificar no actual cenário em que, ao invés de autarquias, temos apenas municípios?

Não tenho dúvidas de que o poder autárquico é imensamente mais virtuoso que o poder descentralizado ou desconcentrado, mas não entendo que este seja o único em que o exercício do poder vá garantir o crescimento económico, a democracia, o desenvolvimento económico local, o respeito pelos direitos humanos, a redução dos gastos com a máquina administrativa e burocrática local e, em alguns casos, a equidade e a redução das assimetrias.

Penso que devemos, sim, almejar a instauração das autarquias em todo território nacional, num período não superior a 10 anos, a contar da data em que surgirem as primeiras eleições autárquicas, sem contudo deixarmos de ser mais ambiciosos e exigir do poder executivo medidas coerentes que permitam

às futuras autarquias exercerem de forma autónoma e independente dos poderes centrais e provinciais e disporem da necessária autoridade económica, política e administrativa. Para gerir os assuntos locais, sem deixar de promover a coesão social, o bem-estar e a integração de todos os cidadãos.

Portanto, embora esteja convicto de que a implementação gradual do processo de autarquias seja o caminho mais avisado, não abduco, entretanto, da ideia de que este processo vai precisar de um nível maior de participação pública, pois precisamos de assegurar que as prioridades políticas, sociais e económicas estejam baseadas por um alto nível de consenso social, e que também outros actores, principalmente os não partidários, possam ter oportunidades adequadas e justas para influenciar o processo.

5.12 Legislador constituinte confundiu os conceitos ao proclamar o gradualismo como princípio e não regra

Jornal O Crime

12 De Maio de 2018

Texto: Martinho Luísa

Um 'surto' político eclodiu no País e já contaminou, para a nossa felicidade, muita gente: políticos, académicos, estudantes, comerciantes, operários, camponeses, enfim, todo o tecido social. Estamos a falar das autarquias locais, por sinal, já antes consagrada na Lei Constitucional de 1992, mas nunca criadas por quem tinha o dever de o fazer. Obviamente, por várias justificações, maior parte delas não aceitáveis.

O certo é que 2020 ficará na memória colectiva do povo angolano, sendo que a nível da região Angola é o único país que nunca devolveu este poder ao seu povo no que tange à institucionalização das autarquias locais.

Ora, a palavra autarquia brota da Grécia antiga do vocábulo “autosarkhé” que significa auto-governo ou governo próprio. A nosso ver, sobretudo nos dias de hoje, as autarquias já não são entendidas como auto-governo ou governo próprio, mas sim como entes administrativos com uma relativa autonomia administrativa, financeira e com capacidade de guiar os seus próprios interesses. Portanto, a ideia de governo próprio não colhe nos nossos dias.

O Legislador Constituinte angolano ignorou o brocado latino, *omnis definitio in iuris, perniculosa*

est, que desaconselha definições nos corpos legislativos, levou à minuta a conceitualização das autarquias locais. Assim, o n.º 1 do artigo 217.º da CRA preceitua “As autarquias locais são pessoas colectivas de território correspondentes ao conjunto em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações”.

Deste conceito podemos, no nosso ângulo de vista, recortar cinco características das autarquias:

- 1.º Dispõe de personalidade jurídica distinta do Estado;
- 2.º Desempenho das actividades típicas do Estado a nível das autarquias;
- 3.º Capacidade de auto-administração;
- 4.º Capacidade de administração específica;
- 5.º Controle ou tutela.

Desta feita, vem proclamado no artigo 218.º da CRA que as autarquias se organizam nos municípios, norma geral e abstracta, não diz A ou B; outrossim, não diz os que têm mais condições devem ser privilegiados em detrimento de outros, confere tão somente prerrogativas ao Legislador Ordinário de criar outras espécies de autarquia, tendo em conta as especificidades culturais, históricas e o grau de desenvolvimento, nomeadamente autarquias de nível supra-municipal, que se consubstancia na fusão de vários municípios, bem como infra-municipais, que se verifica nas comunas. Assim, no nosso entender são 4 elementos fundamentais e cumulativos para a institucionalização das autarquias, nomeadamente, população, território, interesses comuns e órgãos representativos locais.

O gradualismo geográfico, no meu ângulo de vista, não pode - e como não deve - colidir com princípios fundamentais da Constituição, uma vez que colide de forma flagrante com nove princípios estruturantes do Estado democrático de direito, princípios conaturais, sem os quais não nos podemos ufanar estar num Estado democrático e de direito, nomeadamente, princípio da democracia participativa - arts. 2.º e 4.º da CRA, da universalidade (22.º), da autonomia local (214.), do desenvolvimento harmonioso e sustentável em todo território (21.º, al. d), princípio da solidariedade nacional e local (arts. 1.º e 222.), princípio da equidade cuja aplicação é feita através da discriminação positiva dos grupos populacionais mais desfavorecidos e das regiões menos desenvolvidas (art. 21.º, al. d), princípio da igualdade entre os cidadãos e municípios (art. 23.º), direito dos cidadãos

de participar na gestão dos assuntos públicos locais (arts. 52.º e 213.), princípio da justa repartição dos rendimentos e da riqueza nacional (art. 101.), princípio da abstracção e generalidade da lei 57/2 e, por último, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade (art. 57.º/1).

Entretanto, julgamos pouco crível e aceitável socorrer-se ao gradualismo geográfico dado o evidente desenvolvimento assimétrico que existe entre os municípios e de modo a evitar que tal situação se agudize cada vez mais. Ora, do ponto de vista da técnica hermenêutica e exegética, vislumbra-se, indubitavelmente, que o gradualismo não é um princípio como se tenta fazer crer é uma regra, uma enunciação normativa, um mero proceder da administração Estadual, tal pode ser afastada por não se afigurar obrigatório como se de princípio se tratasse, por um lado; por outro, as regras não se impõem aos princípios - é um imperativo da técnica hermenêutica, sendo que há quem defenda que o gradualismo deve ser implementado “tout court” como se fosse um princípio e como tal revestido de uma enunciação absoluta. Portanto, não é sustentável a defesa do gradualismo como mecanismo obrigatório de implementação das autarquias locais. Ademais, impõe a hermenêutica que, em caso de conflito entre uma norma ou regra e um princípio, são afastadas e prevalece os princípios. Os princípios são absolutos e não admitem excepções, ao passo que as normas ou regras admitem excepções, ou seja, as regras visam a concretização dos princípios. Caros leitores e sociedade em geral, não há razão hermenêutica ou exegética para qualificar o gradualismo como um princípio, quando se percebe que é uma enunciação normativa que representa uma excepção à organização autónoma do poder local, assim sendo, uma regra. Caros leitores e sociedade em geral, o Princípio da Autonomia Local é absoluto, é uma cláusula pétrea, um limite material que não admite excepções.

Socorremo-nos ainda na esteira do eminente Professor Doutor Carlos Feijó, que outrossim foi o coordenador da Comissão Técnica da Comissão Constitucional que escreveu a CRA. Na sua obra sobre a Autonomia Local e a Organização do Poder Territorial em Angola, advoga que o gradualismo referido na CRA não aponta para uma criação geograficamente diferenciada ou circunscrita e posteriormente alargada das autarquias, como se de projecto piloto se tratasse, mas sim para um escalonamento progressivo e faseado no sentido de autonomia administrativa e financeira. Dessarte, militamos a ideia de que a questão de autonomizar a população não resulta de uma simples vontade do Executivo central, mas sim de uma obrigação para a

concretização do Estado Democrático e de Direito. Portanto, é um dever constitucional do Estado implementar as autarquias locais. Reparem que tal figura é tão valorizada pelo Legislador Constitucional que foi elevada à categoria de limite material da própria CRA, nos termos da alínea k) do artigo 236.º. Nesse conspecto, não poderá o Executivo experimentar - deverá, sim, implementar definitivamente. Acrescenta-se o facto de que, uma vez efectivada a autonomização das localidades, o Poder Central perde a competência que tinha sobre as localidades, há uma devolução do poder ao povo, nestes termos aquele não terá como avocar tais poderes. Como também não é defensável - por força do artigo 56.º da CRA - restringir direitos dos cidadãos em razão da sua condição económica, social e financeira que vislumbramos cristalinamente alguns sectores da nossa sociedade fazendo interpretações enfiadas e políticas, resvalando em contornos e adornos folclóricos, não sendo, contudo, o objecto da nossa análise. Deixa-nos nebuloso o Executivo angolano entreter-nos constantemente com a sua estratégia de “falta de condições”. Mas que condições são estas? Financeiras? Humanas? Falsa questão. Não se coloca a questão de quadros quando sabemos que é a população que vai eleger os seus representantes a nível local “de bradar os céus”, por um lado; por outro lado, há condições financeiras para que simultaneamente se institucionalize as autarquias em todo o território nacional, que a nosso ver precisamos de tão-somente melhor discernimento ao proceder a uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza nacional. Isso sim é o problema crónico dos nossos gestores públicos que fique bem assente. Ademais, nenhum Ministério produz riqueza, mas todos os Ministérios recebem fundos do OGE. Assim também entendemos que deve ser com as autarquias locais, porquanto quem produz a riqueza nacional são as pessoas, as empresas, as famílias e as cooperativas. As pessoas residem nos municípios, a riqueza nacional é produzido nos municípios.

Para concluir, tal intenção não tem qualquer esteio, guarida, estribo e amparo no Direito Constitucional autárquico vertido na CRA do artigo 214.º a 222.º, nem na lei, como limite crítico e o fundamento de toda a actividade administrativa. Tal entendimento deve ser prontamente combatido.

5.13 Adão de Almeida, desmente informações sobre selecção de municípios para as autarquias

Jornal de Angola

14 De Maio de 2018

Texto: Constantino Eduardo

No âmbito do acompanhamento à dinâmica da Administração Local, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado trabalhou durante dois dias em Benguela, com o objectivo de preparar as instituições para a institucionalização das autarquias em 2020. Adão de Almeida lembra que o processo visa conferir mais competência aos órgãos locais, de modo a responder de maneira cabal aos problemas do cidadão. Na sequência das diferentes orientações e trabalhos existentes, o ministro garante que o seu pelouro está a apresentar à população em geral a estratégia definida pelo Governo para a implementação das autarquias locais. "Como sabemos, isso é um objectivo nacional, é um compromisso político assumido por sua Ex^a Presidente da República", disse o ministro em declarações à imprensa, Sábado.

Em termos de constatação geral, o processo tem estado a decorrer nos marcos da normalidade, porquanto está-se a ensaiar um sistema, acredita o governante, que vai proporcionar uma mudança radical no modo de organização administrativa, apartando o Estado do Estado centralizado actualmente vigente - e, deste modo, colocando-o na dinâmica de descentralização, e "isso exige um conjunto de alterações e de reformas". Entretanto, para o alcance de tal desiderato, o sector de que Adão de Almeida é titular está, nessa altura' a definir estratégias, que passam necessariamente pela aprovação de diplomas legais que, em certa medida, vão dar suporte à reforma que o Estado angolano pretende com o processo autárquico. Exemplificativamente, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado que manteve encontros com vários segmentos da sociedade civil nos municípios de Benguela, Lobito e Caimbambo afirmou que deverá ser aprovada, oportunamente pelo legislador ordinário, uma lei sobre os critérios para selecção dos municípios' instrumento que vai definir que, para experiência inicial, contar-se-á com esse ou aquele município, tendo em conta a realidade e as condições de que a localidade eventualmente disponha.

"Depois de aprovação pela Assembleia Nacional, o que vem a seguir é a fase de selecção dos municípios. A fase de selecção dos municípios também tem intervenção da Assembleia Nacional", esclarece,

reprovando informações segundo as quais o Governo já teria seleccionado municípios para a implantação das autarquias. Adão de Almeida ressalta que o processo em curso é profundo, pelo que exigirá um plano de reforma baseada em seis propostas de leis que o Parlamento terá de aprovar.

5.14 CASA-CE promove conferência sobre autarquias locais

Jornal de Angola

14 De Maio de 2018

Texto: José Dias

Ampliar a consciência e o entendimento nacional da necessidade da sua implementação como instrumento essencial para o desenvolvimento social e económico dos municípios bem como a participação política dos cidadãos nas respectivas comunidades constam nos objectivos do encontro. O fórum decorrerá na sala de conferências do Edifício Torres Cuanza-Norte no Belas Business Park 5 em Talatona sob o lema: "Autarquias Locais caminham para o desenvolvimento dos municípios".

Segundo o programa do evento, enviado a OPAÍS, a sessão de abertura será marcada por um discurso do presidente da CASA-CE, Abel Chivukuvuku, seguindo-se a abordagem dos temas divididos em quatro painéis. O primeiro painel debruçar-se-á sobre "A Constituição da República, Descentralização e institucionalização das Autarquias Locais", enquanto o segundo estará ligado às "questões organizativas, funcionais e financeiras das Autarquias Locais".

O terceiro e quarto painéis propõem uma discussão em torno da "Visão dos partidos políticos com assento parlamentar e de personalidades eclesíásticas, sobre as autarquias locais e Militantes da CASA-CE num encontro as Autarquias locais à luz de outras realidades". O fórum contará com oradores angolanos e estrangeiros, com destaque para Nelson Pestana Bonavena, Lindo Bernardo Tito, Belarmino Jelembi, Esteves Hilário, Carlos Teixeira, Carlos Pacato, representantes dos partidos políticos. UNITA, PRS, FNLA, bem como o padre Pio Wakussanga e o Reverendo Ntony Nzinga pelas autoridades eclesíásticas.

5.15 Descentralização do Estado exige uma reforma profunda

Jornal de Angola

14 De Maio de 2018

Texto: António Gonçalves e Joaquim Suami

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado admitiu no sábado, em Benguela, que a descentralização da gestão de um Estado centralizado exige uma reforma profunda. Adão de Almeida, que dissertava para uma plateia composta por vários estratos da sociedade relativamente à visão do Executivo sobre o processo de implementação das autarquias, disse que, com efeito, tais reformas, no plano legislativo, serão efectuadas em vários momentos.

Um primeiro momento, disse, tem a ver com as leis estruturantes, onde existem seis propostas de leis. O ministro disse existem outros momentos, já que existem outros domínios de intervenção da Administração Local e da descentralização que vão justificar a aprovação de outras leis. Adão de Almeida informou em Março deste ano, em Luanda, que o pacote de leis sobre as autarquias fica concluído no primeiro semestre do ano em curso. Durante um encontro com jornalistas, o ministro afirmou que, numa primeira fase, o Executivo vai priorizar os diplomas que considera estruturantes para o processo, com destaque para a Lei sobre a Tutela Administrativa, a Lei sobre Organização e Funcionamento das Autarquias, a Lei das Finanças Locais, a Lei Eleitoral das Autarquias e o diploma que vai fixar os critérios para a criação de uma autarquia.

No sábado, em Benguela, o ministro afirmou que o modo de funcionamento da autarquia será diferente com o da administração municipal. "Na administração municipal há o Estado presente, o que pressupõe dizer que a administração municipal constitui um órgão hierarquicamente interior, enquanto na autarquia o município é autónomo", esclareceu Adão de Almeida.

O ministro da Administração do Território entende que nesse processo de construção da autonomia deve haver um conjunto de condições de base para a autonomia funcionar porque "não basta fazer, é preciso fazer bem". Pacote legislativo sobre as autarquias fica concluído no primeiro semestre deste ano. O executivo vai priorizar os diplomas que considera estruturantes para o processo "A necessidade de se criar espaço para a autonomia obriga nos a ser responsáveis o suficiente ao ponto de criarmos condições para a autonomia funcionar, pois se dissermos ao município que a partir de agora é autónomo, significa que há auto governo, onde o Estado sai e o município assume", defendeu Adão de Almeida.

Para que isso tenha potencial de sucesso, disse é fundamental que quem vier a ser autónomo tenha um conjunto de condições mínimas para assumir as responsabilidades, porque na descentralização o Estado vai sair.

"Apesar da administração municipal não ter todas as avaliações necessárias, está o governo da província a apoiar na autarquia já não haverá isso, o município é autónomo", realçou. Em Benguela, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado visitou os municípios sede, Lobito e Caimbambo, onde apresentou a visão do Executivo sobre a implementação das autarquias aos membros da sociedade civil, partidos políticos, instituições religiosas, autoridades tradicionais, estudantes, académicos e organizações não-governamentais.

A UNITA admite o gradualismo na implementação das autarquias, mas apenas no que se refere à atribuição de competências' e não do ponto de vista territorial ou geográfico, como defende o Executivo. A afirmação foi feita em Cabinda pelo vice-presidente do partido, Raul Danda, durante uma palestra sobre as autarquias, realizada no sábado. Na ocasião, o político disse que o seu partido insiste que a institucionalização das autarquias locais deve ocorrer em todo o território nacional e ao mesmo tempo.

O também deputado afirmou que, sobre o gradualismo, a Constituição da República ordena que os órgãos competentes do Estado determinam a oportunidade da criação das autarquias, quando devem ser criadas "e não diz algumas autarquias". Quanto ao alargamento das atribuições das autarquias, Raul Danda defendeu que o mesmo deve ser gradual, ou seja, deve ser feito pouco a pouco. Sublinhou que, por via da lei, os órgãos competentes do Estado determinam, de igual modo, a transitoriedade dos poderes da administração municipal para as autarquias locais. "Em nenhuma parte da Constituição fala-se de gradualismo territorial ou geográfico", disse.

5.16 Gradualismo geográfico agrava assimetrias regionais

Jornal de Angola
16 De Maio de 2018
Texto: Edna Dolo

O líder da CASA-CE afirmou ontem que o gradualismo geográfico defendido pelo Executivo na implementação das autarquias vai agravar as desigualdades e assimetrias regionais já existentes no país.

Abel Chivukuvuku, que falava na cerimónia de abertura da conferência sobre autarquias locais, organizada pela bancada parlamentar da CASA-CE, disse que a adopção do gradualismo geográfico vai desencadear um novo fluxo de migrações intermunicipais, onde os cidadãos residentes nos municípios não contemplados com o processo autárquico vão procurar melhores oportunidades nos municípios transformados em autarquias.

Nas recomendações que apresentou ao Governo e aos partidos políticos, o líder da segunda maior força política na oposição reforçou que o gradualismo geográfico pode agravar o fosso no desenvolvimento entre o litoral, o interior médio e o leste do país.

Se for adoptado, acrescentou, o gradualismo geográfico pode, também, “ter implicações de discriminação étnica dos povos Lunda, Tchokwe e Nganguela maioritários no leste do país, região que, provavelmente, fica relegada a um segundo plano”.

Abel Chivukuvuku reforçou que a adopção do gradualismo geográfico não tem suporte constitucional, e sublinhou que a construção de uma nação exige de todos um espírito de abertura e de busca de consensos sempre que possível. “O fundamental é garantirmos que o processo autárquico contribua para o reforço da democracia”, salientou.

O presidente da CASA-CE lembrou que “Angola é um país com enorme potencial mas esse potencial de nada vale se não tiver reflexo directo na qualidade de vida dos cidadãos”.

O encontro, marcado pela presença dos líderes da FNLA e do PRS, contou com a presença do deputado do MPLA Vunda Salukombo, entidades religiosas, representantes da sociedade civil e convidados de Cabo Verde, Moçambique e Portugal.

Em declarações à imprensa, o presidente da bancada parlamentar do MPLA, André Mendes de Carvalho “Miau”, lamentou a ausência do Executivo, que foi convidado a falar sobre a visão do Executivo no que concerne a Constituição da República, descentralização e institucionalização das autarquias.

O parlamentar explicou que foi endereçada uma carta ao ministro da Administração do Território, sem qualquer resposta, tendo de seguida enviado um deputado ao Ministério, onde foi recebida uma resposta negativa. “Lamentamos, porque a ampla audição e debate sobre esta temática deve envolver o próprio Executivo, que se propõe conduzir o processo”.

César Almeida, presidente da Assembleia municipal de Porto Novo, em Cabo Verde, disse que os

modelos autárquicos são positivos e partilhou a experiência deste país, considerado um dos que, a nível do continente africano, tem uma experiência salutar em autarquias.

5.17 MPLA reitera gradualismo na criação das autarquias

Jornal de Angola

16 De Maio de 2018

Texto: Adelina Inácio

O Secretariado do Bureau Político apreciou, principalmente, aspectos relativos à institucionalização das Autarquias Locais em Angola, previstas para o ano de 2020.

O Secretariado do Bureau Político do MPLA reafirmou ontem o princípio do gradualismo na implementação das autarquias em Angola, previstas para 2020.

Reunido na sua 4ª sessão extraordinária, sob orientação do vice-presidente do partido, João Lourenço, o Secretariado do Bureau Político do MPLA apreciou aspectos que poderão constar da proposta de pacote eleitoral que dará suporte legal às autarquias.

O pacote eleitoral inclui a Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas, a Lei dos critérios para a selecção de municípios com vista a implementação das Autarquias Locais, a Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, a Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias, a Lei das Finanças Locais e a Lei da Transferência de atribuições e competências do Estado para as Autarquias Locais.

De acordo com o comunicado final, participaram na reunião membros do secretariado do Bureau Político e alguns membros do Executivo, como convidados.

Consenso com a oposição

O MPLA vai trabalhar e discutir amplamente o pacote autárquico com os partidos políticos, cidadãos e a sociedade civil, para o alcance de maior consenso, garantiu o presidente do grupo parlamentar.

Salomão Xirimbimbi, que apresentou em conferência de imprensa a posição do MPLA sobre a realização das autarquias, afirmou que o grupo parlamentar do seu partido, não tem nenhum interesse em dificultar a obtenção de qualquer consenso no pacote autárquico, uma vez que a realização das eleições autárquicas está tipificada na Constituição.

O deputado informou que o MPLA deu entrada na Assembleia Nacional de dois diplomas de iniciativa legislativa do seu grupo parlamentar que tratam de matéria autárquica, estes diplomas, em que destacou a Lei das Finanças Locais, Salomão Xirimimbimbi disse que o MPLA tem garantia do Executivo que todo o pacote autárquico, com 12 diplomas dará entrada no Parlamento no próximo mês de Junho.

“O MPLA não teme realizar eleições onde quer que seja, mas tem que ser responsável para que não aprofundemos as desigualdades do desenvolvimento territorial e o bem-estar das populações”, disse.

O deputado esclareceu que é necessário, também, explicar que as autarquias vão implicar a responsabilidade por parte dos cidadãos. “Há, até ao momento, cidadãos que não pagam impostos, mas com a implementação das autarquias vão passar a pagar vários impostos locais”, exemplificou. O presidente do grupo parlamentar do MPLA falou de algumas teses defendidas por alguns partidos da oposição, segundo as quais se as autarquias não forem realizadas em todos os municípios, o país terá cidadãos de primeira e de segunda. Saio mão Xirimimbimbi adiantou que o MPLA entende a motivação desses partidos, mas discorda de tal posição.

O deputado deixou, no entanto, claro que o MPLA não defende a coexistência de duas autoridades com poderes locais na mesma circunscrição.

Novo Código Penal

Salomão Xirimimbimbi falou, também, da proposta do novo Código Penal, que volta, amanhã à discussão, no Parlamento. O deputado garantiu que o MPLA vai votar favoravelmente, na generalidade, para que, na especialidade, se possa ouvir as preocupações dos deputados e dos grupos de pressão da sociedade civil, incluindo as igrejas cristãs.

A questão relativa ao aborto, foi a que mais discussões levantou à volta da aprovação do novo Código Penal. Xirimimbimbi entende, no entanto, que a aprovação da proposta do Código Penal é muito mais importante e vasta do que a matéria relacionada ao aborto, uma vez que há outros crimes que estão tipificados neste novo diploma e estão a ocorrer na sociedade, mas que não podem ser julgados porque o novo Código ainda não está em vigor. O deputado falou de alguns crimes que o actual Código não contempla e destacou como exemplo o terrorismo, o tráfico sexual e de órgãos e a pedofilia. “São aspectos que afligem a sociedade e devem ser tratados convenientemente”, defendeu.

5.18 Descentralização e Diversificação da economia

Jornal O PAIS

18 De Maio de 2018

Texto: Alves da Rocha

O crescimento económico para que aconteça tem de ser o resultado de uma combinação eficiente dos factores de produção, entre os quais se pode enfatizar o investimento, justamente o objectivo central de muitos Fóruns que um pouco por todo o País se vão organizando. Aliás, os processos e tentativas de captação de investimento são uma realidade mundial, justamente dentro do paradigma das economias de propriedade privada dos meios de produção e do funcionamento livre dos mercados.

São iniciativas louváveis e importantes, mas, a repetirem-se, no caso de Angola, em todas as províncias - é também o País que necessita de investimento, independente da sua nacionalidade - os investidores privados podem ficar confusos e desorientados, avaliando as suas decisões de investir na base de parâmetros menos exigentes de rentabilidade e retorno.

Acresce igualmente que as oportunidades de investimento em Angola, na sua perspectiva provincial, acabam por ser todas semelhantes, ainda que se possam identificar vantagens competitivas naturais relacionadas com as características idiossincráticas de cada província, tais como recursos minerais, florestais, pecuários e marítimos (haliêuticos), terras aráveis, belezas naturais, incidências histórico-culturais, disponibilidade de água, etc. No entanto, e de acordo com algumas evidências empíricas reveladas por estudos adrede elaborados e mesmo com a evolução do pensamento económico, parece que as vantagens competitivas construídas acabam por se impor e mostrarem-se mais determinantes do que as naturais. Se assim não fosse, dificilmente se explicariam os casos de sucesso económico permanente e sistemático de países como Suíça, Áustria, Japão e mesmo a República da Coreia.

Evidentemente que mais vale ter recursos naturais do que não. A questão está em como os aproveitar e inserir nos diferentes sistemas produtivos e modos de produção. E o caso do petróleo é paradigmático e a doença holandesa o exemplo mais acabado de utilização deficiente, desequilibrada (e em favor de classes empresário-políticas dominantes) de recursos minerais não renováveis. A começar pela Holanda (que rapidamente os compreendeu e removeu), os efeitos dilacerantes do "rent seeking" estenderam-se aos países em desenvolvimento ricos neste recurso

mineral, mas que não têm as capacidades de resiliência do país dos "polders" (moinhos de vento conquistadores de terras ao mar), assentando o seu crescimento em estruturas produtivas débeis, desequilibradas, sem capital humano, sem capacidade tecnológica e sem matrizes de relacionamento intersectorial agregadoras de valor e criadoras de emprego.

Valem estas considerações para referir que, internacionalmente ou internamente dentro de cada país, são outras as valências que acabam por distinguir os países entre si e as regiões (províncias no caso de Angola) no seu interior, aparecendo hoje como diferenciadoras e fonte de progresso, o capital humano, o capital institucional, o capital social, o capital ambiental e o capital empresarial. Havendo-os, as oportunidades de investimento serão em maior número e a capacidade de atracção do sector privado mais relevante. E a explicação é simples: o capital humano por exemplo é até hoje e no contexto das Teorias do Desenvolvimento Económico Endógeno, o único factor com rendimentos à escala crescentes, ao contrário da terra, do capital físico e do trabalho indiferenciado. As províncias do País que conseguirem aliar à sua disponibilidade de recursos naturais estas valências, seguramente que vão conseguir transformar potencialidades de crescimento em realidades efectivas, criando-se mais emprego, melhorando-se o consumo das famílias e até promovendo transformações nas suas forças produtivas e relações de produção.

O capital humano é recorrentemente referido em Angola enquanto necessidade para o desenvolvimento económico e o progresso social. Verdade de La Palisse. Porém, e por vezes, muitas das entidades privadas e públicas e mesmo individualidades, ao referirem-no, não têm a dimensão da sua importância estratégica, fazendo-o apenas por uma questão de moda (tal como a diversificação e mesmo a substituição das importações). Por exemplo, as províncias que em Angola forem capazes de oferecer aos investidores privados um sistema de ensino primário permanente, extensivo e de qualidade terão, afinal, construído uma agenda de competitividade para si. O ensino primário é o berço do desenvolvimento, é onde tudo começa e sendo de qualidade os efeitos de arrastamento ajusante são incomensuráveis, em especial sobre a produtividade geral do trabalho. Mas também sobre os parâmetros de aferição do ensino secundário, técnico e universitário.

Aliás, com capital humano de qualidade - até parece uma redundância, porque capital humano não pode deixar de ter qualidade, pela sua própria definição - a investigação, fundamental e aplicada, acaba por ser

um seu corolário. A inovação, associada à investigação fundamental e aplicada, é o factor essencial da Teoria do Desenvolvimento Económico de Joseph Schumpeter, um dos mais brilhantes economistas de todos os tempos, com a sua "invenção" da "destruição criadora". As províncias devem compreender de que forma podem promover o aparecimento dos empresários à Schumpeter, inovadores, abertos ao risco, vocacionados para a inovação e portadores de futuro. E ao capital humano e ao capital empresarial que compete a assumpção deste processo de revolução das bases produtivas para o crescimento.

Foi elaborada, pelo anterior Governo, uma Estratégia de Valorização dos Recursos Humanos em Angola, de grande alcance' não apenas temporal (até 2025 e que está em processo de actualização), como metodológico e onde estão definidas as profissões do futuro económico, social e tecnológico de Angola e identificadas as capacidades de oferta de formação da parte de todos os agentes nacionais (Institutos, Universidades, etc.). E estas profissões são as que farão valer a diversificação da economia nacional e adaptadas às condições de cada província.

A explosão universitária depois de criadas as regiões universitárias do país, foi uma tentativa, correcta do meu ponto de vista, de se ajustarem os perfis do trabalhador especializado às características de cada província e de se tentar travar os fluxos migratórios em direcção às cidades grandes do litoral. Este pode ser um caso de adaptabilidade das características deste factor de produção às vantagens comparativas naturais de cada província. No Namibe, o exemplo é dado pela Academia de Pescas e Ciências do Mar: costa marítima de 480 quilómetros, creditando 65% da actividade pesqueira do País e uma diversidade de espécies marítimas considerável. A maximização desta vantagem natural, pela via da qualificação dos recursos humanos nestas especialidades, pode passar pela construção de pontes de colaboração com outros países africanos em matérias de formação, investigação e inovação.

Quanto à diversificação da economia, os processos adjacentes e envolventes são complexos, tributários de políticas macroeconómicas de reposição e garantia dos equilíbrios fundamentais (inflação, taxa de câmbio, défice fiscal, défice corrente) e microeconómicas de persuasão sobre o investimento privado. A "boa diversificação" - conceptualmente é errada esta diferença entre boa e má diversificação, mas do ponto de vista prático pode ajudar a melhor explicar e compreender os seus aspectos essenciais - fundamenta-se na competitividade, relacionada com a disponibilidade de recursos naturais diferenciadores e na quantidade e qualidade dos factores de produção

disponíveis ou então criada na base do capital físico infraestruturas económicas e sociais -, do capital humano e do capital institucional.

São estes os domínios diferenciadores entre as províncias, quando a Constituição da República é tremendamente centralista e as políticas económicas de apoio aos sectores produtivos são centralmente definidas. A diversificação dos tecidos produtivos provinciais tem uma relação estreita com a descentralização administrativa e financeira e quanto mais esta se aprofundar maior será a liberdade dos governos provinciais para tentarem maximizar as vantagens naturais ou adquiridas existentes nas suas regiões e áreas de influência.

A diversificação da economia nacional tem de ser o resultado da diversificação dos tecidos produtivos provinciais, ou então não o será de todo. Se a desconcentração e a descentralização actualmente em processo de implementação possibilitarem a definição de políticas económicas regionais/provinciais próprias e específicas, então o apoio ao crescimento económico de cada uma delas poderá ser mais efectivo, racional e eficiente (do que resultarão actividade económica, lucros, salários e impostos para as realizações sociais). E um dos domínios de experimentação pode ser o dos processos de autorização dos investimentos públicos em cada uma das províncias.

5.19 Gradualismo geográfico

Novo Jornal

18 De Maio de 2018

Texto: Amadeu Batatinha

Anda muita gente empolgada com a realização das autarquias num futuro breve. Sinto aquele entusiasmo que se apoderou de milhões de angolanos em 1992. Muita esperança e vontade de ajudar na mudança do país.

Eram observadores de todo o lado, por todo o lado. Eram campanhas de marketing políticos a darem os seus primeiros passos na caça ao voto, na busca incessante de novos membros e simpatizantes. Era uma luta constante de slogans e frases cliché. Era tudo novo para quase todos.

A máquina política efervescente dava os primeiros passos democráticos e os Angolanos aplaudiam, riam e vaticinavam um futuro melhor, em paz e conscientes das tarefas que tinha pela frente. Foi sol de pouca dura.

Volvidos anos, depois de altos e baixos, e com a paz em consolidação todos os dias, um novo sonho é apresentado ao povo. Uma ferramenta para alterar os destinos de muitos angolanos. Um mecanismo de participação do povo na tomada de decisões que beneficiam a colectividade e não o indivíduo.

Há uma enorme dependência em sonhos porque de sonhos vivemos. Todavia, enquanto tentamos perceber como as autarquias se irão processar há muito por perceber e o jargão político distrai-nos do cerne da questão. Quer se queira gradualismo geográfico ou gradualismo funcional o sonho está vendido.

Os despistes de uns são o caminho de outros. O querer ultrapassa a capacidade de poder fazer e nota-se que em muitos casos há mais olhos que barriga. Parece que nos querem fazer ir atrás de gambuzinos, havendo quem mesmo jure já ter conseguido apanhá-los.

Por outro lado, a experiência que temos ainda apresenta deficiências de gestão. Os exemplos de gestão inadequada de condomínios, mercados e infraestruturas desportivas e culturais não chegam para gerir autarquias. A incapacidade de emitir um título de propriedade ou de renovar uma carta de condução sem esquemas ainda mostra que o caminho é longo, mas que deve ser feito caminhando e não pulando etapas.

É fácil prometer e simples reclamar. Fazer de forma gradual parece evidente. Mas o gradual deve ser para frente e não na habitual volta de 360 graus onde se vira o disco e toca o mesmo e onde a única diferença é quem está na dança.

5.20 Ministro da Administração do Território e Reforma de Estado não reage a convite e evita debate público

Novo Jornal

18 De Maio de 2018

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado (MATRE), Adão de Almeida, não se mostrou disponível para discutir publicamente o modelo ideal a adoptar para a institucionalização das autarquias locais no país, depois de ter sido convidado pelo grupo parlamentar da CASA-CE.

A coligação promoveu, durante dois dias, em Luanda, uma conferência na qual foram analisadas as questões do poder local, sendo Adão de Almeida a ausência mais notável.

A terceira força política mais votada nas últimas eleições juntou, num só espaço, várias forças políticas do país e alguns membros da sociedade civil que apresentaram as suas respectivas visões sobre as autarquias.

O Executivo, por intermédio do MATRE, foi convidado para expor o seu posicionamento, a julgar pela intervenção que o titular do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado tem mantido nos vários pronunciamentos públicos acerca do assunto.

O presidente da bancada parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho "Miau", lamentou o facto de o ministro não ter respondido ao convite da organização. A ausência do governante não foi justificada, nem este mandou alguém a representá-lo, a exemplo do que fizeram outras individualidades.

"Infelizmente, lamentamos a ausência do Executivo angolano, na pessoa do ministro da Administração do Território, a quem enviamos um convite para dissertar sobre a sua visão relativa às autarquias locais, e nem sequer nos responderam", lamentou o deputado André Mendes de Carvalho.

Ao fazer o balanço da conferência, que decorreu entre terça e quarta-feira, o deputado "Miau" defendeu a necessidade de haver um pensamento comum sobre o modelo das autarquias que se quer implementar no país.

"Mormente podia-se criar a consciência de um entendimento nacional da necessidade de implementar as autarquias locais, como instrumento essencial para o desenvolvimento social, dos cidadãos, e económico, dos municípios, bem como o da participação política dos cidadãos nas respectivas comunidades por um lado, e, por outro, o de proporcionar um momento de reflexão e de debate sobre os caminhos a seguir para a implementação das autarquias", disse.

Ainda de acordo com André Mendes de Carvalho, as discussões em torno da institucionalização do poder local vão continuar, esperando que o Executivo participe nos próximos eventos.

"O debate é para continuar, e gostaríamos de ver o Executivo discutir connosco, ao invés de estar a passar uma ideia errada de que já há uma decisão no sentido de as autarquias serem criadas apenas nalguns dos municípios numa primeira fase, e nos outros municípios numa outra fase", reafirmou".

5.21 Parlamento define critérios de selecção dos municípios para autarquias

Jornal A República

18 De Maio de 2018

Os critérios de selecção dos municípios a concorrerem nas autarquias, previstas para 2020, serão definidos pela Assembleia Nacional (AN), nos próximos tempos, afirmou na passada segunda-feira, 14 deste mês, em Luanda, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida.

Antes da definição dos critérios de selecção, será remetido a consulta pública uma Lei que vai indiciar tais preceitos, para se reforçar os mecanismos legais do normativo, com opiniões dos cidadãos, referiu o ministro.

Falando à imprensa, após dissertar sobre "o papel do Ministério do Interior (MININT) e dos seus órgãos à actual reforma do Estado", dirigido aos dirigentes e quadros do sector, justificou que a consulta pública da referida Lei permitirá ao cidadão apresentar as suas ideias.

"A AN vai aprovar a lei que define os critérios de selecção dos municípios e depois é que teremos a selecção dos municípios e intervenção global da AN", afirmou Adão de Almeida, que negou a ideia de ter-se já seleccionado os municípios.

Relativamente a criação das forças da ordem e segurança interna do país, sobretudo da segurança pública, considerou ser essa uma tarefa de soberania e de Estado.

Adão de Almeida esclareceu que, ao nível local, a Lei Magna designa a Polícia Municipal, que não se confunde com a Polícia Nacional, pois a última é direccionada para dimensão administrativa.

Disse ser uma espécie de polícia administrativa ao serviço do município, da câmara, que está para acompanhar e fiscalizar domínios da observância das regras administrativas, por exemplo, as transgressões administrativas.

"A descentralização é a transferência de competências, mas algumas continuam sobre a responsabilidade do Estado e uma delas é a segurança nacional e ordem interna. As FAA continuam a ser força única privativa do Estado.

As autarquias não têm forças armadas, bem como a forças de segurança, nomeadamente, a Polícia Nacional", esclareceu.

Por sua vez, o ministro do Interior' Ângelo da Veigas Tavares, afirmou que o seu pelouro, de acordo com a Constituição, continuará a superintender a questão da segurança pública, permitindo que a relação das estruturas centrais e autárquicas seja a mais estreita possível, para se completarem.

5.22 UNITA antecipa-se nas propostas do Poder Local

Novo Jornal

18 De Maio de 2018

Texto: Nok Nogueira

Partido do Galo Negro adianta-se e coloca sobre a mesa de trabalho do presidente do Parlamento duas novas propostas sobre o poder local.

Depois de ter visto aprovado em Maio de 2017 o seu Projecto de Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local, juntamente com uma outra iniciativa do executivo (Proposta de Lei Orgânica sobre as Bases Gerais do Poder Local), o grupo parlamentar da UNITA aguarda agora que a Assembleia Nacional discuta e aprove duas novas propostas de sua autoria em matéria de autarquias, considerando-as fundamentais para a "conclusão do processo de transição constitucional de Angola iniciado em 1991".

No relatório de fundamentação que dá suporte à Proposta de Lei de Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais, uma das quais fez chegar à mesa de serviço do presidente do Parlamento, a par da Proposta de Lei das Finanças Locais, a UNITA advoga que um dos elementos importantes para a conclusão do processo de transição constitucional no país é a concretização efectiva do princípio republicano e do princípio democrático em todas as suas manifestações.

"Uma dessas manifestações é o princípio da separação de poderes. Ao "constituir a República de Angola em Estado democrático de direito que tem como fundamentos a separação de poderes, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa, o legislador constituinte impôs a todos os actores políticos a alteração da cultura política prevalecente, que é a cultura do exercício do poder público e da gestão dos recursos públicos por um só ente político e territorial", lê-se no documento que deu entrada no parlamento.

A UNITA, que se apoia na Constituição da República, defende que a carta magna do país aprovada em 2010 impôs que o exercício do poder político-administrativo sobre o território e suas populações seja partilhado entre o poder Executivo [soberano] do Estado e o poder autónomo dos cidadãos [não soberano], daí entender que esta partilha deve promover também a igualdade de oportunidade entre os angolanos e o desenvolvimento integral, harmonioso e sustentado de todo o território, nacional e dos povos.

A proposta da UNITA sobre a Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais, a cujo documento o Novo Jornal teve acesso, prevê assim que, nos termos da lei suprema do país, a tutela administrativa sobre as autarquias consistirá na verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos e é exercida nos termos da lei, sendo esta a lei sobre a tutela administrativa das autarquias locais que se pretende aprovar a partir do presente projecto de lei.

Proposta de Tutela Administrativa prevê 17 capítulos e seis de Finanças Locais

A proposta da UNITA está estruturada sob a forma de dezassete (17) artigos, que estão divididos em números e alíneas, e propõe como modalidades que o exercício da tutela administrativa sobre as autarquias locais venha a compreender a verificação do cumprimento da legalidade por parte dos órgãos autárquicos por meio de: Inspeção; Inquérito e Sindicância.

Além destas três modalidades, a proposta da UNITA prevê que os órgãos de tutela administrativa do Estado podem solicitar informações e esclarecimentos sobre decisões administrativas dos órgãos e serviços das autarquias locais.

Proposta das Finanças locais

O relatório de fundamentação da UNITA sobre as Finanças Locais prevê que a gestão das finanças ao nível das autarquias locais impõe a verificação e o estrito cumprimento da lei que regula a actividade financeira por parte dos órgãos autárquicos, uma lei cuja proposta pretende ver a aprovada no Parlamento.

A proposta da UNITA prevê os seguintes: Objecto e princípios fundamentais, Receitas das autarquias locais, Repartição de recursos públicos entre o estado e as autarquias locais, Endividamento autárquico, Transferência de atribuições e competências e Disposições finais e transitórias.

5.23 Executivo apresenta pacote legislativo sobre as autarquias

Jornal de Angola

21 De Maio de 2018

Texto: Fonseca Bengui

O ministro da Administração do Território, Adão de Almeida, apresenta hoje, em conferência de imprensa, as propostas que constam do pacote legislativo autárquico, depois de apreciado pelo Conselho de Ministros.

A conferência de imprensa, que decorre nas instalações do Serviço Técnico da Secretaria para os Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República, marca o início de um programa de auscultação pública sobre o conteúdo dos diplomas que vão reger o processo autárquico.

De acordo com um comunicado da Secretaria para os Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República, a iniciativa do Governo surge em cumprimento da recomendação do Conselho da República, de 22 de Março, para uma ampla auscultação pública sobre a matéria, com vista a obtenção do máximo consenso possível na elaboração e aprovação dos diplomas que integram o pacote legislativo autárquico.

Poderão constar da proposta de pacote eleitoral que dará suporte legal às autarquias as seguintes leis, que já tiveram o aval dos órgãos de direcção do MPLA, partido que sustenta o Governo: Lei orgânica sobre as eleições autárquicas, Lei dos critérios para a selecção de municípios com vista à implementação das autarquias, Lei orgânica sobre a organização e funcionamento das autarquias locais, Lei da tutela administrativa sobre as autarquias locais, Lei das finanças locais e Lei da transferência de atribuições e competências do Estado para as autarquias locais.

Gradualismo

No quadro da apresentação do Plano Estratégico de Desconcentração e Descentralização Administrativa e implementação das autarquias, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado esteve sexta-feira e sábado na província do Bié. Numa das suas intervenções, Adão de Almeida disse que a proposta de realização das autarquias locais em 2020 de forma gradual a nível do país não vai promover assimetrias regionais.

Ao falar para membros da sociedade civil, na vila de Camacupa, 82 quilómetros a leste do Cuito, Adão de Almeida reprovou a ideia defendida pelos partidos políticos na oposição, segundo a qual o princípio do

gradualismo resultará em mais assimetrias regionais, fundamentalmente nas zonas que não forem abrangidas.

Adão de Almeida explicou que o poder autónomo é semelhante à actual gestão pública, mudando apenas a maneira como se elege o autarca, que não é nomeado pelo governador provincial.

"Passa pela cabeça de muitos de que as autarquias permitirão resolver todos os problemas que as populações e as localidades enfrentam. Isso não corresponde à verdade, porquanto o poder local exige do autarca criatividade, quer para arrecadar receitas, quer para construir infra-estruturas, já que o Estado deixa de intervir no município", explicou.

Ainda assim, apontou a materialização das autarquias como factor que concorre para a participação directa dos cidadãos na governação, tendo em conta a descentralização administrativa que o Executivo pretende efectivar durante os próximos dois anos.

Segundo Adão de Almeida, a iniciativa consiste em dar mais autonomia e responsabilidades aos municípios, de modo a terem competências para decidir por si os seus programas de governação, bem como prestarem contas junto dos cidadãos.

O ministro recomendou a população a participar nos debates que se avizinham sobre os projectos de lei sobre as autarquias que serão apresentados brevemente à sociedade, para que se encontre uma solução adequada para a implementação do gradualismo territorial ou funcional.

Um dia antes, no Cuito, Adão de Almeida reafirmou que os critérios de selecção dos municípios vão ser definidos pela Assembleia Nacional, com legislação própria. O ministro disse não compreender a posição dos partidos da oposição com assento Parlamentar que pretendem em simultâneo a realização de eleições autárquicas em todos os municípios, em 2020.

"Apesar dos desentendimentos, o Executivo está aberto para dialogar com as demais forças políticas e com a sociedade civil, de forma a encontrar-se a melhor solução, tendo em conta a irreversibilidade da institucionalização do poder autónomo", afirmou o ministro, acrescentando que caberá à Assembleia Nacional analisar, escolher e aprovar para as eleições autárquicas, as municipalidades contempladas para a primeira fase.

"Nas localidades que ficarem de fora, sem eleições autárquicas, o Estado assume a gestão, dada as responsabilidades para com a administração do território e do desenvolvimento harmonioso, em

função das atribuições definidas na Constituição", garantiu.

5.24 UNITA exige rigor aos militantes

Jornal de Angola

21 De Maio de 2018

A UNITA, o maior partido na oposição, exigiu dos seus militantes rigor e maior responsabilidade na implantação das autarquias no país, previstas para 2020.

Os militantes da UNITA foram capacitados sobre a temática durante um seminário promovido pelo secretariado do comité provincial.

O director da Escola Nacional de Formação de Quadros da organização política, Eduardo Paulo, apelou aos formandos que apliquem na prática os conhecimentos adquiridos ao longo da formação, para o cumprimento dos objectivos preconizados pelo partido.

Hena Muzaza, em nome dos formandos, disse que os militantes se comprometem a honrar de forma escrupulosa o partido, materializando as noções adquiridas para a consolidação da democracia no país.

5.25 Autarquias locais em todo território nacional só em 2035

Jornal O PAÍS

22 De Maio de 2018

Texto: Neusa Filipe

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, afirmou, ontem, em Luanda, que a conclusão do processo de institucionalização das autarquias locais deve ser feita num período não superior a 15 anos, tal como prevê a nova Proposta de Lei sobre as Autarquias Locais aprovada em Conselho de Ministros.

O titular da pasta da Administração do Território e Reforma do Estado falava durante uma conferência de imprensa na qual esclareceu os critérios para a implementação das autarquias locais, contidos na referida proposta de lei orgânica das eleições.

O governante referiu, na ocasião que a proposta de lei sobre a Institucionalização das autarquias locais pretende concretizar o que Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida consta no artigo 242 da Constituição da República de Angola sobre o princípio da implementação gradual das autarquias

locais, que prevê que o processo de institucionalização é para todo o território nacional, o que significa que todas as províncias vão ter, inicialmente, experiência autárquica.

Calendarização e duração do mandato dos órgãos electivos

Sobre o calendário para a realização das eleições autárquicas, marcadas para 2020, o ministro esclareceu que a proposta de lei em causa sugere que os órgãos electivos tenham a duração de cinco anos renováveis, alegando que, com isso, se pretende estabelecer uma duração similar dos órgãos nacionais, de forma a estabelecer estabilidade no calendário eleitoral.

O ministro sublinhou que tal estabilidade iria permitir que houvesse maior previsão e estabilidade no espaçamento entre uma e outra eleição, o que implica, a título de exemplo, que, mantendo essa proposta dos cinco anos e fazendo eleições em 2020 haverá um espaço de dois anos até as próximas eleições gerais, que serão em 2022. Depois de 2022 haverá um espaço de três anos até as eleições autárquicas de 2025. "Isso permitiria a estabilidade do calendário eleitoral na combinação entre eleições gerais e eleições locais", disse o ministro.

Critérios de selecção dos municípios

Quanto aos critérios de selecção dos municípios, a proposta prevê, na lógica de implementação faseada ou gradual, uma selecção de municípios para a experiência inicial e, posteriormente, o alargamento aos 164 municípios.

A referida proposta de lei apresenta alguns critérios a ter em consideração designadamente os municípios com nível de desenvolvimento e de infra-estruturas mais expressivos no quadro do nível de desenvolvimento de cada província; outro critério pretende englobar municípios essencialmente rurais, com pelo menos 500 mil habitantes e com uma arrecadação de receitas em média de 15 por cento da despesa pública orçamental dos últimos três anos.

Um outro critério recai para os municípios menos populosos, com menos de cinquenta mil habitantes e com segmentos de economia local específicos e historial de arrecadação de receitas de pelo menos cinco por cento da média da despesa pública orçamental dos últimos três anos. Comporta ainda um outro critério que aponta para os municípios com menos capacidade de arrecadação de receitas, isto é, abaixo dos cinco por cento da sua despesa anual, com pelo menos 250 mil habitantes. Seguindo-se os com

particularidades culturais independentemente da sua capacidade de arrecadação de receitas.

5.26 Campanha para as autarquias sem financiamento público

Jornal de Angola

22 De Maio de 2018

Texto: Fonseca Bengui

As campanhas para as eleições autárquicas não vão beneficiar de financiamento público nem terão direito a tempo de antena como acontece nas eleições gerais, segundo a proposta de Lei orgânica sobre as eleições autárquicas, apresentada ontem pelo ministro da Administração do Território.

Segundo Adão de Almeida, cada candidatura deve financiar a sua campanha. "São muitas eleições municipais e não haveria espaço para tempo de antena para todas as candidaturas em todos os municípios na rádio e na televisão", disse.

As regras de financiamento, acrescentou, serão definidas na lei, devendo cada candidatura encontrar formas de suportar a sua campanha eleitoral sem que exista financiamento público específico para as campanhas eleitorais.

Consta das propostas apresentadas, que vão ser disponibilizadas para discussão pública a partir de 1 de Junho, as propostas de Lei orgânica sobre a organização e funcionamento das autarquias locais, sobre a institucionalização das autarquias locais, sobre a tutela administrativa sobre as autarquias locais, sobre a institucionalização das autarquias locais, da transferência de atribuições e competências do Estado para as autarquias locais e das finanças locais.

O ministro enfatizou que são apenas propostas de base que vão servir para a discussão pública, podendo, depois das discussões, sofrer alterações. Ontem mesmo, o Conselho de Ministros fez a primeira apreciação e remeteu para a discussão pública, a fim de se obter o maior número de contribuições. No final, as propostas voltam ao Conselho de Ministros, que depois vai remetê-los formalmente à Assembleia Nacional.

O Executivo vai disponibilizar um endereço de correio electrónico para os cidadãos enviarem as suas contribuições' além de encontros com a sociedade civil para a recolha de contribuições. As propostas vão igualmente ser remetidas ao Parlamento para que os deputados possam igualmente dar a sua contribuição nesta fase da discussão pública.

Órgãos das autarquias

Os órgãos das autarquias incluem a assembleia municipal, com função regulamentar e fiscalizadora dos órgãos executivos, no caso, a câmara municipal, presidida por um presidente, auxiliado por secretários municipais. Estes são nomeados livremente pelo presidente.

As comunas e distritos urbanos são órgãos desconcentrados da autarquia e terão secretários comunais e distritais nomeados pelo presidente da câmara.

O número de secretários municipais vai variar consoante o número de população da autarquia, podendo ir entre 15 secretários, para as autarquias mais populosas, e 11, para as menos populosas.

Este critério vai ser utilizado também para o número de membros da assembleia municipal, que varia de 55 membros, para as autarquias com 500 mil eleitores ou mais, para 25 para as autarquias com menos de 50 mil eleitores. As propostas prevêem que os órgãos das autarquias terão um mandato de cinco anos, não havendo limite para a reeleição. Segundo Adão de Almeida, a proposta de cinco anos de mandato tem como objectivo estabelecer uma duração similar a dos órgãos nacionais, para que haja uma estabilidade no calendário eleitoral, que vai permitir maior previsão e estabilidade de no espaçamento entre uma e outra eleição (eleições gerais e autárquicas).

O contencioso eleitoral será da responsabilidade do Tribunal Constitucional, que tem também a competência de validar as candidaturas. No caso do contencioso, a tramitação pode começar no Tribunal de Comarca, que remete o processo para o Tribunal Constitucional.

Nas eleições autárquicas só votam os cidadãos nacionais residentes em cada município. Os candidatos para à assembleia municipal devem ser residentes no respectivo município, mas o candidato a presidente da câmara só tem a obrigatoriedade de residir no município depois de ser eleito.

Além dos partidos políticos reconhecidos, podem apresentar candidaturas grupos de cidadãos com um mínimo de até 50 eleitores.

Adão de Almeida garantiu que o processo de institucionalização é para todo o território nacional. Todas as províncias, disse, vão ter experiências no momento inicial das autarquias. Os critérios de selecção para os municípios que vão entrar na experiência inicial do processo e o alargamento que vai se seguir incluem municípios com níveis de desenvolvimento e infra-estruturas mais expressivos,

municípios rurais com pelo menos 500 mil habitantes e uma capacidade de arrecadação de receitas de pelo menos 15 por cento da despesa pública orçamentada nos últimos três anos.

No quadro da proposta, explicou o ministro, compete à Assembleia Nacional seleccionar os municípios de acordo com os critérios definidos e uma vez feita a selecção, há a obrigação de se desenvolver trabalhos preparatórios para dar espaço à autonomia local.

Esses trabalhos preparatórios, disse, consistem na instalação de serviços fiscais em todos os municípios seleccionados, instalação do tribunal de comarca, agências bancárias, redes de telecomunicação e tecnologias de informação, bem como providenciar recursos humanos e quadros com perfil para as atribuições que forem definidas para as autarquias.

A conclusão do processo de institucionalização das autarquias deve ser feita num período não superior a 15 anos, enquanto que a entrada de novos municípios é, segundo a proposta, sequencial e gradual, feita no início de cada ciclo eleitoral.

5.27 Autarquias no foco do debate nacional

Jornal 24 Horas

24 De Maio de 2018

Texto: Carlos Veiga

Está a ser um dos processos em Angola com maior nível de preparação e abordagem por se circunscrever no objectivo do poder. Trata-se duma das epifanias do poder em Angola sendo certo de que não será subordinado ao Estado. Será paralelo a partir do ano de 2020. Ou seja, haverá um poder estatal e um poder e outro autarcizado cuja tutela de um e outro será apenas de legalidade e não de mérito.

Com isso será diminuído o poder do estado no que tange ao exercício do poder local. Ele vai diminuindo a cada passo que forem aumentando o número de municípios ou em termos da autarquia. Vão concorrer dois tipos de poderes "in re et loco". A constituição é peremptória na discriminação dos poderes que vão reger as autarquias sendo que o poder local no quadro da sua tutela será se irá distender até aos municípios.

Vale por dizer que a representação administrativa ao nível dos municípios irá persistir quando até se devia restringir aos senhores governadores. Assim sendo, não haverá bem assim a diminuição do poder do estado até porque o mesmo continuará a existir ao

nível das municipalidades sem ser despiendo de que os governadores não imporão sobre os autarcas.

Tudo isso gera um grande debate com que todos participam e com organização de todos em que todos se sintam convidados. Assim será até 2020. Hoje por hoje, está praticamente descartado o preconceito político num país que demorou a chegar neste estádio a considerar mais avançada da democraticidade.

A prova acabada está na realização de conferências durante dois dias sobre as autarquias pela Convergência Ampla de Salvação Ampla - Coligação Eleitoral para conferir esclarecimentos auguráveis em torno do processo que o país irá ensaiar em 2020. Quem diria que conferências organizadas por formações políticas da oposição fossem amplamente concorridas e sem preconceito.

A CASA-CE realizou uma conferência internacional com convidados estrangeiros de Portugal, Moçambique e Cabo-Verde. Os convidados nacionais a conferenciarem foram sondados a nível da academia. Outrora teriam declinado a conferência e assim se perdeu muito debate que podiam ter já enriquecido a nossa democracia. Quer dizer, antes quase que era impossível, quem sabe, pelo medo auto-incutido de todos! Podia ter surgido urna desculpa de última hora em razão, meramente, ideológica ou outra quanto mais não fossem docentes a nível da Faculdade de Direito da Universidade AGOSTINHO Neto. Certo é que o convite foi aceite em homenagem a um claro exercício de cidadania e academia.

A CASA terá uma boa abordagem com nomes de valor da nossa praça, só para citar o Dr Carlos Teixeira, docente em Direito Administrativo e o jovem académico Esteves Hilário que já escreveu sobre Autarquias. Estiveram outros conferencistas como o Frei da Obra dos Pregadores, Mário Rui.

Hoje também o PRS fala sobre a tutela em torno da matéria. Será dissecado o tipo de tutela na governação autárquica. Para falar do assunto tinha sido convidado um jurista promissor, Dr Hanguima Chilongue. "A tutela a nível do direito autárquico é da legalidade", estamos entendidos.

Os debates foram fecundos sem preconceitos elevando aquilo que as pessoas pretendiam saber. Não há dúvidas de que muitos não se fizeram rogados. Ganha a democracia e, mais, foi preciso apelar às autarquias para se abrir cada vez mais o nosso processo democráticos na antevisão que o concurso será renhido pelo palmo dos municípios do país. Estamos perante uma acção de formação geral em que já se começa a piscar olhos. As formações

políticas estão em investir forte porque querem nos próximos dias experimentar o gosto de dizer que aquele ou este autarca lhes pertença. Mas atenção que ainda estão por ser discutidas as leis.

O MPLA já fez saber que sobre a questão divisória, não vai arredar. Será defendido com todo o argumento o gradualismo territorial e funcional. Irá mesmo defender a sua tese de que ainda que se arranque o processo em alguns municípios apenas, não será de per si o único motivo na base da assimetria regional. No entender do jovem Ministro Adão de Almeida não é por aí que está o busilís.

Haverá ou não partilha do poder? Eis a questão. A partir de 2020, provavelmente, o MPLA deixe de exercer só poder local. É uma probabilidade para o analista e uma certeza para os políticos ainda que, para alguns casos, a possibilidade seja remota. Por isso, é bom continuar a trabalhar no caso. A sorte está lançada.

5.28 O que está em causa com as autarquias

Jornal de Angola
24 De Maio de 2018

Relativamente às autarquias, estão a ser prestados importantes esclarecimentos por parte do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado e demais intervenientes, que servirão para acautelar eventuais interpretações incorrectas sobre a nova realidade política que passaremos a viver. Variadas vezes, temos defendido que as explicações, se necessário com palavras simples, objectivas e directas para que o povo perceba, devem continuar até à exaustão para melhor compreensão das autarquias. O pior que ninguém deseja tem a ver com o eventual facto da expectativa que está a ser alimentada pela população, por força de algum discursopolítico distorcido, vir a ser directamente desproporcional à existência e funcionamento das autarquias.

Precisamos de esgotar tudo em matéria de esclarecimentos, inclusive para que as pessoas numa determinada comunidade autárquica entendam quem, entre as entidades com poder legal e de mérito, poderá ter a responsabilidade última de resolver os problemas do dia-a-dia. Que atribuições específicas estarão sob a tutela do autarca e da equipa camarária que o acompanhará e que problemas o povo deverá esperar ver resolvidos a nível local pelas entidades eleitas para exercerem o poder local...

Não há dúvidas de que as expectativas do povo de Cabinda ao Cunene são, naturalmente, enormes e

sobremaneira quando não se sabe exactamente que localidades serão "escolhidas" para servirem como autarquias na fase gradual. Mas, para este caso, esperamos que os actores políticos, sobretudo os legisladores, sejam capazes de criar uma legislação que dê resposta às preocupações que se levantam agora e às que virão à posterior.

Quando insistimos na necessidade de as explicações serem exaustivas, pretendemos tão somente que se acautele algumas leituras desencontradas que procuram encarar o poder local como uma espécie de panaceia para todos os problemas. Há actores políticos que, na ausência de uma agenda e discurso consentâneos com a realidade, tendem a fazer insinuações perigosas junto de alguns sectores da população segundo as quais "se os problemas X e Y não estão resolvidos é por falta de autarquias."

Acreditamos que merecem as devidas reflexões as palavras oportunas do ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, segundo as quais "passa pela cabeça de muitos que as autarquias permitem solucionar todos os problemas que as populações e as localidades enfrentam. Isso não corresponde à verdade, porquanto o poder local exige do autarca criatividade, quer para arrecadar receitas, quer para construir infra-estruturas, já que o Estado deixa de intervir no município."

Basicamente, o que inicialmente vamos assistir com a realização das eleições autárquicas e com o funcionamento do poder local tem a ver com a transferência do poder e atribuições dos actuais representantes do Governo para colectividades locais. E que estas, enquanto conhecedoras da realidade local, vão ter que fazer prova das suas capacidades de gestão e resolução de problemas para dar solução às necessidades e privações experimentadas pela comunidade.

5.29 APN ameaça não participar nas eleições autárquicas sem financiamento

Jornal O País
25 De Maio de 2018
Texto: Ireneu Mujoco

Esta força política extra-parlamentar exige que o Estado financie todos os concorrentes, segundo o espírito e a letra da Lei de Financiamento dos Partidos Políticos.

Aliança Patriótica Nacional (APN) ameaça não participar nas primeiras eleições autárquicas apazadas para 2020, caso os partidos políticos ou

coligações de partidos não sejam financiados pelo Estado Angolano.

Quintino Moreira, o líder desta força política extra-parlamentar' reagia assim às declarações do ministro da Administração do Território e Reforma de Estado, apresentadas em conferência de imprensa esta semana.

Segundo o ministro Adão de Almeida, a lei orgânica sobre as eleições autárquicas apreciada pelo Conselho de Ministros, Segunda-feira, 21, não prevê financiamento para a campanha eleitoral para eleições autárquicas. Segundo o líder da APN, se os concorrentes não forem financiados, o fortalecimento da democracia estará em causa, porque aqueles não terão suporte financeiro para as eleições nos 164 municípios do país.

Segundo a fonte, a situação poderá agravar-se ainda mais pelo facto de a lei não prever financiamento ou apoios do Governo, de organizações internacionais, partidos políticos ou coligações de partidos políticos.

A este jornal, Quintino Moreira argumentou que, não tendo meios de subsistência para a sua participação nesta primeira disputa eleitoral autárquica, o processo entre as várias forças não será "justo e transparente".

Apontou o MPLA, Partido no poder, como sendo o único que poderá participar nas eleições autárquicas sem dificuldades financeiras, pelo facto de, ao longo de mais de 40 anos, ter acumulado um capital considerável.

Gradualismo funcional

O líder da APN reiterou que as eleições autárquicas devem ser realizadas em simultâneo, ao contrário do gradualismo territorial defendido pelo Governo.

Justificou que o gradualismo territorial é uma "experiência negativa", tendo apontado o caso da República de Moçambique, que segundo a fonte, efectuou a primeira fase do gradualismo territorial, e agora enfrenta dificuldades para entrar a outra.

Para Quintino Moreira, a realização das eleições autárquicas deve obedecer ao que estabelece a Constituição da República de Angola (CRA), sendo o único fundamento válido para este fim. Considerou que realizar eleições em alguns municípios e deixar outros de fora, é um acto de discriminação que, segundo o entrevistado, poderá desencadear protestos no futuro. "É preciso haver cautela", alertou.

Assinaturas e registo eleitoral

O político criticou o elevado número de 500 a 550 assinaturas, exigidas por lei, e subscritas por um conjunto de cidadãos, como condição para participarem nas eleições autárquicas.

Recordou que, nas eleições gerais já realizadas, cada partido ou coligação de partidos políticos apresentou 15 mil e 500 assinaturas recolhidas em todas as províncias do país.

Salientou que se cada concorrente recolher as assinaturas exigidas para participar nas autarquias, em 164 municípios, cada um deverá apresentar 90 mil e 200 assinaturas." Isto é um exagero", considerou.

Entretanto, o político defendeu a actualização do registo eleitoral, em vez de se realizar um outro, como alguns partidos políticos defendem.

5.30 Autarquias dão sinal de “copy & paste” do modelo moçambicano

Novo Jornal

25 De Maio de 2018

O princípio do gradualismo que o executivo quer seguir no processo de implementação das autarquias no país será copy & paste (cópia e cola) do modelo adoptado há 20 anos por Moçambique, processo que até ao momento não conheceu o seu termo no país do Índico. Esta foi a conclusão a que chegou Domingos Manuel do Rosário, investigador e professor moçambicano do Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Universidade Eduardo Mondlane.

O cientista político moçambicano, um dos prelectores da conferência promovida pelo grupo parlamentar da CASA-CE sobre as autarquias, que decorreu de 15 a 16 deste mês, alertou aos partidos políticos da oposição no sentido de estarem "vigilantes" perante a intenção defendida pelo partido que sustenta o governo, referindo que no seu país, passados anos, as autarquias ainda não são um facto em toda a extensão do território, "porque Moçambique optou, por imposição da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), pelo gradualismo geográfico, o mesmo defendido pelo executivo e pelo MPLA".

Para o politólogo, a primeira grande implicação do gradualismo em Moçambique foi o facto de colocar os cidadãos do mesmo país em situação de desigualdade de direitos. "Caso isso venha a ser concretizado [em Angola], a principal tarefa será a de identificar e definir os critérios que deverão presidir à selecção dos municípios", afirmou.

Segundo o académico, os municípios seleccionados para as autarquias em Moçambique são, na sua maioria, aqueles cujo partido no poder, a FRELIMO, tinha e teve o maior número de eleitores, o que leva o investigador moçambicano, à julgar pelos sinais até agora emitidos, a admitir que Angola possa seguir o mesmo caminho "se a sociedade civil e a oposição não estiverem atentas".

Lembrou que a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), maior partido da oposição, devido à "imposição" da FRELIMO, desistiu do debate político e não conseguiu eleger nenhuma lei da descentralização administrativa.

Se tivesse conseguido, em 1997 ou 1998, eleger - talvez com ajuda da sociedade civil ou dos partidos políticos - uma lei da descentralização que definisse claramente a metodologia do gradualismo, talvez tivesse minimizado o objecto comum", disse, sublinhando que a questão da descentralização só foi aprovada em 2014, passados 16 anos.

"Durante todo esse tempo, deixou-se um vazio para que a FRELIMO fizesse o que lhe convinha, sem a interferência de ninguém. E a FRELIMO usou a maioria que sempre teve no Parlamento para impor a sua vontade", lembrou.

Na segunda-feira, 21, o executivo angolano avançou que a proposta aprovada em Conselho de Ministros prevê que o país vá precisar de 15 anos para ter as autarquias em todo o território. Entretanto, Domingos do Rosário lembrou que, em 20 anos, Moçambique só conseguiu implementar o poder local em 21 das 33 definidas na lei.

Segundo o investigador moçambicano da Universidade Eduardo Mondlane, o gradualismo no processo de criação das autarquias não respeita os factores geográficos, demográficos, a existência de autonomia administrativa, os interesses de ordem nacional é muito menos a existência de capacidade financeira ou fiscal para o andamento das atribuições estabelecidas pela legislação.

Domingos Manuel do Rosário defende que o modelo faseado da implementação do poder local responde "aos interesses ligados à maximização da vitória dos partidos no poder". No seu entender, com esta opção, a oposição poderá encontrar dificuldades nas transferências de funções e competências dos órgãos do Estado para as autarquias onde estiver a governar.

Segundo o politólogo, olhando para o que se aventa em Angola, implica que o governo central poderá criar mecanismos para que a oposição não consiga

gerir os serviços públicos de educação, de saúde e transporte, como em Moçambique.

"Até ao presente momento, dos 19 municípios que manifestaram interesse em gerir os centros de saúde, dos transportes urbanos municipais, apenas cinco foram autorizados. E foram apenas municípios da FRELIMO que foram autorizados, e os da RENAMO não têm condições para o fazer", exemplificou.

O investigador apontou como sendo necessário a definição das competências das autarquias. "Se deixarem, vai acontecer a mesma coisa. O governo central vai continuar a impor a sua vontade porque há um vazio em termos legislativos que vai permitir fazer o que ele quer, quando quer e como quer. Sabemos que a FRELIMO e o MPLA são partidos autoritários", declarou o prelector.

5.31 Autarquias e o presente envenenado

Jornal Visão

25 De Maio de 2018

Texto: Caxala Neto

O MPLA continua a dar presentes que contêm veneno com as autarquias no top das discussões na Assembleia Nacional: Com a sua aprovação, esta semana, do seu pacote legislativo pelo Conselho de Ministros, vai acontecer mais uma grande salada russa no que diz respeito a sua implementação efectiva.

As primeiras eleições autárquicas no país, se estamos lembrados, foram marcadas para 2020, por recomendação consensual do Conselho da República, reunido pela primeira vez no mandato do actual presidente.

A proposta apresentada e apreciada pelo conselho de ministros recomendou que as autárquicas devam decorrer inicialmente num certo número de municípios na base do princípio do gradualismo, e que devem ser definidos os critérios da sua selecção. Um outro presente que se pode considerar veneno ao povo é a lei sobre repatriamento de capitais que foi aprovada pela Assembleia Nacional, que a oposição critica quase sempre em todos os debates tanto nas rádios, entrevistas e opiniões de vários militantes dos respectivos partidos políticos representados na Assembleia Nacional.

Na sua reunião do Conselho da República, João Lourenço disse que avançaria com a proposta de realização das primeiras eleições autárquicas nesta data indicativa.

“Trazemos para esta reunião do Conselho da República, para que o Presidente da República possa ser aconselhado pelos conselheiros, a proposta de realizar as eleições autárquicas em 2020 e a proposta de realizar inicialmente num certo número de municípios na base do princípio do gradualismo, definindo-se os critérios da sua selecção”, disse.

Em face da orientação constitucional, a inexperiência na matéria, os recursos financeiros, humanos e a actual capacidade de organização, o Conselho da República recomendou que nas diferentes fases do processo preparatório sejam consideradas as realidades diferentes dos municípios para o efeito de implementação gradual e faseada das autarquias locais.

Nesse sentido, o Conselho da República defendeu que sejam definidos os critérios de selecção do primeiro grupo de municípios para a experiência inicial, devendo a este respeito, considerar-se experiências e critérios diferenciados, dentre eles municípios urbanos e municípios rurais, municípios mais populosos e menos populosos, o estágio de desenvolvimento dos municípios e os municípios com maior ou menor capacidade de arrecadação de receitas.

5.32 UNITA quer novo registo

25 De Maio de 2018

Jornal Visão

Texto: Alberto Ngongolo

UNITA, defendeu a realização de um novo registo eleitoral, para as primeiras eleições autárquicas em Angola, em 2020, sob pena de o processo conhecer os mesmos vícios das últimas eleições gerais. A posição foi na última terça-feira marcada, em conferência de imprensa, denominada "verdade eleitoral": tendo o secretário para os Assuntos Eleitorais da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Vitorino Nhany, dado a conhecer o acórdão do Tribunal Provincial de Luanda, que inocentou o seu comissário eleitoral da Quiçama, da acusação de realizar um duplo registo eleitoral, para as eleições gerais de 23 de Agosto de 2017. Vitorino Nhany disse que "a UNITA foi acusada de descredibilizar o processo do registo eleitoral, mandando os seus membros registar-se duas vezes e que o comissário Ernesto João Manuel foi usado pela UNITA como prova de alegada falha do sistema".

Aquela força política lamentou os "danos morais a si causados": bem como ao seu comissário que "ficou seis meses sem direito ao subsídio": Segundo o

dirigente da UNITA, o acórdão do tribunal considerou improcedente a acusação, por não ter sido provado o crime de que vinha acusado o seu comissário eleitoral municipal. Para Vitorino Nhany, a Comissão Nacional Eleitoral "caiu no descrédito e os angolanos têm de encontrar um outro quadro, para que se tenha uma verdadeira Comissão Nacional Eleitoral independente.

O político defendeu que a CNE não deve mais "se imiscuir no processo do registo eleitoral, porque o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado é um órgão interessado no processo eleitoral": Perante o actual contexto, a UNITA questiona se "perante tamanhos erros não corrigidos contidos no Ficheiro Informático de Cidadãos Maiores ou base de dados, permitir-se-á que as autarquias sejam realizadas, tendo em conta a mesma base de dados ou um novo registo eleitoral se impõe?".

De acordo com a UNITA, entre as várias infracções "engendradas" no processo de registo eleitoral, notabilizou-se a problemática ligada à ocorrência de registos duplos, com perto de 300 mil casos, que, segundo a organização política, ainda não foi corrigida. "Nós pedimos vários encontros técnicos para corrigirmos tudo aquilo que nós achávamos anormal, isso não foi corrigido, tivemos casos de cidadãos que foram transferidos para outras áreas (...) o que significa que o ficheiro não está corrigido, não é transparente e se não se faz um novo registo teremos casos de cidadãos que ao invés de votarem nos seus municípios não irão encontrar os seus nomes nas listas. Há tempo de se fazer essa correcção no sentido de criarmos condições propícias para que realizemos eleições justas e transparentes", disse.

5.33 Imposto Predial Urbano e Taxa de Circulação vão financiar autarquias

Jornal Expansão

25 De Maio de 2018

Texto: Quingila Hebo

As autarquias locais vão ser financiadas com receitas que resultem da cobrança do Imposto Predial Urbano (IPU), da Taxa de Circulação e de taxas cobradas no âmbito dos serviços que são prestados pelas administrações municipais, como a emissão de atestados de residência, anunciou esta semana o director do gabinete jurídico do Ministério das Finanças, Osvaldo Macaia.

O responsável falava aos jornalistas no final do Conselho de Ministros que decorreu terça-feira, e onde foi apresentada a proposta de Lei das Finanças Locais e sobre Transferências.

“Importa destacar algumas receitas que nós entendemos que são receitas por natureza dos órgãos locais, no caso, o imposto sobre o património, como o Imposto Predial Urbano, as prestações, doações e a Taxa de Circulação, são os que a proposta de lei refere como impostos locais”, disse Osvaldo Macaia.

O director do gabinete jurídico do MinFin fez menção que a lei reserva o direito destes impostos poderem ganhar uma outra denominação no quadro das autarquias locais. Entretanto, o direito de criar novos impostos e taxas continua reservado ao Estado, através da Assembleia Nacional que, de resto, é o órgão legislativo, conforme estabelece a Constituição.

Osvaldo Macaia adiantou que será introduzido um novo imposto a nível municipal denominado derrama, que consiste em cobrar o lucro tributável das pessoas coletivas que exercem actividade no município.

“Por força do princípio da consolidação fiscal e da harmonia do sistema fiscal, entendemos que a derrama municipal não pode exceder 1 % sobre o Imposto Industrial, avançou”.

Há afectação de receitas mas também de despesas No quadro da proposta de lei, as autarquias deverão ter despesas com a gestão dos equipamentos urbanos, cemitérios municipais, mercados e feiras municipais. Poderão também tratar da iluminação pública, licenciamento da actividade de táxi, distribuição da merenda escolar e contratação do pessoal administrativo e auxiliar para as escolas do ensino primário. A proposta de lei diz ainda que será responsabilidade dos autarcas locais construir e reabilitar os postos e centros de saúde e hospitais municipais. Deverá ser criada as polícias municipais, que hoje são os serviços de fiscalização.

Sem apoio do Estado para os candidatos às autarquias

A proposta de lei, que merecerá discussão pública entre Junho e Julho, propõe também que o Estado não financie as campanhas para as eleições autárquicas, bem como exclui o tempo de antena aos candidatos nos órgãos de comunicação públicos.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, assegurou que a implementação gradual das autarquias locais será ensaiada apenas em alguns municípios. Para isso, no

quadro da proposta de lei, foram definidos seis critérios para a implementação das autarquias.

Deste modo, numa primeira fase, serão implementadas nos municípios com níveis de desenvolvimento mais expressivos: municípios essencialmente rurais (com 500 mil habitantes e uma capacidade de arrecadação de receitas de 15% da média da despesa pública dos últimos três anos); municípios menos populosos (com 50 mil habitantes e com segmento de economia muito específicos e com historial de arrecadação de receitas de 5% da média de despesas públicas); municípios com fraca capacidade de arrecadação de receita (com 250 mil habitantes e com níveis de arrecadação de receitas abaixo dos 5% da média das despesas públicas, com particularidades culturais, essencialmente do interior) e municípios do interior com economia assente na agricultura e na pecuária.

A proposta de lei da tutela administrativa prevê também a ractificação tutelar, ou seja, alguns actos das autarquias vêm a sua eficácia dependente de uma acta de ractificação do órgão de tutela. Assim, com base na proposta de lei, estará dependente do órgão de tutela a aprovação do plano de desenvolvimento ou plano director da autarquia, o orçamento e a contratação de quadros para a autarquia.

5.34 Proposta de lei sobre autarquias vão à discussão em Junho

Jornal A República
25 De Maio de 2018

A Proposta de lei sobre “Organização e funcionamento das autarquias locais”, uma das cinco que vai à discussão pública a partir do próximo mês, apresenta mecanismos que permitem continuidade num período de transição de três meses. O referido período é relativo à entrada em funcionamento dos órgãos da autarquia e saída dos órgãos da administração do Estado.

A ideia é assegurar alguma continuidade para que não haja quebra, quer na prestação dos serviços públicos municipais, bem como facilitar a transição dos dossiers de uma realidade para outra.

Este aspecto foi ressaltado hoje pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, quando fazia a apresentação das propostas de lei sobre as autarquias, discutidas e apreciadas favoravelmente em Conselho de Ministros, nesta segunda-feira.

Trata-se de um diploma que vai à discussão pública para receber contribuições e ser melhorado e posteriormente à Assembleia Nacional para discussão e aprovação. O governante ressaltou o facto de o documento não ser proposta definitiva, mas que irão dar suporte à discussão pública. No essencial, entre outros aspectos, a proposta de lei sobre “Organização e funcionamento das autarquias locais” prevê os principais órgãos de gestão das autarquias, com realce para uma Assembleia Municipal, órgão deliberativo da autarquia, com uma função regulamentar e outra fiscalizadora da actividade do Executivo Municipal.

Esta, do ponto de vista dos seus órgãos internos, deverá ter um Plenário, Presidente e uma Mesa de Presidium, referindo-se à Assembleia Municipal.

Está também prevista, prosseguiu, uma Câmara, como órgão executivo colegial que responde politicamente perante a Assembleia Municipal e que será integrada por um presidente e auxiliado por secretários municipais.

Frisou que, do ponto de vista da composição do seu secretariado, elas poderão ter uma composição numérica em função do número de eleitores da autarquia local.

Salientou que as câmaras mais populosas, a partir de 500 mil eleitores, deverão ter um secretariado de até 15 secretários, entre 100 mil e 499 mil (13), com menos de 100 mil (11). Esta igualmente previsto órgãos de consulta, a semelhança dos Conselhos de Auscultação na comunidade, bem como a possibilidade de, por diploma próprio estabelecerem-se órgãos descentralizados do município, nomeadamente a criação de empresas e institutos de âmbito municipais.

Já em relação a duração do mandato propõe-se que tenham uma duração de cinco anos, com O propósito de estabelecer um mandato similar dos órgãos nacionais para que seja estabelecida estabilidade no calendário eleitoral. No que toca ao quadro de pessoal, está previsto pessoal próprio, diferente do quadro da administração pública em geral, mas que o Regime Jurídico de Carreira seja similar ao da administração pública. A conferência contou com a presença do secretário do Presidente da República para os Assuntos Institucionais e de Imprensa, Luís Fernando, e do director Jurídico do Ministério das Finanças, Osvaldo Macaia, este último a quem coube apresentar a proposta de Lei sobre Finanças Locais. Em abordagem estiveram ainda as propostas de lei sobre “Organização e funcionamento sobre as eleições autárquicas”, “Institucionalização das autarquias locais”, “Tutela administrativa”, “Transferência de atribuições e

competências do Estado par as autarquias locais”, bem como das “Finanças Locais”.

Com base nas contribuições, acrescentou, será elaborado um formato final que após apreciação em Conselho de Ministros será remetido à Assembleia Nacional.

5.35 Proposta para a implementação das autarquias - Executivo exclui 153 municípios e abre caminho apenas para 11

Novo Jornal

25 De Maio de 2018

Texto: Nok Nogueira

Número de 500 mil habitantes por município deixaria 153 municípios de fora se a proposta do executivo for levada adiante tal como foi elaborada. Dos 164 municípios, só 11 seriam contemplados. As condições de desenvolvimento e infra-estruturas podem aumentar o número.

A proposta de pacote legislativo que o Conselho de Ministros aprovou sobre o processo de implementação das autarquias em Angola, se aprovada pelo Parlamento tal como foi elaborada, deverá deixar de fora, nesta primeira fase, o estrondoso número de 153 municípios, sendo a província de Luanda a que mais municípios levarão às eleições autárquicas, a par de Cabinda (com um), Uíge (um), Malanje (um), Huambo (um), Benguela (um) e Huíla (um).

Os dados resultam de uma projecção que o Novo Jornal efectuou com base num dos requisitos (a de pelo menos 500 mil habitantes por município) que o executivo estipulou como condição mínima para que um município venha a ser contemplado pelas primeiras eleições autárquicas do país, a realizar em 2020.

De acordo com a proposta avançada pelo executivo e que deverá passar antes por uma consulta pública - a fim de "obter o máximo de contribuições possíveis da generalidade dos cidadãos", antes mesmo de rumar para o Parlamento, para aprovação na generalidade e na especialidade -, os primeiros contemplados serão "os municípios com níveis de desenvolvimento e de infra-estruturas mais expressivos, no quadro do desenvolvimento a nível de cada província, seguindo-se os municípios essencialmente rurais, com pelo menos 500 mil habitantes e uma capacidade de arrecadação de

receita média de pelo menos 15% da despesa pública orçamental dos últimos três anos".

A julgar por estes números que o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, avançou, só 11 municípios angolanos estarão em condições de ir a eleições autárquicas em 2020. São eles:

Luanda (com 2.107.648 habitantes), Viana (1.525.711), Cazenga, (862.351), Cacuaco (882.398), Belas (1.065.106), todos pertencentes à província de Luanda; o município de Cabinda, província de Cabinda (com 598.210 habitantes); o município do Uíge, província do Uíge (com 493.529, se arredondado por excesso); o município de Malanje, província de Malanje (com 486.870, igualmente se arredondado por excesso); o município do Huambo, província do Huambo (665.574); o município de Benguela, província de Benguela (513.441); e o município do Lubango (731.575), província da Huíla.

A proposta do pacote legislativo, apresentada por Adão de Almeida, em conferência de imprensa no dia 21 deste mês, reúne as Leis orgânicas sobre Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, das Eleições Autárquicas, sobre a Institucionalização das Autarquias Locais, das Finanças Locais e Sobre Transferência, Atribuições e Competências para as Autarquias Locais.

5.36 UNITA no Huambo acusa governo de forjar eleições autárquicas

Jornal O País

25 De Maio de 2018

Texto: Neusa Filipe

O secretário provincial da UNITA no Huambo, Liberty Chiyaca, acusou ontem o Governo de estar a fazer manobras para "disfarçar" a realização de eleições autárquicas no país com o novo diploma legal autárquico, apreciado recentemente pelo Conselho de Ministros.

O político falava em conferência de imprensa na qual esclareceu a população, os elementos chaves da proposta de lei orgânica sobre as eleições autárquicas que o Governo vai submeter à Assembleia Nacional.

Segundo Chiyaca, o conteúdo da referida proposta de lei, relativamente ao não financiamento das eleições autárquicas e o facto de que as campanhas eleitorais não terão espaço de antena nos órgãos públicos, demonstra que o Governo não está interessado na institucionalização efectiva das autarquias.

"O Governo quer fazer de contas que o país vai ter autarquias, mas efectivamente não vai ter autarquias", ironizou Liberty Chiyaca.

O político acusa ainda o Governo de estar a violar uma norma constitucional sobre o gradualismo, ao pretender realizar autarquias num determinado grupo de municípios, de cinco em cinco anos, num período de até 15 anos.

Explicou que a Constituição da República de Angola declara a institucionalização efectiva das autarquias, obedecendo o princípio do gradualismo, no seu artigo 242/1, no número 1, realçando que o número 2 do mesmo artigo é claro em referir a transferência gradual de competências.

Liberty Chiyaca afirmou que a democracia tem custos e tem de ser financiada. Para ele, não pode haver realização de eleições sem financiamento e nem uma campanha eleitoral sem espaço de antena nos órgãos públicos

"Sabemos que o partido que está no poder usa e abusa dos meios do Estado em benefício próprio", denunciou, acrescentando que essas propostas conformam um conjunto de ataques à democracia e à soberania do povo angolano.

O político apelou à população da província do Huambo a se unirem, alegando não estar em causa o interesse da UNITA nem de partidos políticos, mas o da defesa do interesse nacional.

5.37 UNITA quer novo registo

Jornal Visão

25 De Maio de 2018

Texto: Aberto Ngongolo

A UNITA, defendeu a realização de um novo registo eleitoral, para as primeiras eleições autárquicas em Angola, em 2020, sob pena de o processo conhecer os mesmos vícios das últimas eleições gerais.

A posição foi na última terça-feira marcada, em conferência de imprensa, denominada "verdade eleitoral", tendo o secretário para os Assuntos Eleitorais da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Vitorino Nhany, dado a conhecer o acórdão do Tribunal Provincial de Luanda, que inocentou o seu comissário eleitoral da Quiçama, da acusação de realizar um duplo registo eleitoral, para as eleições gerais de 23 de Agosto de 2017.

Vitorino Nhany disse que "a UNITA foi acusada de descredibilizar o processo do registo eleitoral,

mandando os seus membros registar-se duas vezes e que o comissário Ernesto João Manuel foi usado pela UNITA como prova de alegada falha do sistema”.

Aquela força política lamentou os “danos morais a si causados”, bem como ao seu comissário que “ficou seis meses sem direito ao subsídio”.

Segundo o dirigente da UNITA, o acórdão do tribunal considerou improcedente a acusação, por não ter sido provado o crime de que vinha acusado o seu comissário eleitoral municipal.

Para Vitorino Nhany, a Comissão Nacional Eleitoral “caiu no descrédito e os angolanos têm de encontrar um outro quadro, para que se tenha uma verdadeira Comissão Nacional Eleitoral independente”.

O político defendeu que a CNE não deve mais “se imiscuir no processo do registo eleitoral, porque o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado é um órgão interessado no processo eleitoral”.

Perante o atual contexto, a UNITA questiona se “perante tamanhos erros não corrigidos contidos no Ficheiro Informático de Cidadãos Maiores ou base de dados, permitir-se-á que as autarquias sejam realizadas, tendo em conta a mesma base de dados ou um novo registo eleitoral se impõe?”.

De acordo com a UNITA, entre as várias infracções “engendradas” no processo de registo eleitoral, notabilizou-se a problemática ligada à ocorrência de registos duplos, com perto de 300 mil casos, que, segundo a organização política, ainda não foi corrigida.

“Nós pedimos vários encontros técnicos para corrigirmos tudo aquilo que nós achávamos anormal, isso não foi corrigido, tivemos casos de cidadãos que foram transferidos para outras áreas (...) o que significa que o ficheiro não está corrigido, não é transparente e se não se faz um novo registo teremos casos de cidadãos que ao invés de votarem nos seus municípios não irão encontrar os seus nomes nas listas. Há tempo de se fazer essa correcção no sentido de criarmos condições propícias para que tempo de se fazer essa correcção no sentido de criarmos condições propícias para que realizemos eleições justas e transparentes”, disse.

5.38 Autarquias começam em 55 municípios

Jornal de Angola

26 De Maio de 2018

Texto: Armando Sapalo

A proposta do MPLA, para a selecção dos municípios que numa primeira fase podem ser indicados para a implantação das autarquias locais, em conformidade com o princípio do gradualismo, aponta para 55 circunscrições dos 164 que compõem o país, informou o deputado Julião Mateus Paulo “Dino Matosse”.

Julião Mateus Paulo prestou tais declarações na qualidade de coordenador do grupo de acompanhamento da bancada parlamentar do MPLA para a província da Lunda-Norte, durante um encontro com os membros do Conselho de Concertação Social do município do Chitato, realizado na sede.

O encontro serviu para discutir, entre outras questões, a actual situação política, social e económica da região. “Da selecção que se vai fazer dos municípios que forem indicados nessa primeira fase para a implantação das autarquias, nós o MPLA, pensamos que poderão atingir 55 municípios”, adiantou o parlamentar.

Para o caso particular da Lunda-Norte, segundo o parlamentar, o município do Chitato, pela sua estrutura e nível de desenvolvimento “não fugirá dessa selecção”.

“O município (Chitato), no nosso ponto de vista, não fugirá dessa selecção porque tem infra-estruturas, lojas e serviços que justificam”, avançou Julião Mateus Paulo, reiterando que para o MPLA não existem condições objectivas para a implantação das autarquias de uma só vez em todo espaço territorial.

As autarquias, segundo Julião Mateus Paulo, pressupõe viver de meios, recursos, taxas e impostos conseguidos localmente. Por isso o partido defende que as autarquias sejam implementadas de forma faseada. “No MPLA defendemos que as autarquias não podem ser implantadas em todo espaço territorial, porque temos 164 municípios dos quais pensamos eleger 55 nessa primeira fase. Pois, é assim que a Constituição recomenda”, sublinhou.

Programas sociais

Em resposta às questões colocadas pelos membros do Conselho de Concertação Social do município do Chitato, relacionadas com a insuficiência da rede escolar, sanitária, a falta de infra-estruturas para as três unidades orgânicas da Universidade Lueji A'nkonde no Dundo e obras sociais paralisadas, o deputado disse que tudo se deve à crise financeira que o país enfrenta desde 2014.

Julião Mateus Paulo explicou que o país está numa crise financeira profunda provocada pela queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Só para ter uma ideia, esclareceu, o país está endividado acima dos 70 por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB). “O país está numa crise financeira profunda, o que atrasa a execução de todos os programas que devem ser suportados pelo Orçamento Geral do Estado”, sublinhou.

Enquanto deputado à Assembleia Nacional, Julião Mateus Paulo garantiu que vai levar todas as preocupações às estruturas centrais com vista a sua solução.

Julião Mateus Paulo encabeçou uma delegação de oito deputados da bancada Parlamentar do MPLA que, durante quatro dias, auscultou as populações dos municípios da província, que apresentaram as principais inquietações no campo social.

5.39 Eleições autárquicas juntam religiosos em Luanda

Jornal O PAIS

26 De Maio de 2018

Texto: Ireneu Mujoco

O encontro, inserido na reunião de balanço do Centenário do profeta Simão Gonçalves Toco, fundador desta igreja, completado em finais de Fevereiro deste ano, segundo o seu bispo, Dom Afonso Nunes, visa informar os fiéis sobre a importância deste processo eleitoral autárquico.

Falando aos jornalistas, o líder religioso disse ser necessário explicar à congregação que dirige as vantagens e desvantagens deste processo, o primeiro a ser implementado na história de Angola independente.

Apesar de ser um encontro restrito, Dom Afonso Nunes disse que as discussões sobre essas eleições serão alargadas para um debate mais amplo, nos próximos tempos, para que as pessoas, ou seja, os

seus correligionários, conheçam mais sobre o processo em causa.

"Não basta votar, o município tem de saber por que vai votar, saber os seus direitos e as obrigações na circunscrição", afirmou o religioso, garantindo que a Igreja que dirige vai cooperar com as autoridades competentes na disseminação da mensagem sobre o processo em causa.

Gradualismo

Questionado sobre o melhor modelo que deve ser aplicado, gradualismo territorial ou funcional, Dom Afonso Nunes respondeu que será aquele que permita resolver as prementes necessidades das circunscrições e dos seus municípios.

Nas entrelinhas, o líder dos Tocoístas deixou entender que o gradualismo funcional é o mais adequado, na medida em que defende o fim das assimetrias regionais.

"Seria bom que houvesse desenvolvimento tanto no Lobito como no Luau, ou mesmo Nankova", declarou, reforçando que os municípios chamados pobres, devem desenvolver-se em simultâneo com os abastados.

Defendeu que o Executivo deve atribuir mais verbas aos municípios mais desfavorecidos, e menos aos mais desenvolvidos, para que os mesmos cresçam juntos do ponto de vista socioeconómico.

Esta reunião, que termina hoje às 17 horas, além das autarquias, está a analisar, entre outros aspectos, a vida interna da sua Igreja.

5.40 PRS discorda do princípio do gradualismo geográfico

Jornal de Angola

26 De Maio de 2018

Texto: Adolfo Mundombe

O secretário provincial do Partido de Renovação Social (PRS) no Huambo, António Soliya Selende, reiterou ontem a recusa à proposta do Governo de realizar as eleições autárquicas de forma gradual e não em simultâneo em todos os municípios.

Em conferência de imprensa, o responsável dos renovadores sociais no Huambo considera o gradualismo geográfico uma imposição aos angolanos, totalmente fora da realidade do país e uma divisória regional, que vai beneficiar apenas algumas pessoas.

Soliya Selende referiu que o gradualismo geográfico, defendido pelo Governo, não está na Constituição. Com esta pretensão, acrescentou, Executivo pretende alargar tempo, para depois invocar razões inexistentes para a não realização das eleições autárquicas.

O PRS defende uma discriminação positiva a favor dos municípios menos desenvolvidos, para que recebam uma dotação maior e ascendam a uma categoria mais elevada. “Queremos em Angola o gradualismo funcional para não excluir nenhum município, porque tem as mesmas condições que lhes são atribuídas”, sublinhou.

5.41 FNLA já tem programa para eleições autárquicas

Jornal de Angola
27 De Maio de 2018

A FNLA já elaborou o programa eleitoral para as eleições autárquicas, previstas para 2020, revelou, em Ndalatando, Maria José Bulenvo, membro da comissão preparatória do II Congresso Extraordinário do partido.

Maria Bulenvo, que falava na abertura da assembleia de militantes da FNLA no Cuanza-Norte, disse que o documento é apresentado publicamente no próximo mês, por altura da realização do II Congresso Extraordinário do partido, previsto para o período de 25 a 28 de Junho, na província do Huambo, sob o lema "Repensar, e.e truturar e reorganizar para melhor servir a pátria". "O documento vai ser apresentado à sociedade angolana em momentos e fóruns próprios, para os cidadãos conhecerem melhor a visão da FNLA sobre as eleições autárquicas e as suas vantagens", disse.

Maria Bulenvo explicou que a FNLA está preparada para enfrentar as eleições autárquicas e confia na dedicação e patriotismo dos militantes, amigos e simpatizantes do partido.

A FNLA realiza em todas as províncias assembleias de militantes para a eleição dos delegados ao II Congresso Extraordinário.

5.42 Fórum sobre autarquias na Universidade Católica

Jornal de Angola
28 De Maio de 2018
Texto: B. Manje e Filipe Eduardo

A Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola realiza hoje e amanhã em Luanda, um fórum sobre as autarquias, uma actividade em que pretende dar o seu contributo para o processo cujo início da implementação está previsto para 2020.

O sentido e alcance do gradualismo (territorial e funcional) é um dos temas do fórum, que decorre no período da tarde de hoje e amanhã no alão nobre da Universidade Católica de Angola (UCAN). É palestrante deste terna o político e docente universitário Nelson Pestana Bonavena. O gradualismo na implementação das autarquias tem sido uma das principais divergências entre o Executivo e os partidos políticos.

O Executivo, por intermédio do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MATRE) é pelo gradualismo territorial ou geográfico, enquanto a oposição defende o gradualismo funcional, outras palavras, o Executivo acha que a implementação das autarquias deve ser paulatina, começando em apenas alguns municípios, pois, para já, nem todos reúnem as condições necessárias.

De acordo com o programa do fórum da Faculdade de Direito da UCAN, um representante do MATRE (por confirmar) deve apresentar o Plano Estratégico de Implementação das Autarquia em Angola.

“Relações entre a Assembleia e o Executivo autárquico, entre o presidencialismo e o parlamentarismo, perspectiva diacrónicas” e “A experiência moçambicana na implementação das autarquias, lições para Angola”, são outros temas do primeiro dia.

Na terça - feira, os debates começam com os temas eleitos “Financiamento das autarquias, caminhos para a sua concretização”, “Autarquias e economia” e “Ajustes ao sistema eleitoral autárquico, uma abordagem constitucional”. Os palestrantes são, respectivamente, Elisa Rangel Nunes, João Quipipa e Ascânio do Nascimento.

Antes do encerramento do fórum, devem ainda ser abordados temas como “Autarquias e sociedade civil, o que esperar?”, “O sistema eleitoral das autarquias, uma visão política comparada” e “O papel dos partidos políticos na edificação das autarquias em Angola”, em que serão oradores Cizaltina Cutaia, Sérgio Dundão e Nelito Ekuikui.

Autarcas tocoístas

Os fiéis da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo, vulgo “Os Tocoístas”, podem candidatar-se aos cargos de autarcas, bastando para tal manifestar

este interesse, afirmou ontem, na sede daquela denominação religiosa, em Luanda, o bispo Afonso Nunes.

O líder tocoísta, que falava no termo da reunião de pré-balanço do Centenário do profeta Simão Gonçalves Toco, assinalado em Fevereiro do ano em curso, defendeu que não se pode impedir a liberdade daqueles que pretendem candidatar-se para os cargos de autarcas.

Afonso Nunes espera que os fiéis que vierem a ser eleitos sejam exemplares.

5.43 MPLA encoraja mulheres a concorrer nas eleições autárquicas

Jornal O PAÍS

28 De Maio de 2018

O secretário para os assuntos políticos e eleitorais do comité provincial do MPLA, Lando David Pacheco, aconselhou Sábado, nesta cidade, as militantes da OMA a estarem preparadas para concorrer nas eleições autárquicas, previstas para 2020.

O desafio foi lançado pelo político durante uma palestra sobre “A participação das mulheres e das suas famílias nas eleições autárquicas”, dirigida às militantes da OMA, tendo realçado que a mulher angolana sempre teve um papel determinante nas distintas etapas históricas do país.

Disse ser indispensável que elas dêem os seus subsídios durante as discussões dos diplomas e trabalhem na sensibilização das famílias, de modo a evitar que os cidadãos caiam em propagandas enganadoras.

Por outro lado, esclareceu que as autarquias locais são formas específicas de organização do poder territorial, em que a população de um determinado município elege os seus próprios representantes para os dirigir, com autonomia financeira e administrativa sob a fiscalização do Estado.

Quanto ao critério de implementação, Lando David Pacheco reiterou a posição do MPLA que é a favor do princípio do gradualismo territorial e funcional, por entender ser a medida mais acertada, realista e que deriva de um imperativo constitucional.

5.44 Auscultação pública sobre autarquias locais inicia em Junho

Jornal O PAÍS

30 De Maio de 2018

O Ministério da Administração do Território (MAT) leva a cabo a partir de 1 de Junho próximo, um ciclo de auscultação pública sobre o Pacote Legislativo que comporta as seis leis que vão reger o processo de implementação das primeiras eleições autárquicas em Angola, em 2020. Uma nota de imprensa do MAT indica que chegou ao conhecimento deste jornal refere que a consulta pública vai decorrer em todas as províncias do país, até Julho de 2018. Os cidadãos que não puderem participar nos debates poderão enviar as suas sugestões ao correio eletrónico autarquias2020@mat.gov.ao, a ser disponibilizado para o efeito.

Constam do conjunto de diplomas a Lei de Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, a Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais, a Lei das Finanças Locais, a Lei da Transferência de Atribuições e Competências do Estado para as Autarquias Locais e a Lei sobre os Critérios de Selecção dos Municípios para a Institucionalização das Autarquias Locais. Entretanto, segundo a nota, no quadro do processo preparatório das autarquias em curso no país, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, manterá conversa, dia 6 de Junho deste ano, em directo, com internautas na página oficial do MAT.

5.45 Capacidade de receitas dita selecção de municípios

Jornal de Angola

30 De Maio de 2018

Texto: Edna Dala

A capacidade local de arrecadação de receitas deve ser tida em conta quando forem seleccionados os primeiros municípios para a implementação das autarquias, declarou segunda-feira o secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio Daniel.

Ao intervir na conferência sobre autarquias, organizada pela Universidade Católica, Márcio Daniel reconheceu que o elemento económico é fulcral para o processo de implementação das autarquias, porque é um dos pontos essenciais da autonomia local e financeira.

Este factor, acrescentou, não pode ser, contudo, o único critério, pois deve ser combinado com um conjunto de outros critérios.

O responsável explicou que os municípios que forem seleccionados terão que garantir as condições para

que possam arrancar e ser autónomos. Márcio Daniel garantiu que os municípios vão contar com várias fontes de financiamento, com destaque para as receitas próprias, o tributo do património bem como as transferências do Estado.

O jurista Lazarino Poulson disse que o Executivo tem apresentado uma visão monolítica do poder local, quando a própria Constituição estabelece três elementos, nomeadamente as autarquias locais, as instituições do poder tradicional e outras modalidades que envolvem a participação do cidadão.

No seu entender, o Estado está a perder uma grande oportunidade de implementar o Poder Local no seu todo e fazer um reconhecimento adequado da substituição do poder tradicional.

O deputado da UNITA Manuel da Costa “Ekuikui” entende que o país deve avançar com a institucionalização das autarquias em todos os municípios.

5.46 Gradualismo funcional combate assimetrias

Jornal de Angola
30 De Maio de 2018

O combate às assimetrias regionais e o respeito pelos princípios da universalidade e igualdade, previstos na Constituição da República, são as razões que fazem o PRS optar pelo gradualismo funcional, na implementação das autarquias no país.

As justificações foram apresentadas na segunda-feira no Huambo, pelo secretário provincial daquele partido, António Solia Selende, durante uma conferência de imprensa.

Segundo o político, o gradualismo territorial defendido pelo Governo é contra a Carta Magna da República e representa uma barreira desnecessária ao aprofundamento da democracia no país, é por isso, injustificável.

António Selende lembrou que o PRS defende desde a sua fundação, há 28 anos, que cada município, independente da sua densidade populacional ou capacidade de arrecadação de receitas, eleja os seus dirigentes.

Por esta razão, afirmou, o PRS não se revê, de modo algum, na intenção das autarquias começarem a ser implementadas de forma faseada. “Para nós, PRS, todos os municípios do país deviam, em 2020, realizar eleições autárquicas, em obediência ao plasmado na Constituição da República”, concluiu o

secretário provincial do PRS na província do Huambo.

5.47 Militantes foram esclarecidos sobre o processo autárquico

Jornal de Angola
30 De Maio de 2018

Texto: Víctor Mayala e Fernando Neto / Nicolau Vasco e Adelaide Mualimusi

Os militantes do MPLA nos municípios do Nzeto e Soyo, província do Zaire, foram informados sobre a importância da implementação gradual das autarquias em 2020, para a criação de condições tendentes ao desenvolvimento sustentado das comunidades.

O esclarecimento foi feito pelo coordenador do grupo de acompanhamento da bancada parlamentar do MPLA para o Zaire, Paulo Pombolo.

O político reiterou a necessidade de o processo autárquico obedecer ao princípio do gradualismo (forma faseada), tendo em conta o factor assimétrico existente entre os municípios do país, contrariamente à implementação generalizada defendida pelos partidos da oposição.

“Nem todos os municípios do país são iguais do ponto de vista de arrecadação de receitas. Existem municípios rurais e urbanos. Uns têm mais população em relação aos outros. Estes são alguns dos requisitos para definir os municípios que podem abranger na primeira fase das eleições autárquicas”, disse.

Paulo Pombolo exortou os militantes a trabalharem e darem o seu contributo no momento em que o pacote legislativo sobre o processo autárquico for submetido à consulta pública, para que as suas localidades, caso sejam seleccionadas, possam eleger presidentes de câmara municipais capazes de resolver os problemas que os apoquentam.

Depois de receberem esclarecimentos sobre os requisitos necessários para que uma determinada localidade possa ser autarquia, os militantes do Nzeto e Soyo apresentaram várias dificuldades sociais. No Nzeto, os militantes falaram da falta de medicamentos, material gastável e equipamentos, para além de médicos especialistas em doenças como diabetes e hipertensão, que têm causado inúmeros óbitos.

Segundo eles, a falta de médicos de determinadas especialidades faz com que os habitantes das duas localidades se desloquem para Luanda ou Mbanza Congo, com custos elevados.

Outra preocupação tem a ver com a necessidade de instalação de contadores pré-pagos, para se evitarem cobranças consideradas injustas por parte da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE).

Os militantes do Soyo apresentaram dificuldades similares, mas a principal delas é a insuficiência de Postos de Transformação que permitam a expansão da rede eléctrica para os demais bairros da periferia daquela vila.

Os parlamentares, acompanhados do primeiro secretário do MPLA no Zaire, Joanes André, visitaram também, nos municípios do Nzeto, Soyo, Tomboco, Cuirnba e Nóqui, vários projectos sociais e económicos.

Entre os projectos visitados destaque para a fazenda agrícola Girassol, um empreendimento privado que se dedica ao cultivo, em grande escala, de hortícolas e ervas aromáticas. Projectada nas margens do rio Loge, na comuna da Musserra, município do Nzeto, a fazenda é um gigante do sector agrícola do país.

Quando Cubango

Um grupo de deputados da bancada parlamentar do MPLA visita desde ontem a província do Cuando Cubango, com o objectivo de esclarecer a população dos nove municípios da região sobre todo o processo que culminará com as eleições autárquicas previstas para 2020.

A delegação chefiada pela deputada Ana Fernando vai, em quatro dias, avaliar a situação social e económica dos municípios de Menongue, Cuchi, Culto Cuanavale, Mavinga, Rívungo, Nancova, Dirico, Calai e Cuangar.

O débil fornecimento de energia eléctrica e de água potável, a falta de habitações, escolas, unidades sanitárias e escassez de medicamentos foram apontados pelo coordenador adjunto da delegação, João Lineha, como principais problemas dos habitantes do Cuando Cubango.

No Cunene está também uma delegação da bancada parlamentar do MPLA, chefiada por Sérgio Luther Rescova, para avaliar a situação social e económica da província e esclarecer os militantes sobre o processo das autarquias. Os deputados vão percorrer os seis municípios para falar com os militantes sobre as autarquias.

Sérgio Rescova lembrou que as eleições autárquicas serão realizadas em estrito respeito à Constituição. Informou que os deputados vão falar também sobre o papel das autoridades tradicionais na sociedade.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 FRACA ADEÇÃO AOS PASSES ENTRE KILAMBA E BAIXA

Jornal de Angola

04 De Maio de 2018

Texto: Manuela Gomes

A empresa pública de Transporte Colectivo Urbano de Luanda (TCUL) assinalou até ontem, no primeiro dia de inscrições à carreira expressa para os moradores das centralidades do Kilamba, Sequele e Urbanização KK 500, uma fraca adesão.

O Administrador Para Área Técnica da TCUL, Enio Costa, disse ao Jornal de Angola que até ao meio da tarde de ontem apenas estavam inscritos quatro moradores da centralidade. Esclareceu que neste momento uma equipa da empresa trabalha com a Administração da Centralidade do Kilamba, no sentido de prestar informações à população interessada em aderir aos serviços da transportadora.

"Iniciamos hoje com o processo de inscrições à carreira expressa e notamos, desde as primeiras horas do dia, a presença de pessoas interessadas em obter informações e até mesmo adquirir as fichas de inscrição. Acreditamos que nas próximas horas haverá mais concorrência, sobretudo por parte dos funcionários públicos, que normalmente à sexta - feira optam por deixar as suas viaturas em casa, evitando o stress e o desgaste", sustentou.

Enio Costa informou que o serviço circular vai funcionar com três carreiras específicas na Centralidade do Kilamba e na Urbanização KK5000, tendo como ponto de partida a Avenida Fidel de Castro. O serviço circular será feito com miniautocarros, cada uma delas com capacidade para 17 lugares sentados e 21 de pé. A carreira expressa vai, numa primeira fase, funcionar com duas linhas, nomeadamente na Centralidade do Kilamba-Mutamba e do Kilamba- Porto de Luanda.

Em relação à tarifa estipulada, o administrador para a área técnica justificou que os preços estabelecidos foram ajustados em concordância com os moradores das centralidades, recordando que antes da tomada de decisão houve dois encontros e, inicialmente, acordou-se um valor.

Das reuniões com os moradores concluiu -se que os preços do bilhete quinzenal ficariam fixados em 14.000,00 kwanzas e o mensal 26.400,00 kwanzas.

O responsável disse que com estes serviços pretende-se ajudar na mobilidade rodoviária de moradores e visitantes' que se deslocam às centralidades à procura de serviços e lazer.

A carreira expressa vai ter três horários de partida, 5:00, 5:30 e 6:00. Já os horários de regresso são às 16:00, 16:30 e 17:00. Os pontos de partida dos autocarros estão nos quarteirões G e U e em frente à Escola Morro do Moco, localizada na urbanização KK5000. Para o regresso, os passageiros devem estar concentrados nas paragens da Mutamba e Porto de Luanda.

A TCUL esclarece, em comunicado, que o serviço circular e a carreira expressa foram criados no âmbito de uma estratégia de dinamização dos serviços de transporte nas novas urbanizações da província de Luanda.

6.2 Exigida transparência na venda de residências

Jornal de Angola

9 De Maio de 2018

Texto: Domingos Mucuta

Um grupo de jovens na província da Huíla pediu ontem, ao Governo Provincial e a empresa responsável pela venda das oito mil casas da centralidade da Quilemba, arredores da cidade do Lubango, transparência no processo de distribuição.

O pedido foi expresso durante o primeiro encontro provincial de auscultação à juventude da província, promovido pelo Conselho Provincial da Juventude da Huíla, orientado pelo director do Gabinete Cultural, Turismo, Juventude e Desportos, Joaquim Tyova.

Os jovens pediram mais divulgação das informações sobre as modalidades de aquisição das casas, de modo a permitir que todos concorram em pé de igualdade.

O representante da Juventude do Partido de Renovação Social (JURS), Eugénio Kajiko, disse estar preocupado com a morosidade na definição da data de abertura das candidaturas para a compra de casas na centralidade da Huíla.

O secretário municipal da Juventude Patriota Angolana (JPA) da CASA-CE, Miguel Kutalica, disse que o silêncio que se regista no processo de venda das casas na centralidade da Quilemba, construída há

mais de um ano, "é estranho". O líder juvenil disse que "a falta de transparência tem contribuído para a injustiça". "Temos um ciclo vicioso na Huila. As pessoas que já têm casa nos bairros sociais da Juventude da Chibia, Humpata, Cacula foram de novo priorizadas na centralidade da Quilemba", afirmou.

Sobre o acesso à habitação, João Livanga, considera fundamental resolver primeiro o problema do desemprego para que os jovens tenham rendimento para poderem aceder às casas do Estado ou construir habitação própria, ao abrigo da política da autoconstrução dirigida.

O segundo-secretário provincial da JMPLA na Huila, Paulino Tchipoque, que considera os critérios claros e transparentes, defende também a revisão do preço e das prestações mensais para que os jovens com baixo rendimento possam aceder às mesmas.

O secretário municipal da Juventude Revolucionária de Angola (JURA), organização juvenil da UNITA, João Livanga, considera um caso problemático, o acesso ao crédito por falta de clareza e excesso de burocracia.

Exclusão do concurso da Educação

Durante o encontro, o responsável do Conselho Municipal da Juventude na Matala, Martinho Gabriel, disse que o elevado índice de desemprego no município e as interrupções dos concursos públicos para admissão de funcionários na Administração Pública atrasa o crescimento da Matala. "O sector da Educação, por exemplo, no momento de admissão de pessoal não recruta jovens formados nas instituições de ensino", disse.

O secretário municipal da Juventude Patriota Angolana (JPA) da CASA-CE, Miguel Kutalica, frisou que o Executivo deu prioridade apenas à expansão do ensino geral, quando ao mesmotempo devia apostar na formação de professores nos municípios.

O segundo-secretário da JMPLA na Huila, Paulino Tchipoque, disse que a admissão de professores deve obedecer a rigorosos critérios, sob pena de colocar em causa a qualidade do ensino.

O director do Gabinete Provincial da Cultura, Turismo, Juventude e Desportos, Joaquim Tyova, que orientou o encontro, assegurou que Governo da província da Huila conhece as principais preocupações da juventude e trabalha no sentido da sua solução.

O presidente do Conselho Provincial da Juventude na Huila, Filipe Kameya, disse que o evento permitiu auscultar e criar um circuito de intercâmbio entre a juventude e o Governo.

6.3 Juventude do Bengo exige centralidade

Jornal de Angola

13 De Maio de 2018

Texto: Maiomona Artur

Um total de 40 jovens marcharam ontem na cidade de Caxito, província do Bengo, para protestar contra a construção de cinco edifícios na zona da Açucareira e exigir uma centralidade, à semelhança do que acontece em outras províncias.

A manifestação, decorrida de forma pacífica e sob o lema "Cinco prédios não, centralidade sim", foi promovida por um grupo de jovens organizados e iniciou no campo municipal do Dande e terminou no triângulo do Banco Sol. Durante cerca de 30 minutos, os manifestantes exibiram cartazes a reivindicarem a construção de apenas cinco edifícios de quatro pisos.

Numa declaração lida no final da marcha, o coordenador da manifestação, Admara Jinguma, disse que a mesma teve como objectivo chamar a atenção das estruturas centrais do país, mormente o Titular do Poder Executivo para que "olhe para a província do Bengo com outros olhos".

"O Bengo, sendo a província mais próxima da capital, é, em contrapartida, a mais esquecida. Basta olhar para o aspecto paupérrimo da capital Caxito", lamentou Admara Jinguma, que considerou o dia de ontem como sendo histórico, uma vez que: disse, aquele era um "acto simbólico que marca o despertar de um sono profundo em que os jovens (do Bengo) se encontravam".

Admara Jinguma referiu que Caxito não herdou infra-estruturas da era colonial, tal como as outras capitais de província. Logo deveria merecer maior atenção na sua imagem, depois da sua passagem para capital do Bengo, a 26 de Abril de 1980.

"Custa-nos acreditar que províncias com estruturas já bem consolidadas e herdadas da era colonial tenham algumas mais do que uma centralidade e nós aqui bem a boca de Luanda, que clamamos por uma imagem diferente da nossa capital, nos façam contentar com míseros 212 apartamentos em cinco ou oito edifícios", lamentou.

Este número de apartamentos, disse, vai beneficiar apenas “uma franja da sociedade muito bem identificada”, razão pela qual, defendeu, urge a necessidade de ser implementado um projecto mais abrangente e inclusivo, sob pena de se seguirem mais manifestações.

Um dia antes da manifestação, o Governo Provincial do Bengo exarou um comunicado em que referia que não estavam reunidas as condições para a realização da mesma, porque ofendia a honra e consideração devida às pessoas ligadas ao projecto dos cinco edifícios.

6.4 PGR instaura processo contra o general Kopelica

Jornal 24 Horas

18 De Maio de 2018

Texto: Japer Kanambwa

O PCA da empresa de construção JEOSAT Angola, Carlos Martins Rodrigues, acusou no passado dia 24 de Março, em conferência de imprensa, realizada em Luanda, o general Manuel Vieira Dias "Kopelipa" e seus colegas, de se terem apoderado de 750 milhões de euros destinados ao projecto de requalificação das obras do Sambizanga e Cazenga.

De uma soma total de 3,15 mil milhões de dólares, o levantamento foi executado por três vezes. Segundo o construtor, tratou-se de uma garantia soberana que o então Presidente José Eduardo dos Santos, autorizou em Agosto de 2010, em favor da JEOSAT, para construção de habitações baratas e rápidas e requalificar as zonas urbanas de Luanda. Os fundos ficaram alocados no extinto banco BESA (agora Banco Económico), detido pelos generais Manuel Hélder Vieira Dias "Kopelipa" e Leopoldino Fragoso do Nascimento.

De acordo com as explicações de Carlos Martins Rodrigues, os colaboradores do antigo Chefe de Estado apoderaram-se da garantia soberana dos 750 milhões de euros e fizeram levantamento desta quantia por três vezes, num equivalente a 3,15 mil milhões de dólares.

Rodrigues cita os generais "Kopelipa", Fragoso do Nascimento "Dino" e José Filomeno dos Santos como figuras que se apoderaram dos fundos que seriam para a sua empresa, razão pela qual, os dois citados municípios de Luanda nunca foram objectos de requalificação. Ainda segundo as suas acusações, a operação de usurpação indevida dos fundos foi autorizada pelo então ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Carlos Maria Feijó, que na altura era

igualmente responsável pelos pagamentos das dívidas do Estado, no governo.

Carlos Martins Rodrigues, revelou ainda que o ministro das Finanças, Carlos Lopes, na altura, agora no Fundo Soberano, terá faltado com a verdade, alegando que a garantia soberana foi revogada, ou seja, anulada, por José Eduardo dos Santos.

O empresário disse também que na altura recorreu à Procuradoria-Geral da República, para fazer queixa de que os fundos para a sua empresa estavam a ser usados por terceiros mas, sem sucesso, porque o seu então titular da PGR, general João Maria de Sousa, arquivou e escondeu o processo-crime, sem nunca ter dado resposta. Por conseguinte, Carlos Rodrigues, acusa o ex-PR de ser corrupto, desafiando-o a ir a tribunal para que possa provar o que está a denunciar em fórum judicial.

Segundo o mesmo, "estou documentado para o chamar corrupto em tribunal" porque no seu ponto de vista, a PGR "era a instituição que deveria defender os interesses do Estado e dos cidadãos. Nem sequer se dignou a abrir um processo-crime"

O empresário apelou às instituições como SIC, SINSE a investigarem as ligações do ex-PGR com Álvaro Sobrinho e BESA. Fez também reparos ao antigo Presidente Eduardo dos Santos revelando que comunicou sobre o roubo milionário mas ele não soube agir.

"A sua inação perante o documento que tinha foi-nos preocupando. Não tomou atitude de Estadista, nem se indagou do que estava a passar-se com o documento", revelou Carlos Rodrigues, acrescentando que ele e os seus colegas da JEOSAT "foram enganados pelo Presidente cessante".

6.5 Programa habitacional consome Kz2,9 triliões

Jornal de Economia e Finanças

04 De Maio de 2018

Texto: António Eugénio

As instituições financeiras dispuseram para as empresas Imogestín e a Kora-Angola mais de 2,9 triliões de kwanzas para financiar o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação. Deste valor, constam 15 mil milhões de kwanzas cedidos pelo Banco BAI, 35 mil milhões pelo BFA e 51.901.800 do Fundo de Tesouraria do CDB.

Segundo um documento a que o JE teve acesso, do valor disponibilizado pelo Banco BAI, foram

executados 1,1 mil milhões de kwanzas e estão para ser executados 14,9 mil milhões de kwanzas. Do BFA foram investidos 5,1 mil milhões de kwanzas e por executar faltam 29,8 mil milhões, enquanto que do valor cedido pelo Fundo de Tesouraria faltam 231 milhões de kwanzas. Em 2011, deu início ao Programa de Habitação Social, designado por (RED) que contempla a construção de 70 mil fogos habitacionais em 13 províncias, por isso ao abrigo de um Decreto Presidencial de 29 de Dezembro de 2016, que delibera a Imogestín como novo gestor dos novos projectos habitacionais do Estado.

Resultante do novo prisma, e da crise financeira que afecta directamente os países com maior dependência financeira no petróleo foram alviradas possibilidades da continuidade do programa habitacional social assim como liquidar o passivo dos trabalhos realizados dos projectos de gestão da Imogestín, refere. Relativamente a Kora-Angola, em 2013 foi celebrada a facilidade de crédito com a Luminar Firmance (LR) no valor de USD 2,5 mil milhões. Para já na facilidade do BALZ (Fadeh), foram inseridos projectos para a construção de infra-estruturas externas de inúmeras centralidades e os desembolsos decorrem na sua normalidade e existem facturas remetidas aos bancos que aguardam confirmação do pagamento. A fonte do JE explica que, o financiamento do BFA, tem a finalidade de garantir a execução do projecto de construção das infra-estruturas integradas do Lubango onde os desembolsos decorrem sem constrangimentos e aguardam o pagamento das facturas.

Os projectos inseridos no Fundo de Tesouraria do CDB, autorizados pelo TPE, tiveram os maiores constrangimentos como o esclarecimento do executor dos pagamentos, processos de solicitação de desembolso e orçamento. O documento aponta que o total da dívida certificada pela Imogestín entre 2014/2016 em relação aos empreiteiros está orçado em 174 milhões de dólares, com os fiscais USD 213 milhões e os prestadores de serviços 15 milhões. Os valores de dívidas não certificadas com empreiteiros ficaram avaliados em 435 milhões nada com os fiscais e prestadores de serviços. Ao todo, a dívida certificada validada pela Imogestín para empreiteiros, fiscais, prestadores de serviço está calculada em USD 1.777.176.066.00 e valores não certificados 436.º71.571.574.18 totalizando 221.324.247.640.11 dólares.

Já a componente da dívida com empreiteiros a Imogestín deve a Citic 1.015.124.443.18 USD com a empresa Panchina 636.985.414, º4 USD e a CTCE com 84.597.963,12 e ChinaGuangXI com 336.814.2º4, certificando um total 1.74º.º75.962,38 USD respectivamente. Quanto aos montantes

reclamados a Citic consta um valor de 43.2948.791,61 dólares, a Panchina USD 34.563.69º,14 e a construtora CTCE USD 72.019.966,43, nesta vertente o valor não certificado tem um total de 436.º71.574,18 USD, respectivamente.

6.6 Governadora promete entregar residências

Jornal de Angola

06 De Maio de 2018

Texto: Alfredo Ferreira

A população da comuna do Cazuagongo, município de Pango Aluquém, província do Bengo, continua a aguardar pelo processo de vendas das casas construídas naquela localidade, há já um ano, no âmbito do Programa de Fogos Habitacionais, que o Executivo está a implementar em todo o país.

Durante uma visita efectuada quinta-feira a Cazuagongo, a governadora do Bengo, Mara Quiosa, transmitiu à população local, que o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação já orientou a distribuição das referidas casas.

"Já recebemos o aval da Habitação para metermos à disposição da população as residências já acabadas. Portanto, estamos apenas à espera que sejam colocadas as portas e as janelas para o fazermos", garantiu Mara Quiosa.

Entretanto, a governadora garantiu aos munícipes locais que estão a ser envidados esforços para a reactivação do sistema de captação e distribuição de água da localidade, que se encontra paralisado há 18 meses devido a uma avaria nos painéis solares no aparelho de bombagem.

"Estamos a fazer por termos o mais rápido possível verbas para metermos o sistema de captação e distribuição funcional, para que os moradores da comuna de Cazuagongo tenham acesso à água potável", prometeu.

Nas outras localidades do município de Pango Aluquém, segundo Mara Quiosa, a população beneficia de água potável sem constrangimentos.

Falta de quadros

Mara Quiosa disse que o sector da Saúde no Bengo tem disponíveis 71 vagas, concretamente para enfermeiros, médicos e funcionários para os serviços auxiliares.

"Acreditamos que o défice que se regista em termos de quadros na Saúde vai diminuir, com o

enquadramento de mais técnicos", sublinhou a governadora que, na visita a Panga Aluquem, entregou uma ambulância ao hospital municipal.

6.7 Metade dos inquilinos nunca pagou renda

Jornal de Angola

12 De Maio de 2018

Texto: Madalena José

O novo presidente da Comissão Executiva do Fundo de Fomento Habitacional (FFH) declarou ontem, em Luanda, no acto de posse, que 50 por cento dos inquilinos das habitações do Estado não pagam, anunciando um mecanismo de retenção de rendimentos nos bancos, para obrigar os incumpridores a observarem os contratos.

Hermenegildo Gaspar apontou nove mil apartamentos das centralidades do Kilamba e Sequele, em Luanda, entregues a funcionários públicos, metade dos quais não paga a renda resolúvel apesar dos descontos feitos pelo Estado.

O responsável declarou que, para reduzir o elevado número de pagamentos em falta, o Fundo vai trabalhar com os bancos, obrigando-os a fazer as retenções das prestações dos inquilinos em falta.

Hermenegildo Gaspar anunciou que o grupo Horizonte Kora Angola, contratado para a construção de habitações para o Estado, está entregar habitações nas províncias do Huambo e Bié, num processo que se prevê que venha a acelerar este ano.

O FFH é uma entidade encarregue de zelar pela execução da política habitacional do Estado, tendo uma comissão executiva que faz a gestão corrente e tem um conselho estratégico formado pelos ministros das Finanças e do Ordenamento do Território e Habitação, bem como pelo Governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Archer Mangureira, Ana Paula de Carvalho e José de Lima Massano.

O novo Conselho de Administração do Fundo propõe, como principais estratégias, melhorar o processo de pagamento das prestações pelos inquilinos pela via do aperfeiçoamento dos sistemas informáticos de controlo e inteirar -se da situação daqueles serviços, as acções imediatas e as preocupações dos inquilinos.

Além de Hermenegildo Gaspar, foram empossados Adilson Silva e Rafael Lopes, como vogais, Osvaldo Macaia e Hernani Sanata como vogais do conselho

fiscal da Comissão de Mercado de Capitais (CMC) e outros responsáveis do Ministério das Finanças.

6.8 A armadilha do crédito

Jornal O PAÍS

15 De Maio de 2018

Texto: Venceslau Costa

Prezado director,

Durante muitos anos, os créditos eram apenas concedidos em dólares.

Alguns cidadãos pediram crédito aos bancos, e foilhes concedido em dólares.

Os que ainda persistem são essencialmente créditos à habitação. As taxas rondam, estranhamente, os 10% num contexto em que a “depreciação” é em relação ao Kwanza e não ao contrário. Como se justifica uma taxa tão alta, para uma moeda tão forte como o Dólar?

Mas isso não é o mais grave. Deu-se início ao processo de desvalorização da economia, os salários que eram pagos em dólares ou com referência ao dólar deixaram de o ser. Quem ganhava por exemplo 3 mil dólares, o equivalente em kwanzas a 300.000,00 kwanzas, pediu créditos onde podia pagar até cerca 35% de taxa de esforço ou seja 1050,00 USD ou 105.000,00 kwanzas. Com o remanescente o cidadão e sua família conseguiam gerir os 195.000,00 kwanzas que restavam após pagamento da prestação de crédito.

Os créditos eram normalmente para cerca de 15 anos. E foram concedidos até sensivelmente 2010/2012.

Desvalorizaram a economia, retiraram a referência a dólares nos salários, mão não desindexaram os créditos. Hoje, só para ter uma ideia, o salário continua a ser o mesmo, ou seja 300 mil kwanzas, mas os 1050 USD ou são cerca de 250.000,00 kwanzas.

Como viver e pagar o crédito nestas condições.

Se a taxa de esforço, ou seja, o desconto máximo que se podia efectuar para que não houvesse aflicção para o cliente na altura de pagar o crédito, porquê que agora os valores sobem para valores incomportáveis.

Os bancos gabam-se de terem atingido lucros fabulosos, milhões e milhões de dólares mas a custa do pobre cidadão que sem culpa pediu um crédito que lhe foi dado em dólares. O kwanza perde valor

um pouco mais todas as semanas. Não tarda a prestação é superior ao salário.

Será que ninguém vê? Será que a AADIC não vê? Será que o INADEC não vê? Será que o BNA não vê isso? Sinceramente meus senhores...!

Haja respeito pelas pessoas.

6.9 Moradores começaram a ser transferidos ontem

Jornal de Angola

19 De Maio de 2018

Texto: Rodrigues Cambala

Os moradores do conhecido prédio Treme-Treme, na Rainha Njinga, em Luanda, começaram, ontem, a ser transferidos para as centralidades do Quilómetro 44 e do Cazenga. Devido aos constrangimentos causados pela rejeição de alguns moradores em ser alojados no Quilómetro 44, a primeira família só recebeu o termo de entrega de casa às 14 horas de ontem, quando inicialmente estava marcada para as 7 horas.

Das 55 famílias previstas para serem alojadas no dia de ontem, muitas decidiram permanecer no edifício degradado, por falta de consensos com o Ministério de Ordenamento do Território e Habitação.

O edifício pertenceu à Siccil e é habitado há mais de 40 anos. Segundo os técnicos da Habitação, o mesmo corre risco de desabar por apresentar fissuras e alto teor de humidade. A advogada dos moradores, que negaram o realojamento no quilómetro 44, disse que os seus constituintes reclamam a falta de escolas e capacidade financeira para os filhos irem às aulas no centro da cidade, bem como transporte para chegarem aos postos de trabalho.

"Não estamos a pedir que eles não saiam. Aliás, eles querem sair. Pedimos uma conciliação no sentido de irem para zonas mais próximas do local de trabalho e escolas até porque, no primeiro acordo, havia a informação de irem todos para o Zango 8000, Cazenga ou para o Zango Zero", disse a advogada. Para a advogada, não devia haver discrepância em mandar uns para o Cazenga e outros para o Quilómetro 44, uma vez que todos moravam no centro da cidade.

Ao explicar que a zona do Quilómetro 44 não tem qualidade de vida, Ana Paulo sublinhou que aguardam pela resposta da carta que endereçaram à ministra da Habitação, porque os adolescentes e jovens que estudam nas universidades na cidade vão

ser os mais prejudicados. O director nacional da Habitação, Adriano Silva, disse que na zona do Quilómetro 44 tem escolas e posto de saúde, estando a situação das transferências dos alunos, até o ensino médio, garantido pela Administração Municipal do Icolo e Bengo.

As escolas do Quilómetro vão receber 74 crianças, enquanto as do Cazenga vão inserir 46. Não obstante afirmar não ter conhecimento oficial da existência de urna advogada, Adriano Silva admitiu que o ministério vai esperar pela decisão dos órgãos de justiça em relação aos moradores que negam ir ao Km44. "Todas as casas, nas duas centralidades, são de tipologia T3 e a custo zero", indicou, apontando que o Ministério dos Transportes está a tratar da circulação de autocarros públicos, apesar de existir urna estação de comboio. Em relação aos critérios de selecção para as duas centralidades, Adriano Silva explicou que para o Cazenga foram indicados os moradores com contrato de arrendamento e título de aquisição dos apartamentos.

6.10 Casas só são vendidas em 2019 apesar de prontas há dois anos

Jornal de Angola

20 De Maio de 2018

Texto: Carlos Bastos

A empresa privada Kora Angola, envolvida na construção de projectos habitacionais do Estado, prometeu, na sexta-feira, à ministra do Ordenamento do Território e Habitação, só entregar as moradias da Centralidade do Sumbe a partir do segundo semestre de 2019, apesar de estarem concluídas há dois anos.

Ana Paula de Carvalho esteve na centralidade acompanhada de representantes institucionais, como o director nacional de Águas, Lucrecio Costa, e do empreiteiro, e lamentou que, apesar das habitações estarem concluídas, o projecto não possa receber moradores por não ter solucionado a componente da captação, tratamento e fornecimento de água.

De acordo com a ministra, a execução física dos apartamentos e moradias da centralidade está concluída, como também estão as redes eléctrica, viária, de saneamento básico, escoamento para as redes gerais e a sinalização viária.

O que falta, disse a ministra, "é exíguo" e, além da água, faltam os acessos que só ficam prontos dentro de 15 meses.

Ana Paula de Carvalho declarou que o que está em falta impede que a Centralidade do Sumbe seja já

ocupada. Projectos habitacionais deste tipo, notou, são definidos com base num padrão que inclui a disponibilidade de equipamentos, serviços e bens sociais indispensáveis para se ter uma vida decente nessas comunidades. A decisão institucional é a de que essa oferta seja ampliada na medida em que novas centralidades forem abertas ao público.

A ministra estabeleceu, no local, um prazo de 15 meses para que a Kora Angola conclua a execução da componente de água e advertiu que, depois da deslocação de sexta - feira, vão ser feitas visitas de fiscalização e acompanhamento por parte do ministério, pelo governo provincial e pela Administração Municipal do Sumbe.

O director nacional de Águas, Lucrécio Costa, anunciou o início da empreitada nos próximos dias, para terminar dentro de um ano, em Abril de 2019, mas considerou que as dificuldades da obra estão ligadas à falta de recursos financeiros.

A centralidade, avançou, só pode ter o abastecimento pleno quando o novo sistema de fornecimento de água da cidade do Sumbe for construído, um projecto que se debate com a falta de recursos.

O projecto de fornecimento de água à Centralidade do Sumbe consiste na construção de uma estação de bombagem, de uma conduta com um diâmetro de 350 milímetros, bem como um reservatório de entrega.

A rede interna já está montada desde a conclusão das habitações, mas falta a instalação dos contadores, assinalou Lucrécio Costa.

A Kora Angola licitou um contrato com o Governo para construir 40 mil fogos habitacionais em vários municípios de cinco províncias, nomeadamente Bié, (Cuito e Andulo), Huambo (Bailundo, Caála e Lossambo), Uíge (Quilomosso), Cuanza-Sul (Sumbe) e Moxico (Luená).

O modelo de negócio para comercialização das habitações da Centralidade do Sumbe é o pagamento a pronto ou por renda resolúvel, além do arrendamento com valores estimados em cerca de 12.500 kwanzas mensais. A venda das habitações está estimada em 11,6 milhões de kwanzas.

A centralidade, localizada a 16 quilómetros da cidade do Sumbe, tem 213 moradias de um piso, 393 de dois pisos, 1.404 apartamentos, duas escolas - uma com 24 salas e outra com 12 salas de aula - e uma creche.

6.11 Ex-moradores do Golfe já vivem com dignidade

Jornal de Angola

21 De Maio de 2018

Texto: Kílssia Ferreira

Mais de 200 famílias retiradas em 2005 da zona onde havia um aterro sanitário, no Golfe II, no município do Kilamba Kiáxi, receberam moradias do tipo T3, construídas no Zango 4, município de Viana, informou a presidente da Associação de Profissionais e Amigos do Combate à Pobreza (APACP).

Bebiana de Almeida disse ao Jornal de Angola que os beneficiários fazem parte de um grupo de 500 famílias retiradas gradualmente daquela zona, também conhecida como a "Grande Lixeira", uma referência ao aterro sanitário que lá existia desde o período colonial.

A presidente da APACP explicou que, de momento, não há mais moradias para serem distribuídas, encontrando-se a associação a aguardar por "mais apoios para a construção de novas residências" para as famílias que ainda vivem no antigo aterro sanitário.

Fábrica de vassouras

Gualter Rodrigues, um dos responsáveis de uma fábrica artesanal de produção de vassouras, denominada Vassofoça, criada na comunidade do Zango 4, lamenta estar impossibilitado de admitir mais trabalhadores, uma decisão que vai ser levantada quando os lucros forem significativos.

A fábrica utiliza garrafas de plástico para serem transformadas em fios com que são produzidas as vassouras. O trabalho é feito manualmente, pelo que exige um grande esforço humano, declarou o empreendedor. "Com os encargos financeiros que temos, que são o pagamento dos salários aos trabalhadores e a compra de matéria-prima e alimentação para o pessoal, a fábrica não apresenta, no final de cada mês, grandes lucros", disse Gualter Rodrigues.

A Vassofoça produz mais de 400 vassouras por dia. Gualter Rodrigues disse acreditar que, se a fábrica funcionar com máquinas modernas, a produção vai ser aumentada para até mil vassouras por dia.

Gualter Rodrigues disse estar também a reduzir ultimamente a quantidade de garrafas de plástico que chega à fábrica de vassouras.

O responsável defendeu que o Governo Provincial de Luanda deve realizar em todos os bairros uma

vasta campanha ambiental de recolha de garrafas de plástico, por serem reutilizáveis. As vassouras para limpeza de rua custam 2.000 kwanzas e as de uso doméstico 1.000 kwanzas. Antes da subida do preço da matéria-prima utilizada na produção de vassouras, estes equipamentos de limpeza custavam menos de 50 por cento do valor praticado actualmente.

6.12 Urbanização recebe primeiros moradores do prédio "Treme-Treme"

Jornal de Angola
21 De Maio de 2018

Sessenta e cinco vivendas da Urbanização do Cazenga, em Luanda, foram ocupadas ontem pelos moradores realojados do prédio da Síccal conhecido por "Treme-treme", distrito urbano da Ingombota.

As famílias que viviam do 1.º ao 5.º andar do edifício que se encontra em estado avançado de degradação e os moradores seleccionados nos distritos urbanos do Cazenga, ocuparam as primeiras moradias da requalificação. Os moradores foram unânimes em afirmar que existem condições de habitabilidade de acordo com a programação feita. Mais de 46 crianças em idade escolar estão entre as famílias realojadas.

Com 152 vivendas e 128 apartamentos, a Urbanização tem escola apetrechada com carteiras e o Serviço Integrado de Apoio ao Cidadão (SIAC).

6.13 Vítimas do «camartelo demolidor» queixam-se de perseguições

Novo Jornal
25 De Maio de 2018

Moradores denunciam que, além das demolições levadas a cabo por agentes da fiscalização, estão a ser alvos de perseguições e ameaças de morte.

Sete das 40 famílias que no passado dia 27 de Abril viram as suas residências demolidas na Zona Verde do Benfica, em Luanda, denunciam que estão a ser perseguidas por indivíduos supostamente contratados pela cidadã que diz ser titular do terreno onde foram erguidas as casas.

A destruição de 46 casas no passado mês de Abril pelos Serviços de Fiscalização do município de Belas foi relatada pelas famílias em conferência de imprensa

promovida pela BMF, Escritório de Advogados, que defende os interesses de algumas das vítimas.

"Apesar dos estragos protagonizados pelos agentes da fiscalização de Belas, não abandonámos as nossas residências. Pela nossa firmeza, estamos a ser alvo de ameaças de morte por cidadãos a mando da suposta titular do espaço", relata Adélia Jacinto, uma das vítimas.

Os moradores afirmam que possuem a titularidade do espaço, uns desde 1998, alguns desde 2003 e outros têm a posse legal do terreno desde o ano passado, não sabendo por que razões, segundo alegam, somente em 2018 aparece uma cidadã que vem reclamar a titularidade.

"No dia em que sucederam as demolições, não fomos notificados pela administração. Muitos de nós fomos obrigados a levar as nossas crianças para os nossos familiares que vivem longe daqui. Vivemos numa situação de insegurança, e ao mesmo tempo com o risco de perder para sempre as nossas casas", disse Adélia Jacinto.

Domingos Malungo, um dos moradores da zona, ainda não viu a sua casa ser demolida, mas queixa-se do facto de pessoas estranhas estarem a fazer rondas à sua residência. "Para o bem da minha família, decidi mandar as crianças e a mulher para a casa da minha sogra", confidenciou.

Em declarações à TV Zimbo, António Godó, administrador de Belas, disse que as casas foram construídas de forma ilegal, e muitas durante a noite. No entanto, Bruce Manzambi Filipe refuta as afirmações do administrador, afirmando que "as construções foram autorizadas pela administração".

6.14 Imposto Predial Urbano e Taxa de Circulação vão financiar autarquias

Jornal Expansão
25 De Maio de 2018
Texto: Quingila Hebo

As autarquias locais vão ser financiadas com receitas que resultem da cobrança do Imposto Predial Urbano (IPU), da Taxa de Circulação e de taxas cobradas no âmbito dos serviços que são prestados pelas administrações municipais, como a emissão de atestados de residência, anunciou esta semana o director do gabinete jurídico do Ministério das Finanças, Osvaldo Macaia.

O responsável falava aos jornalistas no final do Conselho de Ministros que decorreu terça-feira, e onde foi apresentada a proposta de Lei das Finanças Locais e sobre Transferências.

“Importa destacar algumas receitas que nós entendemos que são receitas por natureza dos órgãos locais, no caso, o imposto sobre o património, como o Imposto Predial Urbano, as prestações, doações e a Taxa de Circulação, são os que a proposta de lei refere como impostos locais”, disse Osvaldo Macaia.

O director do gabinete jurídico do MinFin fez menção que a lei reserva o direito destes impostos poderem ganhar uma outra denominação no quadro das autarquias locais. Entretanto, o direito de criar novos impostos e taxas continua reservado ao Estado, através da Assembleia Nacional que, de resto, é o órgão legislativo, conforme estabelece a Constituição.

Osvaldo Macaia adiantou que será introduzido um novo imposto a nível municipal denominado derrama, que consiste em cobrar o lucro tributável das pessoas coletivas que exercem actividade no município.

“Por força do princípio da consolidação fiscal e da harmonia do sistema fiscal entendemos que a derrama municipal não pode exceder 1 % sobre o Imposto Industrial, avançou”.

Há afectação de receitas mas também de despesas No quadro da proposta de lei, as autarquias deverão ter despesas com a gestão dos equipamentos urbanos, cemitérios municipais, mercados e feiras municipais. Poderão também tratar da iluminação pública, licenciamento da actividade de táxi, distribuição da merenda escolar e contratação do pessoal administrativo e auxiliar para as escolas do ensino primário. A proposta de lei diz ainda que será responsabilidade dos autarcas locais construir e reabilitar os postos e centros de saúde e hospitais municipais. Deverá ser criada a polícia municipal, que hoje são os serviços de fiscalização.

Sem apoio do Estado para os candidatos às autarquias

A proposta de lei, que merecerá discussão pública entre Junho e Julho, propõe também que o Estado não financie as campanhas para as eleições autárquicas, bem como exclui o tempo de antena aos candidatos nos órgãos de comunicação públicos.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, assegurou que a implementação gradual das autarquias locais será ensaiado apenas em alguns municípios. Para isso, no

quadro da proposta de lei, foram definidos seis critérios para a implementação das autarquias.

Deste modo, numa primeira fase, serão implementadas nos municípios com níveis de desenvolvimento mais expressivos: municípios essencialmente rurais (com 500 mil habitantes e uma capacidade de arrecadação de receitas de 15% da média da despesa pública dos últimos três anos); municípios menos populosos (com 50 mil habitantes e com segmento de economia muito específicos e com historial de arrecadação de receitas de 5% da média de despesas públicas); municípios com fraca capacidade de arrecadação de receita (com 250 mil habitantes e com níveis de arrecadação de receitas abaixo dos 5% da média das despesas públicas, com particularidades culturais, essencialmente do interior) e municípios do interior com economia assente na agricultura e na pecuária.

A proposta de lei da tutela administrativa prevê também a ractificação tutelar, ou seja, alguns actos das autarquias vêm a sua eficácia dependente de uma acta de ractificação do órgão de tutela. Assim, com base na proposta de lei, estará dependente do órgão de tutela a aprovação do plano de desenvolvimento ou plano director da autarquia, o orçamento e a contratação de quadros para a autarquia.

6.15 Termina o drama dos moradores do prédio «Treme- Treme»

Novo Jornal

25 De Maio de 2018

A tarde de domingo, 20, ficará marcada na memória dos pouco mais de 205 ex-moradores do prédio da Siécal, vulgo «Treme-Treme», no distrito urbano da Ingombota, em Luanda, que depois de vários anos de drama foram agora transferidos para as centralidades do Cazenga e Km 44.

Alegria, sorrisos e salvas de palmas era o cenário que a reportagem do Novo Jornal constatou no local, no momento em que os moradores subiam e desciam do prédio, transportando os últimos pertences.

Alguns deles, ouvidos pelo NJ, mostravam-se satisfeitos por o Governo da Província de Luanda (GPL) ter cumprido a promessa de os retirar daquele edifício, já "cansado", com urgência.

Adélia Quileba, de 32 anos, moradorado prédio há quase 20, transferida para a urbanização do Cazenga, fez saber que apoia a decisão das autoridades, uma vez que beneficia todos os moradores que ali residiam em condições difíceis.

"O GPL tomou uma decisão correcta. O prédio já não estava em condições e as pessoas não viviam bem. As águas da chuva e dos esgotos inundavam o edifício e os moradores eram obrigados a sair de casa com algumas dificuldades", explicou a moradora, referindo entretanto que "o único problema será a deslocação para o meu local de trabalho, porque começo a ver que serei obrigada a gastar muito dinheiro no táxi".

Continuando, Adélia regozija-se pelo facto de ganhar um apartamento com três quartos, uma sala, cozinha e casa de banho. "É uma grande oportunidade para mim, já que eu vivia em condições que só Deus sabe. Hoje tenho uma casa condigna e em bom estado. Estou feliz com a minha nova residência", contou.

Já Isabel Francisco, que foi instalada na urbanização do Km 44, conta que ficou contente quando soube que seria retirada ainda este ano do edifício. "Meu irmão, há muito tempo que Sonhava com este momento. Fiquei muito feliz quando vi as minhas coisas dentro do camião", explicou a moradora de 54 anos, mas salienta que, por causa da distância, o governo "tem de colocar transportes públicos à disposição dos moradores para ajudar na deslocação de um lado para outro".

Isabel conta que o «Treme-Treme», de 17 andares, não tinha nenhum corrimão e isso implicava esforços redobrados por parte dos moradores para subir e descer do edifício, tentando evitar qualquer "desgraça".

"O edifício não tinha corrimão nem um sítio para as pessoas se apoiarem no momento de andar de um lado para o, outro. Para subir e descer, tínhamos de fazer o impossível de forma a evitar- mos qualquer tipo de desgraça", contou Maria de Lurdes Oliveira.

Segundo a moradora que residiu no edifício por mais de 20 anos, alguns conseguiram sobreviver nessas condições, mas "houve mesmo quem acabasse por morrer ao descer às escadas". Diante das dificuldades, Maria diz sentir-se aliviada por ser retirada do sofrimento em que vivia.

6.16 Ex-moradores da Ilha do Cabo "atirados" ao abandono

Jornal de Angola

28 De Maio de 2018

Texto: Arcângela Rodrigues

O sol intenso que se fazia sentir na manhã em que a equipa de reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano, chegou a conhecida "Tendas da Ilha",

nome atribuído pela comunidade, revela o quanto é dura a vida das mais de três mil famílias que, há nove anos, foram ali reassentadas pelo Governo Provincial de Luanda (GPL).

Umhas descalças, outras de chinelas, mas todas maltrapilhas, as crianças em idade escolar preenchem o dia com brincadeiras, alheias a angústia que atormenta os pais. São 11 horas. O número reduzido de escolas públicas e a condição financeira das famílias constituem os principais factores que afasta muitas crianças do sistema de ensino, explica Madalena Cagundo, que lamenta o abandono a que foram votados pelas autoridades.

"Há muita criança fora do sistema do ensino, nem todos os pais e encarregados de educação têm a possibilidade de colocar os filhos nas escolas comparticipadas que abundam por aqui", disse a moradora.

A escassos metros dos casebres de chapas onde vivem, um grupo de senhoras lavava a roupa em bacias. Outras ainda, com filhos às costas, esperam os resultados da venda de cerveja, refrigerantes, petiscos e outros produtos expostos em bancadas espalhadas pelos cantos que dão acesso às moradias. "A venda de bebidas alcoólicas é a nossa principal fonte de sustento. As pessoas podem ficar a beber todo o dia. Parece que se esquecem da existência de vida além da bebida", disse tia Madó, como é mais conhecida, aparentemente despreocupada com eventuais consequências do consumo excessivo de bebidas alcoólicas na comunidade.

Quando, em 2009, foram reassentados no Zango I, os antigos moradores da Ilha do Cabo receberam tendas. Porém, essas foram substituídas por casebres de chapas. O decorrer dos anos, a força da chuva e o sol que se faz sentir, em Luanda, precipitou a mudança.

"Ainda bem que vieram, precisam testemunhar o nosso sofrimento. O que acontece aqui não é normal, nunca vi", desabafou Cataleco João, ao se aperceber da presença da equipa de reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano.

Cataleco João conta que, durante o tempo que viveram na Ilha do Cabo, havia muito medo em namorar com o marido ou esposa alheia. Para se conversar com alguém comprometido, era preciso pedir autorização no parceiro ou na parceira. Agora, vale tudo e ninguém tem medo de nada. "Como podem ver, vivemos em casebres de chapa, sem as mínimas condições de habitabilidade. Quando chegamos só haviam tendas e muito capim à volta",

disse, Cataleco João, acrescentando que os moradores tiveram de limpar o capim.

Os casebres de chapa, segundo descreveu, não oferecem segurança. A falta de saneamento básico, água canalizada, energia eléctrica, casas de banho e cozinha coloca os moradores na condição de primitivos. Entretanto, são unânimes em apontar que, por conta das inundações, o maior calvário é vivido no tempo chuvoso.

Famílias partilham aposentos

Embora difícil de acreditar, nas “Tendas da Ilha”, famílias de origens diferentes partilham o mesmo aposento. Cataleco João explica que em situações do género a divisão é feita por uma cortina, mas, à partida, a privacidade está condicionada.

A moradora considera de bastante constrangedor o momento de satisfazer as necessidades íntimas.

“Quase sempre na hora de tomar banho duas pessoas têm de segurar um pano para se evitar olhares indiscretos. O lar e a relação de família deixou de existir”, desabafou.

Cataleco João afirmou que o diálogo já não funciona entre os vizinhos. A falta de respeito e de amor faz parte do quotidiano, e as relações amorosas assentam na troca do dinheiro e pelo prazer.

“Imagina só minha irmã, descobrir ou suspeitar que o teu marido namora com a vizinha com quem partilhas a mesma casa e, todos os dias, sair para fazer vendas e deixar os dois na mesma casa”, lamentou.

Regra geral, os moradores das “Tendas da Ilha” vivem em ambiente de confusão e de incerteza. As informações desencontradas são constantes. De um lado, estão os que se convenceram que foram abandonados pelo GPL, do outro, os que insistem que o Governo tem a obrigação de conferir um realojamento digno às famílias.

Equipamentos sociais

José Armindo é mais um que, há nove anos, veio transferido da Ilha do Cabo para o Zango I. Com o rosto triste, afirma ter perdido a esperança de ver melhorada a sua condição de vida.

“Essas não são maneiras de tratar as pessoas. Nenhum dos nossos dirigentes aceitaria viver nestas condições. É demais o que estão a fazer connosco. Já se passaram muitos anos. Será que ninguém pensa no nosso sofrimento?”, interrogou-se, acrescentando que, “psicologicamente, nenhum de nós está bem”.

Em 2009, aquando da transferência para o Zango I, lembra Maria da Conceição, também antiga moradora da Ilha do Cabo, as administrações da Ingombota e de Viana definiram em três meses o período de permanência nas tendas. Ela admite que as calemas no Sector Lelo, zona do Benfica, motivaram a transferência dos moradores da mesma área para o Zango I.

“Esses anos todos, as reclamações têm sido apresentadas junto da administração de Viana e da Comissão de Moradores. A resposta tem sido sempre a mesma, que foram entregues casas, mas nunca vimos nada”, garantiu Maria da Conceição, que pede honestidade das autoridades no processo de atribuição de residências.

A preocupação de Maria da Conceição estende-se a ausência de serviços de saúde, o que se traduz na ocorrência diária de mortes.

“A malária, doenças diarreicas agudas, infecções vaginais e da pele tem ceifado muitas vidas. Dificilmente são realizadas campanhas de vacinação e a falta de saneamento básico tem sido uma das principais causas para o aumento de doenças”, disse.

Conflito de terra

O presidente da Comissão de Moradores do Zango I, sector B, Alberto Ngonga, informou que, há três anos, o GPL concedeu uma parcela de terra para a construção de uma escola com 20 salas de aulas e um campo multiusos. Para surpresa dos moradores, segundo Alberto Ngonga, o espaço foi entregue a um grupo de empreiteiros para a construção de moradias. “Com o apoio dos moradores, apresentámos várias reclamações junto da administração, de Viana, para o embargo das obras. O nosso pedido foi aceite, mas, este ano, fomos surpreendidos com a construção de moradias no mesmo terreno”, denunciou.

O presidente da Comissão de Moradores do Zango I, sector B, Alberto Ngonga, garantiu que está a envidar diligências para impedir o avanço das obras. “Em nome da Comissão de Moradores, peço a intervenção do governador de Luanda para solucionar este problema e outros que nos afligem. Esta população precisa de mais escolas, espaços de lazer e de recreação”, salientou.

Lamentou que a falta de emprego está a “empurrar” os jovens para o mundo do álcool, Alberto Ngonga manifestou também preocupação com os casos de roubo, prostituição e tráfico de drogas.

“Este povo vive em condições dramáticas, o índice de doenças e mortes são elevados”, realçou Alberto

Ngonga, visivelmente preocupado com o aumento de seropositivos.

Princípios não acautelados

Do ponto de vista de políticas públicas foram cometidas falhas no processo de reassentamento dos moradores da ilha do Cabo e da Chicala, para o Distrito Urbano do Zango, afirmou o sociólogo, Além Panzo.

Solicitado a pronunciar-se sobre as actuais condições de vida dos referidos moradores, Além Panzo considerou que, em primeira instância, tinham de ser acautelados, entre outros aspectos a própria habitação, educação, saúde, emprego, transporte e saneamento básico.

A título de exemplo, referiu que, na sua essência, trata-se de uma população com actividade profissional específica e que, por falta de dinheiro para custar o transporte, muitos perderam o emprego. Por outro lado, a permanência de casebres de chapas, na calçada de diferentes divisões do Distrito Urbano do Zango, é vista com alguma inquietação pelo sociólogo.

“Essas pessoas foram retiradas de zonas de risco e colocadas novamente em zonas de risco, mas numa perspectiva diferente”, lamentou.

Além Panzo defende a criação de projectos de reintegração social para evitar que, sobretudo os jovens recorram ao consumo exagerado de bebidas alcoólicas, à prostituição, criminalidade e outras práticas erradas, por falta de emprego. Sublinhou que é constrangedor que haja coabitação, num mesmo espaço, de uma ou mais famílias o que leva a gerar um ambiente insustentável, onde os valores e princípios não são observados. “Os dados apontam que o índice de criminalidade tem aumentado no Zango. É necessário encontrar soluções consentâneas para que possamos ter uma sociedade equilibrada”, sugeriu Além Panzo.

7. TERRA

7.1 Moradores das casas demolidas na Zona Verde pedem justiça

Jornal O PAÍS

2 De Maio de 2018

Desde o dia das demolições que a vida dos afectados se transformou num autentico martírio. A maioria passa a noite ao relento, na esperança de proteger a sua mobília, que foi posta por debaixo dos portões, janelas e chapas de zinco que sobreviveram ao derrube das casas.

Os moradores queixam-se de não terem sido notificados por qualquer entidade oficial sobre a iminência das demolições, mesmo sendo que alguns já vivem na zona há três anos. Apenas viram as casas a serem destruídas, sem mais nem menos.

Alberto Capitango, um dos lesados, reforça que a administração não fez nenhum aviso, facto que dificulta o processo de negociação, por exemplo, uma vez que “o que se passa aqui, como se pode ver, senhora jornalista, é desumano e o senhor administrador António Godó não devia ter feito isso”. Mostrou-se desapontado e desmente a informação do administrador que, em declarações à TV Zimbo, assegurou que terá mandado uma convocatória, - documento que nunca ninguém viu -, alegando que deviam retirar-se daquele espaço por não terem licença para construir.

Afirmam terem pago 150 mil Kz aos fiscais, para construir naquele espaço, e que compraram o terreno, por parcelas de 20 x 30m - das mãos de um velho camponês, identificado apenas por senhor Cassange.

“Nós temos documentos que comprovam que o espaço é nosso e nunca fomos invasores. A minha casa T3 já tinha o quintal todo coberto, o meu espaço é de 20 x 20. Neste momento não consigo, nem trabalhar, por causa dessa situação alarmante”, conta o jovem.

Duas versões dividem a administração, segundo os moradores. A primeira é a do administrador apresentada em entrevista à referida estação televisiva, e a segunda é de que as obras foram canceladas porque o terreno está em litígio, dado que apareceu um segundo dono, pelo que é suposto que os documentos apresentados pelos moradores é falso.

“Agora, o administrador deu uma entrevista e disse que construímos de noite. Acham mesmo que uma casa com placas e todas as fundações se constrói em

três dias, à noite? Ainda mais, num bairro que nem iluminação pública tem. É um absurdo!”, disse o entrevistado, tendo acrescentado que não cruzarão os braços e vão recorrer aos órgãos competentes.

Destruido o “sonho da casa própria”

No grupo de 15 pessoas que reclamavam da demolição das suas residências, está Adália Jacinto, que comprou o terreno há dois anos e durante este tempo todo nunca apareceu ninguém a contestar a titularidade do terreno, pelo que ficou surpreendida com a ordem da demolição.

Lágrimas corriam pelo seu rosto no momento em que detalhava os compartimentos que tinha a residência do tipo T2, com placa e quintal coberto, em terreno de 20 x 20. A interlocutora é viúva e mãe de sete filhos. “Deixei de comer em condições para construir aquela casa, que agora está toda no chão. Não restou sequer um quarto”.

“Comprei o terreno a 1.500 dólares, paguei em prestações, e hoje, fazem isso. Quero justiça, porque nem sítio para ficar com os meus filhos tenho. Sou vendedora e nem sempre tenho dinheiro para comer”, lamenta ela que já perdeu os sentidos inúmeras vezes, quando a sua tensão subia.

Por sua vez, Flávia Carnote, outra jovem a quem também foi destruído o sonho da casa própria, disse que já se dirigiram à Administração Comunal no sentido de obterem algum esclarecimento, mas não tiveram sucesso e foram reencaminhados para a Administração Municipal, e até agora não conseguem solução.

“Fiquei surpreendida quando vi a entrevista do senhor administrador na TV Zimbo a dizer que nós somos invasores, e que as nossas casas foram erguidas em três dias e no período nocturno. Queremos que alguém de direito venha cá nos esclarecer, porque quem partiu não se fez acompanhar de nenhum documento”, conta.

Pede ainda ao senhor governador e ao Presidente da República que envie uma equipa para poder ajudá-los nesta situação. Mãe solteira com o sonho da casa própria destruído,





7.2 Moradores rejeitam transferência para zona do Fortim em Cacuaco

Novo Jornal

11 De Maio de 2018

O mau estado de três chaminés, que existem desde o tempo colonial no bairro Wako, no município de Cacuaco, está a obrigar a administração municipal a retirar mais de 70 famílias que vivem naquele local. Populares dizem que só saem das residências para outras com condições sociais básicas criadas no novo local.

Alguns moradores ouvidos pelo Novo Jornal dizem não olhar com bons olhos a decisão do administrador Carlos Cavuquila, por entenderem não haver necessidades de desalojamento definitivo das famílias. Os munícipes optam pelo derrube das chaminés sem que seja necessário o abandono das suas residências.

Julieta Quinta, de 60 anos, moradora do bairro há mais de 17 anos, disse não compreender as verdadeiras intenções da administração municipal de Cacuaco ao retirar por definitivo os moradores das suas residências. “Eu daqui não saio, só mesmo morta. Porque não vou sair de um sítio onde tenho água, luz, escola e hospital para viver no meio da

mata. Estamos a ver os outros que foram retirados das suas casas e até hoje estão na mata”.

Já Margarida Delfina, também moradora há mais de 30 anos, disse também não compreender qual é a verdadeira razão da forçada retirada dos moradores do local e acredita haver outras intenções da administração para com aquele espaço. “Porque se o problema for das chaminés é só nos retirarem por alguns dias e depois voltamos as nossas casas. Se o governo nos quer tirar daqui, que nos coloque num lugar melhor que esse; agora, no meio daquele mato nós não vamos”.

De acordo com a mulher, no encontro mantido entre moradores e os responsáveis máximos da administração, foi-lhes informado que a administração não tinha casas para oferecer aos populares e que tinham 90 dias para abandonarem o local. “Acho que nós somos um povo que merecemos um pouco de amor e respeito, não podemos sair só porque o administrador acha que precisa deste espaço, ele não pode se esquecer que é graças a esse povo que ele está como administrador”, disse, acrescentando que os moradores se reuniram e endereçaram uma missiva ao Governo provincial de Luanda.

Na zona do Fortim, onde esteve esta semana o NJ, a nossa reportagem verificou que não há as condições básicas exigidas pelos moradores no local. A única coisa que encontrou no local foi o capim. “As três chaminés podem desabar porque já têm rachaduras”.

Contactado por este jornal, o director de comunicação e imprensa da administração do município de Cacuaco, João Garcia, começou por dizer que as três chaminés representam um grande perigo para as populações que vivem nos arredores. “As três já têm rachaduras, que é uma preocupação da administração local porque há um perigo de desabamento e as mesmas estão em mau estado”, reconheceu.

O responsável deu ainda a conhecer que se criou uma comissão de moradores que está a trabalhar com administração municipal e que, no momento, se espera pelo aval dos moradores para serem transferidos à zona do Fortim para devido realojamento.

De acordo com o interlocutor, há um grupo de moradores que está interessado em abandonar o local “porque reconhece o perigo a que estão sujeitos ao permanecer aí”. “Mas há um outro grupo que não quer sair e está a criar agitação a outras pessoas”, disse.

A fonte informou ainda que alguns moradores exigem para saída do local a cedência de residências já feitas, o que, segundo João Garcia, “não será possível porque a administração não tem condições para atender a essas exigências”.

7.3 Populares acusam Administração de favorecer cidadã portuguesa

Jornal O Crime

12 De Maio de 2018

Texto: Belchior Resende

Domingos Malundo, proprietário de uma das casas visadas, acusa o responsável jurídico da zona de estar a favorecer uma das partes. O lesado explicou que tudo começou em 2015, quando adquiriu um terreno na Zona Verde, Rua 27, no já citado município, por intermédio de um camponês de nome Cassange, que apresentou toda documentação do espaço que tinha em sua posse.

“E bom que se diga que ninguém ocupou o espaço de forma empírica, todo mundo comprou o seu terreno num valor acima de cinco milhões de kwanzas ao dono do espaço, que era um mais-velho camponês”, recordou.

Depois da aquisição do espaço, continua ele, começaram, naturalmente com a obra, mas durante os primeiros meses, notaram que rondava sempre uma viatura “top de gama” ao longo do espaço sem, entretanto, ouvirem sequer alguma palavra por parte das pessoas que se faziam acompanhar do mesmo veículo.

“Em Novembro do ano passado, surgiu o mesmo carro com uma senhora de nacionalidade portuguesa, que diz ser a suposta dona do espaço, acompanhada de um pessoal da administração, na presença do senhor Mateus Mussungo, chefe da repartição jurídica de Cabolombo, e nos proibiram de continuar a construção, exigindo que tivéssemos algumas reuniões para se explicar o que se passava”, disse.

Eugénio Adão, outro morador, explicou que em Novembro do ano passado, quando foram notificados pela Administração de Belas, estes (administração) não apresentaram nenhum documento que aferia que o espaço pertencia à cidadã portuguesa.

“Tivemos cerca de seis encontros que não ajudaram em nada, porque estava visível que havia uma certa inclinação no caso, que favorecia a senhora que diz ser dona do terreno, mesmo ao apresentarmos os nossos documentos de cedência das terras dadas pelo

antigo camponês, que fez questão de estar presente”, acusaram.

Os moradores, agora despejados dos seus aposentos, questionam a legalidade das demolições, que dizem ser responsabilidade única de um tribunal.

“Queremos saber como fica esta situação, porque num país onde se diz que há democracia, não se pode aceitar que se façam demolições que são encomendadas nas administrações.

A senhora diz que o terreno é dela, mas só tratou os croquis de localização durante o tempo em que estávamos a construir. Onde é que está a verdade?”, questionaram.

Violência Durante as Demolições

“Estava a trabalhar quando me avisaram que estavam a demolir a minha casa. Saí rápido do serviço, quando cheguei, por questionar aos fiscais o porquê das demolições, começaram a me agredir. Destruíram a minha casa e agora não sei onde viver. Demoliram três quartos, sala, cozinha e dispensa, sem aviso prévio”, lamentou um lesado, adicionando que, no mínimo, eles deveriam mandar um mandato e não já partir as casas daquela forma abrupta.

Segundo os moradores, o pessoal da Administração do Belas chegou com três patrulhas do Serviço de Investigação Criminal e começaram a demolir, mesmo havendo crianças e famílias dentro das residências.

A cidadã portuguesa, segundo contam, chegou com uma outra viatura e estava a distribuir sandes aos polícias, enquanto se faziam as demolições, com o agravante de agredirem as pessoas que reclamavam dos seus haveres.

Rafael Carlos acusa os Serviços de Fiscalização de o ter agredido por questionar a legalidade das demolições. A nossa equipa de reportagem tentou contactar o Administrador do Município de Belas, por via telefónica, mas os telemóveis, durante dois dias, estiveram desligados.

7.4 “O Ex. PGR adquiriu o terreno para construir um condomínio”

Jornal O Crime

12 De Maio de 2018

Texto: João Feliciano

Francisco Capassola, à data dos factos Administrador Municipal de Porto Amboim, província do Cuanza Sul, tentou inicialmente ludibriar dizendo ao tribunal

no arranque da última sessão (quarta-feira, 25 de Abril), “desconhecer o assunto”, mas dada a forma astuta da juíza de conduzir o interrogatório, lá confessou que o Ex-Procurador Geral da República, João Maria de Sousa, ofendido no processo adquiriu, sim, o terreno em causa inclusive não indemnizou os camponeses.

Na sessão que durou quase cinco horas, a juíza da causa, Josina Ferreira Falcão, fez constar da acta as divergências do declarante, com relação ao percurso do processo de aquisição do terreno solicitado pelo Ex-Procurador Angolano. O declarante disse em sede do tribunal que o processo de demarcação para posterior cedência do terreno, localizado na comuna sede do Porto Amboim, foi decidido numa reunião do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social. “Foi ainda nesta senda que, a partir de 2008 e 2009 em diante, foram encetadas negociações com a população a fim de cederem os espaços em troca de outros adjacentes ao local. Disse ainda que houve certa relutância por parte da população em ceder o local”.

Capassola sempre enrolado e com fortes indícios de tentar omitir informações, acrescentou que a PGR “respeitou todos os trâmites legais” para aquisição do terreno. “Sim, porque tudo partiu da Administração Municipal, passou pelo Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA), que aferiu a competente situação do terreno, tem o título de Direito de Superfície assinado pelo Governador da Província, e penso que todas as peças estão desenhadas no processo”. Apertado pela juíza que no processo faltam peças, o declarante deu o dito pelo não dito, “é normal acontecer isso”, frisou.

Quanto à falta de indemnização, reclama pelos camponeses àquele declarante, que referiu sobre o processo: “desconheço se por parte do requerido contactou ou negociou com a população no que toca a cedência do espaço”, utilizado para actividade agrícola. Questionado se para aquisição de um terreno não necessitaria do parecer do soba (autoridade tradicional) da zona, Francisco Capassola, respondeu afirmativamente, nomeadamente se o referido espaço estaria ou não disponível para cedência. A juíza questionou as motivações da ausência do parecer do soba no processo em causa, pelo que, o declarante sublinhou “não ter reparado a falta deste parecer”, argumentando – “pode tratar-se de um erro da pessoa que formalizou o processo ou lapso da administração”.

A resposta levou a juíza da causa a querer saber se o alegado lapso não terá acontecido porque o ofendido e requerente da parcela de terreno era à data dos factos Procurador-Geral da República, tendo

Francisco Capas sola respondido que “desconhecia quem era o requerente”.

Sublinhou também que naquele processo “não foi preciso juntar o parecer do Instituto da Administração do Território em relação ao loteamento”, atendendo à proporção da terra cedida, bastando apenas o documento emitido pelo IGCA.

Em declarações aos jornalistas no final da audiência, Francisco Capas sola, que no período de 2008 a 2013 foi Administrador Municipal do Porto Amboim, confirmou desconhecer as razões da ausência do parecer do soba, à propósito. “Para uma boa administração é sempre necessário que o soba se pronuncie sobre a ocupação de qualquer lote. Mas neste caso específico, não houve o parecer do soba por razões por mim desconhecidas”, sublinhou.

Quando questionado sobre o motivo pelo qual negou desconhecer de que processo se tratava, o Ex-administrador do Porto Amboim afirmou que foi convocado pelo Tribunal sem saber de que assunto se tratava. “Não conhecia os seus termos, só depois de ler parte do processo já em tribunal é que notei que conhecia o assunto”, realçou, tendo ainda sustentado que o titular do espaço tem título do Direito de Superfície emitido pelo Governo Provincial do Cuanza Sul”. Portanto, adiantou: “isto é bastante para aferir que é dono legítimo do espaço e o que me apercebi é que pagou os termos devidos ao IGCA”.

“Vamos continuar -, com ou sem ele”!

Por outro lado, o Tribunal Provincial de Luanda, em função das constantes ausências, prescindiu da audição ao Ex-Procurador Geral da República, João Maria de Sousa, após este ter solicitado pela terceira vez mais um adiamento da sessão de julgamento onde são arguidos os jornalistas Rafael Marques e Mariano Brás.

“Nestes termos, foi por mim, juíza da causa, exarado um despacho de indeferimento do respectivo pedido, que em resumo e para o interesse da questão, deu-se por indeferido o pedido mantendo a continuidade da audiência”, disse ajuíza Josina Falcão.

Acrescento que o ofendido, neste caso o General João Maria de Sousa, “ainda que seja parte” no processo, “não é obrigado a comparecer pessoalmente”. “Nestes termos, o Tribunal prescinde-a audição do mesmo, cumprindo todas as formalidades que a lei impõe”, declarou, dando conta que, ouvido o Ministério Público “o mesmo não se opôs ao despacho”.

Na ocasião, José Pedro, mandatário de João Maria de Sousa, esclareceu que a viagem do seu constituinte para Portugal “foi uma chamada imprevisível da unidade hospitalar no sentido de marcar a sua consulta de rotina”, garantindo que o Ex-Procurador “estaria disponível em comparecer em Tribunal a partir do dia 05 de Maio”. Os advogados de defesa também não se opuseram ao despacho do Tribunal, manifestando interesse de continuidade da audiência.

“Nestes termos, mantém-se o despacho proferido nas folhas constantes dos autos, mantendo as instâncias nos precisos termos”, sublinhou ajuíza, tendo marcado para o dia seguinte (quarta-feira), às 10h:00, a audiência dos declarantes e testemunhas arroladas no processo.

No processo em que é também arguido o jornalista Mariano Brás -, que republicou a notícia em causa, Rafael Marques é acusado por João Maria de Sousa de crimes de injúria e ultraje ao órgão de soberania, após queixa apresentada em 2017.

Em causa está uma notícia de Novembro de 2016, divulgada no portal de investigação jornalística Maka Angola, do jornalista Rafael Marques, com o título “Procurador-Geral da República Envolvido em Corrupção”, que denunciava o negócio alegadamente ilícito realizado por João Maria de Sousa, envolvendo a aquisição de um terreno de três hectares no Porto Amboim, província angolana do Cuanza-Sul, para construção de um condomínio residencial.

Defesa convicta na absolvição dos réus

Em declarações à imprensa, Horácio Junjuvile, um dos advogados de defesa dos jornalistas, considerou como legal o posicionamento do Tribunal.

“Achamos importante que o ofendido seja ouvido, mas quando é assim e porque a lei permite o Tribunal agiu bem em avançarmos a audiência sem ouvir por enquanto, apesar de o seu mandatário ter garantido a presença do Ex-Procurador depois de 05 de Maio”, afirmou.

Questionado se a ausência do ofendido não terá implicações na produção da matéria probatória, uma vez que, os dias seguintes reservam-se às audições aos declarantes e testemunhas, o advogado disse que tal questão deverá ser avaliada no final da inquirição.

“Vamos ver o que vai resultar e aí vamos avaliar o peso muito relevante ou não desta ausência do ofendido na formatação da decisão do Tribunal.

Vamos ver, ainda é cedo para poder aferir as consequências desta ausência”, sustentou. A defesa diz ainda estar confiante, quanto ao desfecho deste

processo, “pela robustez da prova que serviu de lastro” à notícia que Rafael Marques escreveu. A próxima sessão de julgamento está marcada para o dia 21 de Maio para audiência dos restantes declarantes e testemunhas arroladas no processo.

7.5 Administrador Municipal do Lubango acusado de vender terrenos do Estado

Jornal O PAÍS

13 De Maio DE 2018

Texto: João Katombe1a

O administrador municipal do Lubango, Francisco Leonardo, está a ser acusado de vender ilegalmente terrenos loteados para autoconstrução no bairro Kwaua, arredores da cidade.

A denúncia é de Pedro José Tchimbinda, ex-técnico do Gabinete Provincial de Serviços Técnicos (ex-Direcção Provincial do Urbanismo), que alegou terem sido vendidos já mais de 700 lotes, no valor de 750 Kwanzas cada um.

Em declarações ao jornal O PAÍS e à Rádio Mais, no Lubango, além dos terrenos do Kwaua, estão também a ser comercializados outros espaços nas imediações da Centralidade da Quilemba.

Estes espaços foram concebidos para a construção de vários equipamentos sociais, como avenidas, campos de futebol e zonas verdes para esta mesma centralidade.

A fonte informou que o administrador municipal do Lubango vendeu a avenida José Eduardo dos Santos que fica junto à Centralidade, num negócio que teve a cumplicidade dos fiscais das administrações do Nambambe e do Kwaua.

Pedro Tchimbinda denunciou ainda haver expropriação de terrenos aos legítimos proprietários, sobretudo camponeses indefesos, para serem vendidos a outras pessoas com um certo poder financeiro.

Administrador nega as acusações

Numa entrevista exclusiva a este jornal, Francisco Barros nega o seu envolvimento na venda ilegal de terrenos, tendo admitido a possibilidade de envolvimento de funcionários da sua administração no caso.

“Infelizmente, enquanto gestor público de uma cidade ouço essa, muitas denúncias, muitas acusações,

às vezes difamatórias, que vão surgindo, mas declaro que nunca estive envolvido na venda de terrenos”, defendeu-se

Informou que o loteamento do bairro Kwaua e da Centralidade da Quilemba foi feito pela extinta Direcção Provincial do Urbanismo, acrescentando que à Administração Municipal do Lubango compete apenas fazer acompanhamento enquanto gestores do território.

Comissão de inquérito culpa direcção de urbanismo

Para apurar estas denúncias, uma comissão multi-sectorial de inquérito composta pelo director municipal dos Serviços de Investigação Criminal (SIC), técnicos do Urbanismo, e Administração Municipal do Lubango, concluiu que os terrenos foram vendidos por técnicos da então Direcção Provincial do Urbanismo da Huíla.

Esta informação consta dos primeiros resultados dos trabalhos desta comissão, divulgados na Sexta-feira, 11, que disse ter constatado alterações no projecto inicial de urbanização do Kwaua, consubstanciada nas dimensões das estradas, campos de futebol, e espaços concebidos para zonas verdes.

O coordenador desta comissão, o administrador adjunto do Lubango, Barreto Ferreira, afirmou que a então equipa técnica do urbanismo, liderada por Afonso Mayer, deve explicações sobre o assunto.

Barreto denunciou que foram feitas alterações unilateralmente pelos técnicos do urbanismo, sem, entretanto, ter contactado a administração municipal, como gestor do município, mesmo depois de o governador provincial ter proibido a passagem da gestão urbana para a Administração Municipal do Lubango.

Durante as investigações na zona do Kwaua, constatou-se o envolvimento do administrador deste bairro, Fernando Francisco, bem como o próprio denunciante Pedro Tchimbinda.

Tchimbinda é apontado como tendo vendido de forma ilegal 5 lotes, os quais alegou lhe terem sido “oferecidos” pelo então director provincial do Urbanismo. Cada lote comercializou-o a 350 mil kwanzas.

Enquanto durar o inquérito, a comissão propôs a suspensão do administrador do barro Kwaua.

7.6 Novos Lotes para província

Jornal de Angola

14 De Maio de 2018

A província de Luanda vai beneficiar de novos lotes de terra infra-estruturados para projectos habitacionais nos municípios de Icolo e Bengo e Quiçama. A informação foi dada pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, depois da reunião sobre a ocupação ilegal de espaço e terrenos no Governo da Província de Luanda.

Ao referir-se a alguns projectos habitacionais, em fase de conclusão em Luanda, Ana Paula de Carvalho lamentou o facto de a maior parte deles não obedecer aos princípios de construção. De acordo com a governante, primeiro constroem-se as casas e depois as infra-estruturas, o que é errado. Em relação à atribuição de lotes infra-estruturados a ministra disse que a entrega vai ser concertada com o Governo Provincial de Luanda. "Os lotes infra-estruturados e alguns lotes vão dar cobro ao défice habitacional na província de Luanda", disse. A ministra do Ordenamento do Território e Habitação lembrou que os casos de ocupação ilegal de espaços acontecem, de uma forma geral, em todo o país.

Ana Paula de Carvalho disse que o processo começa na administração municipal e que a Lei de Terras prevê as dimensões que um administrador, governador ou o Titular do Poder Executivo deve ceder. "Os problemas, em relação aos terrenos, acontecem por desconhecimento da Lei. Muitos actos administrativos têm sido transgredidos e, no entanto, por falta de um cadastro único de terras e pelo uso de vários modelos de diplomas, existem as falsificações, esclareceu o director Nacional de Gestão Fundiária do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, Manuel de Carvalho.

Sobre a atribuição de terras, Manuel de Carvalho foi preciso: "A Lei é bem clara. As administrações municipais podem ceder até mil metros quadrados, sobre um plano de urbanização. O governador até cinco mil metros quadrados. Acima de cinco hectares, quem tem a competência é a ministra do Ordenamento do Território e Habitação". Questionado sobre a quantidade de terreno existente para a construção de habitações, Manuel de Carvalho disse que está a ser feito um levantamento. O Ministério está a trabalhar com todos os governos

provinciais, no sentido de se uniformizarem os diplomas à serem emitidos e os procedimentos administrativos para a concessão de terrenos.

'Estamos a trabalhar no sentido de se ter um cadastro único de terras, onde todos os intervenientes tenham acesso, de forma a não existir oposições' disse. Acrescentou que Luanda é a província que mais casos de burla, litígio por ocupação de terras ou terrenos.

Embora o litígio de terras se faça sentir com maior incidência em Viana, os municípios de Cacucaco, Belas e de Talatona não estão à margem do problema. As recentes demolições de residências, na Zona Verde, Distrito Urbano do Benfica, município de Belas, por decisão do administrador municipal, Mateus da Costa "Godó", reacendeu uma onda de indignação dos mais variados sectores da sociedade. Contudo, o gestor garantiu que as demolições vão prosseguir. Em declarações a uma cadeia televisiva o sociólogo João Paulo Ganga considerou desumana a atitude das entidades do Estado que agem neste sentido, uma vez que, justificou, a demolição de uma residência tem como consequência primária a desestruturação familiar. "Existem outras formas de lidar com o problema e a demolição em nenhum momento pode ser solução. Pelo contrário, pode até criar instabilidade social e distanciamento entre os cidadãos e as estruturas do poder.

7.7 Chefe de Estado criou comissão interministerial

Jornal de Angola
16 De Maio de 2018

O Presidente da República, João Lourenço, criou através de um despacho, a Comissão Interministerial Encarregue da Revisão do Regime Jurídico das Expropriações, que vai definir o conjunto de regras e procedimentos a serem seguidas pela Administração, em matéria de expropriação por utilidade pública.

De acordo com uma nota da Casa Civil do Presidente da República, pretende-se com a criação da referida comissão conferir um regime jurídico mais actualizado ao instituto de expropriação, para que no âmbito dos programas especiais de reconversão e requalificação urbana em alguns pontos do país, o procedimento expropriativo seja adequado à realidade socioeconómica actual.

O Chefe de Estado indicou para coordenar a Comissão, responsável pela Revisão do Regime Jurídico das Expropriações, o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso. Integram a comissão a ministra

do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação - que é a coordenadora-adjunta - , Ana Paula de Carvalho, os ministros da Administração do Território e Reforma do Estado, Justiça e dos Direitos Humanos, Construção e Obras Públicas, Adão de Almeida, Francisco Queiroz e Manuel Tavares de Almeida, respectivamente.

Os secretários do Presidente da República para os Assuntos Regionais e Locais, Flávio Saraiva, e para os Assuntos Judiciais e Jurídicos, Itiandro Simões.

A Comissão tem 120 dias para desenvolver o trabalho que está atribuído, ao que se segue a entrega e aprovação do relatório final da missão.

7.8 Criada Comissão Interministerial para rever Lei das Expropriações

Jornal Economia
18 De Maio de 2018

O Presidente da República, João Lourenço, criou, por despacho, a Comissão Interministerial Encarregue da Revisão do Regime Jurídico das Expropriações, que deverá definir o conjunto de regras procedimentais a serem seguidas pela Administração em matéria de expropriação por utilidade pública.

A informação consta de uma nota de imprensa da Casa Civil do Presidente da República.

Segundo o documento, com a criação da referida Comissão, pretende-se conferir um regime jurídico mais actualizado ao instituto da expropriação para que, no âmbito dos programas especiais de reconversão e requalificação urbana em alguns pontos do país, o procedimento expropriativo seja adequado à actual realidade socioeconómica.

O Chefe de Estado indicou para coordenar a Comissão responsável pela Revisão do Regime Jurídico das Expropriações o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, sendo seus membros a ministra do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação, que é a coordenadora adjunta.

São igualmente membros da Comissão os ministros da Administração do Território e Reforma do Estado, da Justiça e dos Direitos Humanos, da Construção e Obras Públicas e os secretários do Presidente da República para os Assuntos Regionais e Locais e para os Assuntos Judiciais e jurídicos.

7.9 Zenu apoderou-se do terreno da maternidade em proveito próprio

Jornal 24 HORAS

18 De Maio de 2018

Texto: Márcia Elizabeth

Acosado pela justiça britânica e com processo judicial à perna em Angola, o antigo PCA do Fundo Soberano acaba de somar mais um desaire: a Teixeira Duarte paralisou a construção de um prédio de vários andares que Zenú dos Santos estava a erguer no espaço que antes pertencia à Maternidade Lucrecia Paim (MLP), em Luanda.

A construtora portuguesa que estava a executar o mega projecto no quintalão do Banco Quantum, nos arredores da Maternidade Lucrecia Paim, suspendeu as suas actividades retirando do local todo o equipamento e pessoal da construção civil.

Uma fonte bem informada revelou que foram afixadas inscrições no muro que veda as instalações do empreendimento a indicar que as obras terão sido embargadas. Esta situação ocorre poucas semanas depois da constituição de Zenú dos Santos como arguido da PGR num processo de desvio de centenas de milhões de dólares dos cofres do Estado angolano.

Não foi possível apurar se a paralisação da obra resulta de alguma decisão judicial ou administrativa ou da falta de pagamentos por parte do filho do ex-Presidente da República José Eduardo dos Santos. Em alguns meios suspeita-se que a empreitada, embora privada, estivesse a ser financiada pelo Fundo Soberano.

Recorde-se que o terreno ocupado pelo Banco Quantum, afecto a Zenú dos Santos, era propriedade do Ministério da Saúde até ser alienado sem concurso público. Antes da construção do referido banco, existia no espaço o Dispensário Anti-Tuberculose, assim como uma oficina, cuja exploração estava confiada a uma entidade privada, em regime de arrendamento. Diz-se, à boca pequena, que o arrendatário terá recebido 4 milhões de USD do Estado, em jeito de indemnização, para largar o terreno.

De acordo com fontes familiarizadas com o assunto, Zenú dos Santos terá comprado ou recebido o

terreno que era tutelado pelo Ministério da Saúde, através de influências junto do então titular do pelouro da Saúde, Martinho Sanches Epalanga. A consolidação da entrega do mesmo terreno a Zenú foi efectuada por outros dirigentes da Saúde, após a exoneração de Martinho Epalanga.

É dado adquirido que a cedência do terreno a Zenú dos Santos prejudicou a expansão da Maternidade Lucrecia Paim em termos de funcionalidade, visto que no mesmo espaço se projectava a construção de áreas para o benefício dessa unidade de saúde.

A transação do espaço suscitou há uns anos um clima de raivas surdas, uma vez que os interesses públicos tinham sido preteridos a favor de interesses privados de um empresário do círculo familiar do ex-Chefe de Estado.

7.10 Encerra hoje o processo de retirada dos moradores

Jornal De Angola

20 De Maio de 2018

Texto: Rodrigues Cambala

Cerca de cem famílias, de um total de 205, que residiam no prédio número um, conhecido por Treme- Treme, na rua Rainha Njinga, na Baixa de Luanda, já foram realojadas, nos dois primeiros dias no Quilómetro 44, no município de Icolo e Bengo.

Para hoje está programada a transferência das 55 famílias para a centralidade do Cazenga. Os restantes vão para o Quilómetro 44, urbanização localizada junto ao futuro Aeroporto Internacional de Luanda.

Observa -se, desde sexta-feira, uma resistência de alguns moradores, que se recusam a ir ao Km 44, por colocarem em causa os critérios de selecção utilizados pelo Ministério do Ordenamento do Território e Habitação. As referidas famílias permanecem no edifício degradado, por falta de consenso. Os moradores descontentes apresentam como pretexto a distância que separa a centralidade do KM 44 ao centro da cidade, zona onde trabalham e os filhos estudam. "Gostaríamos que o processo fosse transparente, porque foi viciado e com critérios pouco daros", apontou um morador.

Não obstante a resistência, o director nacional da Habitação' Adriano Silva, assegurou ao Jornal de Angola que, hoje, domingo, é o último dia para todos os moradores deixarem o edifício. "Vamos encerrar o edifício e todos estão informados que devem abandonar o prédio", acentuou, para referir que o

edifício Treme- Treme deve ser encerrado para garantir segurança.

Adriano Silva explicou que os moradores indicados para a centralidade do Cazenga são aqueles que tinham os apartamentos adquiridos e com arrendamento pago.

A advogada dos moradores, que negam morar no Quilometro 44, escreveu à ministra do Ordenamento do Território e Habitação para que os seus constituintes sejam alojados no Cazenga e não no Km44.

"Não estamos a pedir que eles não saiam. Aliás, eles querem sair. Pedimos uma conciliação no sentido de irem para zonas mais próximas do local de trabalho e de escolas, até porque, no primeiro acordo, havia a informação de irem todos para o Zango 8000, Cazenga ou Pilra o Zango Zero" , disse a advogada Ana Paulo.

Quanto a isso, o director nacional da Habitação disse que, até ao momento, não existe nenhuma medida cautelar para impedir que sejam retirados do prédio na data programada pelo Governo.

"Se tivéssemos algum documento dos órgãos de justiça, os moradores deviam continuar até a solução da divergência", disse Adriano Silva. Adriano Silva informou que, a partir de segunda feira, o espaço que circunscreve o edifício vai ser vedado para impedir à entrada de pessoas.

Entretanto, o edifício pertenceu a Siccil e era habitado há mais de 40 anos. Os técnicos da Habitação avisam que o Treme-Treme corre risco de desabar por estar com fissuras e com alto teor de humidade.

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação garante que a zona do Quilómetro 44 tem escolas e posto de saúde, estando a situação das transferências dos alunos do ensino primário ao médio assegurada.

As casas das duas centralidades são de tipologia T3 e os moradores recebem a custo zero. Em breve, segundo Adriano Silva, a zona vai ter a circulação de autocarros públicos, apesar de existir já uma estação de comboio.

7.11 Ex-moradores do Golfe já vivem com dignidade

Jornal de Angola

21 De Maio de 2018

Texto: Kílssia Ferreira

Mais de 200 famílias retiradas em 2005 da zona onde havia um aterro sanitário, no Golfe II, no município do Kilamba Kiaxi, receberam moradias do tipo T3, construídas no Zango 4, município de Viana, informou a presidente da Associação de Profissionais e Amigos do Combate à Pobreza (APACP).

Bebiana de Almeida disse ao Jornal de Angola que os beneficiários fazem parte de um grupo de 500 famílias retiradas gradualmente daquela zona, também conhecida como a "Grande Lixeira", uma referência ao aterro sanitário que lá existia desde o período colonial.

A presidente da APACP explicou que, de momento, não há mais moradias para serem distribuídas, encontrando-se a associação a aguardar por "mais apoios para a construção de novas residências" para as famílias que ainda vivem no antigo aterro sanitário.

Fábrica de vassouras

Gualter Rodrigues, um dos responsáveis de uma fábrica artesanal de produção de vassouras, denominada Vassoforça, criada na comunidade do Zango 4, lamenta estar impossibilitado de admitir mais trabalhadores, uma decisão que vai ser levantada quando os lucros forem significativos.

A fábrica utiliza garrafas de plástico para serem transformadas em fios com que são produzidas as vassouras. O trabalho é feito manualmente, pelo que exige um grande esforço humano, declarou o empreendedor. "Com os encargos financeiros que temos, que são o pagamento dos salários aos trabalhadores e a compra de matéria-prima e alimentação para o pessoal, a fábrica não apresenta, no final de cada mês, grandes lucros", disse Gualter Rodrigues.

A Vassoforça produz mais de 400 vassouras por dia. Gualter Rodrigues disse acreditar que, se a fábrica funcionar com máquinas modernas, a produção vai ser aumentada para até mil vassouras por dia.

Gualter Rodrigues disse estar também a reduzir ultimamente a quantidade de garrafas de plástico que chega à fábrica de vassouras.

O responsável defendeu que o Governo Provincial de Luanda deve realizar em todos os bairros uma vasta campanha ambiental de recolha de garrafas de plástico, por serem reutilizáveis. As vassouras para limpeza de rua custam 2.000 kwanzas e as de uso doméstico 1.000 kwanzas. Antes da subida do preço da matéria-prima utilizada na produção de vassouras, estes equipamentos de limpeza custavam menos de 50 por cento do valor praticado actualmente.

7.12 Burocracia na concessão de terras afecta o desenvolvimento da Jamba

Jornal O País

24 De Maio de 2018

Texto: João Catombela

O excesso de burocracia, que se verifica no processo de concessão de títulos de exploração de terras aráveis está a condicionar o progresso sócio-económico do município da Jamba.

São dezenas de empresários que pretendem investir no sector agro-pecuário do município da Jamba, a 315 quilómetros a Leste da província da Huíla, no que entanto vêm-se condicionados pela morosidade na entrega dos títulos de exploração por parte do Ministério da Agricultura e Florestas.

O administrador municipal da Jamba, Miguel Kassela, afirmou que já foram distribuídos aos empresários do sector privado' cerca de 21 mil hectares de terra destinados à actividade agro-pecuária.

Por outro lado, nenhuma empresa que recebeu os respectivos hectares de terra deu um passo único. Segundo o administrador municipal, esta morosidade constitui um dos entraves à execução do seu mandato em frente dos destinos da municipalidade.

"Estamos a ter muitos pedidos de empresários, tanto de cooperativas e de empresários a título individual, que querem investir no município. Neste momento, temos 20 mil hectares que uma empresa propõe explorar para desenvolver a agro-pecuária, temos ainda mil hectares já entregues a um outro empresário que se propôs produzir milho e arroz. Estas empresas já têm o processo inteiro a tramitar em Luanda, mas há muita morosidade na concessão dos títulos, quase todas as empresas têm concessionados aos títulos" revelou.

Segundo Miguel Kassela, a demora na tramitação deste processo tem criado vários constrangimentos aos empresários que apelam por uma intervenção da Administração Municipal.

O administrador municipal, explicou que com a morosidade actual, o seu município é o único que sai a perder, pelo facto de ver muitos dos seus projectos adiados.

"O município sai a perder, porque os projectos traçados para o seu desenvolvimento são adiados, se estes empresários comessem já a produzir, teriam sido criados muitos postos de trabalho, bem como um novo ritmo no seu desenvolvimento económico.

Por outro lado, o responsável convida todos os empresários, sobretudo os que operam no sector turístico, a visitarem mais a localidade para que identifiquem as suas potencialidades turísticas que bem exploradas podem contribuir para a balança económica do país.

Um dos desafios do executivo, segundo Miguel Kassela, prende-se com a reactivação da mina de ferro, bem como o arranque na exploração do ouro na comuna da Kassinga, cuja prospecção já demonstrou bons indicadores para a sua actividade.

"A maior batalha do executivo é retomar a exploração de ferro que há tempos idos marcaram esta municipalidade. Esperamos também que o processo de exploração de ouro arranque de imediato, já que a prospecção feita indica que existem jazigos com grandes quantidades neste município, particularmente na comuna da Kassinga", disse.

7.13 Kamgamba não admite que se maltrate o povo

Jornal 24 Horas

24 De Maio de 2018

Texto: Licínio Adriano

O Presidente da República, João Lourenço, está a ser acusado pelos cidadãos angolanos de estar a fechar os olhos ao sofrimento do povo, numa atitude contrária a que prometeu durante as eleições de Agosto de 2017. Os cidadãos dizem que o Presidente está mais preocupado em "fazer banga", do que resolver realmente os problemas do povo; ao nomear e manter, indivíduos desonestos, sem carácter, impopulares e antipatriotas para cargos de governadores e administradores, entre outras funções.

O grito é proveniente de cidadãos que estão a ser espoliados e maltratados por governantes, sobretudo no que diz respeito à usurpação de terrenos e demolição de residências. Este assunto, que já fez correr muita água por debaixo da ponte no regime anterior liderado por José Eduardo dos Santos, nos

últimos dias tomou proporções inéditas e assustadoras. De todos os lados do país chegam denúncias, com destaque para a província de Luanda, de dirigentes de toda a ordem, que assaltam os populares, ameaçam, espancam e muitos são levados para parte incerta para nunca mais aparecerem, tudo a coberto de estarem a violar "pseudas leis" ou "orientações superiores" que proibem a ocupação de terrenos ou a construção de residências.

O que é aviltante em tudo isso, tal como tivera dito certa vez Bento Bento, nas vestes de Governador da província de Luanda enquanto efectuava uma visita de campo às "reservas fundiárias do Estado" no Km 30, ao então administrador de Viana, Zeca Moreno, «os principais ratos nas vendas ilegais de terrenos e autorizações de construção são os próprios funcionários das administrações, com destaque para os fiscais».

O ex-Governador Bento Bento deu este "puxão de orelhas" a Zeca Moreno, publicamente, ao constatar que todas as "reservas fundiárias do Estado" naquela localidade, apesar das tabuletas e anúncios diversos, proibindo a ocupação de terrenos e construção, estavam todas repartidas, ocupadas, com construções a "todo o vapor" e um número considerável de pessoas a viverem já no local.

Falando com os populares já residentes e outros a construir, Bento Bento constatou, através do que disseram as pessoas e dos documentos que cada um possuía, que todos tinham comprado os terrenos aos funcionários e fiscais da Administração municipal de Viana, por preços diversos, consoante também a dimensão de cada espaço e tudo devidamente "legalizado", ou seja, todos tinham documentos administrativos que confirmavam a titularidade do espaço e autorização de construção. O ex-administrador Zeca Moreno, ante as evidências e acusações das pessoas ficou queado e mudo.

Vandalismo puro

Vem isto a propósito do que está a acontecer pelo país afora, principalmente em determinados municípios de Luanda como Viana, Cacuaco, Icolo e Bengo, Belas, entre outros. Se daquela vez Bento Bento apontou o dedo ao pessoal administrativo apenas, actualmente, os prevaricadores são indivíduos de altas patentes das Forças Armadas, da Polícia, da Investigação Criminal e órgãos judiciais, assim como, dirigentes governamentais e do partido no poder, mancomunados com empresários nacionais e estrangeiros.

O novo administrador de Viana, André Soma, depois de um longo cosulado no sector da Educação da

província de Luanda, ainda e vamos esperar para ver se vai fazer diferente dos seus antecessores. Não se pode admitir que cidadãos que já vivem há três, cinco e mais anos em determinado local, que foram construindo as suas casas, depois desse tempo todo, é que a administração se dá conta que ocuparam "reservas do Estado", que estão ilegais, etc, etc, etc.

Afinal o que fazem as administrações, os fiscais e todos os outros candongueiros administrativos, incluindo a Polícia e afins? Afirmar que as pessoas constroem as casas durante a noite, a pontos de erguer casas familiares e até minipredios, é brincadeira de muito mau gosto, nem um louco aceitaria tal coisa.

Se a zona é proibida para a construção particular, se é reserva do Estado, deve ser vigiada e mal alguém toque nela deve imediatamente arcar com as consequências. Então deixar ocupar, deixar construir, a pontos de se erguer bairros completos, para depois destruir com a desculpa de ser tudo ilegal, é no mínimo bandidismo. O caso torna-se mais grave porque são angolanos a maltratar os seus compatriotas, para servir interesses obscuros e até de estrangeiros.

Talvez a acção do Sr. Soma tenha a ver com "orientações superiores", ou até é apenas para não ficar, em malandragem, atrás dos outros. Os órgãos de comunicação social têm tornado público todos estes problemas e até as aberrações, incongruências e prepotência desses governantes, mas as autoridades superiores do Estado, o próprio Presidente da República, que tanto prometeu quando precisou do voto, agora mandam à fava os cidadãos.

Quando são ameaçados, principalmente por altas patentes das Forças Armadas, da Polícia, ou por dirigentes acompanhados por guardas armados, que geralmente agem na calada da noite, os cidadãos, amedrontados, recorrem à administração local, municipal e ao Governo Provincial de Luanda, mas de nada lhes tem valido. Há locais, em Luanda, que os cidadãos já vivem lá há mais de 30, 40 anos, eram terras de seus familiares camponeses de onde tiravam o seu sustento e o das suas famílias.

Com a implementação do projecto Zango, que numa primeira fase serviu para albergar populações que viviam em condições de risco em vários pontos de Luanda, como a Boavista, muitos desses camponeses ficaram sem as suas terras. Alguns, em contrapartida, receberam casas e outros, ficaram eternamente a viver em tendas que, depois de apodrecidas, deram lugar à casebres de lata.

Com o passar do tempo, porque era insuportável continuar a viver-se naquela situação miserável, já que as promessas nunca foram cumpridas para favorecer interesses escusos dos dirigentes que se encontram à frente do projecto, entre outros, foi cedido espaços legalizados pela administração e, cada morador, foi construindo a sua casa consoante as suas possibilidades. Alguns anos depois, começaram a surgir alegações de que aqueles terrenos foram ocupados ilegalmente por ser "reserva fundiária do Estado". De seguida, os terrenos já pertenciam ao perímetro do novo aeroporto de Luanda, em Bom Jesus.

Assim sendo, sem pré-aviso ou qualquer concertação com os moradores, na calada da madrugada, as pessoas ainda dormindo, são surpreendidas por máquinas demolidoras devidamente escoltadas por elementos da Polícia e das Forças Armadas, fortemente armados, como se estivessem a tomar de assalto um quartel inimigo belicamente defendido. Em minutos, o que eram habitações, passam a ser escombros, entre os gritos de aflição, choros e consternação dos proprietários. As acções levadas a cabo em Viana, naquelas áreas dos Zangos, tiveram o seu auge em 2016 e, depois de ale gadas mortes de bebés em condições trágicas nos escombros das residências demolidas, ocorreu também a morte do Rufino, quando o adolescente de 14 anos foi baleado pelos militares, que temiam a revolta da população que assistia as suas casas a serem demolidas sem dó nem piedade.

Esta situação, que fez correr rios de tinta a nível nacional e internacional desvendando o verdadeiro carácter dos governantes angolanos que atentam contra a vida do seu próprio povo ainda não teve desfecho, pois espera-se pelo pronunciamento dos tribunais.

Depois das eleições gerais de Agosto de 2017, com as promessas feitas pelo candidato do MPLA de "melhorar o que está bem e corrigir o que está mal eis que pacatas gentes estão novamente na mira do "Kamartelo demolidor E assassino", a mando de quem se julga dono de tudo e de todos neste país. Nas eleições passadas, o MPLA perdeu muitos votos em relação aos pleitos anteriores. É bem verdade que, por causa de dirigentes seus e governantes ganaciosos e mal intencionados, autênticos lesa-Pátria, a confiança do povo no partido no poder continua a baixar.

Não se está a ver, um cidadão que tudo tem dado em prol do país e do partido que o governa, a ver a sua casa demolida sem razões palpáveis, a sua família ferida e morta, e continuar a nutrir simpatia pelo seu algoz e, ainda por cima, a votar nele.

O Presidente da República, João Manuel Lourenço, deve tomar medidas drásticas imediatas contra esses "abutres governantes" que, com as suas acções macabras, estão a manchar todo um processo e tanta sujeira junta poderá ser muito difícil de limpar.

Trajectória das demolições

A história das demolições e usurpação de terrenos das populações já data de muitos anos. Primeiro foram as lavras e pequenos aglomerados habitacionais como aldeias. Desde logo, os cidadãos condenaram os actos ilegais praticados pelos governantes angolanos contra os camponeses que consideraram violação à letra da Constituição da República, assim como uma violação aos direitos humanos.

Na altura, os camponeses foram unânimes nas suas declarações e apelaram para a reposição da legalidade das suas terras. A sociedade em geral, também manifestou o seu profundo descontentamento e inconformismo político, pelo facto dos governantes angolanos persistirem no abuso desmedido dos saques e extorsão das terras dos camponeses para satisfazerem os seus interesses pessoais e familiares em detrimento dos angolanos.

Os cidadãos afirmam não ser justo um pequeno grupo de governantes usarem o poder para sacrificar a vida de milhares, de pessoas, sobretudo deslocados de guerra, antigos combatentes, veteranos da pátria, viúvas e órfãos de guerra, que sobrevivem do fruto que o solo-pátria lhes oferece para o sustento das suas famílias.

Os governantes angolanos continuam a cometer abusos e desrespeito à Constituição da República, assim como violam os direitos humanos de forma cruel e desumana.

Por causa do abuso do poder e da autoridade, arrogância e ambição desmedida dos governantes, pessoas continuam a pagar com as suas próprias vidas em defesa das suas terras e dos seus lares.

Segundo o artigo 14º da Constituição Angolana, "o Estado respeita e protege a propriedade privada das pessoas singulares ou colectivas e a livre iniciativa económica e empresarial exercida nos termos da Constituição e da lei".

E assegura o reconhecimento das comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei, princípio plasmado no artigo 15º, ponto 2, da Constituição da República.

É uma autêntica violação dos direitos humanos o episódio criminoso que os angolanos e a comunidade

internacional assistem em Angola. É preciso repor a legalidade a favor dos que mais sofrem e nada têm.

Depois de eleito, a usufruir todas benefices de Presidente da República, deputado, ministro ou outro dirigente, o povo já não serve, acaba por ser considerado como lixo.

O benfeitor

Os cidadãos sofredores e as vítimas das demolições e usurpação de terrenos, chegando à conclusão de que não adianta recorrer a administradores, governadores, ministros ou deputados para lançar o seu apelo para que sejam ajudados e se respeite os seus direitos, pretendem falar com o próprio Presidente da República, João Lourenço, para que os escute e ajude.

Contudo, também têm encontrado uma série de entraves, sobretudo nos órgãos do partido, MPLA, para que os seus pedidos de socorro chegue ao mais alto mandatário do país.

A este propósito, os cidadãos recorreram ao político e empresário Bento dos Santos Kangamba para que fosse seu porta-voz junto das mais altas instâncias do Governo, assim como de Sua Excia o Sr Presidente da República. Bento Kangamba, para além de reconhecido activista e mobilizador de massas, é considerado um homem das massas, ou seja, do povo. Pelos seus apoios filantrópicos e carinho pelos mais desfavorecidos, tem merecido a confiança das diversas populações em todo o país.

Assim sendo, diante do dilema apresentado por este grupo de cidadãos, Bento Kangamba comprometeu-se em levar as preocupações ouvidas e constatadas às mais altas instâncias do partido e do Governo, incluindo ao Chefe de Estado, para que se ponha termo a este vandalismo e abuso dos cidadãos, seja lá quem for.

Os populares aplaudiram o activista do povo, como também é conhecido e têm confiança na sua intervenção junto das instituições citadas. No término do encontro, Bento Kangamba falou a este jornal e em tom apreensivo e chocado disse: "farei tudo o que estiver ao meu alcance para ajudar o povo; não apenas estes cidadãos que pediram a minha ajuda, mas todo o povo de Angola que sofre".

“Não se pode admitir que seja quem for, use e abuse o poder que detem para humilhar e maltratar o povo; não foi para isso que lutamos, que sofremos e que defendemos incondicionalmente a integridade territorial da nossa Pátria".

Continuando, Kangamba referiu que vai apelar aos membros superiores do partido, do governo, aos

altos oficiais das Forças Armadas, da Polícia e a todos os demais dirigentes para que cessem com tais práticas que em nada engrandecem o MPLA.

"Temos que passar uma imagem boa, de angolanidade, de democracia, amor ao próximo, ao nosso próprio concidadão e mostrar que os dirigentes do MPLA estão unidos. Mas dirigentes sem povo não são nada. Temos que estar unidos aos nossos militantes, ao nosso povo, para sermos grandes e continuar a somar vitórias", realçou. Kangamba garantiu que tudo fará para o bem-estar das populações e alerta todos os prevaricadores, sejam eles quem forem, para acabar imediatamente com os abusos, a robalheira e os maus tratos contra o povo. "Isso não admito", disparou.

Recentemente, o político e empresário apelou à classe empresarial no sentido de adoptar políticas de apoio social e beneficência, com objectivo de reforçar o espírito de solidariedade que sempre caracterizou o povo angolano. Bento Kangamba reconheceu que existe pouca colaboração dos empresários nacionais quanto à acções de beneficência, acrescentando que "se torna um dever estendermos as mãos aos nossos irmãos que estão carentes".

Pediu à sociedade para estar mais unida nos momentos de calamidade e apoiar o esforço do Executivo em acudir as populações que estão a sofrer em consequência de sevícias várias. Igualmente secretário do Comité Provincial do MPLA para Organização Urbana e Periférica, Bento Kangamba tem desencadeado acções de apoio financeiro para vendedoras, engraxadores, taxistas e distribui alimentos, vestuários, material agrícola e de construção civil para as famílias desfavorecidas, lares de infância e de terceira idade.

O membro do Comité Central do MPLA e empresário Bento Kangamba, é de opinião que o Código Penal vigente em Angola deve ser promovido no sentido de sensibilizar a população a ter uma educação jurídica.

Segundo o político, em relação a constituição de arguidos pela Procuradoria-Geral da República (PGR), de figuras das Forças Armadas Angolanas (FAA) e de cargos públicos por suposto envolvimento em crimes, Bento Kangamba adiantou que o Código Penal deve ser bem interpretado.

Sendo ele também general, é de opinião que, a educação jurídica deve estar assente na observância e respeito da Constituição da República e demais leis em vigor no país.

Bento Kangamba aconselha os órgãos da administração da justiça, administrações municipais e líderes comunitários a promoverem a educação para uma convivência pacífica e harmoniosa entre os cidadãos.

Para Bento Kangamba, a sucessão do Presidente José Eduardo do Santos está ser bem feita: "Já começou, no Governo da República, e agora vamos esperar que se faça também no partido. Já há uma indicação de alguém que está a liderar o país e resta agora esperar para ele, João Lourenço, ficar também como presidente do MPLA".

7.14 Administração violou medidas administrativas

25 De Maio de 2018

Jornal Visão

Texto: Domingos Vasco

O caso foi montado no recuado ano de 1998, quando o cidadão Rodrigues Kambuta Kassanje solicitou uma extensão de terra de 216 metros de comprimento de 115 de largura, numa área afecta ao que hoje é chamado município de Belas, para a prática da agricultura.

Kassanje cumpriu todas as formalidades para concessão do referido espaço que foi cedido sob processo n.º 37/07/1998 da Administração local. Todavia, à medida que a cidade capital foi crescendo, a cobiça pelo terreno ganhou corpo. Ainda assim, o proprietário foi retaliando o espaço, mas mantendo sempre a titularidade, não tendo havido outra pessoa que não fosse Rodrigues Kambuta Kassanje a assumir a titularidade, nos últimos 20 anos.

Contudo, de um tempo a esta parte, começaram a aparecer no local efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), da Polícia Nacional (PN) e indivíduos não identificados que fotografavam as residências. E no mês de Abril, mais precisamente no dia 27, o serviço de fiscalização do município de Belas foi a entidade responsável pelas demolições que deixaram 40 famílias ao relento.

Os proprietários das casas não abandonaram o local, apesar dos estragos, e estão a ser alvo de constantes ameaças. Em causa está a disputa de um terreno de quase dois hectares entre os moradores e uma cidadã não identificada. Segundo as vítimas, a instituição que orientou as demolições não notificou nenhum dos residentes. No dia 19 de Maio, um grupo de advogados constituído por algumas das vítimas das demolições denunciou em conferência de imprensa a presença de homens armados no espaço em litígio.

Segundo o advogado Bruce Manzambi Filipe, as autoridades têm de explicar este caso, porque existem documentos datados de 1998,2003,2007 e 2017.

"Estamos diante uma situação em que nos questionamos: onde esteve a administração na altura em que estas famílias começaram a construir as suas casas': questionou, alegando que o que está em causa "é o interesse de uma pessoa contra o interesse de 40 famílias':

As palavras do Administrador municipal de Belas, António Godó, segundo as quais as casas foram construídas de forma ilegal e que muitas deram construções foram feitas durante a "noite", não agradar o corpo de advogados, que garantiram que a edificação das habitações foi autorizada. "Até a pessoa mais ignorante te conhecimento de que as nossas fiscalizações têm enriquecido ilicitamente à custa da população. Eles cobram dinheiro e os administradores estão ao corrente disso': insurgiu-se o advogado, lamentando nunca ter visto um "fiscal sancionado por ato de corrupção: Manzambi acrescentou que hoje, as administrações acabaram por perder "um pouco' a noção dos diplomas legais que regulam o funcionamento e que estabelecem as limitações das mesmas.

"Actos de demolições requerem um procedimento próprio; estes senhores nunca foram notificados da abertura de um processo interno, nunca foram notificados da existência de qualquer decisão por parte da administração, sobre o desfecho de um processo de litígio e viram-se de dia para noite intimidados por militares e policias, de dia e de noite para convidar os moradores a abandonarem a área porque era propriedade de uma outra pessoa estranha" referiu. Para ele, até se pode levantar a hipótese de que a aludida pessoa tem a titularidade sobre a área em questão. "Nós devemos parar e ver, se esta área inabitada ou habitada. Se sim, tem que se fazer um levantamento de quantas famílias habitam na área.

7.15 Declarações revelam «favorecimento» na aquisição do terreno da acusação de ex-PG

Novo Jornal

25 De Maio de 2018

Advogados de jornalistas em julgamento por crimes de injúrias acreditam que com os depoimentos de João Maria de Sousa os acusados serão absolvidos.

O ex-procurador geral da República João Maria de Sousa revelou, durante a audição em tribunal, não ter

efectuado nenhum pagamento no processo de aquisição de um terreno de três hectares no município do Porto Amboim, na província do Kwanza-Sul, mas reiterou que, "mesmo com as falhas que se verificam, ninguém tem o direito de o tratar de corrupto".

João Maria de Sousa foi ouvido na segunda-feira, 21, à porta fechada no Tribunal provincial de Luanda na condição de queixoso, num processo em que estão a ser julgados os jornalistas Rafael Marques e Mariano Brás.

Neste processo, os dois jornalistas são acusados pelo ex-procurador de crimes de injúria e ultraje a um órgão de soberania. Salvador Freire, advogado de defesa do director do jornal O Crime, Mariano Brás, descreveu ao Novo Jornal os meandros das declarações de João Maria de Sousa, considerando que o processo de concessão de terras para o magistrado agora jubilado não cumpriu os requisitos necessários exigidos a qualquer cidadão.

O advogado disse que os depoimentos de João Maria de Sousa provaram que houve "favorecimentos", "O ex-procurador geral da República declarou que não fez qualquer tipo de pagamento desse processo. E ele, nessa altura, já tem o título da concessão do espaço. Não compreendemos porque é que ele não pagou, mas a verdade é que, para qualquer processo do género, teria de pagar alguns emolumentos relacionados com o processo", revelou o advogado, frisando que "conseguimos perceber que houve favorecimento no processo. Há peças que dele não constam que beneficiaram o ex-procurador-geral da República".

Ainda de acordo com Salvador Freire, mesmo sem pagar qualquer emolumento, o ex-PGR conseguiu toda a documentação para a legalização do terreno em apenas um mês, processo que, cumprindo os trâmites legais, lhe levaria cerca de dois anos até à sua conclusão, tal como referiu no mês passado o ex-administrador do Porto Amboim, ouvido em Abril como declarante no mesmo caso.

Segundo declarações do próprio queixoso, o magistrado não se deu ao trabalho de se deslocar até ao município do Porto Amboim para rubricar os documentos que lhe garantem a titularidade do terreno. Freire disse que João Maria de Sousa confirmou em tribunal que assinou os documentos no seu gabinete em Luanda.

"Os documentos foram assinados no seu gabinete. Mas não sabemos se foi na qualidade de procurador-geral da República ou como o cidadão João Maria de Sousa. A verdade é que o processo saiu do Kwanza-

Sul para o seu gabinete, em Luanda, para ser assinado. E ele rubricou-o num dia em que esteve de serviço na Procuradoria-Geral da República, 25 de Maio de 2011", contou Salvador Freire.

O advogado de defesa de Mariano Brás reiterou, por outro lado, que, "na qualidade de Procurador-Geral, devia ter mais cuidado na análise do próprio processo porque constava o seu próprio nome".

Ao sair da sala de audiências onde foi ouvido durante cinco horas, João Maria de Sousa disse que foi fundamentar a sua acusação porque se sentiu injuriado pelos jornalistas que ele mesmo processou criminalmente. "Não tenho o direito de fazer a compra de um terreno? Acha que isso motiva alguém a tratar-me de corrupto? O tribunal é que decide", disse à imprensa, enquanto caminhava.

O antigo procurador-geral da República espera, entretanto, que o Tribunal tome uma posição justa. A defesa dos jornalistas continua a acreditar na absolvição dos profissionais. "Não tenho dúvidas de que ao tribunal caberá absolver Rafael Marques", vaticina o advogado Horácio Junjuvili.

7.16 Vítimas do «camartelo demolidor» queixam-se de perseguições

Novo Jornal

25 De Maio de 2018

Moradores denunciam que, além das demolições levadas a cabo por agentes da fiscalização, estão a ser alvos de perseguições e ameaças de morte.

Sete das 40 famílias que no passado dia 27 de Abril viram as suas residências demolidas na Zona Verde do Benfica, em Luanda, denunciam que estão a ser perseguidas por indivíduos supostamente contratados pela cidadã que diz ser titular do terreno onde foram erguidas as casas.

A destruição de 46 casas no passado mês de Abril pelos Serviços de Fiscalização do município de Belas foi relatada pelas famílias em conferência de imprensa promovida pela BMF, Escritório de Advogados, que defende os interesses de algumas das vítimas.

"Apesar dos estragos protagonizados pelos agentes da fiscalização de Belas, não abandonámos as nossas residências. Pela nossa firmeza, estamos a ser alvo de ameaças de morte por cidadãos a mando da suposta titular do espaço", relata Adélia Jacinto, uma das vítimas.

Os moradores afirmam que possuem a titularidade do espaço, uns desde 1998, alguns desde 2003 e outros têm a posse legal do terreno desde o ano passado, não sabendo por que razões, segundo alegam, somente em 2018 aparece uma cidadã que vem reclamar a titularidade.

"No dia em que sucederam as demolições, não fomos notificados pela administração. Muitos de nós fomos obrigados a levar as nossas crianças para os nossos familiares que vivem longe daqui. Vivemos numa situação de insegurança, e ao mesmo tempo com o risco de perder para sempre as nossas casas", disse Adélia Jacinto.

Domingos Malungo, um dos moradores da zona, ainda não viu a sua casa ser demolida, mas queixa-se do facto de pessoas estranhas estarem a fazer rondas à sua residência. "Para o bem da minha família, decidi mandar as crianças e a mulher para a casa da minha sogra", confidenciou.

Em declarações à TV Zimbo, António Godó, administrador de Belas, disse que as casas foram construídas de forma ilegal, e muitas durante a noite. No entanto, Bruce Manzambi Filipe refuta as afirmações do administrador, afirmando que "as construções foram autorizadas pela administração".

7.17 Termina o drama dos moradores do prédio «Treme- Treme»

Novo Jornal

25 De Maio de 2018

A tarde de domingo, 20, ficará marcada na memória dos pouco mais de 205 ex-moradores do prédio da Siécal, vulgo «Treme-Treme», no distrito urbano da Ingombota, em Luanda, que depois de vários anos de drama foram agora transferidos para as centralidades do Cazenga e Km 44.

Alegria, sorrisos e salvas de palmas era o cenário que a reportagem do Novo Jornal constatou no local, no momento em que os moradores subiam e desciam do prédio, transportando os últimos pertences.

Alguns deles, ouvidos pelo NJ, mostravam-se satisfeitos por o Governo da Província de Luanda (GPL) ter cumprido a promessa de os retirar daquele edifício, já "cansado", com urgência.

Adélia Quileba, de 32 anos, moradorado prédio há quase 20, transferida para a urbanização do Cazenga, fez saber que apoia a decisão das autoridades, uma vez que beneficia todos os moradores que ali residiam em condições difíceis.

"O GPL tomou uma decisão correcta. O prédio já não estava em condições e as pessoas não viviam bem. As águas da chuva e dos esgotos inundavam o edifício e os moradores eram obrigados a sair de casa com algumas dificuldades", explicou a moradora, referindo entretanto que "o único problema será a deslocação para o meu local de trabalho, porque começo a ver que serei obrigada a gastar muito dinheiro no táxi".

Continuando, Adélia regozija-se pelo facto de ganhar um apartamento com três quartos, uma sala, cozinha e casa de banho. "É uma grande oportunidade para mim, já que eu vivia em condições que só Deus sabe. Hoje tenho uma casa condigna e em bom estado. Estou feliz com a minha nova residência", contou.

Já Isabel Francisco, que foi instalada na urbanização do Km 44, conta que ficou contente quando soube que seria retirada ainda este ano do edifício. "Meu irmão, há muito tempo que Sonhava com este momento. Fiquei muito feliz quando vi as minhas coisas dentro do camião", explicou a moradora de 54 anos, mas salienta que, por causa da distância, o governo "tem de colocar transportes públicos à disposição dos moradores para ajudar na deslocação de um lado para outro".

Isabel conta que o «Treme-Treme», de 17 andares, não tinha nenhum corrimão e isso implicava esforços redobrados por parte dos moradores para subir e descer do edifício, tentando evitar qualquer "desgraça".

"O edifício não tinha corrimão nem um sítio para as pessoas se apoiarem no momento de andar de um lado para o, outro. Para subir e descer, tínhamos de fazer o impossível de forma a evitar- mos qualquer tipo de desgraça", contou Maria de Lurdes Oliveira.

Segundo a moradora que residiu no edifício por mais de 20 anos, alguns conseguiram sobreviver nessas condições, mas "houve mesmo quem acabasse por morrer ao descer às escadas". Diante das dificuldades, Maria diz sentir-se aliviada por ser retirada do sofrimento em que vivia.

7.18 Ex-moradores da Ilha do Cabo “atirados” ao abandono

Jornal de Angola

28 De Maio de 2018

Texto: Arcângela Rodrigues

O sol intenso que se fazia sentir na manhã em que a equipa de reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano, chegou a conhecida “Tendas da Ilha”,

nome atribuído pela comunidade, revela o quanto é dura a vida das mais de três mil famílias que, há nove anos, foram ali reassentadas pelo Governo Provincial de Luanda (GPL).

Um das descalças, outras de chinelas, mas todas maltrapilhas, as crianças em idade escolar preenchem o dia com brincadeiras, alheias a angústia que atormenta os pais. São 11 horas. O número reduzido de escolas públicas e a condição financeira das famílias constituem os principais factores que afasta muitas crianças do sistema de ensino, explica Madalena Cagundo, que lamenta o abandono a que foram votados pelas autoridades.

“Há muita criança fora do sistema do ensino, nem todos os pais e encarregados de educação têm a possibilidade de colocar os filhos nas escolas comparticipadas que abundam por aqui”, disse a moradora.

A escassos metros dos casebres de chapas onde vivem, um grupo de senhoras lavava a roupa em bacias. Outras ainda, com filhos às costas, esperam os resultados da venda de cerveja, refrigerantes, petiscos e outros produtos expostos em bancadas espalhadas pelos cantos que dão acesso às moradias. “A venda de bebidas alcoólicas é a nossa principal fonte de sustento. As pessoas podem ficar a beber todo o dia. Parece que se esquecem da existência de vida além da bebida”, disse tia Madó, como é mais conhecida, aparentemente des preocupada com eventuais consequências do consumo excessivo de bebidas alcoólicas na comunidade.

Quando, em 2009, foram reassentados no Zango I, os antigos moradores da Ilha do Cabo receberam tendas. Porém, essas foram substituídas por casebres de chapas. O decorrer dos anos, a força da chuva e o sol que se faz sentir, em Luanda, precipitou a mudança.

“Ainda bem que vieram, precisam testemunhar o nosso sofrimento. O que acontece aqui não é normal, nunca vi”, desabafou Cataleco João, ao se aperceber da presença da equipa de reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano.

Cataleco João conta que, durante o tempo que viveram na Ilha do Cabo, havia muito medo em namorar com o marido ou esposa alheia. Para se conversar com alguém comprometido, era preciso pedir autorização no parceiro ou na parceira. Agora, vale tudo e ninguém tem medo de nada. “Como podem ver, vivemos em casebres de chapa, sem as mínimas condições de habitabilidade. Quando chegamos só haviam tendas e muito capim à volta”,

disse, Cataleco João, acrescentando que os moradores tiveram de limpar o capim.

Os casebres de chapa, segundo descreveu, não oferecem segurança. A falta de saneamento básico, água canalizada, energia eléctrica, casas de banho e cozinha coloca os moradores na condição de primitivos. Entretanto, são unânimes em apontar que, por conta das inundações, o maior calvário é vivido no tempo chuvoso.

Famílias partilham aposentos

Embora difícil de acreditar, nas “Tendas da Ilha”, famílias de origens diferentes partilham o mesmo aposento. Cataleco João explica que em situações do género a divisão é feita por uma cortina, mas, à partida, a privacidade está condicionada.

A moradora considera de bastante constrangedor o momento de satisfazer as necessidades íntimas.

“Quase sempre na hora de tomar banho duas pessoas têm de segurar um pano para se evitar olhares indiscretos. O lar e a relação de família deixou de existir”, desabafou.

Cataleco João afirmou que o diálogo já não funciona entre os vizinhos. A falta de respeito e de amor faz parte do quotidiano, e as relações amorosas assentam na troca do dinheiro e pelo prazer.

“Imagina só minha irmã, descobrir ou suspeitar que o teu marido namora com a vizinha com quem partilhas a mesma casa e, todos os dias, sair para fazer vendas e deixar os dois na mesma casa”, lamentou.

Regra geral, os moradores das “Tendas da Ilha” vivem em ambiente de confusão e de incerteza. As informações desencontradas são constantes. De um lado, estão os que se conveceram que foram abandonados pelo GPL, do outro, os que insistem que o Governo tem a obrigação de conferir um realojamento digno às famílias.

Equipamentos sociais

José Armindo é mais um que, há nove anos, veio transferido da Ilha do Cabo para o Zango I. Com o rosto triste, afirma ter perdido a esperança de ver melhorada a sua condição de vida.

“Essas não são maneiras de tratar as pessoas. Nenhum dos nossos dirigentes aceitaria viver nestas condições. É demais o que estão a fazer connosco. Já se passaram muitos anos. Será que ninguém pensa no nosso sofrimento?”, interrogou-se, acrescentando que, “psicologicamente, nenhum de nós está bem”.

Em 2009, aquando da transferência para o Zango I, lembra Maria da Conceição, também antiga moradora da Ilha do Cabo, as administrações da Ingombota e de Viana definiram em três meses o período de permanência nas tendas. Ela admite que as calemas no Sector Lelo, zona do Benfica, motivaram a transferência dos moradores da mesma área para o Zango I.

“Esses anos todos, as reclamações têm sido apresentadas junto da administração de Viana e da Comissão de Moradores. A resposta tem sido sempre a mesma, que foram entregues casas, mas nunca vimos nada”, garantiu Maria da Conceição, que pede honestidade das autoridades no processo de atribuição de residências.

A preocupação de Maria da Conceição estende-se a ausência de serviços de saúde, o que se traduz na ocorrência diária de mortes.

“A malária, doenças diarreicas agudas, infecções vaginais e da pele tem ceifado muitas vidas. Dificilmente são realizadas campanhas de vacinação e a falta de saneamento básico tem sido uma das principais causas para o aumento de doenças”, disse.

Conflito de terra

O presidente da Comissão de Moradores do Zango I, sector B, Alberto Ngonga, informou que, há três anos, o GPL concedeu uma parcela de terra para a construção de uma escola com 20 salas de aulas e um campo multiusos. Para surpresa dos moradores, segundo Alberto Ngonga, o espaço foi entregue a um grupo de empreiteiros para a construção de moradias. “Com o apoio dos moradores, apresentámos várias reclamações junto da administração, de Viana, para o embargo das obras. O nosso pedido foi aceite, mas, este ano, fomos surpreendidos com a construção de moradias no mesmo terreno”, denunciou.

O presidente da Comissão de Moradores do Zango I, sector B, Alberto Ngonga, garantiu que está a envidar diligências para impedir o avanço das obras. “Em nome da Comissão de Moradores, peço a intervenção do governador de Luanda para solucionar este problema e outros que nos afligem. Esta população precisa de mais escolas, espaços de lazer e de recreação”, salientou.

Lamentou que a falta de emprego está a “empurrar” os jovens para o mundo do álcool, Alberto Ngonga manifestou também preocupação com os casos de roubo, prostituição e tráfico de drogas.

“Este povo vive em condições dramáticas, o índice de doenças e mortes são elevados”, realçou Alberto

Ngonga, visivelmente preocupado com o aumento de seropositivos.

Princípios não acautelados

Do ponto de vista de políticas públicas foram cometidas falhas no processo de reassentamento dos moradores da ilha do Cabo e da Chicala, para o Distrito Urbano do Zango, afirmou o sociólogo, Além Panzo.

Solicitado a pronunciar-se sobre as actuais condições de vida dos referidos moradores, Além Panzo considerou que, em primeira instância, tinham de ser acautelados, entre outros aspectos a própria habitação, educação, saúde, emprego, transporte e saneamento básico.

A título de exemplo, referiu que, na sua essência, trata-se de uma população com actividade profissional específica e que, por falta de dinheiro para custar o transporte, muitos perderam o emprego. Por outro lado, a permanência de casebres de chapas, na calçada de diferentes divisões do Distrito Urbano do Zango, é vista com alguma inquietação pelo sociólogo.

“Essas pessoas foram retiradas de zonas de risco e colocadas novamente em zonas de risco, mas numa perspectiva diferente”, lamentou.

Além Panzo defende a criação de projectos de reintegração social para evitar que, sobretudo os jovens recorram ao consumo exagerado de bebidas alcoólicas, à prostituição, criminalidade e outras práticas erradas, por falta de emprego. Sublinhou que é constrangedor que haja coabitação, num mesmo espaço, de uma ou mais famílias o que leva a gerar um ambiente insustentável, onde os valores e princípios não são observados. “Os dados apontam que o índice de criminalidade tem aumentado no Zango. É necessário encontrar soluções consentâneas para que possamos ter uma sociedade equilibrada”, sugeriu Além Panzo.

7.19 Mais de duas mil famílias aguardam por realojamento em Luanda

Jornal O PAÍS

28 De Maio de 2018

Texto: Domingos Bento

Duas mil e 417 famílias que, depois de verem as suas casas demolidas e actualmente habitam em condições precárias, aguardam, há anos, que sejam realojadas em projectos habitacionais do Estado. Esta revelação

foi feita ontem, a OPAÍS, pelo coordenador da organização de defesa a habitação SOS Habitat, André Augusto.

Neste caso, destacam-se 1.113 famílias da comunidade de Merengues, no município do Cacucaco, 506 famílias da zona da Areia Branca, 604 do Km 25, em Viana, 156 da cidade pacífica em Viana e 38 famílias das Tendras da Sapú.

De acordo com o líder associativo, todas essas famílias tinham as suas vidas feitas mas, nos últimos anos, passaram a viver em tendas depois de verem as suas moradias demolidas pelas mais diversas instituições do Estado, entre elas o Governo Provincial de Luanda (GPL).

Depois de terem as suas casas demolidas, sob vários pretextos, segundo o nosso interlocutor, essas famílias receberam garantias de que, num curto espaço de tempo teriam novas residências. Mas os anos foram passando e grande parte delas continuam a viver em tendas e noutras condições desumanas, o que demonstra uma acentuada despreocupação do Estado para com o direito à habitação, um dos mais importantes direitos que deve assistir a todo o cidadão, independentemente da sua condição social.

André Augusto explicou que, até ao princípio do ano, o total de famílias que aguardavam por realojamento era de 2.669. No entanto, durante a semana passada, 252 famílias, que viviam em tendas, no bairro Cambamba II, foram realojadas em projectos habitacionais do Estado erguido na zona do Zango 4, município de Viana. Por conta disso, a cifra baixou para dois mil e 417 agregados nas condições acima mencionadas.

Nos próximos dias, uma equipa da SOS Habitat visitará as zonas para onde foram alojadas estas famílias, no sentido de avaliar as condições das habitações e das infra-estruturas sociais como hospitais, energia eléctrica, vias de acesso, escolas e outras condições indispensáveis à vida humana.

“Vamos é, no fundo, fazer um trabalho relacionado com a entrevista às famílias realojadas recentemente no Zango para medir o que elas sentem em relação ao antigo local. Vamos medir o grau de satisfação em vários níveis”, disse.

E acrescentou de seguida, “Já tivemos experiências más no passado: famílias que foram realojadas em zonas onde não havia nenhuma infra-estrutura social, o que dificultou ainda mais a vida das populações. Para que erros do género não se repitam, queremos fazer um trabalho de auscultação”, frisou.

14 Anos de mediação

Desde que vem operando no país, em 2004, a SOS-Habitat, segundo o seu coordenador, tem apontado o diálogo entre governantes e governados como a única via de resolução dos conflitos habitacionais que ocorrem há anos.

André Augusto reafirmou que a sua organização não é contra as demolições, desde que sejam feitas com base no respeito à dignidade da pessoa humana.

“Ao longo desses anos temos mediado vários conflitos habitacionais. O grande dilema é que a maioria das demolições não respeita os princípios elementares. O problema não está em partir. Mas sim na dignidade das pessoas. Saber para onde elas vão depois de verem as suas habitações demolidas”, detalhou.

7.20 Terreno de escola vendido ilegalmente

Jornal de Angola
28 De Maio de 2018

A escola do ensino primário e primeiro ciclo do zango 3 b, conhecida como “escola estaleiro da Odebrecht” foi em parte, “ilegalmente vendida” para a construção de casas sociais pela Administração Municipal de Viana.

O presidente da Comissão de Moradores do Zango 3 B, Júlio Francisco, que denunciou o facto, reclama a devolução do espaço com uma dimensão de 150 metros de comprimento e 100 de largura. Júlio Francisco disse que a escola foi construída para albergar, em condições aceitáveis, os alunos do Zango 3 B e não para servir o Interesse de pessoas singulares, “Queremos a reposição da legalidade”, exigiu.

O presidente da Comissão de Moradores do Zango 3 B acusa o Governo Provincial de Luanda de os ter abandonado à sua sorte. “Aqui há falta de água, os espaços das escolas públicas são vendidos para fins privados, a vala de drenagem, cada dia que passa, ameaça engolir as nossas casas e ninguém faz nada para resolver esses problemas”, lamentou.

Maria Trapaz, aluna da 7ª classe na mesma escola, queixa-se da falta de espaço para os alunos poderem brincar durante os intervalos e realizar actividades extra-escolares. “Tínhamos espaço suficiente e as salas eram vastas com portas e janelas”, lamentou a adolescente.

A reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano, constatou que a escola está com uma superlotação de

alunos nas salas de aulas, na medida em que cada turma possui 86 alunos.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Urinóis públicos suspensos há 3 anos por falta de pagamento

Jornal Expansão

11 De Maio de 2018

Texto: Mirene da Cruz

Das 100 unidades previstas no contrato celebrado em 2014 entre a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) e a empresa Gente a Gente, gestora do projecto, apenas 34 casas de banho públicas foram instaladas e hoje todas elas estão encerradas e ao abandono.

O projecto, que ganhou vida no tempo de José Tavares enquanto presidente da Comissão Administrativa de Luanda, na governação provincial de Bento Francisco Bento, previa chegar a todos os municípios da província da capital do País. Mas nunca saiu do perímetro urbano.

Segundo a directora executiva da Gente a Gente, Neide Patrícia Neto, a empresa foi informada que a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda “não tinha capacidade financeira” para efectuar o “pagamento global do projecto”, dada a conjuntura do País. Esta situação, acrescentou, comprometeu o cumprimento do contrato. A empresa ficou sem condições financeiras para instalar os restantes urinóis e para assegurar a manutenção e limpeza dos 34 já instalados.

“Dos 7 milhões USD recebemos 2,5 milhões”, disse. Com esse valor a empresa conseguiu instalar apenas 34 unidades, efectuar a sua manutenção, de Abril de 2014 a Novembro de 2015, e pagar os salários de 68 trabalhadores até Outubro de 2015. Segundo Neide Patrícia Neto, desde aí até ao presente, nada mais evoluiu com a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e a empresa “teve de decretar falência”.

“Infelizmente, dada a situação, ficámos sem poder pagar aos funcionários, sem capacidade para a manutenção e não instalámos as 66 unidades restantes”, lamentou Neide Neto.

O Expansão contactou a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, por telefone e por e-mail, mas o organismo - que está num processo de mudança das chefias internas - não respondeu.

Segundo a directora executiva da Gente a Gente, entre as 68 pessoas empregadas estavam deficientes

físicos e pessoas com pouca instrução, alguns dos quais encontraram ali o seu primeiro emprego.

Para ter acesso aos urinóis, os utilizadores pagavam 20 Kz, o valor baixo estipulado com o propósito de não afastar a sua utilização.

A dada altura, face à inoperância destas instalações, o então governador provincial de Luanda, Higinio Carneiro, 'empurrou' a sua gestão para as respectivas administrações distritais. No entanto, a ordem não teve grande efeito pois as casas de banho permaneceram fechadas e algumas delas foram vandalizadas, com portas e sanitas arrancadas, paredes pintadas.

Algumas delas foram transformadas em locais de arrecadação, constatou o Expansão.

Questionada sobre a decisão de Higinio Carneiro, a directora executiva da Gente a Gente afirmou desconhecer se a sua empresa vai continuar com o projecto ou se ele será entregue a outra empresa.

“Não temos qualquer informação sobre isso”, informou Neide Patrícia Neto, salientando que a Gente a Gente está “falida” e sem condições de continuar a trabalhar por falta de pagamentos.

Com estes anos de inoperância dos WC's públicos, as pessoas voltaram a fazer as necessidades fisiológicas nas ruas, constatou o Expansão nalguns dos locais.

“O cheiro de urina e fezes representa um atentado à nossa saúde”, reclamou Edgar Tomás.

Os ex-usuários lamentam o facto de já não poderem usufruir dos serviços dos urinóis, como conta Paula Neves, confessando que eram de grande utilidade.

8.2 Lixos e causadores

Jornal de Angola

18 De Maio de 2018

Texto: Luciano Rocha

A Baixa, após breve incursão pelo Maculusso, volta a ser cenário da crónica, mas o lixo na via pública mantém-se como tema, uma vez mais na Rua Direita, concretamente junto ao prédio onde está a “Casa dos Frescos”.

Os dois contentores que ali estão, encostados à parede do edifício, são “apenas” pequena lixeira - mais uma na cidade - a céu aberto. A situação tem culpas repartidas: responsáveis pela higiene pública de Luanda, moradores da zona - nem todos com os

cuidados que devem ter com os resíduos domésticos, na forma de os acondicionar nos sacos e no sítio onde os depositam mas, também, em grande parte, os estabelecimentos comerciais das redondezas.

Ainda há dias, vi, ao princípio da tarde, um jovem, com ar mais inocente que se possa imaginar, a despejar um recipiente cheio de beatas e restos de produtos de restauração sobre o contentor público já a transbordar de lixo. As caixas de madeira e papelão, restos de fruta e legumes “compõem” a lixeira da zona, que infesta o ambiente. Tudo junto, fazem do local um atentado à saúde pública. Perante a passividade de quem tem a obrigação de zelar pelo bem-estar dos luandenses. E o descaramento dos que contribuem para a situação.

8.3 Falta de saneamento aumenta degradação

Jornal de Angola
28 De Maio de 2018

O saneamento básico nos bairros do Rangel e Terra Nova, que se encontram degradados, deve ser melhorado com urgência, disse a presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Maria Nelumba, durante uma visita de trabalho.

Maria Nelumba reconheceu que o Rangel e a Terra Nova possuem áreas bastantes degradadas e embora alguns problemas sejam fáceis de resolver, outros levarão algum tempo, devido à escassez de recursos financeiros. A responsável deu orientações às comissões de moradores para passar a informação aos habitantes sobre o atraso de algumas obras, com destaque para a crise financeira que abala Angola.

“É necessário que os poucos recursos colocados à disposição das autoridades sejam manuseados com parcimónia, de modo a poder melhorar o trabalho, quer seja na educação e saúde, como na primeira infância e terceira idade”, aconselhou a responsável.

Maria Nelumba aconselhou o administrador a identificar um espaço para a construção da administração do bairro da Terra Nova, para que possa trabalhar e receber os habitantes em busca de informação e apoio.

Nomeada para o cargo recentemente, Maria Nelumba inspeccionou as obras na rua Soba Mandume, que estiveram paralisadas por falta de pagamento, assim como do centro de saúde do bairro Zangado. Outro local que mereceu atenção da presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda foi a passagem pedonal que liga os bairros do Tunga Ngó e Cuca,

que se encontra em avançado estado de degradação, pondo em risco os peões.

A rua do Alentejo, cujas obras encontram-se paralisadas há cinco anos, a escola 5024 (ex Pica-pau) desactivada em 2015, que tem uma família à espera de realojamento, também mereceu a atenção de Maria Nelumba.

O Distrito Urbano do Rangel possui 261 mil habitantes, distribuídos pelos bairros do Rangel, Reordenamento (Comissões), Precol, Marçal, Zangado e Terra Nova.

O território do Rangel é limitado a Oeste pelo distrito da Ingombota, a Norte pelo Sambizanga, a Este pelo município do Cazenga e a Sul pelo distrito da Maianga e do Neves Bendinha.

8.4 Aposta no Saneamento Básico

Jornal de Angola
28 De Junho de 2018
Texto: Marcelo Manuel

O Governo Provincial do Cuanza-Norte, tem em carteira um projecto que visa o desassoreamento de sarjetas da rua dos voluntários, avenidas Doutor Agostinho Neto e de Ndalatando, todas situadas na sede municipal de Cazengo.

Os prédios “Adelino Sobrinhos” e secretariado Provincial da OMA”, situados juntos à avenida Doutor Agostinho Neto, no centro da cidade, construídos entre os anos 40-60, por falta de desassoreamento das sarjetas, estão na iminência de ruína.

FOCOS DE LIXO

A existência de vários focos de lixo a nível das zonas periféricas é outra situação que preocupa os moradores, numa altura em que Ndalatando comemora 62 anos de existência. Ndalatando foi elevada à categoria de cidade a 28 de Maio de 1956, pela administração portuguesa. Entre as décadas de 60 até princípios de 90 já foi considerada a Cidade Jardim de Angola e uma das mais limpas e organizada em termos de urbanização e saneamento básico.

Nos dias de hoje, é notória a existência de amontoados de lixo nos bairros de Tala Hady, Vieta, Azul, Boavista, São Filipe, Camundai, Banga, Tiro aos pratos e Kilembe-queta, cujos moradores convivem com sérios problemas de falta de saneamento das águas pluviais, situação que preocupa as autoridades locais, pelo facto de muitos cidadãos erguerem as residências em zonas consideradas de risco.

Em busca de soluções prática para a resolução dos problemas, o governador José Maria dos Santos juntou no dia 15 de Maio antigos funcionários da Administração Municipal e Serviços Comunitários de Cazengo, na sede do Governo Provincial, para levarem a situação a "bom porto".

Marcos Jerónimo, antigo director provincial dos serviços Comunitários e também ex-administrador municipal adjunto de Cazengo, recordam que nos anos 90 a recolha de lixo em Ndalatando era processada por camiões. "Os contentores eram usados apenas onde existissem instituições públicas ", lembra. O antigo responsável sugere a melhoria das vias de acesso das ruas dos bairros, por forma a que as entidades vocacionadas possam recolher os resíduos sólidos na hora certa, a par da criação de método para educar a população a colocar o lixo em saco ou recipientes seguros, por forma a evitar a proliferação de mosca.

Marco Jerónimo lamentou o facto do rio Muembeje, Catende, Camungo e o antigo campo de futebol dos Lusitanos estarem a ser utilizado como depósitos de dejectos humanos pela população que vive ao redor.

Por sua vez, o economista Jeremias Bartolomeu defende a urgente reconstituição das comissões de moradores a nível dos bairros e ruas da cidade para que de forma periódica possam organizar campanhas de limpeza. A criação de casas de banho públicas é outra solução aponta da pelo economista, por forma a evitar o depósito de detritos humanos em locais impróprios.

Manuel da Costa "Canjungo", natural do Golungo Alto, disse que conheceu Ndalatando em 1958." Naquela altura o clima da cidade era fresco e puro por causa da quantidade de árvores e jardins que possuía". "Canjungo" defende o repovoamento dos pulmões florestais do morro do Mbinda e Quilombo, como forma de garantir a tranquilidade do clima da cidade. O director do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, Ilson Sebastião, afirmou que a deficiente recolha dos resíduos sólidos na periferia e zonas urbanas de Ndalatando resulta do fraco poder financeiro que as quatro operadoras apresentam, agravada pela falta de pagamento por parte do Governo Provincial.

O contrato entre o Governo Provincial do Cuanza Norte e as quatro operadoras de recolha de lixo está acima dos 80 milhões de kwanzas por mês, mas devido a actual crise financeira, os pagamentos são feitos de forma parcial, e por vezes com algum atraso, originando a falta de pagamento dos salários dos trabalhadores. O director do Ambiente, Gestão de

Resíduos e Serviços Comunitários está preocupado com a falta de manutenção dos jardins do bairro Camundial, zona oeste da urbe, que por falta de controlo e manutenção se tornaram locais de pasto.

O responsável disse que tem em curso um projecto de arborização para plantar 1.000 árvores ornamentais nos bairros Popular, Kípata, avenida de Ndalatando, Azul e entrada do cemitério de Catome, a par da realização de um ciclo de palestras.

As festas da cidade de Ndalatando incluem actividades de que se destacam o lançamento do Prémio Provincial de jornalismo, a Feira Internacional do Cuanza-Norte, culto ecuménico de acção de graças, prova de atletismo, motocross e judo. Do programa consta a realização de palestras sobre a génese de Ndalatando, festival juvenil de canção e danças, quadrangular de futebol de onze com equipas das províncias do Bengo, Cuanza-Norte, Malanje, Luanda, megamaratona músico-cultural, a par de uma campanha de limpeza que vai envolver a sociedade local.

8.5 Casos de Malária sobem 4,1 % em Luanda

Jornal de Angola

29 De Maio de 2018

Texto: Kílssia Ferreira

A malária, que registou um aumento de 4,1 por cento, durante o ano passado, provocou três mil óbitos a nível da província de Luanda, revelou ontem o secretário de Estado para a Saúde Pública. José Vieira da Cunha disse que 35 por cento da procura por cuidados curativos são devidos à malária, uma doença que considera um problema de saúde pública grave.

Quanto aos 4,1 por cento de aumento de casos a nível de Luanda, José Vieira da Cunha explicou que correspondem a 6.004 do total de um milhão de doentes registados durante o ano passado. O secretário de Estado para a Saúde Pública avançou que Luanda apresenta um alto risco, devido ao elevado número de moradores e ao constante estrangulamento do meio ambiente.

Além de Luanda, José Cunha apontou as províncias de Cunene, Cuando-Cubango, Huíla e Namibe como regiões de riscos epidémicas. Para contornar estes dados, o governador provincial de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, afirmou o compromisso do Executivo em reduzir, nos próximos cinco anos, as actuais taxas de mortalidade infantil, com o concurso das unidades sanitárias públicas e privadas, bem

como reactivação do programa de educação para saúde.

Adriano Mendes de Carvalho falava durante a cerimónia de apresentação do Plano de Implementação do Projecto de Combate à Malária em Luanda, onde os dados da doença são tidos como assustadores.

Adriano Mendes de Carvalho considera a situação mais gravosa ainda pelo facto de os números apresentados confirmarem que os mais afectados pela enfermidade são as crianças menores de cinco anos. O governador provincial explicou que as autoridades aprovaram o programa "Saúde Luanda 2022", com vista à criação de condições para melhorar a qualidade dos sistemas de saúde.

O programa, explicou Adriano Mendes de Carvalho, tem como objecto, melhorar o atendimento hospitalar e as medidas de controlo vectorial, além de permitir a realização de acções de prevenção da malária. Em paralelo e com vista ao seu reforço, melhoria progressiva e a erradicação da malária, o Governo executa projectos ligados ao saneamento básico e faz a limpeza das valas de drenagem, por serem os grandes focos da doença.

Operação Malária Na ocasião, o secretário de Estado e o governador provincial lançaram o projecto "Operação malária", no âmbito do Programa Integrado da Província de Luanda contra a Malária que visa a redução progressiva do risco de transmissão da doença em cerca de 90 por cento dos casos de mortalidade por paludismo na província.

O Secretário de Estado para a Saúde Pública avançou que Luanda apresenta um alto risco, devido ao elevado número de moradores e ao constante estrangulamento do meio ambiente. A operação prevê o reforço das acções de vigilância epidemiológica, a busca activa de casos na comunidade, nos hospitais públicos e privados, o treino de profissionais de saúde, da rede sanitária primária e secundária na detecção precoce da doença e o tratamento correcto dos doentes.

A articulação com parceiros, em especial com a comunicação social e organizações comunitárias, a intensificação ao combate do vector e à larvas nos domicílios, assim como nas comunidades e pontos de entradas de viajantes são, dentre outras, acções do projecto "Operação Malária". Para o sucesso do projecto, Adriano Mendes de Carvalho pediu o apoio e a solidariedade de outros órgãos quer públicos quer privados e da população em geral.

8.6 Moradores do distrito 11 de Novembro querem melhorias

Jornal de Angola
6 De Maio de 2018

A melhoria no fornecimento de energia eléctrica, água potável e saneamento básico são algumas das exigências dos presidentes das comissões de moradores do Distrito Urbano 11 de Novembro, município do Cazenga, Luanda.

Os representantes população manifestaram estas preocupações na reunião do Conselho de Auscultação e Concertação Social, promovido pela administração local, com o objectivo de avaliar as principais inquietações da comunidade.

A delinquência por falta de policiamento e a venda desordenada são outros assuntos apresentados pelos líderes das comunidades.

Augusto Femandes, coodenador do quarteirão O2 bairro da Mabor, disse que o encontro foi proveitoso, daí aguardar a solução das preocupações apresentadas das na reunião, por serem questões preocupantes que contribuem para uma boa governação.

O soba da comunidade Manuel João, apresentou como preocupações a delinquência, o fornecimento de água, luz eléctrica, o saneamento básico e a falta de unidades sanitárias.

8.7 Avarias deixam zonas de Luanda sem água

Jornal de Angola
13 De Maio de 2018
Texto: Augusto Cuteta

Depois de há cerca de três semanas terem ficado sem abastecimento de água potável, a Cidade do Kilamba e o KK-5000, no município de Belas, voltaram a registar na sexta-feira um corte no fornecimento.

Na cidade do Sequele, em Cacuaco, Condomínio Vida Pacífica, Comando da BET e a zona do Depósito de Medicamentos no município de Viana, também ocorreram os mesmos problemas.

Outra localidade afectada é o Panguila, província do Bengo, confirmou ontem, ao Jornal de Angola, o director do Gabinete de Comunicação e Imagem da EPAL.

Domingos Paciência afirmou que o problema deve-se ao facto de ter havido às 11h00 de anteontem uma insuficiência de tensão numa das fases alimentada

pela linha de média tensão de 15 kilowatt, adstrita ao sistema eléctrico da Estação de Bombagem da Estação de Tratamento de Água do Kilamba.

Como alternativa, referiu, a estação passou a ser alimentada por grupos geradores. Apesar disso, o fornecimento de água à Cidade do Kilamba e ao KK-5000 ficou condicionado.

Sobre a reposição do fornecimento nessas zonas, Domingos Paciência disse que “estão a ser enviados esforços” por uma equipa técnica para a situação ser solucionada “dentro das próximas horas”.

Quanto à Estação de Tratamento do Candelabro, situada na região de Kifangondo, Domingos Paciência afirmou que se registou uma avaria eléctrica, no mesmo dia, pelas 17h00, no sistema eléctrico. A anormalidade provocou a restrição do fornecimento à Cidade do Sequele, Condomínio Vida Pacífica, zona do comando da BET, Depósito de Medicamentos e Panguila, esta última na província do Bengo.

Assegurou que equipas conjuntas da EPAL e da ENDE estão a trabalhar, desde as primeiras horas da manhã, para repararem as avarias nos dois sistemas.

“Neste último caso, por se tratar de um problema menos grave, acreditamos que até amanhã (hoje) podemos ter a situação resolvida”, disse Domingos Paciência.

Sem subida de preços

O Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e de Águas (IRSEA) descartou qualquer intenção das autoridades aumentarem o preço da água, garantiu na sexta-feira, em Luanda, o administrador da entidade pública.

Adriano Mayano, disse à Angop que o novo quadro tarifário da água, que está em consulta pública, visa uniformizar os preços praticados no país e não alterá-los.

Ao falar no termo de uma reunião com os directores provinciais da Energia e Águas da Lunda -Sul, Lunda - Norte e do Moxico, orientada pelo PCA do IRSEA, Luís Mourão, o administrador pediu calma à população, descartando a subida das tarifas.

Adriano Mayano disse que a instituição está a recolher propostas de tarifas de água de cada empresa de comercialização da água de todas as províncias do país e uniformizá-las de acordo com o número de consumidores e de outras especificidades de cada região.

“As novas tarifas visam uniformizar os preços e não subir. Cada região, em função da sua realidade, terá uma tarifa específica que responda os anseios locais”, disse Adriano Mayano, para acrescentar que a medida vai conformar os Decretos Presidenciais sobre a gestão e comercialização da água em Angola.

Sobre a entrada em vigor do Novo Quadro Uniformizado da Tarifa de Água, Adriano Mayano disse que o mesmo depende da apreciação e aprovação pelo Conselho de Ministros, cujo documento deve ser submetido nos próximos dias a este órgão de consulta do Presidente da República.

Na abertura da reunião, o PCA da IRSEA, Luís Mourão, afirmou que a medida vai trazer justiça no pagamento de água no país, uma vez que, neste momento, existem províncias mais prejudicadas que outras, por causa da falta de uniformização de preços.

O IRSEA controla 11 empresas de água e saneamento do país.

8.8 Novas tarifas de água já no próximo mês

Jornal de Angola

14 De Maio de 2018

O Instituto Regulador dos serviços de Electricidade e água (IRSEA) coloca em vigor, a partir do próximo mês de Junho, o funcionamento de um tarifário uniformizado do consumo de água potável em todo país. A informação foi prestada quinta-feira à Angop, na cidade de Ndalatando, capital da província do Cuanza-Norte, pelo presidente do conselho de Administração do IRSEA, Luís Mourão. O responsável explicou que a medida vai assegurar maior controlo dos pagamentos, melhoria da prestação dos serviços e aumento de receitas para os cofres do Estado.

Luís Mourão, que falava margem de uma reunião técnica entre as empresas de água e saneamento das províncias de Malanje e do cuanza - Norte, para projecção dos custos a aplicar pelo serviço de distribuição de água as populações, esclareceu que o novo quadro tarifário, além de contribuir para uma maior organização do sector, ajudará no crescimento das empresas de água e saneamento, bem como os próprios consumidores, pelo facto de pagarem apenas o equivalente ao consumo.

Sem adiantamento valor dos preços previstos, Luís Mourão disse que o novo quadro tarifário vai reflectir os custos reais das actividades realizadas por cada uma das empresas de água no país, assim como

assegurar uma maior disciplina, rigor, controlo na facturação e formas de pagamentos dos consumidores para uma maior distribuição do líquido precioso às populações.

"O quadro tarifário que se vai implementar vai ajudar quer a população, quer as empresas, porque o mesmo requer que os consumidores estejam bem identificados por categoria tarifária e cada um pagará apenas aquilo que consumir", assegurou Luís Mourão. O responsável, que não avançou os custos praticados, considerou a actual forma de pagamento pelo consumo de água como sendo descabida e não uniformizada, marcada com um certo grau de injustiça, pelo facto dos consumidores pagarem a mesma proporção quer consumam mais ou menos água, facto que será revisto através das categorias de pagamento no novo tarifário.

Apontou as categorias de domésticas, social, indústria, comércio e serviços, camiões cisterna e chafarizes com os seus devidos escalões, como sendo as principais inovações do novo tarifário do consumo de água.

8.9 Reposto do abastecimento de água em zonas afectadas de Luanda

Jornal de Angola

14 De Maio de 2018

Os moradores das centralidades do Kilamba, KK5000, Sequele e Panguila, voltaram ontem a ver a água jorrar nas mas torneiras, depois da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) ter superado as avarias registadas os sistemas Kilamba e Candelambro.

Os consumidores ficaram sem o precioso líquido durante três dias. A Estação de Bombagem do sistema Kilamba foi a primeira a entrar em funcionamento com dois grupos electrobomba, auxiliados por um grupo gerador. "A Estação de Tratamento de Água do Kilamba já está a receber água e, simultaneamente, a armazenar quantidades de água para serem distribuídas à centralidade do Kilamba e ao KK5000", refere uma nota de imprensa de ontem a que o Jornal de Angola teve acesso.

A EPAL esclarece que, devido o tempo de restrição, a recepção da água não é plena nas zonas afectadas, pelo que alguns consumidores vão começar a receber água primeiro do que 'outros. Já o sistema de bombagem da Estação de Tratamento de Água do Candelabro arrancou em duas fases, sendo que a primeira entrou em funcionamento às 13h45 e a

segunda, às 15h25, com um grupo electrobomba cada. Com o arranque do sistema, e depois do Centro de Distribuição do Sequele, estará regularizado o fornecimento de água ao Distrito Urbano do Sequele, Comando da Brigada Especial de Trânsito (BET), Depósito de Medicamentos, Panguila e arredores. Até ao fecho desta edição, a Centralidade do Sequele continuava sem o abastecimento de água, confirmaram alguns moradores ao Jornal de Angola. Uma fonte da EPAL, contactada pelo nosso Jornal, disse que era uma questão de nivelar a conduta para a água chegar com modalidade à casa dos consumidores. "O Sequele é uma zona com uma rede extensa, onde não foram isolados os circuitos. Estão todos abertos. Quando chegar a um determinado nível, a água começa a correr com normalidade. Acreditamos que, até às 20 horas (de ontem), os moradores já tinham água", disse a nossa fonte. A intervenção e solução das referidas avarias resultaram da intervenção conjunta das equipas da EPAL e ENDE.

8.10 População pede maior responsabilidade dos governantes

Jornal Visão

18 De Maio de 2018

Texto: N'goma Pedro João

A administradora municipal, Guilhermina Luísa, deve realizar visitas de rotina para escutinar os problemas que 'vem as populações, porque finalmente ali ninguém passa, a ideia que vem logo na cabeça das pessoas é de recuar para não perder o carro ou danificar alguma peça na viatura. Nós, o jornal Visão, realizamos, este final de semana, uma ronda pelo bairro Palanca, embora nem tudo esteja mal, mas precisa-se fazer mais para melhorar a imagem do distrito. João Diavuntu, morador do distrito do Palanca está indignado pela forma menos boa que as coisas são processadas pela administração do Kilamba-Kiaxi. Para ele, "é bem provável que administração não vê os problemas mais candentes dos munícipes, eu só trabalhador a minha principal a actividade é vender água para alimentar os meus petizes, mas também, tenho estado a facilitar as outras famílias na obtenção do precioso líquido, há água": frisou. Na mais conhecida zona de "cabrité" o problema não foge a regra, água em tudo que é canto ruas alagadas. João Diavuntu comenta de forma mais brutal. "Somos governados por indivíduos que não têm coração e muito menos sentimento, o MPLA só precisa da população quando se está véspera das eleições gerais, agora que estão a ser ensaiadas as supostas autarquias acredito que vão nos mentir para conquistar alguns votos.

Felé Ngumbe reside no Palanca, mas esse último apenas fala Lingala, lê atentamente as palavras do Felé. "Vivo aqui no Palanca a coisa de 12 anos, nunca vi um simples membro da administração visitar a zona para ter uma ideia o que está a ser feito para colmatar as principais dificuldades das famílias, de algum tempo para cá, o administrador Fortunato Paulo e os seus adjuntos realizaram trabalhos de terraplanagem mais infelizmente demos conta que, eles não têm meios para melhorar a imagem das ruas do bairro, desde de já, estamos preocupados com essa situação": concluiu.

8.11 Menongue acolhe centro para pesquisa e estudos

Jornal de Angola

18 De Maio de 2018

Texto: Carlos Paulino

A cidade de Menongue, na província do Cuando Cubango, conta com o primeiro centro de documentação e informação no país sobre os recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Cubango-Okavango, que integra Angola, Botswana e Namíbia.

O centro, instalado pela Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango (OKACOM), no Instituto Superior Pedagógico da província do Cuando Cubango, afecto à Universidade Cuito Cuanavale, vai permitir aos estudantes e outros cidadãos interessados pesquisar uma gama de conhecimentos, numa linguagem simplificada, sobre a bacia hidrográfica do rio Cubango-Okavango, que cobre uma área de cerca de 323.192 quilómetros quadrados.

O referido centro de documentação e informação conta com 12 computadores, instalados com sistema de internet banda larga, para facilitar aos usuários, sobretudo aos estudantes, na navegação gratuita nos websites disponibilizados para pesquisas bibliográficas, sobretudo de trabalhos de licenciatura, mestrado e doutoramento.

O co-presidente da OKACOM na componente angolana, Carolino Mendes, disse que a abertura do centro vai reforçar a cooperação entre a OKACOM, o Gabinete para a Administração das Bacias Hidrográficas do Cunene, Cubango e Cuvélai (GABHIC) e a Universidade Cuito Cuanavale, em matérias relacionadas com a gestão transfronteiriça das águas da bacia do rio Cubango-Okavango.

Carolino Mendes salientou que o centro de documentação e informação vai facilitar sobretudo

aos estudantes matriculados na Universidade Cuito Cuanavale nos cursos de biologia e gestão turística, na investigação e disseminação ampla dos resultados dos seus trabalhos relacionados com a compilação das respectivas licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

O responsável disse que a OKACOM e GABHIC têm como objectivo envolver, cada vez mais, estabelecimentos de ensino, quadros e membros das comunidades dos locais onde a bacia está inserida, em actividades, projectos e tarefas no sentido de contribuírem para melhor gestão e conservação dos recursos hídricos ao longo do rio Cubango-Okavango e não só.

Fez saber que em Angola existem 46 bacias hidrográficas principais e 30 secundárias, que totalizam 76.

Sublinhou que a Universidade Cuito Cuanavale, que abrange as províncias do Cuando Cubango e do Cunene, acaba de ser o ponto de referência para se realizar estudos para o desenvolvimento, gestão e conservação das bacias hidrográficas de Angola.

Recordou que a Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango (OKACOM) foi estabelecida no dia 15 de Setembro de 1994 por Angola, Botswana e Namíbia. A referida comissão tem como objectivo actuar como conselheiro técnico das partes integrantes em matérias relacionadas com a conservação, desenvolvimento e utilização dos recursos hídricos de interesse comum na bacia do Okavango.

Salientou que isto pressupõe-se a promoção de uma gestão coordenada e sustentável dos recursos hídricos da bacia e dar resposta às necessidades sociais e económicas legítimas dos Estados ribeirinhos.

Referiu que o rio Okavango é o quarto mais longo da África Austral, com um curso de 1.100 quilómetros quadrados, desde o centro de Angola, onde é designado por Cubango, atravessa a Namíbia até ao Delta do Okavango, no Botswana.

O reitor da Universidade Cuito Cuanavale, Miranda Lopes, disse que a sua instituição sente-se honrada por albergar o centro de documentação e informação sobre os recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Cubango-Okavango, tendo em vista que vai potenciar a difusão do conhecimento, alavancando a investigação científica de todos os cidadãos que procurarem este serviço.

O vice-governador da província do Cuando Cubango para o sector Técnico e Infra-estruturas, Bento Xavier, pediu aos responsáveis da Universidade Cuito

Cuanavale e aos estudantes da região no sentido de conservarem bem o centro de documentação e informação, principalmente os meios informáticos disponíveis, para que o mesmo possa cumprir os objectivos para o qual foi criado.

Realçou que muitos cidadãos não têm a noção do valor da bacia hidrográfica do rio Cubango-Okavango e é a partir deste centro que cada um vai conseguir perceber a grande importância que a mesma tem para os habitantes de Angola, Botswana e Namíbia.

8.12 Milhares de habitantes passam a ter água potável

Jornal de Angola

20 De Maio de 2018

Texto: Carlos Paulino

Mais de 140 mil habitantes das zonas rurais na província do Cuando Cubango vão beneficiar de água potável, com o lançamento oficial da primeira pedra para a construção de 50 sistemas de captação, tratamento e distribuição de água.

As obras do Sê-sistemas de captação, tratam e to e distribuição de água, cuja primeira pedra foi lançada quinta - feira pelo secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, estão a cargo da empresa de construção civil "Mitrelli", vão custar 74 milhões de dólares e têm a duração de dois anos.

Os sistemas, que vão funcionar com painéis solares, enquadram -se no programa do Executivo "Água para todos". O projecto contempla a construção de nove sistemas de abastecimento de água potável no município do Cuão Cuanavale, sete em Mavinga, seis em Menongue e igual número no Dirico e no Calai, quatro no Nancova e o mesmo número no Rivungo, Cuchi e Cuangar.

O secretário de Estado das Águas, Luís Felipe da Silva, disse que a meta estabelecida prevê que até 2022 cerca de 80 por cento da população que vive no meio rural em todo o território nacional tenha acesso ao fornecimento de água potável.

Luís Filipe da Silva garantiu que o Ministério da Energia e Águas vai continuar a envidar esforços para que o programa "Água para todos" possa chegar a todos os municípios, comunas, aldeias e quimbos do país, para que as populações residentes nestas localidades possam beneficiar deste projecto.

"O que queremos é que todos os cidadãos, a nível do país, possam consumir água potável, no sentido de

deixarem de beber o precioso líquido em estado impróprio e que periga a saúde do ser humano", disse, acrescentando que desta forma o Executivo vai deixar de gastar avultadas somas de dinheiro para a compra de medicamentos.

O vice-governador do Cuando Cubango para o sector Técnico e Infra-estruturas, Bento Xavier, reconheceu que com a construção dos 50 sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável, muitos habitantes da província, sobretudo os do meio rural, vão deixar de percorrer longas distâncias em busca do precioso líquido e consumir o mesmo em estado impróprio. "Este importante projecto vai permitir ainda com que a população deixe de ir buscar água e fazer os seus trabalhos domésticos nos rios, onde muitas das vezes são atacadas ou até mesmo devoradas por jacarés", disse.

A projecção da construção destes sistemas, acrescentou, significa que o Executivo conhece os problemas dos habitantes do Cuando Cubango. O governante pediu as autoridades tradicionais e a população a cuidar bem os sistemas de abastecimento de água potável quando os mesmos forem concluídos.

O responsável da empresa Mitrelli no Cuando Cubango, Pedro Bezerra, explicou que todos os sistemas incluem a construção de canal de captação de água, uma estação de tratamento, reservatório de 230 mil litros, um fontenário com quatro torneiras, um balneário público com oito chuveiros e uma lavandaria comunitária.

O projecto contempla também o fornecimento de água potável em todas as infra-estruturas do Estado nas 50 localidades abrangidas, com realce para escolas, unidades sanitárias e policiais, e administrações comunais.

Para que as obras decorram sem sobressaltos, segundo o representante do empreiteiro, está prevista a instalação de dois estaleiros da empresa Mitrelli na província, sendo um no Cuchi e outro no Cuangar, para facilitar o armazenamento dos materiais e equipamentos.

Numa primeira fase, foram constituídas duas equipas de trabalho que vão se encarregar da construção de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável em Menongue e no Cuangar.

"Depois destas duas localidades' que achamos numa primeira fase arrancar com este projecto, vamos prosseguir em outras regiões para que até o mês de Maio de 2020 possamos concluir com a construção

dos 50 sistemas na província do Cuando Cubango", disse.

8.13 População beneficia de mais água potável

Jornal de Angola

21 De Maio de 2018

Texto: Mário Clemente

Um total de cem mil famílias do município de Ecuinha, no Huambo, beneficiam, nos próximos tempos, de mais água potável, depois de concluídas as obras do novo sistema da captação e distribuição, em curso na circunscrição.

O projecto, que contempla a construção de um reservatório com capacidade de cem metros cúbicos de água, vai beneficiar as famílias residentes na vila e nos bairros periféricos, incluindo o Hospital Municipal.

Durante a visita de constatação ao andamento das obras, feita pelo governador da província, João Baptista Kussumua, ficou-se a saber que a empreitada encontra-se na ordem dos 72 por cento de execução física e até Agosto próximo deve finalizar e ser entregue ao Governo, para a sua inauguração oficial.

"Ecuinha precisa deste sistema de água funcional, visto que temos aqui um hospital novo, além de instituições escolares", frisou o governador, que disse estar certo de que, com a entrada em funcionamento do novo sistema, muitas doenças transmitidas pelo consumo de água imprópria vão ser reduzidas consideravelmente no município.

O soba grande do município, Benjamim Catumbela, reconheceu, com satisfação, o esforço do Executivo de garantir melhor qualidade de vida à população. "Toda a gente está contente, porque todos nós vamos beber água tratada, o que vai nos permitir melhorar a qualidade de vida", sublinhou a autoridade tradicional.

O líder religioso, Júlio Marcelino, disse, por seu turno, que, com a entrada em funcionamento da nova central de captação e distribuição, as comunidades vão deixar de percorrer longas distâncias em busca de água.

8.14 Camucuío e Bibala registam escassez de energia e água

Jornal de Angola

23 De Maio de 2018

Texto: Manuel de Sousa

Governador avaliou andamento de obras de impacto social e garantiu mais acções para melhorar a qualidade de vida.

Os municípios do Camucuío e Bibala, na província do Namibe, carecem de sistemas eficientes de abastecimento de água potável às populações e de redes de distribuição de energia eléctrica, que não sejam alimentadas pelos habituais grupos geradores.

O governador constatou esses e outros problemas durante o trabalho de campo que efectuou, na semana finda, às duas localidades.

Cados da Rocha Cruz ouviu dos populares as preocupações sobre a necessidade da abertura de mais furos de água, construção de represas, chimpacas e reservatórios de água para o abeberamento do gado, principalmente no tempo seco, bem como melhoria das vias de acesso, degradadas pelas últimas chuvas. O governador visitou igualmente vários projectos sociais em curso nos dois municípios, que visam melhorar a qualidade de vida da população.

No Camucuío, o governante visitou o sistema de reforço da captação de água, as represas das povoações do Tchitoto e Mulovei, o gerador de energia dos 200 fogos habitacionais, as lavras de cultivo de massambala, massango e milho, bem como a única escola do segundo ciclo daquela localidade.

No encontro mantido com a população, Carlos da Rocha Cruz, falou da necessidade do aceleração das obras em curso, por parte dos empreiteiros, e pontualizou a população sobre o momento menos bom que o país vive em termos financeiros, pedindo mais engajamento dos residentes na solução dos problemas locais, bem como a conservação dos bens públicos postos à sua disposição.

Já no município da Bibala, o governador visitou o sistema de abastecimento de água da povoação da Camupapa e o projecto social integrado de acesso a água, energia, saúde e capacitação agrícola para os municípios da Bibala e dos Gambos (naHuila), financiado pela ONG dinamarquesa ADPP.

Carlos Cruz inteirou-se das obras do sistema de reforço e abastecimento de água potável à vila, sistema de tratamento de água e rede de distribuição domiciliar que numa primeira fase vai beneficiar 25 mil cidadãos, de um total de 65 mil habitantes. A Serra da Humbia, na Estrada Nacional 282, também mereceu a atenção do governante.

O administrador municipal da Bibala, Chinanga Cole, disse que uma das principais preocupações da localidade que dirige passa pela substituição da rede de distribuição de energia eléctrica por estar velha, à melhoria das vias de acesso e o sistema de abastecimento de água, que neste momento se encontra na fase conclusiva.

"A Bibala é um município que nos últimos tempos tem beneficiado de muitas infra-estruturas sociais, que estão a contribuir para o desenvolvimento do município, começando pela requalificação da linha férrea de Moçâmedes, da estrada 282, do projecto de melhoramento e abastecimento de água às populações, bem como a rede de distribuição de energia eléctrica, que, concluídas, vão dar mais vida ao município."

No encontro mantido com os membros do conselho de auscultação e concertação social do município, Carlos da Rocha Cruz destacou o bom andamento das obras em curso, o empenho da população nas actividades agrícolas e o aproveitamento das águas fluviais para o abeberamento do gado.

"Quando o governo desenvolve esforços para criar melhores condições de vida, alguns estragam e sabotam em benefício próprio, daí que as autoridades devem tomar medidas duras contra estes cidadãos maldosos. Há um certo vandalismo no roubo dos cabos eléctricos, das placas solares, lâmpadas, janelas, do gado e outros bens públicos e privados, vamos combater veementemente esses malfeitores garantiu."

8.15 Municípios beneficiam de mais água potável

Jornal de Angola

24 De Maio de 2018

Texto: José Rufino

Pelo menos 10.406 habitantes da comuna do Sessa e da povoação do Lucala, no município dos Bundas, na província do Moxico, contam com mais água potável, no âmbito do Programa "Água para Todos".

Os dois sistemas de captação, tratamento e distribuição de água foram inaugurados recentemente pelo governador do Moxico, Gonçalves Muandumba,

durante a sua primeira deslocação ao referido município, que dista 360 quilómetros a Sul da cidade do Luena.

Os equipamentos colocados à disposição da população das duas localidades vão minimizar as dificuldades das famílias, que antes tinham de percorrer mais de três quilómetros em busca de água.

O governador inaugurou ainda uma ponte metálica sobre o rio Lucula, com 39 metros de comprimento, quatro de largura e com capacidade de suportar 40 toneladas, que vai facilitar a ligação rodoviária entre a comuna do Sessa e a sede do município dos Bundas.

Gonçalves Muandumba inaugurou também uma escola do ensino primário na comuna do Sessa, sendo a primeira infra-estrutura escolar de carácter definitivo a ser erguida naquela localidade desde a Independência.

Falando à imprensa, após as inaugurações, Gonçalves Muandumba disse que as novas infra-estruturas se enquadram nas estratégias do Governo que visam melhorar as condições de vida da população.

O regedor Tchiputa Fumai mostrou-se satisfeito pelo facto da sua localidade ter beneficiado, pela primeira vez, de sistemas de abastecimento de água e pela reposição da ponte, para facilitar a ligação com outras localidades.

"Estamos satisfeitos com este gesto que acabamos de presenciar, solicitamos ao Governo para construir mais escolas, postos médicos, residências para os professores e enfermeiros e a reabilitação das vias de acesso".

Durante a sua estadia naquele município, Gonçalves Muandumba visitou a 10ª Unidade da Polícia de Guarda Fronteira, o Porto Fluvial do Mussuma, a Associação Agrícola de Bunda Land e manteve igualmente encontros com os membros do conselho de auscultação social, autoridades tradicionais.

8.16 Famílias querem reforço no abastecimento de água

Jornal de Angola

30 De Maio de 2018

Texto: Armando Sapalo

A população da sede municipal do Cuango e arredores quer ver solucionado, o mais rápido possível, o problema da falta de abastecimento de água potável, com vista à melhoria da qualidade de vida das famílias.

Em declarações ao Jornal de Angola, Carlos Camoxi, estudante universitário na Escola Superior Politécnica do Cuango, disse estar preocupado com os atrasos que ainda se verificam na implementação de acções de impacto social, sobretudo nos sectores vitais, como é o caso da água potável.

“Estamos preocupados, porque há muitos atrasos na implementação de acções de impacto social, sobretudo naqueles sectores considerados vitais como é o caso da água potável, porque aqui no Cuango as populações estão a enfrentar muitas dificuldades para terem acesso à água”, disse.

Carlos Camoxi referiu que já passaram dois anos desde que a Administração Municipal do Cuango informou a população sobre a existência de um projecto de reabilitação, modernização e aumento da capacidade de produção do sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável na sede do Cuango.

Apesar de reconhecer as dificuldades financeiras que o país está a enfrentar, Carlos Camoxi defendeu a necessidade de as autoridades locais prestarem um esclarecimento à população sobre os motivos que estão a inviabilizar a prossecução do projecto do novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água à sede municipal do Cuango.

“Muitas vezes a falta de informação gera especulação, por isso, pedimos que a Administração Municipal esclareça a população, sobre o que está a inviabilizar a prossecução desse projecto, que há muito foi anunciado”, referiu. A população tem o direito de ser informada sobre o andamento dos programas em curso no município, acrescentou.

Para Carlos Camoxi, o Governo deve imprimir maior dinamismo na resolução dos principais problemas sociais que afligem a população, com a implementação de serviços essenciais básicos nas zonas de maior concentração.

Por seu turno, Suzana Dende, residente no bairro Luzamba, afirmou que não tem sido fácil a vida das populações da sede municipal, com a falta de abastecimento de água potável.

Suzana Dende disse que todos os dias mulheres e crianças percorrem longas distâncias à procura de água em rios. “Corremos o risco de contrair doenças, porque todos os dias consumimos água do rio Cuango, pelo que pedimos às entidades de direito que resolvam, com urgência, esta situação”, apelou.

Projecto da nova captação Contactado pelo Jornal de Angola, o director municipal de Gestão Urbanística e Cadastro do Cuango, Sérgio Calala, disse que, com o

objectivo de reduzir a carência de água potável, está projectada a reabilitação e aumento da capacidade de produção do sistema de captação, que actualmente atinge metade de 264 metros cúbicos por dia.

O responsável disse que o arranque das obras de reabilitação e reforço da capacidade de produção do sistema de distribuição de água da sede municipal do Cuango está a depender da disponibilização de recursos financeiros.

“Sabemos que a população está a enfrentar muitas dificuldades para conseguir água, mas queremos tranquilizar que existe de facto um projecto para a reabilitação do sistema de captação de água a partir do Cuango, mas tudo está a depender da disponibilização de recursos financeiros”, garantiu.

Actualmente, o sistema de captação funciona com muitas dificuldades, devido ao estado obsoleto dos seus equipamentos, o que limita o programa de distribuição para apenas os bairros mais próximos da infra-estrutura.

Sérgio Calala explicou que o sistema já não tem capacidade para bombear água para os bairros mais distantes e debate-se também com a escassez de combustível para assegurar o seu funcionamento diário.

O programa de distribuição acrescentou, varia entre um a dois dias por semana. Logo que sejam removidos os constrangimentos financeiros, a população do Cuango vai ver as suas dificuldades minimizadas.

Os responsáveis do Gabinete Provincial dos Serviços Técnicos e Infra-estrutura do Governo da Lunda Norte, em coordenação com as autoridades locais, estão a desenvolver acções que vão permitir a definição da dimensão do novo sistema de captação de água do Cuango, de acordo com o número de habitantes.

O director municipal de Gestão Urbanística e Cadastro declarou que, com o alargamento e consequente expansão da rede de distribuição de água potável em todas as zonas mais habitadas da sede municipal do Cuango, vão estar criadas as bases para evitar o surgimento de doenças provocadas pelo consumo de água dos rios.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 A criminalidade ameaça todos

Jornal de Angola
19 De Maio de 2018

O reforço do patrulhamento nocturno em Viana, Cacuaco e Cazenga, zonas de Luanda consideradas críticas em termos de delinquência por parte da Polícia de Intervenção Rápida (PIR) constitui uma medida acertada e oportuna. Para complementar os esforços da Polícia de Ordem Pública, cuja presença em zonas consideradas críticas, a entrada em cena da unidade de elite da Polícia Nacional pode contribuir para alcançar os objectivos relativos à redução e controlo da criminalidade.

Ultimamente, as populações de algumas zonas de Luanda conhecidas pelos topónimos "Papá Simão" e "Belo Monte" apenas para mencionar estes, viveram cenas aterrorizadoras que precisam da intervenção urgente da Polícia Nacional. Segundo alguns relatos colhidos pelos órgãos de comunicação social, a situação estava a tornar-se insustentável em matéria de segurança nalgumas artérias de determinados bairros de Viana, Cacuaco e Cazenga. Em algumas localidades, as pessoas andam condicionadas a sair ou a entrar em determinadas horas do dia, uma realidade inaceitável a todos os títulos.

Os criminosos, por via da violência urbana e crime organizado, não podem condicionar o mínimo admissível nas comunidades, nomeadamente a livre circulação de pessoas e bens a qualquer hora do dia.

A iniciativa do Comando Geral da Polícia Nacional em reforçar as unidades de patrulhamento, com pessoal de algumas unidades visando o combate contra o crime nas ruas de Luanda também constitui um passo importante. O aproveitamento desse pessoal, muitos deles a exercer tarefas burocráticas e menos exigentes relativamente à pressão que os focos de criminalidade impõem neste momento, foi acertada. É completamente normal o seu desdobramento e acaba por custar menos relativamente a eventualidade de contratação e formação de novos agentes.

Não há dúvidas de que o patrulhamento apeado é das melhores vias para responder ao crime porque, como demonstra a experiência a presença de agentes da polícia na rua é um grande factor inibidor do cometimento de crimes. Inclusive o ajuste de contas ou a realização da justiça por mãos próprias, muitas

vezes um recurso usado por força da ausência ou reacção tardia das forças da ordem nas comunidades, também acabam por ser desencorajadas é preciso que as comunidades, famílias e pessoas singulares colaborem com as forças da ordem, denunciando sempre todas as tentativas que atentem contra a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas.

Para o sucesso da actual estratégia da Polícia Nacional consubstanciada no reforço da acção interventiva nos bairros mais críticos da cidade de Luanda, nada melhor do que a colaboração dos residentes. A denúncia é uma ferramenta importante na prevenção e combate contra a criminalidade. Toda e qualquer tentativa de escamoteá-la, nalguns casos para não envolver pessoas próximas, constitui um erro grave na medida em que quem assim procede pode ela mesma, ele mesmo ou familiares inteiros serem as próximas vítimas.

9.2 Violência doméstica ainda com números alarmantes

Jornal de Angola
11 De Maio de 2018
Texto: César Esteves

A violência doméstica fez, na província de Luanda, no primeiro trimestre deste ano, 21 vítimas mortais, maioritariamente do sexo feminino, quando, em todo o ano de 2017, foram registados 26, gráfico que espelha o aumento deste tipo de crime em Angola.

Os números foram divulgados quarta-feira, na cidade de Luanda, pela advogada Ana Paula Godinho numa palestra na "Maka à Quarta-feira", um espaço de tertúlia promovido, há anos, pela União dos Escritores Angolanos (UEA).

Na palestra, dedicada à discussão do tema "Aumento da violência doméstica no seio da família - consequências socioculturais", a advogada, que levou ao encontro dados obtidos em instituições que lidam com a violência doméstica na província de Luanda, informou que, em 2015, ano do início da produção de estatística da violência doméstica, o Serviço de Investigação Criminal (SIC) registou, só na capital angolana, 5.210 queixas, com 2.290 detenções efectuadas.

"A violência doméstica continua a produzir várias vítimas em Angola, embora haja já uma lei", declarou a advogada Ana Paula Godinho, que, com o sociólogo José Octávio Serra Van-Dúnem, foi prelectora a convite da Associação das Mulheres de Carreira Jurídica.

Das 5.210 queixas chegadas ao SIC há três anos, 4.069 são de violência contra a mulher, cujo número levou à detenção de 1.470 agressores. Em 2016, o SIC registou 1.406 casos de violência doméstica, dos quais 1.074 resultaram em detenções.

A advogada deu ênfase ao facto de, no país, o número da violência doméstica não ser proporcional ao de detenções. “ (...) Temos um número maior de pessoas que cometem o crime de violência doméstica que ficam impunes”, acrescentou Ana Paula Godinho, também docente universitária.

A advogada mencionou que, entre os 1.406 casos registados há dois anos, estão 671 agressões físicas, com 609 detidos, 26 homicídios, com 21 detidos, 459 violações, com 456 detidos, e 260 violações contra menores de 12 anos, com 222 detidos.

Ainda nos dados compulsados a partir do Serviço de Investigação Criminal em Luanda e já referentes a 2017, estão 1.591 casos de violência doméstica, que levaram à detenção de 1.335 infractores.

No mesmo ano, foram registados 142 homicídios, com a detenção de 119 indivíduos, e 348 violações contra menores de 12 anos.

No primeiro trimestre, Luanda registou 521 casos de violência doméstica, 53 dos quais foram agressão física, que provocaram 48 detidos, e 438 violações sexuais, com 332 detidos, sendo 284 violações sexuais contra mulheres, com 284 detidos, e 72 contra menores, com 48 detidos. “Os dados produzidos apenas no primeiro trimestre deste ano são bastante preocupantes, se comparados com os do ano passado”, acentuou a advogada Ana Paula Godinho, que confirmou a detenção de 18 dos autores dos 21 assassinatos registados no primeiro trimestre deste ano. A advogada acentuou que há agressores que não são detidos ou saem da cadeia porque as companheiras pedem à Polícia para os soltar, uma vez que são dependentes economicamente do marido agressor.

Ana Paula Godinho defendeu que o Estado deve dar apoio material e psicológico às vítimas de violência doméstica. A construção de casas de acolhimento para acolher vítimas da violência doméstica é uma das condições que, no entender da advogada, devem ser criadas.

Ana Paula Godinho afirmou que “grande parte das instituições” envolvidas no combate à violência doméstica “não está preparada para atender as vítimas”.

O sociólogo José Octávio Serra Van-Dúnem afirmou, por sua vez, que a violência doméstica é um

problema resultante do contexto social e reflexo da desigualdade económica e social.

O sociólogo lembrou que, embora as mulheres sejam as principais vítimas, há homens também vítimas das suas companheiras.

“Hoje, a violência doméstica pode ir até ao local de trabalho. Ou seja, tem uma relação directa com o mercado de trabalho”, afirmou o prelector.

A margem da palestra, o Jornal de Angola soube de Júlia Quitocua, chefe de Departamento de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que o país dispõe, actualmente, de seis casas de acolhimento de vítimas de violência doméstica, mas apenas três estão em funcionamento, só que não na plenitude desejável.

Júlia Quitocua não mencionou todas as províncias onde estão as seis casas, tendo apenas dito estarem três nas províncias de Cabinda, Zaire e Uíge. Ainda não há “um estatuto próprio” que dê corpo à existência de casas do género em Angola, documento que deve ser aprovado pela Assembleia Nacional, informou a funcionária do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

“O normal funcionamento destas casas não depende apenas do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, por causa das despesas para a sua manutenção”, salientou Júlia Quitocua.

9.3 Violência doméstica aumenta em Cabinda

Jornal de Angola

14 De Maio de 2018

Texto: Joaquim Suami

Um total de 72 casos de violência doméstica foram registados este ano até Abril, inclusive ,na província de Cabinda, pela Secretaria Provincial da Acção Social, Família e Promoção da Mulher. Contra os 67 de igual período do ano passado, no mesmo período, houve 67 casos. Dos casos registados este ano, 68 foram solucionados, com destaque para os de violência física, psicológica, privatização de bens da família, fuga à paternidade e prestação de alimentos, na base da lei 25/11, de 14 Julho, o que permitiu o retomo à paz, união, sossego, tranquilidade e bem-estar em várias famílias.

A falta de prestação de alimentação aos filhos contou com 31 casos, seguindo-se os de privação de liberdade (com sete), fuga à paternidade (com

quatro), privatização de bens da família (com três), violência física e psicológica (com quatro).

O chefe de departamento da política familiar, Wilson Sinalize, disse que apesar do número de casos ter aumentado, a Secretaria Provincial da Acção Social, Família e Promoção da Mulher tem estado a trabalhar na sensibilização das famílias, com a divulgação da lei 25/11, de 14 de Julho, através da realização de palestras, debates radiofónicos e encontros com vários estratos da sociedade local, que contribuem na resolução dos problemas de violência na região.

" A violência doméstica é um problema que atinge mulheres, homens, adolescentes e crianças e tem causado vários danos à nossa sociedade. Na luta de diminuirmos os índices de violência na província de Cabinda, temos promovido palestras, debates radiofónicos e encontros com vários estratos da sociedade, com o objectivo de salvaguardar os direitos dos lesados", disse Wilson Sinadinse.

Afirmou que antes da implementação da lei contra a violência doméstica, as pessoas andavam às cegas e eram mais vítimas, sem a possibilidade de verem os seus direitos salvaguardados. "O cidadão está mais armoriado sobre os seus direitos e com o surgimento da lei temos estado a resolver vários problemas que contribuem na diminuição dos índices de violência.

Ninguém gosta de ver os seus direitos a serem violados. Este problema não faz bem ao ser humano, porque só traz tristeza no seio das pessoas", explicou. Durante o ano passado a Secretaria Provincial da Acção Social Família e Promoção da Mulher, registou 247 casos de violência doméstica, dos quais 239 foram resolvidos.

9.4 As moças prendadas

Jornal de Angola

1 De Maio de 2018

Texto: Adriano Mixinge

Associada ao machismo, ao papel central do patriarcado e à família monogâmica, uma das noções que mais variou na sociedade angolana, nos últimos trinta anos, é o de "moça prendada". Desde há muitos anos, existe entre nós uma mentalidade conservadora que abarca todos os estratos sociais: não ruiu nos primeiros anos da era pós-colonial, confundiu-se com a sociedade revolucionária que se metamorfoseia em todas as partes e alastrou-se à sociedade abandonada, nas zonas rurais, ela própria com o seu conservadorismo, mas que mudou a gosto e a contragosto da guerra ou da paz.

A de "moça prendada" não é a única noção que mudou: ser de "boa família" e "ser educado" são outras das noções que variaram e podem ajudar-nos a entender até que ponto o conservadorismo continuara ser, entre nós, um dos inibidores do desenvolvimento e da liberdade social e cultural. Há trinta anos, não tinham surgido ainda, em Angola, nem os "movimentos" a favor da liberalização do aborto, nem o grupo de mulheres orgulhosas das suas ideias e da sua estética como parte da sociedade civil: confiavam mudar a sociedade dentro dos partidos políticos.

Entre a população, as mulheres são maioria e nas mãos das moças esperanças-elas sabem quem são-está parte do que será a sociedade angolana do futuro. Podemos encontrá-las num debate nas redes sociais ou na TV, na apresentação de um livro, no cocktail da empresa em que trabalhamos, no supermercado que frequentamos, a caminho da Universidade, a zungar pelas ruas vendendo isqueiros e lingerie, no governo, na polícia, no parlamento, na artes culturais ou em qualquer outro sítio e às vezes nem as distinguimos: continuam a ser "prendadas". Como isso por si só já não basta, passaram a ser "esperanças": não são muitas, já foram muito menos, são muito valiosas. Antes destinadas principalmente a procriar, há trinta anos era fácil encontrar "moças prendadas" indo à missa ou ao culto de domingo: fui lá e achei-as com as mãos enrugadas de tanto lavar loiça, arrumar a cozinha ou limpar o chão. Via-se nos olhos delas: pertencer ao coro e, um dia, casar no altar da igreja era o que mais desejavam. Não eram felizes, tinham se masturbado pouco ou nada: faltava-lhes amor-próprio, lucidez e cultura geral.

A noção de "moça prendada" continuou a ser exclusivista até depois da Independência, quando se tentou abolir a hierarquia entre classes sociais. Muitas "moças prendadas" tinham pertencido a organizações partidárias ou, como os seus pais tinham sido membros daquelas células que defendiam o socialismo e aspiravam ao comunismo, elas incrustaram-se à órbita das ideologias de esquerda: foi lá que se aninhou o germe da moça esperçada.

As "moças prendadas" viveram sempre presas à lógica binária, obscurantista e armadilhada: ou és da tua classe social ou não és, ou és militante revolucionário e comprometido ou não és e, depois, ou és de Deus ou és do diabo, mas tinhas que acreditar que os maldosos e os feiticeiros existiam e se estes eram os, para elas, obstáculos à sua ascendência sobre ti poderiam ser até os teus familiares queridos e aí residia a armadilha. Ficavas encalhado: apagado, em braços de uma supersticiosa,

insana, maniqueísta e autoritária, não podias ter um destino luminoso.

Forno em que se fraguam formas de futuros possíveis, as "moças prendadas" de hoje têm outro perfil, outras idades e variam de opções sexuais e ou sociais que vão da lésbica até à transexual; circunstâncias e ou por opção, enquanto há também quem seja divorciada; quando elas não falam várias línguas são viajadas, quando não têm alto poder aquisitivo têm trabalho, são ambiciosas, cuidam da carreira profissional. As há ainda religiosas mais pelo desespero de virem a "vestir santos" e de quererem encontrar na igreja algum "moço prendado" do que pela crença em si mesma: a fé que as retém é a dos desejos e a dos afectos.

Há trinta anos, muitas "moças prendadas" saíam das salas aula todas trombudas, não davam confiança a quase ninguém, nem na escola nem no bairro: onde quer que passem deixavam o embriagador aroma da impossibilidade conquistá-las. Nem precisavam de estar detrás dos muros que seus quintais, nem ocultas entre as paredes das casas, as moças prendadas" eram uma muralha: não sabíamos nunca que havia detrás e este desconhecimento nos fascinava.

O que nos atrai das moças esperanças de hoje é a garra e a luz: com o pé no acelerador, umas vezes de tissagem, com o corpo cheio de silicone se fazer falta e a maquiagem impecável, elas fazem tudo para serem úteis. Com ou sem consolador na carteira, a sós ou não, elas lutam contra ou em à margem do conservadorismo que inibe a liberdade, justiça, a imaginação e o desenvolvimento. A sociedade angolana está preparada para aconchegar bem a mulher esperçada, culta e livre de hoje?

9.5 Violência doméstica ainda com números alarmantes

Jornal de Angola

11 De Maio de 2018

Texto: César Esteves

A violência doméstica fez, na província de Luanda, no primeiro trimestre deste ano, 21 vítimas mortais, maioritariamente do sexo feminino, quando, em todo o ano de 2017, foram registados 26, gráfico que espelha o aumento deste tipo de crime em Angola.

Os números foram divulgados quarta-feira, na cidade de Luanda, pela advogada Ana Paula Godinho numa palestra na "Maka à Quarta-feira", um espaço de tertúlia promovido, há anos, pela União dos Escritores Angolanos (UEA).

Na palestra, dedicada à discussão do tema "Aumento da violência doméstica no seio da família - consequências socioculturais", a advogada, que levou ao encontro dados obtidos em instituições que lidam com a violência doméstica na província de Luanda, informou que, em 2015, ano do início da produção de estatística da violência doméstica, o Serviço de Investigação Criminal (SIC) registou, só na capital angolana, 5.210 queixas, com 2.290 detenções efectuadas.

"A violência doméstica continua a produzir várias vítimas em Angola, embora haja já uma lei", declarou a advogada Ana Paula Godinho, que, com o sociólogo José Octávio Serra Van-Dúnem, foi prelectora a convite da Associação das Mulheres de Carreira Jurídica.

Das 5.210 queixas chegadas ao SIC há três anos, 4.069 são de violência contra a mulher, cujo número levou à detenção de 1.470 agressores. Em 2016, o SIC registou 1.406 casos de violência doméstica, dos quais 1.074 resultaram em detenções.

A advogada deu ênfase ao facto de, no país, o número da violência doméstica não ser proporcional ao de detenções. " (...) Temos um número maior de pessoas que cometem o crime de violência doméstica que ficam impunes", acrescentou Ana Paula Godinho, também docente universitária.

A advogada mencionou que, entre os 1.406 casos registados há dois anos, estão 671 agressões físicas, com 609 detidos, 26 homicídios, com 21 detidos, 459 violações, com 456 detidos, e 260 violações contra menores de 12 anos, com 222 detidos.

Ainda nos dados compulsados a partir do Serviço de Investigação Criminal em Luanda e já referentes a 2017, estão 1.591 casos de violência doméstica, que levaram à detenção de 1.335 infractores.

No mesmo ano, foram registados 142 homicídios, com a detenção de 119 indivíduos, e 348 violações contra menores de 12 anos.

No primeiro trimestre, Luanda registou 521 casos de violência doméstica, 53 dos quais foram agressão física, que provocaram 48 detidos, e 438 violações sexuais, com 332 detidos, sendo 284 violações sexuais contra mulheres, com 284 detidos, e 72 contra menores, com 48 detidos. "Os dados produzidos apenas no primeiro trimestre deste ano são bastante preocupantes, se comparados com os do ano passado", acentuou a advogada Ana Paula Godinho, que confirmou a detenção de 18 dos autores dos 21 assassinatos registados no primeiro trimestre deste ano. A advogada acentuou que há agressores que não

são detidos ou saem da cadeia porque as companheiras pedem à Polícia para os soltar, uma vez que são dependentes economicamente do marido agressor.

Ana Paula Godinho defendeu que o Estado deve dar apoio material e psicológico às vítimas de violência doméstica. A construção de casas de acolhimento para acolher vítimas da violência doméstica é uma das condições que, no entender da advogada, devem ser criadas.

Ana Paula Godinho afirmou que “grande parte das instituições” envolvidas no combate à violência doméstica “não está preparada para atender as vítimas”.

O sociólogo José Octávio Serra Van-Dúnem afirmou, por sua vez, que a violência doméstica é um problema resultante do contexto social e reflexo da desigualdade económica e social.

O sociólogo lembrou que, embora as mulheres sejam as principais vítimas, há homens também vítimas das suas companheiras.

“Hoje, a violência doméstica pode ir até ao local de trabalho. Ou seja, tem uma relação directa com o mercado de trabalho”, afirmou o prelector.

A margem da palestra, o Jornal de Angola soube de Júlia Quitocua, chefe de Departamento de Apoio à Vítima de Violência Doméstica, do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que o país dispõe, actualmente, de seis casas de acolhimento de vítimas de violência doméstica, mas apenas três estão em funcionamento, só que não na plenitude desejável.

Júlia Quitocua não mencionou todas as províncias onde estão as seis casas, tendo apenas dito estarem três nas províncias de Cabinda, Zaire e Uíge. Ainda não há “um estatuto próprio” que dê corpo à existência de casas do género em Angola, documento que deve ser aprovado pela Assembleia Nacional, informou a funcionária do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

“O normal funcionamento destas casas não depende apenas do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, por causa das despesas para a sua manutenção”, salientou Júlia Quitocua.

9.6 Angola quer melhor inserção social da mulher

Jornal de Angola
22 De Maio de 2018

Texto: Adelina Inácio

O presidente do Fórum Parlamentar da SADC, Fernando da Piedade Dias dos Santos, propôs ontem aos Estados membros a aposta em meios que possam contribuir para uma melhor inserção social, económica e política da mulher na sociedade.

Fernando da Piedade Dias dos Santos, que falava no seminário sobre a "Implementação do modelo de fiscalização sensível às especificidades do género da SADC", adiantou que a intenção é contribuir de modo eficaz para a paz, progresso e prosperidade dos Estados membros.

O também presidente da Assembleia Nacional angolana defende mais oportunidade, capacidades e meios para tornar as decisões de natureza social, económica e políticas mais estratégicas.

"Não tenho dúvida de que tenhamos um mundo melhor se todas as mulheres pudessem ter as mesmas oportunidades, capacidades e meios para tornar as decisões de natureza social, económica e políticas mais estratégicas", disse.

Fernando da Piedade Dias dos Santos adiantou que Angola pretende adoptar, pela primeira vez, o modelo de fiscalização sensível às especificidades do género na SADC. A ideia, disse, é capacitar as mulheres parlamentares para acompanharem e fiscalizarem as projecções das políticas e acções sensíveis ao género e permitir, também, aos activistas sociais um maior conhecimento e consciência da situação e auxiliar na mobilização da sociedade para esta causa.

Durante o seminário, que conta com a participação da representante do grupo temático do género das Nações Unidas, da Unidade do Género do Fórum Parlamentar da SADC, de membros da sociedade civil e do grupo de mulheres parlamentares angolanas, o presidente da Assembleia Nacional assegurou que Angola luta desde a Independência contra todos os tipos de discriminação da mulher, criando políticas e instituições de promoção da igualdade e reforço do papel da mulher, com avanços e ganhos significativos.

Para a presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, a promoção da mulher não é apenas uma questão de direitos humanos, mas também de desenvolvimento económico.

Por isso, Luísa Damião garantiu que o Grupo de Mulheres Parlamentares continua a fazer advocacia e a reforçar a estratégia para uma implementação

acelerada da integração transversal das abordagens do género.

A gestora do programa de género da SADC, Nomkhitha Gysman, anunciou, para o próximo mês, em Luanda, a realização da 33^a Assembleia do Fórum Parlamentar da região austral.

10. AMBIENTE

10.1 Peso da exploração florestal é insignificante para o orçamento

Jornal de Angola

1 De Maio de 2018

Texto: André dos Anjos

As enormes quantidades de madeira que saem anualmente do país não se reflectem no Orçamento Geral do Estado, situação que o Governo está determinado a inverter, a partir deste ano, com a entrada em vigor de uma nova legislação florestal, revelou ontem, em Luanda, o ministro da Agricultura e Florestas, Marcos Nhunga. "Até agora, a exportação de madeira não tem tido peso nenhum nos cofres do Estado, porque o dinheiro não vinha ao país", afirmou o ministro, contrariando, deste modo, o secretário de Estado para as Florestas, André Moda, que disse em Janeiro que, só em 2016, Angola arrecadou mais 35 milhões de dólares com a venda do produto.

Para permitir que o país tire dividendos do seu vasto potencial florestal, adiantou o ministro, doravante, a madeira só sai do país mediante apresentação prévia do comprovativo de depósito do valor correspondente num dos bancos do país ou uma carta de crédito. Por força das mudanças em curso, o início do ano florestal, que habitualmente acontece na primeira semana de Maio, fica adiado por tempo indeterminado, até à aprovação pelo Conselho de Ministros de um novo regulamento para o sector, anunciou Marcos Nhunga.

Ministro anuncia que para certificar que o país beneficia dos fundos gerados pela madeira, passa a ser exigido aos produtores, um depósito bancário correspondente ao valor da exportação. Para acabar com a anarquia que se verificava no sector, o país aprovou em 2017 uma nova legislação para a gestão das florestas, em substituição da que vinha sendo aplicada desde o tempo colonial, faltando apenas o regulamento, cuja proposta é remetida ao Conselho de Ministros nos próximos dias, disse o ministro Marcos Nhunga.

A desordem que se instalou no sector, com trespasses de licenças à margem da lei a permitir que cidadãos estrangeiros participassem directamente na extracção de madeira' negócio reservado por lei a cidadãos nacionais, fez com que o Governo adoptasse um conjunto de medidas destinadas a disciplinar esse nicho de mercado. Marco Nhunga revelou que, na província do Cuando-Cubango, foram encontradas

em posse de um cidadão de nacionalidade chinesa 500 motosserras, que eram utilizadas para a exploração ilegal de madeira. Em finais de Janeiro, o Ministério da Agricultura anunciou a suspensão, com efeitos imediatos, de todas as actividades relacionadas à exploração de recursos florestais, como corte, circulação e transporte de madeira em torno ou serrada.

Em Fevereiro, o Governo criou uma comissão multisectorial para inventariar a madeira apreendida em todo o país, por desobediência ao instrutivo do Ministério da agricultura. A comissão, que integra os ministérios da Agricultura e Florestas, Defesa, Indústria' Interior, Comércio e o Banco Nacional de Angola (BNA) e a Administração Geral Tributária (AGT) tem, ainda, a incumbência de aferir a situação legal dos agentes envolvidos no abate, circulação e transporte de madeira.

As conclusões preliminares da comissão, de acordo com o ministro da Agricultura e Florestas, indicam que entre 60 e 70 por cento da madeira apreendida, encontra-se em situação ilegal. Marco Nhunga recusou-se a avançar números sobre a quantidade de madeira apreendida nos últimos meses, para não antecipar-se à comissão que trabalha no assunto, que deve apresentar um relatório pormenorizado sobre a matéria nos próximos dias.

O ministro da Agricultura, que falava à imprensa, à margem da Assembleia Geral da Associação dos Industriais e Madeiros de Angola (ANIMA), que serviu para a eleição dos órgãos sociais da organização, reiterou a promessa de criação de um corpo de polícia florestal, avançada inicialmente em Janeiro pelo secretário de Estado para os Recursos Florestais, André Moda.

Os êxitos alcançados no sector florestal, nos últimos meses, de acordo com o ministro só foram possíveis graças ao apoio das forças da ordem, o que indica que, com um corpo policial próprio, as florestas ficam melhor servidas em termos de segurança.

A 1ª Assembleia Geral da ANIMA elegeu para, a Direcção Executiva, José Veríssimo para o cargo de presidente, Óscar Silva para vice-presidente, Gilberto Gil Lopes para secretário-geral e José Armando para coordenador das Associações Provinciais. Criada em 2012, a ANIMA tem por objectivo a promoção e defesa da classe dos madeiros' ao mesmo tempo que se assume como parceira do Governo na formulação de estratégias e políticas para a exploração sustentável dos recursos florestais.

Além de Marcos Nhunga, participaram na cerimónia de eleição dos órgãos sociais da ANIMA, entre

outros membros do Governo, o ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem Júnior. Dados fornecidos pela ANIMA revelam que a indústria florestal emprega cerca de seis mil trabalhadores, número animador para o mercado de trabalho.

10.2 Combate contra ravinas virado para o Moxico e Luanda

Jornal O PAÍS

06 De Maio de 2018

Texto: Alberto Bambi

O responsável da instituição Vias do Bem, Angelino Quissonde, revelou ao O PAÍS que alguns dirigentes do Moxico e da Lunda Norte manifestaram o interesse de albergarem as próximas sessões de formação em combate contra as ravinas nas suas províncias, a fim de verem o fenómeno abordado de forma mais específica e pontual.

"Este interesse foi manifestado durante a formação que ocorreu ao longo da semana passada em Luanda, onde esses interessados viram tratadas situações características das suas regiões. Aliás, foi por causa disso que eles notaram que, se as actividades formativas forem feitas nas suas áreas, a contribuição do seu pessoal na resolução dos problemas será melhor", declarou Angelina Quissonde, tendo acrescentado que, às vezes, se impõe tal tipicidade de acção para sermos mais específicos.

Apesar de não ter avançado data para atender a tais solicitações, o engenheiro adiantou que a sua organização está preparada para potenciar os quadros de qualquer entidade ou instituição, acrescentando ter sido por esta mesma razão que se pensou primeiro numa sessão concentrada na cidade capital. "Quando projectámos a formação global que se passou de 25 a 28 de Abril último, já prevíamos ter uma resposta do género, por causa do leque de conteúdos preparados pelo grupo de engenheiros que integraram este processo", gabou-se Angelino Quissonde, referindo-se a algumas questões pontuais que se identificavam com as províncias em causa, além do Cuando Cubango, Bié e Lunda-Sul.

O entrevistado, que classificou essas regiões de Angola como parte de um grupo das zonas mais afectadas pelas ravinas, detalhou alguns critérios propostos para as mesmas, que contemplam um estudo minucioso, avaliação dos solos e outras modalidades adequadas ao local, a fim de se tornar as operações necessárias de menor custos.

Além do estado dos solos, interessa aos engenheiros um registo local da quantidade de chuvas,

constatação da arborização ou da existente nessas localidades.

"No caso de se verificar o acentuado desconforto do solo, uma medida imediata podia basear-se na colocação selectiva de pneus preenchidos com terra", propôs o interlocutor deste jornal.

O próprio informou ainda que as solicitações manifestadas no encontro recente não se limitaram às províncias do Moxico e Lunda-Sul, já que a do Uíge, embora não de maneira formal, também mostrou igual interesse.

Instituições como a Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE), o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros e a Unitel não ficaram para trás.

"À ENDE e Unitel interessa uma formação do género para os seus funcionários, sobretudo porque instalam postes ou antenas em zonas que podem estar afectadas pelo fenómeno de ravinas, evitar fazê-lo poupar-lhes-ia alguns custos", explicou o engenheiro, para quem os Bombeiros constituíam o grupo com mais necessidade de formação, por ser deles a responsabilidade de acudir a catástrofes provocadas por este grande mal.

Combate contra ravinas virado para Moxico e Lundas

Na primeira sessão de formação sobre critérios de combate contra as ravinas, o grupo de formadores recomendou aos governos provinciais, municipais distritais e comunais a elaborarem os mapas de controlo de riscos geológicos, a fim de se constatar o progresso ou a regressão das erosões e ravinas, acautelando, desta forma o estudo das batias hidrográficas.

A criação de um projecto em que os formandos da actual formação sejam protagonistas, com o intuito de diagnosticar ou identificar possíveis zonas susceptíveis de deslizamentos que dão lugar a ravinas em cada região foi outra das recomendações, sem deixar de lado o desenvolvimento de estudos e apresentação de soluções que visam a prevenção, controlo e estabilização das mesmas, utilizando soluções económicas viáveis.

10.3 Degradação de ponte divide o bairro em dois

Jornal O PAÍS

10 De Maio de 2018

Texto: Joel Coimbra

Um dos resultados catastróficos das chuvas que se abateram sobre Luanda no presente ano é o desabamento da ponte do Malueka, que tem causado muitos transtornos aos moradores do bairro. É uma ponte que liga o município do Cazenga ao de Cacuaco e, sem a sua reabilitação, para além de dificultar o trânsito, põe em risco a vida dos transeuntes e dos automobilistas.

A ponte, construída há 20 anos pela empreiteira Agrobal, foi uma oferta ao Governo Provincial de Luanda. Agora, com o seu desabamento, deu lugar a uma pequena praça.

Ambiente bastante frenético. Senhoras a comercializarem produtos diversos, automobilistas lotando os carros, e, à esquerda da ponte, estava o jovem Joelson, de 18 anos, por baixo de uma árvore, quando foi abordado pela equipa de reportagem do OPAÍS.

Essa árvore fazia parte do seu quintal, que foi “engolido” em consequência da degradação da ponte, iniciou. “Quando chove, nós sofremos muito”, sustentou. Na verdade, o jovem, alertava aos governantes sobre o perigo que correm.

A vala tem cerca de 10 metros de largura e sobre a ponte vê-se apenas duas manilhas, tubos utilizados na captação e transporte de esgotos sanitários, industriais e pluviais. Uma menor que a outra. Esses instrumentos que pelo estado da ponte foram reduzidos, não funcionam devidamente.

Por outra, a degradação da ponte não só trouxe os supracitados prejuízos, como também fortes problemas de saneamento. Se o problema não for resolvido, teme-se que a vala venha a transformar-se num grande ponto de depósito de lixo. Segundo Joelson, a empresa responsável pela recolha de lixo, devido à dificuldade em transitar, desde que a vala desabou, não tem feito devidamente o seu trabalho, pelo que uma parte do bairro não beneficia desse serviço.

Lixo, águas paradas e outros males, dão lugar a várias doenças, dentre as quais o paludismo, que dizimam a população.

Diante dessa situação, o automobilista Rogério lamenta apenas, porque as coisas tornaram-se mais

difíceis, para si e para os seus colegas que todos os dias percorrem a estrada. A casa fica próximo, mas têm de dar a volta, tornando o percurso distante.

Outro morador, Jorge Guedes, comunga da mesma opinião de Rogério, de que para uma curta distância as pessoas têm que pagar 250 a 300 Kz no táxi, dado o estado em que a ponte se encontra. Segundo aquele interlocutor, havia alguns camiões que depositavam mercadorias na praça do Malueka, entretanto, com a ponte partida, estes deixaram de aparecer na área. Os moradores locais clamam para que as coisas conheçam melhorias em breve.

10.4 «Lagoa da morte» atemoriza moradores do sector I

Novo Jornal

18 De Maio de 2018

Texto: António Gaspar

Muitos já abandonaram as residências inundadas. As demais moradias estão na iminência de serem consumidas pela lagoa, o que leva os moradores a clamar por uma intervenção urgente da administração local e do governo provincial

A lagoa nasceu nas cercanias do bairro vila Nova, sector 1, no município de Viana, e tem cerca de sete metros de profundidade. Nauseabunda e esverdeada, a «lagoa da morte», como ficou conhecida por ser palco de vários infortúnios mortais no tempo chuvoso, aumenta sempre que «São Pedro abre as torneiras».

Enquanto os adultos evitam aproximar-se dela, as crianças transformam-na em local de diversão, tanto para dar uns mergulhos como para apanhar peixinhos, segundo contaram os moradores, facto constatado pela equipa de reportagem do Novo Jornal.

Existente há mais de 10 anos, dizem os moradores, a lagoa é resultado da construção da estrada de Viana, cujo sistema de esgoto não foi suficiente, bem como das construções de casas em zonas de escoamento das águas pluviais.

"O problema surgiu quando a estrada de Viana começou a ser construída e também quando alguns moradores resolveram levantar as suas casas em zonas de passagem das águas da chuva. Agora, tanto a água dos esgotos e como a da chuva que vêm da Sanzala, Luanda Sul e vila chinesa param aqui, não escoam", disse Cláudia José, moradora no local há 16 anos.

Tal situação levou a que a lagoa se tornasse cada vez mais profunda, por causa das enormes quantidades de água aglomerada, ao mesmo tempo que o perigo ia sendo cada vez maior, o que resultou na morte de quase uma dezena de crianças. "Já perdemos muitas Crianças aqui, umas por tentar ir buscar peixe e outras por estarem a brincar ao lado da lagoa, acabando por cair lá para dentro. Quando chove é ainda mais perigoso e somos obrigados a fugir das nossas casas", explica, apreensivo, o morador Neves Paulo.

Segundo a população local, a administração tem conhecimento do que se passa, mas "até ao momento não tomou medidas para resolver o problema". "A administração apenas tem mandado homens para virem aqui ver o estado da lagoa, mas nada fazem para acabar com o nosso sofrimento", disseram, em coro, os moradores.

A proliferação de insectos, devido à lagoa que ameaça «engolir» o bairro todo, é uma outra preocupação. "Quando a lagoa enche, os insectos e outros bichos refugiam-se nas nossas casas. Estamos a viver muito mal. Nós aqui já não temos mais saúde porque vivemos mal e comemos coisas tiradas de locais onde ratos, baratas e até sapos brincam", queixaram-se.

Moradores abandonam as residências

Vários moradores decidiram mudar-se para o zango, devido aos problemas decorrentes da «lagoa da morte». "viver no sector 1 é mesmo muito sofrimento. Eu não vivia bem, todas as semanas tinha sempre um ou dois filhos com paludismo", justifica Luísa Madeira, que aconselha os que quiserem ficar "livres do sofrimento" a alugarem uma casa", até que o governo resolva acabar com a lagoa".

Por seu turno, Teresa Coelho, de 51 anos, ex-moradora da Vila Nova que se encontrava no bairro para recolher os últimos pertences, afirma que o que mais preocupa os moradores é o perigo das chuvas, com todas as consequências possíveis. "Eu até aguntei várias batalhas aqui neste bairro, mas este ano não consegui mais continuar, porque fui vencida pelas águas e pelos sapos", contou, confessando que hoje o problema é, na zona, ainda mais grave.

Comissão de moradores preocupada com o perigo

O presidente da Comissão de Moradores da vila Nova, no sector 1, confirmou à reportagem do NJ o drama que se vive no bairro e mostra-se preocupado com silêncio da administração.

"Já contactámos várias vezes a administração, mas nunca nos diz absolutamente nada", contou Nzizu Pedro Lopes, salientando que a comissão dos

moradores tem feito de tudo para tentar resolver o problema dos residentes".

Por outro lado, o responsável da comissão do bairro afirmou que, devido às mortes e doenças, cerca de 487 famílias já abandonaram as suas residências, umas refugiaram-se no Grafanil, Estalagem e nos Zangos.

"A comissão não está a 'dormir', temos feito a nossa parte. Reunimos um grupo de pessoas que diariamente vai até à lagoa ver quem está a pescar ou tomar banho. E nós vamos continuar a lutar até que decidam terminar com esse drama", concluiu.

10.5 Cinco bairros do Soyo continuam inundados

Jornal de Angola

22 De Maio de 2018

Texto: João Mavinga

As chuvas que caíram ultimamente no município do Soyo, província do Zaire, já na época oficial de Cacimbo, causaram inundações nos bairros Kukala Kiaku, Praia dos Pobres, Kungue Eyenguele, Nôna e Paróquia.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros está a realizar um levantamento para retirar as famílias sinistradas e enxugar as águas. No total, são cerca de quatro mil metros cúbicos de água que inundaram os bairros onde estão desalojadas perto de 50 mil famílias, segundo o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

O governador da província do Zaire, Joanes André, deslocou-se na semana finda ao Soyo, para constatar os estragos das chuvas, e prometeu apoio às famílias afectadas e para atenuar os danos.

Joanes André disse que o seu elenco vai dar continuidade aos projectos de construções habitacionais para realojamento da população residente em zonas de risco.

"Vamos identificar as causas das inundações e com base no estudo milimétrico que estamos a fazer vamos demolir alguns quintais para permitir que o escoamento das águas seja feito na linha principal dos mangais do rio Zaíre", explicou o governador, para acrescentar: "Já preparámos uma motobomba com capacidade de 180 metros cúbicos por hora para esta empreitada".

O governador disse que corrobora com a população do Soyo no que toca às reclamações contra as "péssimas condições habitacionais", agravadas pela

falta de energia eléctrica e água potável. "O povo tem razão ao reclamar contra a falta de energia eléctrica e água".

Por seu lado, o comandante municipal do Soyo do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, André Soares, disse que o órgão que dirige está a encontrar dificuldades para o escoamento das águas "devido às construções anárquicas".

10.6 Inundação e cheiro de cevada afugentam moradores

Jornal de Angola

28 De Maio de 2018

Texto: Adalberto Ceita

"Quero sair daqui. Quando chove entra muita água em minha casa". O desabafo de Feliciano Levo, que aparenta ter oito anos, ilustra o estado de aflição dos moradores do São João diante das dificuldades a que estão votados.

Sete crianças correm próximo da vala e do extenso labirinto de lixo, onde se encontrava Feliciano Levo. Alheias ao perigo, as crianças com idades entre os quatro e oito anos, estão familiarizados com a realidade do bairro. A inocência e a felicidade de estar entre amigos falam mais alto. Descalços e de troncos nus, nem mesmo o sol abrasador que fazia os demoviam da brincadeira. "Quando estão a brincar acho que imaginam-se noutra local que não seja esse, longe de todo sofrimento", frisou Dinis Lázaro, que por falta de opções vive naquele bairro.

O seu descontentamento vai além das difíceis condições de vida a que estão sujeitas as crianças. Dinis Lázaro que reside há nove anos no São João declarou estar cansado de falar à imprensa dos problemas do bairro. Aliás, prometera a si mesmo nunca mais se pronunciar, porém o desejo de desabafar falou mais alto. "São muitos os problemas e os que mais preocupam e fomentam a fuga dos moradores, são as inundações e o permanente cheiro de cevada que vem da empresa Nocal".

As residências perderam o encanto e respectivo valor. Estão abandonadas. É comum ouvir que um mal nunca vem só. Fazendo jus a esta máxima popular, portas, janelas, gradeamentos, loiça sanitária e chapas foram arrancadas por desconhecidos.

Maria Jorge vive há 30 anos no bairro. Além de reclamar das doenças respiratórias que passaram a ser comuns, sobretudo em crianças, considera que o sofrimento é maior quando chove, por ser o período que mais adoecem.

O bairro não tem asfalto. Quando chove, as águas paradas dão lugar a viveiros de mosquitos que, durante 24 horas por dia, visitam os moradores e colocam a saúde em risco. O caminho que dá acesso à casa de Maria Jorge fica intransitável e o cheiro nauseabundo mistura-se com o da cevada, tornando o meio ambiente insuportável.

"Gostava de apelar à sensibilidade da administradora do distrito, para velar por esta situação que dura há anos", disse Maria Jorge, realçando que o número de habitantes no bairro hoje tende a diminuir, porque o movimento de abandono é assustador.

António Guerra faz parte do grupo de veteranos do bairro e diz não entender porquê que não se resolvem os problemas que afectam os moradores. A luta que trava para continuar no São João está em perfeito alinhamento com o seu nome, porém aventa a possibilidade de desistir.

O "guerreiro" esqueceu a data que sentiu pela primeira vez o odor da cevada. Lembra apenas que já se passaram vários anos. De lá para cá, embora tenha ouvido inúmeras promessas e acompanhado diligências feitas pela Comissão de Moradores, pouco ou nada mudou. "Sempre que chove, as residências ficam submersas e, nos últimos dias, o cheiro da cevada da Nocal vem quase sempre acompanhado de qualquer coisa que se assemelha a lubrificantes de motores", queixou-se.

Visitas de constatação

Em Fevereiro, a administradora do Distrito Urbano do Hoji-ya-Henda, Branca Nunes, acompanhada por técnicos da administração e responsáveis das cervejeiras Nocal e Cuca, realizou uma visita de constatação para avaliar o estado das valas existentes no bairro São João e arredores, tendo ficado acordado um trabalho de reperfilamento das mesmas.

Dinis Lázaro explica que, desde que vive no bairro, já perdeu a conta das visitas de constatação realizadas pelos diversos administradores municipais e distritais, sem que algo de novo viesse a acontecer.

"A administradora do distrito esteve aqui diversas vezes e conhece o nosso problema. São 64 residências que foram abandonadas por causa da água da chuva, da inundação da vala e do cheiro da cevada", salientou.

À reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano, Dinis Lázaro disse que em duas ocasiões os responsáveis da cervejeira Nocal manifestaram, junto dos moradores, vontade de solucionar a questão do odor a cevada que esses tanto reclamam, porém, desconhece as razões do incumprimento da

promessa. “O cheiro à cevada é mais intenso entre às 22 horas e cinco da manhã. Provavelmente, por causa disto, as infecções pulmonares são frequentes aqui no bairro”, sublinhou.

Responsabilidade civil e criminal

O jurista Diógenes de Oliveira chamado a pronunciar-se acerca das queixas dos moradores do bairro São João, no município do Cazenga, adiantou que, a ser verdade que paira no ar o odor forte de cevada o mesmo pode disseminar-se por uma extensa área e atingir bens ou diferentes componentes ambientais.

“Os danos da poluição contra a saúde não se esgotam na acção directa dos elementos da contaminação, pois a degradação ambiental pode ocorrer por acção de determinados poluentes sobre os componentes ambientais, o que pode indirectamente agravá-la”, elucidou.

Diógenes de Oliveira é de opinião que as instituições afins deviam averiguar a denúncia de contaminação, com lixo industrial tóxico, da água da vala que atravessa o bairro. A propósito, incluiu os resíduos líquidos e os lubrificantes de motores entre os elementos que colocam os residentes de zonas próximas as fábricas ou indústrias em risco eminente de vida.

A fonte explicou ainda que os resíduos industriais são gerados em actividades que resultem, por exemplo, da produção e distribuição de electricidade, gás, cerveja, refrigerantes, plásticos e água, e que, normalmente, contêm uma ou mais características de risco por serem inflamáveis, explosivos, corrosivos, tóxicos, radioactivos ou por apresentarem qualquer outra característica que constitua perigo para a saúde dos seres vivos e para qualidade do ambiente. “Essas substâncias contaminam o solo ao seu arredor e colocam, entre outros, a vida das pessoas, da vegetação e da fauna, em fálência total”, sustentou.

A ser comprovada a poluição ambiental, no bairro São João, Diógenes de Oliveira pede a responsabilização civil dos prevaricadores, com uma multa, sem descartar, no entanto, o desencadear do processo-crime.

10.7 Ravinas progridem nos arredores da Caála

Jornal de Angola

29 De Maio de 2018

Texto: Eduardo Pedro

Uma ravina, de 25 metros de profundidade 50 metros de largura esta a progredir rapidamente em direcção à estrada nacional 120, nos arredores da cidade da Caála, na província do Huambo, informou ontem o director dos serviços técnicos da administração do município.

As autoridades locais não possuem recursos financeiros e materiais para intervirem, disse António Nawandi, para quem caso não sejam atendidos os apelos lançados às instituições de direito, a ravina que está localizada há vinte metros da Estrada Nacional que liga as províncias do Huambo e Benguela, vai cortar a circulação.

O director dos serviços técnicos da administração do município disse que estiveram recentemente no local técnicos do Ministério da Construção e Obras Públicas que prometeram dar início, ainda este ano, as obras de contenção da mesma ravina.

António Nawandi mostrou-se preocupado com outras situações idênticas, uma na comuna da Calenga, que ameaça destruir o cemitério local, outra próximo da estrada em direcção à povoação do Eputchua e outra no bairro Kaluwe, que ameaça obstruir a passagem do comboio.

II. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Especialistas no exterior elogiam prática de marxismo como chave para sucesso da China no desenvolvimento

Jornal O PAÍS
7 De Maio de 2018

Harro von Senger, professor do Instituto Suíço de Direito Comparado, disse que a chave para o sucesso do desenvolvimento da China está na sua capacidade de implementar o marxismo e enriquecer a teoria com a sua prática vigorosa - e ampla. O marxismo não é apenas uma visão científica do mundo, mas também uma metodologia científica, acrescentou.

Von Senger enfatizou que outro motivo para o sucesso da China é que o país não tomou o marxismo meramente como uma doutrina. Em vez disso, o combinou num modo flexível com as condições nacionais e formulou directrizes e políticas correctas.

Na Sexta-feira, no seu discurso numa reunião, em Beijing, para celebrar o 200º aniversário do nascimento do pioneiro do movimento comunista internacional, o presidente Xi Jinping elogiou o marxismo como uma teoria aberta e científica capaz de responder aos novos desafios da sociedade humana.

“O marxismo, pela primeira vez, explorou o caminho para a liberdade e libertação da humanidade a partir da posição da população e apontou a direcção, com teoria científica, para uma sociedade ideal sem opressão ou exploração, onde todas as pessoas desfrutariam de igualdade e liberdade”, disse Xi.

Li Renliang, especialista do Instituto Nacional de Administração de Desenvolvimento da Tailândia, disse que a prática sábia do marxismo pela China conforme a sua realidade mostra que a teoria científica guiou o desenvolvimento do país, e este, em retorno, enriqueceu o pensamento profundo.

Midhuam Saud, vice-presidente da Organização Comercial e Cultural da China das Maldivas, disse que o socialismo com características chinesas demonstra como a China adoptou o marxismo para o seu próprio desenvolvimento.

A China comprovou a viabilidade do marxismo na prática, acrescentou Gai Lin, secretário-geral do

Grupo de Amizade UE-China do Parlamento Europeu, assinalou que o Partido Comunista da China tem o mesmo espírito de se empenhar constantemente para os ideais que Marx possuía.

Gai disse que esse espírito motivou o país asiático a iniciar o socialismo com características chinesas e a introduzir o conceito de construir uma comunidade com um futuro partilhado para a humanidade, num esforço para alcançar o rejuvenescimento da nação chinesa e construir um mundo melhor.

Stephan Ossenkopp, membro sénior do Instituto Schiller da Alemanha, um thinktank, disse que o discurso de Xi o impressionou com a ênfase da China no desenvolvimento centrado no povo.

O socialismo com características chinesas, derivado do marxismo, tirou milhões de pessoas da pobreza e impulsionou o sucesso económico notável da China, acrescentou.

13.2 Mais de metade da dívida ao estrangeiro é à China, a quem cada angolano já deve 754 USD

Jornal Expansão
11 De Maio de 2018
Texto: Joaquim José Reis

Em 31 de Dezembro de 2017, cada angolano devia à China 754 USD, de acordo com cálculos do Expansão, que dividiu a dívida total de Angola à China naquela data, avaliada em cerca de 21,4 mil milhões USD, pela população do País, estimada em 28,4 milhões pessoas na mesma altura.

A dívida à China representava 55,6% da dívida pública externa de Angola, que ascendia a 38,3 mil milhões USD no final do ano passado, o equivalente a 1.348 USD por habitante. Quase 60% da dívida de Angola ao exterior era garantida por petróleo.

As informações sobre a dívida pública externa a que o Expansão teve acesso constam do Prospecto Preliminar' que o Ministério das Finanças apresentou aos investidores, no âmbito do processo de emissão dos eurobonds, através do qual o País encaixou três mil milhões USD.

De acordo com o documento de 198 páginas, os 38,3 mil milhões USD de dívida externa estavam repartidos entre dívida bilateral, ou seja Estado a Estado, cerca de 7,8 mil milhões USD, dívida multilateral, isto é a instituições internacionais, 2,1 mil milhões USD, dívida a bancos comerciais, 22,8 mil milhões USD, dívida a fornecedores, 4,1 mil milhões

USD, e, finalmente, dívida titulada, no caso 'eurobonds', 1,5 mil milhões. De fora do perímetro da dívida pública externa de Angola fica a dívida indexada a dólares norte-americanos colocada no mercado interno.

A dívida à China compreendia dívida bilateral, via China Exim Bank, que, no final de 2017, ascendia a 5,2 mil milhões USD, e os restantes 16,2 mil milhões USD bancos comerciais, nomeadamente ao China Development Bank (CDB), 15,5 mil milhões USD, e ao Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), 700 milhões USD.

O mega empréstimo de 15 mil milhões do CDB resultou de um acordo celebrado em Dezembro de 2015 e contempla “múltiplos propósitos, incluindo o financiamento de projectos já aprovados em Angola”, bem como para operações relacionadas com a Sonangol”. Foi deste empréstimo “levantado na sua totalidade” que saíram os 10 mil milhões USD que o Governo 'injectou' na Sonangol para pagamento antecipado de seis financiamentos da petrolífera, no valor de cinco mil milhões USD, o que permitiu a redução do stock da sua dívida de 9,8 mil milhões para 4,8 mil milhões. Os restantes cinco mil milhões foram canalizados para investimentos da Sonangol.

O documento revela não só os créditos externos desembolsados e recebidos por Angola, mas também os que estão em negociação, bem como os empréstimos que estão já negociados, mas que ainda não foram levantados por Angola.

No caso da China, entre os vários casos de financiamentos para investimento ainda não utilizados constam, por exemplo, um acordo celebrado em Novembro de 2016 para um financiamento da Linha de Crédito Chinesa (CEXIM) de 932 milhões USD para “financiar até 85%” a construção de Porto Caio, em Cabinda.

Israel é o segundo país a quem Angola mais deve, um total de 3 mil milhões USD, referentes a crédito de fornecedores de bens e serviços a Angola. Contas feitas, cada um dos 28,4 milhões de angolanos deve àquele país do Médio Oriente 106 USD.

Em terceiro lugar surge a Rússia, a quem Angola deve cerca de 1,8 mil milhões USD, o que dá 63 USD por angolano. O banco VTB é o único credor: 600 milhões USD directamente e 1,2 mil milhões indirectamente a dois veículos sedeados na Holanda utilizados pelo VTB para titularizar créditos concedidos ao País.

O Brasil é a quarta maior fonte externa de financiamento do Estado angolano, com 1,2 mil

milhões USD ou 41 USD por angolano. Através do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES), o país sul-americano financiou a construção de infra-estruturas em Angola por parte de construtoras brasileiras, como a Odebrecht, a Queirós Galvão ou a Camargo Correa.

Portugal completa o top cinco dos países a quem os angolanos mais devem, no caso 21 USD por habitante. No final de 2017, Angola devia 600 milhões ao país luso referentes a financiamentos via seguradora de crédito COSEC.

O Prospecto Preliminar do MinFin revela um aumento de 157% da dívida externa angolana em quatro anos de 14,9 mil milhões USD, em 2013, para os referidos 38,3 mil milhões, em 2017. Os 1.348 USD que cada angolano devia ao estrangeiro no final de 2017 representam um terço do rendimento per capita por habitante, que era de 3.901 USD no mesmo ano. Considerando a dívida por habitante, o aumento foi de 138,6% de 565 USD em 2013 para os 1.348 USD em 31 de Dezembro último. Isto é, qualquer que seja o critério, a dívida pública externa do País mais do que duplicou nos últimos quatro anos.

Quanto à dívida pública interna, no final de 2017, era de 6,2 biliões Kz, o equivalente a 36 mil milhões USD (de acordo com o documento), constituída maioritariamente (74%) por dívida de longo prazo (24 a 288 meses).

1.3.3 Corrupto chinês condenado a prisão perpétua

Jornal Visão

18 De Maio de 2018

Um tribunal chinês condenou a prisão perpétua Sun Zhengcai, antigo alto quadro do Partido Comunista considerado um dos antigos favoritos à liderança nacional, por aceitar subornos no valor de 22 milhões de euros. Segundo o veredito do Tribunal Popular Intermédio de Tianjin, Sun será privado dos seus direitos políticos para toda a vida e as suas propriedades e activos serão confiscados. A televisão estatal CCTV difundiu imagens do antigo político em tribunal a afirmar que não vai recorrer da sentença.

Sun ocupou o cargo de secretário do Partido Comunista Chinês (PCC) no município de Chongqing até Julho passado, quando foi anunciado que estava a ser investigado pela Comissão de Inspeção e Disciplina do partido. Com 54 anos, era um dos membros mais novos do Politburo do PCC, que reúne os 25 mais poderosos da China, pelo que

constava entre os favoritos para suceder ao actual secretário-geral do PCC e Presidente da China, Xi Jinping. Sun "admitiu a sua culpa, mostrou-se arrependido e assinalou que aceita a sentença", informou o tribunal.

Em troca de subornos, Sun terá beneficiado empresas e individuais com contratos para projectos públicos e negócios, precisa o veredito. A liderança e a imprensa da China, no entanto, tornaram claro que as falhas de Sun foram também de natureza política.

Durante o Congresso do PCC, em Outubro passado, um alto quadro do regime admitiu que Sun e outras figuras do partido, atingidas pela campanha anticorrupção de Xi Jinping, "conspiraram abertamente para usurpar a liderança do partido". Sun foi substituído como secretário-geral em Chongqing por Chen Miner, ex-chefe de propaganda de Xi. Por exemplo: A campanha anticorrupção lançada há cinco anos pelo Presidente chinês puniu já mais de um milhão e meio de membros do PCC e investigou 440 altos quadros do regime. Entre os altos funcionários investigados, 43 faziam parte do Comité Central do PCC - os 200 membros mais poderosos da China. Sun é visto como próximo da Liga da Juventude Comunista, facção associada ao antecessor de Xi, Hu Jintão, e que o actual Presidente chinês afastou durante o seu processo de consolidação do poder. Em Março passado, Xi conseguiu abolir da Constituição do país o limite de mandatos para o exercício do seu cargo.

13.4 Obras de Chinês não duram

Jornal 24 Horas

18 De Maio de 2018

O estado que se encontra em grande parte das principais obras recentemente construídas ou reconstruídas por empresas chinesas em Angola, principalmente as rodoviárias, ferroviárias, bairros habitacionais, entre outras, estão com degradação acentuada num curto espaço de tempo, algumas degradaram-se em meia dúzia de meses, obriga a que se façam novos investimentos, para as reparar ou voltar a construir. Considerando que infraestruturas do género têm um tempo de vida útil normal que nunca são menos de 10 anos e podendo chegar ou ultrapassar os 50 anos, é caso para dizer que os angolanos têm sido descaradamente enganados e roubados.

O mau estado das rodovias verifica-se em quase todas as estradas do país, mas de forma ainda mais acentuada no caso das secundárias ou das rurais. Também no caso de ferrovias e outras infraestruturas

de reconstrução chinesa, depois de 2002, com cobertura de linhas de crédito garantidas pelo nosso petróleo, a degradação exige e continuará a exigir de imediato cada vez mais obras de reparação. Os angolanos ainda recordam o caso do Hospital Geral de Luanda, construído pela empresa chinesa COVEC e demolido em 2010, quatro anos depois de ter sido inaugurado, por falta de consistência das suas fundações.

Os múltiplos casos de problemas em obras chinesas grandes, mas também nas de menor dimensão, realizadas por pequenos empreiteiros, fizeram com que a sociedade angolana passasse a ver com receio, de forma negativa e mesmo desdenhosa, "obra do chinês não dura", as construções efectuadas por empreiteiros chineses, sobretudo os prédios altos que, além da falta de confiança na sua solidez, o aluguer ou compra dos apartamentos têm preços considerados inconcebíveis.

Entre a população, predomina a convicção de que a qualidade das obras está ligada sobretudo à má gestão do processo de reconstrução do país, pelas próprias autoridades, mais preocupadas com actos de corrupção. Com a gula das "comissões" e o roubo desenfreado aos cofres do Estado, os governantes angolanos fecharam os olhos e os ouvidos aos apelos de muitos especialistas em relação aos ritmos acelerados com que se faziam as obras e para o material empregue. Hoje, as carecas vão sendo destapadas, mas na realidade o país vai ter que gastar muito mais para refazer tudo e acautelar para que não aconteça sérios acidentes com o que vai resistindo.